

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ANTONIO CARLOS DA SILVEIRA JUNIOR

**AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM UNIVERSIDADE: A
CONVERGÊNCIA ENTRE OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
UNIVERSITÁRIOS E OS DA CAPES**

CAMPINAS

2006

Antonio Carlos da Silveira Junior

**AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM UNIVERSIDADE: A
CONVERGÊNCIA ENTRE OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
UNIVERSITÁRIOS E OS DA CAPES**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre ao Curso de Mestrado em Ciência de Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Área de Concentração: Administração da Informação.

Orientador: Raimundo Nonato Macedo dos Santos.

CAMPINAS

2006

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação – SBI – PUC-Campinas

t001.42 Silveira Junior, Antonio Carlos da.
S587a Avaliação da produção científica em universidade: a convergência entre os critérios de avaliação universitários e os da CAPES / Antonio Carlos da Silveira Junior. - Campinas: PUC-Campinas, 2006.
255 p.

Orientador: Raimundo Nonato Macedo dos Santos.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Inclui anexos.

1. Ciência - Metodologia. 2. Universidades e faculdades - Pesquisa. 3. Brasil. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 4. Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Avaliação. I. Santos, Raimundo Nonato Macedo dos. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

22.ed.CDD – t001.42

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Autor (a): SILVEIRA JÚNIOR, Antonio Carlos da

**Título: "AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM UNIVERSIDADE: A
CONVERGÊNCIA ENTRE OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
UNIVERSITÁRIOS E OS DA CAPES".**

Orientador (a): Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo Dos Santos

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação da
PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

Data: 26/09/2006.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos



Prof. Dr. Edison Duarte



Profa. Dra. Angela de Mendonça Engelbrecht

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar. Pela sabedoria, pela superação dos obstáculos, pela vitória. Sem Ele nada somos.

À PUC-Campinas, na pessoa de seus Reitores, Pe. José Benedito de Almeida David e Pe. Wilson Denadai, pela concessão da bolsa de estudos para o desenvolvimento desta pesquisa.

Às minhas chefes Prof^a. Vera Beraquet, Prof^a. Vera Engler e Prof^a. Tânia pela confiança e reconhecimento do trabalho desenvolvido.

A todos os professores do Mestrado pelo conhecimento transmitido, conselhos e encaminhamentos nos principais momentos de desenvolvimento da pesquisa.

Ao meu orientador Raimundo pela competente condução da pesquisa, pelo compartilhamento das idéias e discussões extremamente enriquecedoras e, principalmente, pela sua paciência.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa e bolsistas de Iniciação Científica (Oscar, Regiane, César, Rubenildo, Priscila, Tatiana e Vanessa) que, sob sol ou chuva, reúnem-se todos os sábados na PUC-Central.

Aos meus pais, Antonio Carlos e Martha Maria, irmãos Cláudio e Patrícia, cunhados, sobrinhas e avó.

À minha namorada Renata pelo apoio, confiança e paciência, principalmente nos momentos de dificuldade e falta de tempo.

Ao meu sogro e sogra Elio e Cristina pelo apoio.

Aos meus amigos, de Passos e de Campinas, pela força e pela torcida. Em especial ao meu amigo e ex-colega de moradia Raphael, pelas vezes em que tocava guitarra quando eu estava estudando.

Aos colegas de trabalho, pelo apoio.

Aos revisores críticos desta pesquisa, pela importante contribuição: Prof. Edison, Prof^a. Dulce e Prof^a. Nair.

Aos funcionários da Secretaria Acadêmica Érica, Luciane, Juliana e Alessandra pela solução eficiente dos assuntos administrativos.

À funcionária do SBI, Cristina Matoso, pela revisão das referências bibliográficas.

Aos colegas de Mestrado: Amauri, Robinson, Rodrigo e Alexandre, pelas discussões e almoços de segundas e terças-feiras.

RESUMO

Este trabalho analisa e reflete sobre o papel da Universidade como *locus* da pesquisa e da produção científica, do ponto de vista do processo de avaliação praticado pelas instâncias competentes no Brasil. A hipótese levantada é a de que não há convergência entre os critérios de avaliação utilizados pela Agência Reguladora e as Universidades. Como marco teórico, o estudo funda-se nos elementos e conceitos contemplados pela Ciência das Ciências – Cientometria -, como objeto de estudo, no processo de avaliação praticado e, como método, na análise bibliográfica dos documentos de área, documentos normativos e relatórios de avaliação, o que permitiu analisar e compreender o processo de avaliação e suas implicações. Como resultado, espera-se haver explicitado o grau de convergência entre os critérios de avaliação praticados pelas instâncias acima indicadas e, assim, contribuir com subsídios à política de gestão das atividades de pesquisa e de produção científica na Universidade. A PUC-Campinas constituiu-se como campo experimental de teste e aplicação dos resultados.

Palavras-chave: produção científica; critérios de avaliação; cientometria; CAPES.

ABSTRACT

This research analyzes and reflects on the paper of the University as *locus* of the research and the scientific production, of the point of view of the process of evaluation practised for the competent instances in Brazil. The raised hypothesis is that it does not have convergence between the evaluation criteria used by the Regulating Agency and the Universities. As theoretical landmark, the study establishes in the elements and concepts contemplated for the Science of Sciences - Scientometry -, as study object, in the practised process of evaluation and, as method, in the bibliographical analysis of area documents, normative documents and reports of evaluation, what has allowed to analyze and to understand the process of evaluation and its implications. As result, expects to have explicitated the convergence degree between the criteria of evaluation practised by the instances above indicated e, thus, to contribute with subsidies to the politics of management of the activities of research and scientific production in the University. The PUC-Campinas consisted as experimental field of test and application of the results.

Key words: scientific production; evaluation criteria; scientometry; CAPES.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - DIAGRAMA DE REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO	32
QUADRO 1 - TIPOLOGIA PARA A DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE BIBLIOMETRIA, CIENTOMETRIA E INFORMETRIA.....	35
FIGURA 2 - DIAGRAMA DA ROSA DOS VENTOS DA PESQUISA.....	38
FIGURA 3 - MODELO CONCEITUAL DOS DOCUMENTOS TEMÁTICOS INTEGRANTES NA AVALIAÇÃO DA CAPES.....	48
QUADRO 2 - QUADRO DE PONTUAÇÃO PARA OS DIFERENTES TIPOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	57
QUADRO 3 - PESOS PARA MÉDIA PONDERADA DA PRODUÇÃO DO NRD6.....	64
QUADRO 4 - PONTUAÇÃO MÍNIMA ANUAL NECESSÁRIA.....	73
QUADRO 5 - QUADRO COMPARATIVO DE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	76
QUADRO 6 - QUADRO COMPARATIVO DE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA (NÚM. RELATIVOS).....	77
GRÁFICO 1 - PONTUAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA – PUC-CAMPINAS.....	78
GRÁFICO 2 - PONTUAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA – ÁREA CAPES: ARQUITETURA E URBANISMO.....	78
GRÁFICO 3 - PONTUAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA – ÁREA CAPES: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.....	78
GRÁFICO 4 - PONTUAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA – ÁREA CAPES: EDUCAÇÃO.....	78
GRÁFICO 5 - LEGENDAS.....	79
QUADRO 7 - SIGLAS DAS LEGENDAS.....	79

SUMÁRIO

RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	IX
SUMÁRIO	X
INTRODUÇÃO	1
1 - AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	7
1.1 - UNIVERSIDADES.....	8
1.1.1 – UNIVERSIDADES CONFESSIONAIS	12
1.2 – PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	16
1.3 – PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	18
1.3.1 – TIPOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	20
1.4 – AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	22
1.4.1 – AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	28
1.5 – CIENTOMETRIA.....	31
1.6 – CONSIDERAÇÕES	35
2 – PROCESSO DE AVALIAÇÃO	37
2.1 – CAPES	40
2.1.1 – QUALIS	50
2.1.2 – COMISSÕES DE ÁREAS DA CAPES.....	51
2.2 – CONSIDERAÇÕES	52
3 – METODOLOGIA	54
3.1 – ÁREAS ADOTADAS PARA ANÁLISE	55
3.1.1 - ÁREA: ARQUITETURA E URBANISMO.....	55
3.1.2 – ÁREA: COMUNICAÇÃO / CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	58
3.1.3 – ÁREA: EDUCAÇÃO	60
3.1.4 – ÁREA: ENGENHARIAS IV	65
3.1.5 – ÁREA: PSICOLOGIA.....	67
4 – ESTUDO DE CASO: PUC-CAMPINAS	68
4.1 – PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOCENTE NA PUC-CAMPINAS	69
4.2 – ANÁLISE COMPARATIVA	74
4.3 – RESULTADOS	78
5 – CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	88
ANEXO I – ORGANOGRAMA DA PUC-CAMPINAS	93

ANEXO II – RESOLUÇÃO NORMATIVA PUC N.º 11/05	95
ANEXO III – DOCUMENTO DE ÁREA CAPES: ARQUITETURA E URBANISMO	114
ANEXO IV – DOCUMENTO DE ÁREA CAPES: COMUNICAÇÃO / CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	158
ANEXO V – DOCUMENTO DE ÁREA CAPES: EDUCAÇÃO	181
ANEXO VI – DOCUMENTO DE ÁREA CAPES: ENGENHARIAS IV .	224
ANEXO VII – DOCUMENTO DE ÁREA CAPES: PSICOLOGIA	246

Introdução

As Universidades têm como premissa básica capacitar e formar massa crítica apta a se apropriar e a fazer avançar o conhecimento por meio de uma atividade intelectual objetivada de formação, pesquisa e extensão, realizada por seu corpo docente. Pode-se observar que essa dinâmica promove o avanço da ciência e, dessa forma, a formação de profissionais, docentes e pesquisadores.

Na prática, esse avanço da ciência materializa-se por meio da pesquisa que, após seu registro, torna-se Produção Científica.

Segundo Wachowicz e Romanowski, é importante que os critérios de avaliação, no entanto, sejam estabelecidos antes do processo de avaliação e não em função dele (WACHOWICZ; ROMANOWSKI, 2002). Esse processo é acompanhado e controlado por meio de avaliações periódicas realizadas tanto pelos gestores internos das Instituições de Ensino Superior como pela Agência Reguladora e de fomento do Governo Federal, vinculada ao sistema de gestão de políticas educacionais do poder público.

Essa Agência Reguladora desenvolve e implementa sistemas de avaliação. Para ilustrar, pode-se citar o sistema de avaliação dos Programas de Pós-Graduação implantado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – entre 1976/1977. Um dos objetivos desse sistema é avaliar, seguindo um conjunto de critérios, a qualidade do desempenho dos cursos. Com base em critérios previamente estabelecidos por integrantes da área, de reconhecido saber, avaliações são atribuídas sobre um conjunto de parâmetros, sendo a pesquisa e a produção científica

consideradas como os de maior peso para a determinação do padrão de qualidade dos Programas (SOUZA; PAULA, 2002). Entretanto, a qualidade pode ser observada a partir da consolidação dos Programas. Essa consolidação é verificada nas notas a eles atribuídas pela CAPES¹. A avaliação da produção científica, como produto objetivado da pesquisa e, conseqüentemente, realizada nos Programas de Pós-Graduação, vem sendo avaliada pela CAPES, através de suas comissões de pares e, nos casos de cursos considerados de excelência, por comissões externas.

Considerando o contexto explicitado, a questão que se coloca é da seguinte ordem: **é factível construir um sistema de indicadores que avalie a produção científica dos pesquisadores, considerando simultaneamente as diretrizes universitárias e as da agência reguladora?**

Tendo como base esse questionamento, estabeleceu-se como problema deste projeto o estudo dos critérios de avaliação universitários, com ênfase para as universidades confessionais, aplicando-se como campo experimental a Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, e aqueles utilizados pela Agência Reguladora do Ministério da Educação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

A hipótese deste estudo é a de que os procedimentos e critérios de avaliação da produção científica, ou seja, os critérios de avaliação na Universidade e na Agência Reguladora não são convergentes, já que parecem não refletir de forma idêntica os resultados da atividade de pesquisa: a produção científica. Na PUC-Campinas, por exemplo, cada docente é avaliado

¹ A CAPES produz dois tipos de relatórios: de acompanhamento e trienal, sendo que este último resulta na nota do Programa para o próximo triênio.

independente de sua área de atuação. Já na Agência Reguladora, cada área do conhecimento possui seus próprios critérios de avaliação, obedecendo a suas especificidades.

O objetivo geral deste trabalho é analisar e refletir sobre o papel da Universidade como *locus* da pesquisa e da produção científica, do ponto de vista do processo de avaliação praticado pelas instâncias competentes no Brasil.

Os objetivos específicos são:

- estudar o processo de avaliação da produção científica docente na Universidade, para subsidiar a análise do grau de convergência entre os seus critérios de avaliação e os da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão vinculado ao Ministério da Educação;
- discutir, com base na literatura do campo da ciência da informação, os dispositivos e recursos para a avaliação da produção científica, particularmente os elementos e conceitos contemplados pela Cientometria;
- identificar, analisar, classificar e categorizar os critérios de avaliação, no âmbito de uma Universidade Confessional e da Agência Reguladora.

Tem-se como justificativa para a execução desta pesquisa o vínculo funcional do pesquisador com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da PUC-Campinas, uma das instâncias que discutem com a comunidade acadêmica políticas e diretrizes da pesquisa e pós-graduação dentro da Universidade e sua avaliação dentro de um novo contexto; assim, verifica-se,

portanto, um contexto favorável para o desenvolvimento desta pesquisa, estando inteiramente relacionada aos assuntos que estão em pauta na Universidade estudada.

Destaca-se também o interesse pessoal em contribuir com subsídios à política de gestão das atividades de pesquisa e de produção científica na Universidade. As atividades profissionais do pesquisador são desenvolvidas junto à Coordenadoria Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da PUC-Campinas, órgão vinculado diretamente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, o que lhe possibilita estar permanentemente familiarizado com resultados de avaliações dos Programas e docentes, promovidas interna e externamente.

Essa experiência permite, ainda, observar que a avaliação dos docentes na PUC-Campinas parece não seguir os mesmos parâmetros adotados pela Agência Reguladora oficial. Não que obrigatoriamente devesse seguir, já que a Lei de Diretrizes e Bases garante autonomia relativa às Universidades; porém, entende-se como algo aconselhável, já que as avaliações externas são rigorosas e demonstram transparência em seus processos, por meio do uso de critérios consolidados.

Ressalte-se que, em nível nacional, o Governo Federal está promovendo a discussão da Reforma Universitária, que, apesar de não ser escopo deste trabalho discutir, apresenta, no âmbito do Ministério da Educação, as razões motivadoras: democratização do acesso ao ensino superior; melhoria da qualidade do ensino; fortalecimento da universidade pública; impedimento da mercantilização do ensino superior; e construção de uma gestão democrática. É justamente por essas razões que a presente pesquisa foi realizada com os

objetivos propostos, ou seja, analisar e refletir sobre o papel da Universidade como *locus* da pesquisa e da produção científica, do ponto de vista do processo de avaliação praticado pelas instâncias competentes no Brasil.

Quanto à sua estrutura, esta pesquisa encontra-se dividida em cinco capítulos, sendo que o primeiro, “Avaliação da Produção Científica”, contará com referencial teórico referente ao processo de produção do conhecimento, em que serão discutidos fundamentos para o desenvolvimento do trabalho, tais como os conceitos de universidade, pesquisa acadêmica, produção científica e avaliação institucional em universidades. Serão utilizadas como base as legislações vigentes no Brasil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Contará também com uma discussão sobre os fundamentos teóricos e práticos da Cientometria, ou Ciência das Ciências, campo disciplinar para o estudo do sistema de ciência, tecnologia e inovação. É também, a partir do estudo desse campo, que será configurada a interface com a Ciência da Informação, em que serão discutidas as estruturas de representação e de formação de estoques da produção científica, bem como a caracterização da ciência como amplo sistema social.

O segundo capítulo será destinado ao Processo de Avaliação utilizado pela CAPES. Neste capítulo, será também realizado o recorte, ou seja, filtrado o que é relevante no processo de avaliação, utilizando-se como diretriz o esquema desenvolvido pelo *Centre de Sociologie de l’Innovation*, a Rosa dos Ventos da Pesquisa.

Posteriormente, serão abordados os procedimentos metodológicos utilizados e a maneira com que se procedeu à análise dos dados, tendo sido selecionado o método de análise bibliográfica. Serão apresentados também os

critérios de avaliação utilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O quarto capítulo trará o processo de avaliação e os critérios utilizados pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, bem como a aplicação da análise da convergência entre os critérios de avaliação desta Universidade em relação aos critérios utilizados pela Agência Reguladora, dentro do recorte estabelecido.

Por fim, contará com a conclusão, com as considerações e recomendações sobre os resultados alcançados pela pesquisa.

1 - Avaliação da Produção Científica

A Produção Científica, produto objetivado da atividade de pesquisa, promove o avanço do conhecimento e, para sua realização, deve estar vinculada a uma Universidade, Instituto de Pesquisa ou até mesmo a algumas empresas, exercendo cada qual sua função de incubadora no processo de produção do conhecimento.

Nas Universidades e nos Institutos de Pesquisa e até mesmo nas empresas, essa produção deve ser sistematicamente avaliada, tanto interna quanto externamente, na tentativa de verificar o equilíbrio da relação *input x output*.

Para auxiliar todo esse processo de produção de conhecimento e avaliação, bem como na compreensão da dinâmica da ciência, na formulação de políticas e na tomada de decisões, surge a necessidade do estabelecimento de indicadores que mostrem aos especialistas ou autoridades governamentais interessados o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T). Esta nova ciência é denominada Cientometria, ou Ciência das Ciências, sendo caracterizada como um segmento da sociologia das ciências.

Tais questões e fundamentos para o desenvolvimento deste trabalho serão discutidos neste primeiro capítulo.

1.1 - Universidades

Universidade é um *status* conferido às instituições de ensino superior que possuem Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sendo exigida, dentre diversos outros critérios, atividade efetiva de pesquisa em, no mínimo, três áreas (Portaria MEC 637/97) e pós-graduação implantada, caracterizando, desta forma, a pesquisa acadêmica institucionalizada. De acordo com o artigo 52 da Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, são caracterizadas por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral (BRASIL, 1996, p. 19).

São consideradas, ainda, Instituições de Ensino Superior, além das Universidades, os Centros Universitários, as Faculdades Integradas, as Faculdades e os Institutos Superiores ou Escolas Superiores.

As Universidades, cuja premissa básica é capacitar e formar massa crítica apta a se apropriar e a fazer avançar o conhecimento por meio de uma atividade intelectual objetivada de formação, pesquisa e extensão, realizada por seu corpo docente, promovem, por meio dessa dinâmica, o avanço da ciência. Corrobora com essa afirmação o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases/96, a qual explicita as finalidades da educação superior:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996, p. 16-17).

José Dias Sobrinho corrobora com essa premissa ao afirmar que, além da formação prática e mais visível de preparação profissional, as Universidades estão “*no mesmo processo, intencionalmente ou não, formando cidadãos mais ou menos críticos e conscientes do que ocorre no mundo e do papel das ciências nas sociedades contemporâneas*” (DIAS SOBRINHO, 1995, p. 18). O autor continua mais adiante: “*Sua natureza é social: é pela e para a sociedade que foram criadas e se mantêm as instituições universitárias*” (p. 21-22).

De acordo com Schwartzman, um dos principais objetivos da Universidade é sua função democratizadora, já que pode proporcionar a todos os indivíduos oportunidade de participação igualitária na sociedade. Outra função seria a racionalização da sociedade, por meio da eliminação das “*diferenças entre o culto e o inculto, entre o saber científico e o saber pré-científico*”, chegando ao terceiro estado de evolução positivista da sociedade, o da ciência (SCHWARTZMAN, 1981, p. 97).

Explicitadas as funções e natureza da Universidade, pode-se afirmar que

ela atende os interesses básicos da sociedade por meio da formação de profissionais, docentes e pesquisadores.

Ressalte-se ainda que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases/96, a finalidade primeira da educação superior é “*estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo*”, e como missão essencial “*formar recursos humanos de qualidade e promover, por meio da pesquisa, o avanço do conhecimento e a formação crítica e criativa dos estudantes*” (DAVIDOVICH, 2005, p. 24).

Levando a discussão um pouco para o lado histórico, Simon Schwartzman afirma que as instituições universitárias brasileiras tiveram sua origem ligada à experiência universitária portuguesa, em especial à da Universidade de Coimbra (SCHWARTZMAN, 2005). A teoria utilizada nesta Universidade era a da Universidade Católica da Contra-Reforma, cuja função consistia na formação de teólogos, sacerdotes, juristas e administradores do Império Português dentro da orientação estrita da ordem dos Jesuítas, reforçando a ligação entre a Igreja e o Estado em Portugal.

Naquela época, na Europa, quando da realização da reforma pombalina, as Universidades vinham sendo influenciadas pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa, o que resultou no surgimento de duas frentes: introdução das ciências modernas em substituição ao conhecimento clássico e dos conhecimentos técnicos no contexto universitário. Essa era a teoria da universidade brasileira no período colonial, que se manteve por muitos anos no período republicano (SCHWARTZMAN, 2005).

No entanto, de acordo com Schwartzman, nas décadas de 20 e 30 do século XX, três teorias universitárias adquiriram importância: a da Universidade

como centro de formação científica e cultural e criação de elites; a da Universidade confessional e católica; e a da Universidade padrão, resultando esta última na *“criação de um sistema universitário ritualizado, burocratizado, homogêneo na aparência mas de conteúdo altamente variado e freqüentemente desconhecido pelos próprios funcionários responsáveis pelo seu controle e supervisão”* (SCHWARTZMAN, 2005).

Somente nos anos do pós-guerra é que, ao chamar para si as universidades estaduais criadas nos anos anteriores, exceto a de São Paulo, o governo federal assume a responsabilidade por grande parte do ensino superior (SCHWARTZMAN, 2005).

No período militar, especialmente a partir de 1968, o governo inicia a expansão do sistema do ensino superior, tanto pelo aumento no número de vagas oferecidas no sistema público quanto na liberdade concedida para a criação de instituições de ensino superior privadas. Neste período, vigoravam duas teorias, a do capital humano, na qual *“a educação era considerada um investimento racional e altamente produtivo, não só para os indivíduos, como para a sociedade como um todo”* (SCHWARTZMAN, 2005); e a da indissolubilidade do ensino-pesquisa-extensão, seguindo o exemplo das universidades mais avançadas dos Estados Unidos e algumas da Europa. O sistema universitário brasileiro encontrava-se dividido entre universidades públicas financiadas pelo Estado e universidades privadas de caráter confessional (CALDERÓN, 2000, p. 62).

Neste período, as universidades privadas eram sinônimo de universidades confessionais, apoiadas no caráter religioso de suas missões educacionais e suas preocupações com a qualidade do ensino, voltadas para a

pesquisa e com programas de pós-graduação. Essas universidades cobravam pelos serviços educacionais prestados; porém, não poderiam ter fins lucrativos (CALDERÓN, 2000, p. 62).

Nas décadas seguintes, a partir de 1973, começaram a surgir as universidades estritamente privadas, com a finalidade de obtenção do lucro e acumulação de capital. Calderón denomina tais universidades como mercantis. É o início da existência de um mercado de ensino universitário, amplamente disseminado e competitivo nos dias atuais.

Conforme já mencionado anteriormente neste capítulo, uma das teorias universitárias que adquiriram importância nas décadas de 20 e 30 é a da Universidade Confessional, que será detalhada a seguir.

1.1.1 – Universidades Confessionais

De acordo com Walter Frantz, as universidades no Brasil podem ser agrupadas em quatro diferentes tipos, independentemente de serem pessoas jurídicas de direito público ou privado: universidades estatais, universidades confessionais, universidades empresariais e universidades de iniciativa civil organizada, sem fins lucrativos (FRANTZ, 2005, p. 4).

A confessionalidade, de acordo com Conrado Vasselai, *“na sua essência, diz respeito às atitudes que pessoas assumem em relação ao transcendente. É a atitude de resposta do homem que professa sua fé. O ser humano, por razões de fé, se orienta e professa sua crença apoiado em dogmas e doutrinas religiosas”* (VASSELAI, 2001, p. 17).

E complementa que

Respeitados os princípios pedagógicos, a confessionalidade, numa visão do ser humano integral, pode oferecer, a partir de princípios de fé, procedimentos pautados na ética e na moral como diretrizes que possam ajudar a pessoa humana na busca de conhecimentos, a encontrar razões transcendentais para questões de convivência, vida humana e realização. Contudo, o enfoque da confessionalidade dentro de uma instituição de ensino, não pode obrigar as pessoas a aderirem aos princípios. O indivíduo adere ou não à proposta, num processo de liberdade e criticidade (VASSELAI, 2001, p. 22-23).

A instituição confessional deve estar em constante processo de revisão de sua trajetória, tendo sempre em mente “*qual a motivação que deu início àquela instituição religiosa; quais os princípios que geraram aquela confissão religiosa e qual o grau de envolvimento, no momento atual, que leva a mensurar a importância no campo confessional e acadêmico, destacando a dimensão científica e epistemológica*” (VASSELAI, 2001, p. 24).

Conforme já mencionado, a premissa básica da Universidade é fazer avançar o conhecimento. No entanto, nas universidades confessionais, a confessionalidade é prioritária, “*sem contrapor-se ou sobrepor-se à ciência*” (VASSELAI, 2001, p. 26). O autor complementa que “*ciência e confessionalidade estabelecem os compromissos que irão satisfazer as propostas de uma educação integral*” (p. 26).

É importante ressaltar que, em uma universidade confessional, “*a análise da ação e produção científica passará pelo viés dos referenciais da confessionalidade*” (VASSELAI, 2001, p. 27), que, subjetiva como é, “*não poderá prejudicar a interação entre cientificidade e confessionalidade*” (p. 27).

Complementa o autor que

As mudanças de postura acadêmica ocorrerão conforme o empenho que a própria instituição dispense para reafirmar os valores que levam à geração e à criação da denominação religiosa com os quais fundamenta a confessionalidade assumida pela universidade. A instituição, porém, deverá manter-se aberta à dinâmica acadêmica e educacional, o que lhe permitirá incorporar toda complexidade das interações e

adequar-se às mudanças que o momento exige para cumprir seu papel enquanto universidade, sem abdicar de seus compromissos éticos assumidos enquanto instituição confessional (VASSELAI, 2001, p. 27).

De acordo com a Carta de Princípios – 2005 da Universidade Presbiteriana Mackenzie, ser confessional “*pressupõe um credo. Como o nome já indica, uma confissão é um conjunto de conceitos e valores que declaramos ser a expressão da verdade. Uma universidade confessional é aquela que adota uma confissão explícita no desempenho de suas atividades*” (CARTA, 2005, p.1). Na mesma carta é complementado que “*a confessionalidade deve permear os três eixos da Universidade: ensino, pesquisa e extensão*” (p.1).

Tal vocação deve estar, no entanto, explícita nos documentos norteadores da Universidade. É o caso da PUC-Campinas, que tem como missão:

A Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a partir de valores ético-cristãos, considerando as características sócio-culturais da realidade tem como missão produzir, sistematizar e socializar o conhecimento, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à capacitação profissional de excelência, à formação integral da pessoa humana e à contribuição com a construção de uma sociedade justa e solidária (PONTIFÍCIA, 2005b).

Seus valores institucionais decorrentes dessa missão e que nortearão as ações da Universidade são:

- 1. Solidariedade*
- 2. Respeito ao pluralismo e à diversidade*
- 3. Responsabilidade com o meio ambiente*
- 4. Desenvolvimento com sustentabilidade econômico-financeira*
- 5. Pró-atividade*
- 6. Participação e co-responsabilidade*
- 7. Excelência*
- 8. Compromisso social (PONTIFÍCIA, 2005d).*

E, em seu Estatuto, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 11 de março de 2004 e homologado e aprovado pelo Ministro de Estado da

Educação, o artigo 7.º rege que a PUC-Campinas tem por finalidades, no desempenho de suas funções:

I - promover a formação integral de seus membros, respondendo às indagações e inquietações da pessoa humana e da sociedade;

II - promover e cultivar, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, todas as formas de conhecimento, produzindo-as, sistematizando-as e difundindo-as, sempre comprometida com a ética e a solidariedade que priorizam a dignidade da vida;

III - promover o ensino, a pesquisa e a extensão, formando e aperfeiçoando professores, pesquisadores, profissionais e técnicos, nas diferentes áreas do conhecimento, aptos a uma inserção construtiva e crítica no desenvolvimento da sociedade brasileira;

IV - promover a pesquisa e estimular a atividade criadora nas ciências, letras e artes, contribuindo, também, para a integração da cultura nacional;

V - dedicar-se ao estudo da realidade do mundo presente, em particular, da realidade brasileira e regional, em busca de soluções democráticas para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI - estabelecer uma relação de solidariedade e reciprocidade com a comunidade local, através de atividades de extensão nas várias áreas do conhecimento, mediante a realização de estudos, cursos e projetos;

VII - promover a integração do ensino com a pesquisa e a extensão, otimizando seus recursos, de modo que se evite a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;

VIII - promover o intercâmbio e a cooperação com outras instituições educacionais, científicas, tecnológicas, culturais, esportivas e artísticas nacionais e estrangeiras;

IX - promover a divulgação do conhecimento, através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

X - incentivar e promover a formação continuada e criar condições e meios para a sua concretização;

XI - prover-se de meios e processos atualizados, que garantam a consecução de seus objetivos, dentro de padrões de excelência (PONTIFÍCIA, 2006, p. 2-3).

Diante dos elementos apresentados, constata-se que a PUC-Campinas é uma Universidade Confessional e, como Universidade, deve realizar atividade efetiva de pesquisa, conforme já caracterizado no item 1.1. Desta forma, apresentam-se a seguir os conceitos relacionados à pesquisa científica

e tecnológica.

1.2 – Pesquisa Científica e Tecnológica

De acordo com a contribuição de Davidovich (2005) referente à finalidade primeira da educação superior e sua missão essencial, é por meio da pesquisa que se promove o avanço do conhecimento e a formação crítica e criativa dos estudantes. Formação essa conquistada pelo indivíduo por meio da pesquisa acadêmica, que constitui, inclusive, o tripé sustentador da Universidade: ensino, **pesquisa** e extensão.

A pesquisa é, entretanto, desenvolvida em um contexto de troca, no qual a publicação de seus resultados apresenta três objetivos: divulgar descobertas científicas, salvaguardar a propriedade intelectual e alcançar a fama (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 134). Dessa forma, a ciência cumpriria também suas funções como processo social, por meio da disseminação de conhecimentos, preservação dos padrões que a legitimam perante a sociedade e, por fim, a atribuição de créditos e reconhecimento aos autores que contribuíram para o avanço da ciência, materializado por meio da citação (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 134). É importante ressaltar, sobretudo, que o processo de desenvolvimento da pesquisa segue um ritual, não sendo realizado, de forma alguma, por geração espontânea.

No nosso trabalho advogamos a idéia que:

Pesquisa e desenvolvimento experimental (P&D) compreendem trabalho criativo empreendido em uma base sistemática com o objetivo de aumentar o estoque de conhecimento, incluindo o estoque do homem, cultura e sociedade, e o uso desse estoque para inventar novas aplicações. Cobre três atividades: pesquisa básica, pesquisa

aplicada e desenvolvimento experimental (OECD, 2002, p. 13).

É preciso, no entanto, distinguir os termos pesquisa e desenvolvimento. As Universidades, por terem como finalidade a capacitação de pessoas e também a produção e socialização do conhecimento, conforme já mencionado acima, têm a pesquisa consagrada como fim. Como disse José Ellis Ripper, em entrevista à Revista FAPESP, a universidade faz pesquisa porque tem que *“formar gente que vai trabalhar a maior parte do tempo da vida com o conhecimento que não existe hoje”* (RIPPER, 2004, p. 13). E isso é válido em qualquer área do conhecimento. A universidade, ao fazer com que os alunos interajam no processo de criação e conseqüente avanço do conhecimento, faz com que esses cidadãos participem do processo.

Do outro lado, o desenvolvimento é realizado pela empresa. E por que a empresa faz desenvolvimento e não pesquisa? É porque a pesquisa somente traz resultados em longo prazo, e os empresários não estão dispostos a aguardar tanto tempo para que o resultado possa ser percebido. Desta forma, a empresa faz desenvolvimento, sob a forma de pesquisa tecnológica com base científica, principalmente de novos produtos, tecnologias novas de produção, entre outros.

De acordo com o Manual Frascati (OCDE), o conceito de atividades científicas e tecnológicas compreende:

...atividades sistemáticas que estão estreitamente relacionadas com a geração, avanço, disseminação e aplicação de conhecimento científico e tecnológico em todos os campos da ciência e da tecnologia. Isso inclui atividades como pesquisa e desenvolvimento, educação e treinamento científico e tecnológico e os serviços científicos e tecnológicos (OECD, 2002, p. 4).

Ainda de acordo com o Manual Frascati (OCDE), tem-se como uma das atividades científicas e tecnológicas a inovação, assim caracterizada:

Inovação científica e tecnológica pode ser considerada como a transformação de uma idéia em um novo ou aprimorado produto introduzido no mercado, em um novo ou aprimorado processo operacional usado na indústria e comércio, ou em um novo caminho para um serviço social. A palavra “inovação” pode ter diferentes significados em diferentes contextos e o escolhido dependerá dos objetivos particulares de medida ou análise (OECD, 2002, p. 5).

Em decorrência do fato de a produção científica ser o produto objetivado da atividade de pesquisa realizada nas Universidades, faz-se necessária a conceituação do que vem a ser Produção Científica.

1.3 – Produção Científica

O avanço da ciência materializa-se por meio da pesquisa, cujos resultados são estruturados na forma de produções científicas, caracterizadas como o produto objetivado da atividade como produção intelectual, com a intenção de fazer avançar o conhecimento, no qual encontram-se inseridos os contextos político, econômico, social, entre outros.

De acordo com o exposto na introdução do Catálogo de Publicações dos Docentes (1990/1994), editado pela PUC-Campinas em 1996,

Produção Científica é a forma pela qual a Universidade ou instituição de pesquisa se faz presente no saber-fazer-poder ciência; é a base para o desenvolvimento e a superação da dependência entre países e entre regiões de um mesmo país; é o veículo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de um país; é a forma de se fazer presente não só hoje, mas também amanhã; é... Este rol poder ir longe mas, seja qual for o ângulo que se tome por referência, é inegável o papel da ciência na vida das pessoas, das instituições, dos países. Pode-se afirmar que alguma produção científica está ligada à maioria, quase totalidade das coisas, dos eventos, dos lazeres com que as pessoas se envolvem no cotidiano (PUC-Campinas, 1996, p. 8).

Em complemento, segundo Souza e Paula,

a produção científica do curso compreende a produção docente

e discente. A produção científica docente, nacional e/ou internacional, é verificada em termos de qualidade, volume e regularidade, quanto aos diferentes tipos de veículos utilizados para publicação, participação em congressos e produção técnica e/ou artística, buscando-se coerência com a área de concentração do curso; a produção discente compreende as teses e dissertações (qualidade e volume), publicações associadas e similares (SOUZA; PAULA, 2002, p. 7).

Afirmam ainda que

As publicações, em âmbito nacional ou internacional, são consideradas em suas diversas formas: livros, artigos em periódicos, artigos completos e resumos publicados em anais de congressos, capítulos de livros, artigos de divulgação em jornais e revistas, resenhas e resenhas, traduções bibliográficas, edições revisadas, coletâneas, monografias e ensaios, folhetos e similares (SOUZA; PAULA, 2002, p. 7).

Esse processo de avanço da ciência foi demonstrado por dois pesquisadores, Garvey e Griffith (MUELLER, 2000a, p. 99), que propuseram um modelo de fluxo da informação científica, tendo sido observado como os cientistas da área de psicologia se comunicavam e divulgavam suas pesquisas, modelo este logo adaptado para todas as áreas de conhecimento. De acordo com os autores, o processo de comunicação pode ser representado por um contínuo, situando-se em sucessão e por ramificações, as atividades dos pesquisadores e os documentos gerados.

No início do processo, os pesquisadores apresentam relatórios preliminares e comunicações de pesquisas em andamento. No próximo passo, um pouco antes e logo após o término da pesquisa, há uma sucessão de seminários, conferências que geram trabalhos completos ou resumos, normalmente publicados nos anais dos eventos. Em seguida, há o envio do original para publicação em periódico científico, sendo a versão prévia analisada pela comunidade de pares. Após aceito e publicado, haverá uma série de notícias, ensaios bibliográficos, entre outros. Caso a pesquisa tenha atingido o impacto desejado, outros autores começarão a citá-la assim que a

mesma estiver disponível.

Conforme constata-se pelo modelo de comunicação da produção científica apresentado acima, a atividade de pesquisa pode gerar diversos tipos de produção científica, discriminados a seguir.

1.3.1 – Tipos de Produção Científica

Os variados tipos de documentos diferenciam-se por suas características físicas e intelectuais. Entendem-se como características físicas de um documento o seu material, natureza, tamanho, peso, apresentação, forma de produção, possibilidade de consulta direta, periodicidade, entre outras. Já como características intelectuais pode ser considerado o seu objetivo, conteúdo, assunto, tipo de autor, fonte, forma de difusão, acessibilidade, originalidade, entre outras (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 41).

Esses documentos encontram-se divididos, quanto à sua divulgação, em canais formais e informais de comunicação.

São considerados inseridos nos canais formais de comunicação os livros, periódicos, anais, relatórios, patentes.

O Livro, de acordo com Guinchat e Menou, é um “conjunto de folhas impressas e reunidas em um volume encadernado ou sob a forma de brochura” (1994, p. 54). Santos e Ribeiro complementam como sendo “qualquer publicação que não seja seriada. É geralmente a respeito de um só assunto ou assuntos relacionados e completa-se por si mesma, ainda que esteja organizada em capítulos, seções ou partes” (apud FAVATO, 2003, p. 27).

O Periódico Científico surgiu no século XVII, tendo o primeiro fascículo

do *Journal dês Sçavants* sido editado em janeiro de 1665, na França. Em março do mesmo ano, surgiu o periódico da Royal Society, o *Philosophical Transactions* (CAMPELLO; SANTOS, 1993, p. 42). Seu surgimento deu-se a partir da necessidade de comunicação rápida e precisa sobre uma experiência ou observação específica, que fosse de alcance mais amplo que a comunicação oral ou correspondência pessoal, bem mais rápido que os livros e tratados, e que permitisse também a rápida troca de idéias e a crítica entre todos os cientistas interessados no assunto em questão. A legitimidade e validade das informações contidas em um artigo científico em periódico é fruto da avaliação dos pares, neste caso, representados pelo editor do periódico e seu conselho editorial.

De acordo com Suzana Mueller, o periódico científico tem quatro funções:

comunicação formal dos resultados da pesquisa original para a comunidade científica e demais interessados;
preservação do conhecimento registrado;
estabelecimento da propriedade intelectual; e
manutenção do padrão da qualidade na ciência (MUELLER, 2000a, p. 75-76).

O periódico é, ainda nos dias de hoje, considerado um dos veículos mais importante para a comunicação da ciência.

Os Anais podem ser considerados como a compilação de trabalhos apresentados em conferências, congressos, relatórios e publicados sob a forma textual (resumo ou texto completo). Não é utilizado, necessariamente, como suporte, o papel.

A Patente, de acordo com Guinchat e Menou, é um “*título de propriedade intelectual, identificado por um número oficial que protege, durante um certo tempo, uma invenção descrita nos seus detalhes, na medida das*

reivindicações que apresenta” (1994, p. 55).

Uma patente é um direito concedido pelo governo a um inventor em troca pela publicação da invenção; dá ao inventor um direito para prevenir qualquer terceiro de usar a invenção de qualquer forma, por um período combinado. [...] A descrição da patente também contém muita informação tecnológica indisponível em outros lugares e conseqüentemente constitui um significativo complemento para as tradicionais fontes de informação para medição da difusão da informação científica/tecnológica (OECD, 2002, p. 111).

A Tese, outro tipo de canal formal, é o “conjunto de trabalhos apresentados a uma faculdade ou universidade com o objetivo de obter um grau universitário” (GUINCHAT; MENO, 1994, p.55).

Mais recentemente, passaram a integrar o canal formal de comunicação, as bases de dados e os periódicos eletrônicos. As Bases de Dados são importantes fontes de informações e podem ser classificadas como Bases de Dados de Referências e Bases de Dados de Fontes. Os Periódicos Eletrônicos têm revolucionado a divulgação científica por facilitar o acesso da informação, sob a forma de artigos, pelo usuário.

Por outro lado, como canais informais, temos as fontes primárias e orais como conversas pessoais, telefone, fax, correio, e-mail, visitas técnicas a instituições (GIRALDES *apud* FAVATO, 2003, p. 30). Dentre os citados acima, atualmente o correio eletrônico é o mais importante canal de comunicação, baseado no envio e recepção de textos, utilizando-se do computador.

1.4 – Avaliação Institucional

Em se tratando do conceito de Avaliação Institucional, Mariângela Abrão sintetizou como sendo

um processo de criação de cultura, de busca contínua de

atualização, de auto-superação pelos atores-sujeitos e de auto-regulação institucional, no nível das estruturas de poder e do sistema. Desse modo, assegura-se a sintonia com as mudanças operadas no entorno, na economia, na ciência e tecnologia. Pressupõe-se envolvimento e disposição de cada ator-sujeito ao efetivar a práxis cotidiana, em buscar patamares superiores de qualidade (ABRÃO, 2003, p. 34).

Para Belloni, é

um empreendimento que busca a promoção da tomada de consciência sobre a instituição. Seu objetivo é melhorar a universidade. A autoconsciência institucional constitui importante subsídio para o processo da tomada de decisão, tanto em nível individual quanto em nível coletivo, da instituição como um todo, com vistas ao seu aperfeiçoamento, e tem como ponto de fundamental importância a intensa participação de seus membros tanto na forma de encaminhar a avaliação na identificação de critérios e procedimentos, como na utilização dos resultados (BELLONI, 2000, p. 91).

Schwartzman ressaltou que a avaliação institucional

reflete, também, o fato de que não existe, em nenhuma parte do mundo, metodologias de avaliação que estejam livres de questionamentos e discussões. Seria utópico imaginar que fosse possível chegar a uma metodologia de avaliação tão objetiva e perfeita que pudesse, por si mesma, eliminar as ambigüidades e contradições que são inerentes a qualquer empreendimento humano. Avaliações, por melhores que sejam, refletirão sempre valores de pessoas, e sempre existirão outras que pensarão de forma distinta (SCHWARTZMAN, 1988, p. 21).

Para Dias Sobrinho,

é importante [...] distinguir [...] avaliações que têm objetivos predominantemente pedagógicos ou formativos, ligadas à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, da organização dos currículos, da pesquisa científica de qualidade, enfim, do conjunto de atividades e serviços educativos, e, de outro lado, aquelas avaliações cujos objetivos estão mais ligados à consolidação dos interesses políticos de grupos no poder (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 42).

A importância da Avaliação Institucional, no entanto, cresce à medida que as IES buscam eficiência institucional e melhoria na qualidade das atividades desenvolvidas.

Para sua realização, é preciso que as IES planejem bastante seus processos de avaliação, com objetivos bem definidos e reflexões sobre as

ações implementadas.

Vale observar que esse deve ser um processo contínuo no qual os objetivos devem ser redefinidos em consequência do alcance das metas institucionais propostas, estando a IES em constante processo de autocrítica e contínua busca de melhoria da qualidade.

Finalizando Dias Sobrinho explica que

Avaliar é mais que elaborar um banco de dados, medir os graus de possíveis aprendizagens, inventariar resultados ou demonstrar desempenhos, embora tudo isso seja importante e deva fazer parte do processo. É mais que medir, selecionar, controlar ou fiscalizar, embora essas funções tenham estigmatizado toda a história da avaliação e sob muitos argumentos se justifiquem. A avaliação democrática, no sentido de uma ampla ação do coletivo universitário, deve priorizar seu potencial formativo e proativo. Deve levar a instituição educativa a se interrogar de forma radical e de conjunto sobre os significados de seus serviços e atividades e de suas relações com a ciência e com a sociedade. Essencialmente, a avaliação deve suscitar interrogações de sentido ético, político e filosófico sobre a formação que está promovendo e engendrar reflexões sobre o significado mais profundo da missão e da visão de cada instituição, segundo os princípios da equidade e da pertinência. Precisa conhecer e interpretar as fraquezas da instituição, com vistas a superá-las, mas, sobretudo, deve compreender e identificar as suas qualidades mais fortes e suas potencialidades para se consolidar ainda mais. A tarefa é de grande dificuldade e magnitude, e creio que se deve começar por uma ruptura (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 135).

Em resumo, de acordo com os autores citados, a avaliação é um processo que deve ser realizado continuamente para que se conheça, primeiramente, a instituição de ensino, suas potencialidades e até mesmo suas fraquezas, sempre com o objetivo de refletir sobre as ações que devem ser implementadas para alcançar a excelência. Não se deve nunca, em um processo de avaliação, remeter à idéia de premiação dos mais eficazes e punição dos menos produtivos, uma vez que o processo deve refletir a instituição como o conjunto de seus docentes, grupos de pesquisa, faculdades, programas de pós-graduação, entre outros. Para a realização desse processo,

é imprescindível, conforme ressaltado por José Dias Sobrinho (2002, p. 135), uma ruptura, haja vista que é um processo complexo que envolve, muitas vezes, mudança de cultura.

Apesar da avaliação já ocorrer de longa data nos Programas de Pós-Graduação – desde 1977 -, no ensino superior ela ganhou maior destaque a partir da década de 90, mais especificamente no governo Fernando Henrique Cardoso. Desde então vem sendo constituído um amplo sistema de mecanismos e procedimentos de avaliação, com destaque para a Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e as Avaliações das Condições de Ofertas de Cursos de Graduação, reconhecimento de cursos de graduação e credenciamento de IES e o sistema de avaliação gerencial das IES.

Porém, vale destacar algumas iniciativas de avaliações anteriores de Instituições de Ensino Superior. Em 1983, o Ministério da Educação instituiu o PARU – Programa de Avaliação da Reforma Universitária, com o qual pretendia-se ranquear as instituições (LEITE, 1997, p. 09).

A comunidade universitária, não aceitando o projeto, iniciou discussões e proposições de alternativas, inviabilizando sua continuidade.

Em 1989 e 1992, o MEC trouxe ao Brasil o *British Council Mission*, que promoveu, em Brasília, dois seminários institucionais de avaliação.

Em 1993, o MEC recebeu do Fórum de Pró-Reitores, uma proposta de criação de um programa de apoio à avaliação do ensino de graduação.

O MEC, então, naquele mesmo ano, instituiu uma Comissão Nacional para propor um sistema de avaliação do ensino superior. Essa comissão era formada por representantes de reitores de instituições federais, estaduais e

municipais, das particulares e confessionais, além de um comitê assessor formado por representantes indicados. Desse trabalho foi elaborada a Proposta de Avaliação Institucional, surgindo, então o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira - PAIUB.

Porém, em 1995, o MEC iniciou outro processo de institucionalização de práticas avaliativas, baseado em enfoques avaliativos diferentes do PAIUB.

Em 1996, o governo instituiu o Exame Nacional de Cursos (ENC), mais conhecido como Provão, através da Medida Provisória 1018, de 08/06/1995. O ENC consistia em “*avaliar a qualidade do ensino superior pela medição da aprendizagem dos alunos*” (ABRÃO, 2004, p. 48).

No mesmo ano, normatizou todo o sistema com projetos reguladores, por meio do Decreto 2026, que trata dos procedimentos de avaliação dos cursos de graduação e das Instituições de Ensino Superior.

Vale destacar que, também em 1996, foi publicada a nova Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996, a LDB.

Mundialmente, dois organismos internacionais, o Banco Mundial e a UNESCO, adotam concepções diferenciadas no que tange à avaliação da qualidade da educação superior, as quais expomos a seguir. É possível caracterizar as duas propostas em dois eixos, o do controle e o do aperfeiçoamento da qualidade.

Na perspectiva do Banco Mundial, a avaliação utiliza-se da estratégia de controle, fiscalização; a medição do desempenho atua como forma de medir a qualidade e a eficácia institucional.

Ainda de acordo com o Banco Mundial, “*o principal fator determinante do desempenho acadêmico é, talvez, a capacidade de avaliar e vigiar a qualidade*

dos resultados do ensino e da pesquisa” (BANCO MUNDIAL apud CONTERA, 2002, p. 120-121).

Em um documento de Elaine El-Khawas, intitulado “*El control de calidad en la educación superior: avances recientes y dificultades por superar*”, é analisada a necessidade de um maior controle da qualidade em educação superior por parte dos países, assinalando-se que “*a adoção de sistemas oficiais de controle da qualidade que se observa em muitos países e regiões é uma das tendências mais importantes que vêm afetando a educação superior nas duas últimas décadas*” (EL-KHAWAS apud CONTERA, 2002, p. 121-122).

Já na perspectiva da UNESCO, o objetivo da avaliação é o aperfeiçoamento e o melhoramento permanente, “*qualidade como transformação*” (CONTERA, 2002, p. 122).

Em uma Conferência Regional, realizada em Havana no ano de 1996, assinalou-se que

O conhecimento é um bem social que só pode ser gerado, transmitido, criticado e recriado em benefício da sociedade, em instituições plurais e livres, que gozem de plena autonomia e liberdade acadêmica, e que possuam uma profunda consciência de sua responsabilidade e uma indeclinável vontade de serviço na busca de soluções às demandas, necessidades e carências da sociedade a qual devem prestar contas como contrapartida necessária para o pleno exercício da autonomia. A educação superior poderá cumprir tão importante missão na medida em que se exija a si mesma a máxima qualidade, para o qual a avaliação contínua e permanente é um valioso instrumento (CONTERA, 2002, p. 123).

Consta em documento da UNESCO que

A avaliação como controle é uma idéia demasiadamente estática, fechada e carrega uma noção de castigo. A avaliação como ajuda para a tomada de decisões é mais dinâmica, aberta e carrega uma noção mais construtiva. Costuma-se interpretar o controle com um juízo das pessoas; a avaliação, ao contrário, fixa-se nas ações e nos resultados como algo coletivo e que constantemente se trata de melhorar e de tornar mais pertinente (UNESCO apud CONTERA, 2002, p. 124).

De acordo com Contera,

Tanto o Banco Mundial como a UNESCO realizaram tratamentos do tema coerentes, orientados por lógicas na maioria dos casos distintas e até opostas. Enquanto o Banco Mundial prioriza a política fiscalizadora do Estado a respeito das universidades e enfatiza a medição dos desempenhos e o controle dos resultados obtidos, com a intenção de revisar as matrizes históricas incorporando uma cultura de avaliação orientada para essas metas, a UNESCO recupera o respeito às práticas e às missões históricas das universidades públicas e autônomas. A avaliação se guia em todos os casos pela responsabilidade de prestar contas à sociedade – com um critério de sensibilidade e de compromisso com as aspirações e necessidades sociais -, e se orienta para a melhora e o aperfeiçoamento permanentes no cumprimento de suas funções substantivas (CONTERA, 2002, p. 125).

É consenso entre os dois organismos o fundamento na necessidade de mudar e inovar. Enquanto para o Banco Mundial a mudança necessária às universidades consiste em torná-las organizações mais eficientes quanto aos resultados, para a UNESCO, a preocupação é obter maior eficácia social.

Percebe-se, entretanto, que a CAPES adota o modelo do Banco Mundial, uma vez que está orientada pela lógica do produto e utiliza uma política fiscalizadora como forma de ação.

1.4.1 – Avaliação da Produção Científica

A análise da produção científica é um dos métodos existentes para a avaliação das atividades docentes.

A avaliação do desempenho docente deve, no entanto, integrar-se a um processo maior de avaliação de ensino/aprendizagem (SIQUEIRA, 2002), além de abandonar o caráter punitivo intrínseco a toda avaliação, tendo como objetivo final, juntamente com outros processos de avaliação, o diagnóstico dos pontos falhos e dos já consolidados, visando o acompanhamento do

desenvolvimento dos cursos.

É importante que os critérios de avaliação sejam estabelecidos antes do processo de avaliação e não em função dele (WACHOWICZ; ROMANOWSKI, 2002). Esse processo é acompanhado e controlado por meio de avaliações periódicas realizadas tanto pelos gestores internos das IES como pelas Agências Reguladoras e de fomento vinculadas ao sistema de gestão de políticas educacionais do poder público.

Essas Agências Reguladoras, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – possuem sistemas de avaliação, alguns já bem consolidados. Exemplo de sistema já consolidado é o sistema de avaliação dos Programas de Pós-Graduação no país, implantado pela CAPES a partir de 1976/1977 com o objetivo de registrar a evolução da pós-graduação brasileira e avaliar, seguindo um conjunto de critérios, a qualidade do desempenho dos cursos, gerando, conseqüentemente a partir desse processo, a memória da pós-graduação nacional. Consiste na análise dos dados fornecidos pelos próprios Programas de Pós-Graduação, por comissões de assessores, com base nos pesos atribuídos pelas áreas a um conjunto de aspectos, dentre os quais a pesquisa e a produção científica são considerados os mais influentes na determinação do padrão de qualidade dos Programas (SOUZA; PAULA, 2002).

Atendidas as exigências dos critérios estabelecidos, previamente, por meio de atos normativos, documentos de área, expedidos por essas instâncias de poder, os docentes envolvidos com o processo acima estão aptos a se constituírem como grupo de pesquisa, pleitearem recursos financeiros e infraestrutura a fundo perdido para desenvolverem projetos, concessões de bolsas

de estudo para Programas de Pós-Graduação, custeio de despesas para pesquisadores visitantes, participação em congressos e mesmo o reconhecimento de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* como *locus* para a sua prática de pesquisa e de produção científica, entre outros.

Vale ressaltar que, de acordo com Davidovich, “*o processo de avaliação, embora bastante diversificado, é regido por um princípio comum: deve ser de alto nível e estar protegido de pressões políticas*” (DAVIDOVICH, 2005, p. 27). Esse autor complementa exemplificando os processos em alguns países: “*na Inglaterra e França (...) a avaliação é feita por organismos independentes, que contam com a participação de acadêmicos ilustres de outros países*”; nos Estados Unidos, a avaliação “*é realizada por empresas de certificação que, embora independentes, são licenciadas e controladas pelo Estado*” (DAVIDOVICH, 2005, p. 27). No Brasil, a avaliação da produção científica, como produto objetivado da pesquisa e, conseqüentemente, realizada por Programas de Pós-Graduação, vem sendo avaliada pela CAPES, através de suas comissões de pares.

Resumindo, a produção científica pode ser entendida como a formalização da pesquisa, forma pela qual os pares, ou mesmo a sociedade, de uma maneira geral, podem não só avaliar mas também se apropriar e se beneficiar do conhecimento científico gerado.

De modo a possibilitar a compreensão da ciência e a conseqüente possibilidade de avaliação da produção científica, surge a Cientometria.

1.5 – Cientometria

A Cientometria surgiu a partir da necessidade, experimentada por especialistas e autoridades governamentais interessados em Ciência e Tecnologia (C&T), de estabelecer indicadores quantitativos que auxiliassem na compreensão da dinâmica da ciência, bem como no planejamento de políticas e na tomada de decisões no setor. É um instrumento que retrata uma realidade.

A Ciência das Ciências, como também é chamada a Cientometria, teve como idealizador Derek de Solla Price e possui como meta a geração de *“informações e discussões que contribuam para a compreensão e a própria superação dos desafios característicos da ciência moderna”* (SANTOS, 2003, p. 130).

Para Macias-Chapula

Cientometria é o estudo dos aspectos quantitativos da ciência enquanto uma disciplina ou atividade econômica. A cientometria é um segmento da sociologia da ciência, sendo aplicada no desenvolvimento de políticas científicas. Envolve estudos quantitativos das atividades científicas, incluindo a publicação e, portanto, sobrepondo-se à bibliometria (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 135).

A cientometria aplica técnicas bibliométricas à ciência e, além disto, examina seu desenvolvimento e políticas científicas. Por esta razão, é possível utilizá-la para realizar comparações entre as políticas de investigação dos países analisando seus aspectos econômicos e sociais (SPINAK, 1998, p. 142). Spinak complementa que são utilizadas técnicas matemáticas e a análise estatística para investigar as características da investigação científica (p.142).

A cientometria pode ser representada de acordo com a Figura 1 seguinte:

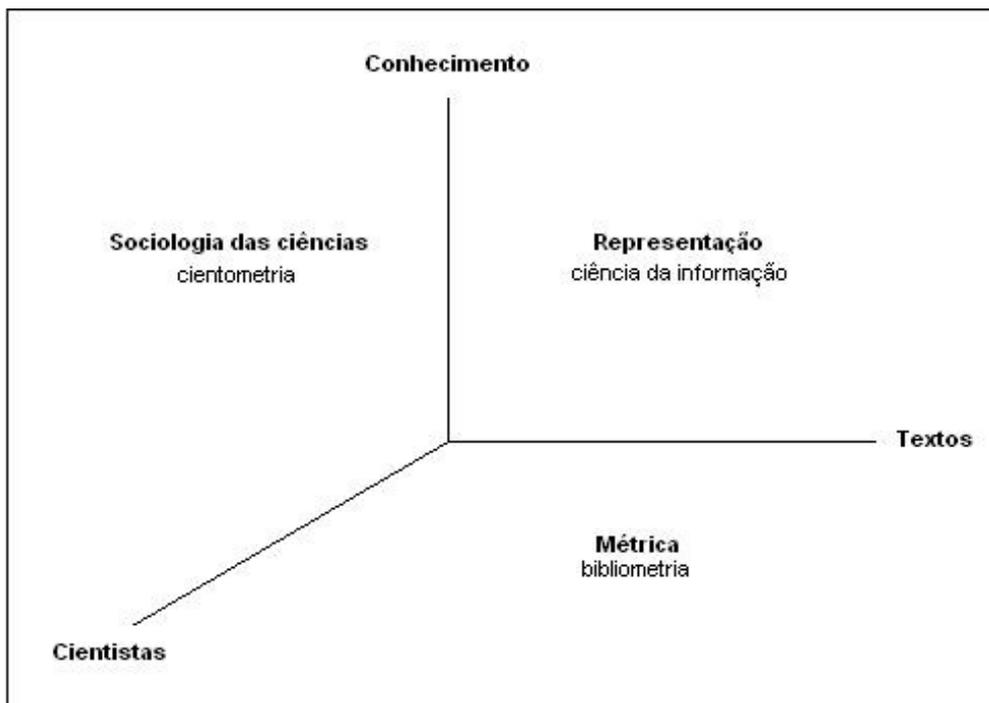


Figura 1 – Diagrama de representação do conhecimento (SPINAK, 1998, p. 143).

Por meio da Cientometria é possível estabelecer uma relação entre os cientistas, os elementos bibliográficos e o conhecimento, conforme mostrado na Figura 1. A relação entre os cientistas e o conhecimento pode ser observada através da sociologia das ciências, ou seja, os aspectos intrínsecos à publicação do conhecimento por eles gerado. Considera-se como aspecto intrínseco a simbologia da produção do conhecimento, na qual os pesquisadores disputariam um poder simbólico expresso no capital simbólico, através do qual obtém-se reconhecimento pelo trabalho realizado. O mencionado “poder simbólico” está inserido no conceito de campo científico defendido pelo filósofo Pierre Bourdieu, sendo o campo o local onde se manifestam relações de poder e luta concorrencial em torno de interesses específicos. No campo científico, *“todas as práticas atendem a um determinado interesse e estão orientadas para a aquisição de autoridade científica, definida como indissociabilidade entre capacidade técnica e poder social”* (GOMES et

al., 2006, p. 82). Por outro lado, o conhecimento relacionado aos elementos bibliográficos (textos) é expresso através das estruturas e linguagens de representação do conhecimento, parte integrante da ciência da informação. Por fim, fechando a representação da Cientometria, tem-se o estudo e a análise das relações sociais que podem ser obtidas entre os elementos bibliográficos representativos das áreas de conhecimento fazendo-se uso das métricas bibliométricas.

Ainda de acordo com Spinak, os temas que interessam à Cientometria incluem:

el crecimiento cuantitativo de la ciencia, el desarrollo de las disciplinas y subdisciplinas, la relación entre ciencia y tecnología, la obsolescencia de los paradigmas científicos, la estructura de comunicación entre los científicos, la productividad y creatividad de los investigadores, las relaciones entre el desarrollo científico y el crecimiento económico etc² (SPINAK, 1998, p. 142).

A bibliometria consiste no tratamento quantitativo das propriedades e do comportamento da informação registrada sob a forma de livros, artigos e outros, fazendo uso de métodos estatísticos e matemáticos, com o objetivo de descobrir as relações existentes entre os diversos elementos que os compõem, além de possibilitar a elaboração de previsões e apoiar tomadas de decisão. É possível, também, por meio dela verificar o crescimento ou envelhecimento da literatura científica, as dispersões das publicações científicas (Lei de Bradford), a produtividade dos autores científicos (Lei de Zipf) e a visibilidade de seus trabalhos (Lei de Lotka), além da relação entre os autores (colégios invisíveis).

² o crescimento quantitativo da ciência, o desenvolvimento das disciplinas e subdisciplinas, a relação entre ciência e tecnologia, a obsolescência dos paradigmas científicos, a estrutura de comunicação entre os cientistas, a produtividade e criatividade dos pesquisadores, as relações entre o desenvolvimento científico e o crescimento econômico, etc.

De acordo com a *Organización para la Cooperación y Desarrollo Económico* (OCDE), a bibliometria é uma ferramenta que possibilita “*observar o estado da ciência e da tecnologia através da produção da literatura científica como um todo, em um determinado nível de especialização*” (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 135).

A informetria é o estudo dos aspectos quantitativos da informação em qualquer formato, e não apenas a informação registrada bibliograficamente, referente a qualquer grupo social, e não apenas aos cientistas. Pode incorporar, utilizar e ampliar os muitos estudos de avaliação da informação que estão fora dos limites da bibliometria como da cientometria (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 135). Complementa Macias-Chapula que os modelos informétricos, em seu aspecto prático, oferecem uma base para a “*tomada de decisões, e seu valor está na sua capacidade de sintetizar, em poucos parâmetros, as características de muitos grupos de dados: formato completo, concentração, difusão e mudança através do tempo*” (p. 135). Em combinação com outros indicadores, as aplicações bibliométricas auxiliam na avaliação do estado de desenvolvimento da ciência, na tomada de decisões e no gerenciamento da pesquisa (p. 135).

Quanto a seus objetos de estudo, percebe-se que a cientometria, a bibliometria e a informetria variam em amplitude, sendo que a primeira abrange as disciplinas, áreas, campos; a bibliometria, livros, revistas, artigos e autores; já a informetria, palavras, bases de dados. Conseqüentemente, as variáveis e métodos envolvidos também são distintos, todos relacionados ao objeto de estudo da técnica, como se pode observar no quadro comparativo seguinte (QUADRO 1):

Quadro 1 – Tipologia para a definição e classificação de bibliometria, cientometria e informetria.

Tipologia	Cientometria	Bibliometria	Informetria
Objetos de Estudos	Disciplinas, assunto, áreas, campos.	Livros, documentos, revistas, artigos, autores, usuários.	Palavras, documentos, bases de dados.
Variáveis	Fatores que diferenciam as subdisciplinas. Revistas, autores. Documentos. Como os cientistas se comunicam.	Número de empréstimos (circulação) e de citações, frequência de extensão de frases etc.	Difere da cientometria no propósito das variáveis; por exemplo, medir a recuperação, a relevância, a revocação etc.
Métodos	Análise de conjunto e de correspondência.	Ranking, frequência, distribuição.	Modelo vetor-espaco modelos booleanos de recuperação, modelos probabilísticos; linguagem de processamento, abordagens baseadas no conhecimento, tesauros.
Objetivos	Identificar domínios de interesse. Onde os assuntos estão concentrados. Compreender como e quanto os cientistas se comunicam.	Alocar Recursos: tempo, dinheiro etc.	Melhorar a eficiência da recuperação.

Fonte: MCGRATH *apud* MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 135.

1.6 – Considerações

Em resumo, pôde-se constatar com base na revisão de literatura realizada que, dentre as atividades dos docentes nas Universidades, está a produção do conhecimento científico, expressa sob a forma de produção científica, sendo essa uma atividade resultante de suas atividades de pesquisa. Conforme descrito no item 1.3.1, são tidos como produções científicas os artigos publicados em periódicos, os livros, apresentações em congressos, as patentes, as teses e dissertações, entre outros. Esta atividade, no entanto, é realizada de forma objetivada, e não por geração espontânea.

Cumprem-se, por meio desse processo, as funções sociais da Ciência:

disseminar conhecimentos, assegurar a preservação de padrões e atribuir créditos e reconhecimento para aqueles cujos trabalhos têm contribuído para o desenvolvimento das idéias em diferentes campos (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 136).

É então, a partir do processo de produção do conhecimento, que surge a necessidade de se avaliar as atividades de pesquisa realizadas nas Universidades. Conforme defendido por Robert K. Merton em diversos trabalhos, *“toda e qualquer contribuição científica deve ser avaliada mediante critérios rigorosos, objetivos e impessoais”* (TARGINO et al., 2002, p. 3).

E como ferramenta para se compreender a ciência, Derek de Solla Price idealizou a Cientometria, discutida no item 1.5 e que estuda os aspectos quantitativos da ciência enquanto disciplina, possibilitando o exame de seu desenvolvimento e o estabelecimento de políticas científicas.

Com base nesse referencial, será apresentado o processo de avaliação utilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES, que avalia os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* brasileiros.

2 – Processo de Avaliação

Conforme já mencionado (na Introdução, página 1), qualquer processo de avaliação deve seguir critérios previamente estabelecidos, tendo como objetivo apontar diagnósticos situacionais, juntamente com outros processos avaliativos, visando o acompanhamento das atividades desenvolvidas.

A CAPES realiza uma complexa avaliação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em dois processos: avaliação de propostas de novos cursos de mestrado e doutorado e avaliação dos Programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. O primeiro consiste na avaliação que possibilita a recomendação de novos Cursos e Programas de Pós-Graduação, que passam a integrar o Sistema Nacional de Pós-Graduação. Já no segundo processo, a CAPES avalia os Programas já recomendados, e ele se subdivide em dois novos processos: Acompanhamento e Avaliação Trienal. O Acompanhamento é realizado nos dois primeiros anos da avaliação e é uma etapa da Avaliação Trienal. Permite aos Programas reação e adequação às sugestões do Conselho Técnico Científico da CAPES que, na avaliação do último ano do triênio, atribuirá aos Programas uma nota, na escala de 1 a 7. A atribuição de notas 3 a 7 significa a continuidade do Programa no Sistema Nacional de Pós-Graduação. Notas 1 e 2 significam a exclusão do Sistema.

Os critérios de avaliação utilizados pela CAPES estão normalizados em Documentos de Área, sendo que cada Área possui seus próprios critérios.

No contexto desta pesquisa, o foco do processo de avaliação é a produção científica, resultante de atividades de pesquisa realizadas em Universidades.

É necessário, entretanto, determinar o recorte a ser utilizado. Para tanto, será utilizado como diretriz o esquema desenvolvido pelo *Centre de Sociologie de l'Innovation*, a Rosa dos Ventos da Pesquisa:



Figura 2 – Diagrama da Rosa dos Ventos da Pesquisa (CALLON et al. apud SANTOS, 2003, p. 137).

De acordo com a representação gráfica da Rosa dos Ventos da Pesquisa (FIGURA 2), a pesquisa é uma atividade cuja natureza e resultados podem ser analisados e avaliados segundo cinco dimensões principais (CALLON et al. apud SANTOS, 2003, p. 137).

As cinco dimensões apresentadas são:

- Conhecimentos Certificados: este vértice recebe tal nome por tratar-

se de produtos já certificados pela comunidade científica, que coloca os autores em estado de concorrência, estimulando a produção de conhecimentos. Somente conseguem sobreviver e expandir-se os conhecimentos cujos resultados resistiram à crítica coletiva: índice de citação e co-citação.

- Formação: os conhecimentos dos pesquisadores são transformados em produtos para o sistema de ensino, na forma de apostilas e manuais, auxiliando na formação dos estudantes.
- Inovação: a pesquisa voltada para o resultado econômico/comercial pode dar origem à geração de inovações, com conseqüente comercialização de novos produtos e procedimentos, obtendo as empresas vantagens competitivas em relação a seus concorrentes.
- Mídias, administração: a pesquisa não pode se desenvolver junto a uma sociedade hostil à ciência e ao progresso técnico. É preciso que os pesquisadores se esforcem para apresentar suas atividades e despertar interesse em um público dito não iniciado, seja pela publicação de obras ou por meio de realizações de emissões de vulgarização; ou através de campanhas de mobilização da opinião para apoiar pesquisas sobre problemas maiores.
- Políticas Públicas: este último vértice mostra que a pesquisa pode ser igualmente mobilizada para contribuir para ações de “interesse geral”, tendo como objetivo a realização de objetos técnicos complexos, neste caso com a tutela de uma agência ou de organismos públicos. Ou pode ter finalidade mais difusa.

As cinco dimensões são exaustivas no que se refere aos tipos de

produção científica resultantes das atividades de pesquisa.

Nesse sentido, para que sejam atingidos os objetivos propostos nesta pesquisa, será realizado o recorte no modelo de avaliação da CAPES, no que se refere à avaliação da produção científica, à luz da representação da Rosa dos Ventos da Pesquisa.

2.1 – CAPES

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – implantou o sistema de avaliação da pós-graduação entre os anos de 1976-1977.

Esse processo de avaliação tem como função fundamental o “*desenvolvimento da educação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil*” (GOMES, 2004, p. 67). Outras contribuições dessa avaliação, de acordo com Wilson Gomes são:

- a.) *Dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação;*
- b.) *Estabelecer o padrão de qualidade exigido desse nível de ensino e identificar os Programas que atendem a tal padrão;*
- c.) *Fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros;*
- d.) *Contribuir para o aumento da eficiência dos Programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível;*
- e.) *Oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação* (GOMES, 2004, p. 68).

Três marcos institucionais relacionados entre si subsidiam a Agência e

seus avaliadores: “os interesses e políticas da própria área de conhecimento, o sistema nacional de pós-graduação coordenado pela CAPES e o sistema nacional de ciência e tecnologia” (GOMES, 2004, p. 68).

A avaliação da pós-graduação realizada pela CAPES é composta de dois componentes:

- Avaliação das propostas de novos cursos de Mestrado e Doutorado: é o caminho necessário para a obtenção do reconhecimento do Ministério da Educação e início de suas atividades. Nessa avaliação são utilizados os mesmos critérios da avaliação dos Programas reconhecidos. Ao ser reconhecido, o curso passa a integrar o Sistema Nacional de Pós-Graduação e deve continuar a ser avaliado periodicamente.
- Avaliação dos Programas de Pós-Graduação: são avaliados todos os Programas reconhecidos pelo Ministério da Educação no triênio imediatamente anterior e aqueles que obtiveram o reconhecimento nesse mesmo período.

O Sistema Nacional de Pós-Graduação apresenta uma divisão dos cursos em 8 grandes áreas do conhecimento e 44 áreas de avaliação. Cada área de avaliação possui um representante nomeado pelo Presidente da CAPES a partir de uma lista tríplice indicada pelas Comunidades Científicas da área, com mandato de 3 anos. Os representantes de área têm como função auxiliar a Agência no planejamento e execução das atividades, bem como na coordenação das equipes de consultores por eles indicados. Os critérios de avaliação de cada área são formulados por estas equipes e estabelecem o nível de qualidade exigido dos Programas de Pós-Graduação (GOMES, 2004).

Para a apresentação de propostas de novos cursos de Mestrado e Doutorado, as Instituições de Ensino Superior devem preencher o Aplicativo para Propostas de Cursos Novos, denominado APCN e disponível no endereço eletrônico da CAPES na *internet*. Nesse aplicativo, de acordo com documento também disponível no endereço eletrônico da CAPES na *internet*, para apresentação de cursos de Mestrado e Doutorado Acadêmicos, são exigidos os seguintes itens:

1.) Identificação da IES: são inseridas informações como nome da Instituição, esfera administrativa e endereço completo;

2.) Identificação dos Dirigentes: são inseridas as informações a respeito do Reitor, do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação ou equivalente e do Coordenador do Programa/Curso;

3.) Identificação da Proposta/Curso: são inseridas informações como o nome do Programa, área básica, nível proposto (Mestrado ou Doutorado) e se há na Instituição curso de graduação na mesma área;

4.) Infra-estrutura Administrativa e de Ensino e Pesquisa: são informadas a existência de salas para docentes, para alunos com computadores, laboratórios de pesquisa, bibliotecas (caracterização do acervo) e financiamentos;

5.) Caracterização da Proposta: contextualização institucional e regional da proposta, histórico do curso, cooperação e intercâmbio, além da existência de associação entre instituições;

6.) Áreas de Concentração/Linhas de Pesquisa: são discriminadas a(s) área(s) de concentração e linha(s) de pesquisa da proposta, com descrição detalhada;

7.) Caracterização do Curso: são informados o nome do curso, objetivo, perfil do profissional a ser formado, sistema de creditação das disciplinas, periodicidade da seleção de alunos, número de vagas por seleção, bem como a associação da área de concentração inserida anteriormente ao curso proposto;

8.) Disciplinas: devem ser inseridas todas as disciplinas do curso, discriminando o seu nível, área de concentração, carga horária, número de créditos, ementa e bibliografia;

9.) Corpo Docente: são inseridas informações como nome, horas de dedicação semanal ao Programa, se é Docente Permanente e se possui dedicação exclusiva, titulação completa e experiência com orientação;

10.) Produção Docente: informações das publicações docentes dos últimos três anos;

10.1.) Produção Técnico-Científica ou Tecnológica: informações sobre patentes depositadas, patentes em exploração comercial, *softwares*, protótipos e outras;

11.) Projetos de Pesquisa: nome do projeto, linha de pesquisa, ano de início, descrição detalhada e docentes participantes;

12.) Docente/Disciplina: vinculação de cada docente às disciplinas oferecidas;

13.) Consolidação do Corpo Docente – Vínculo e Titulação: informações sobre o vínculo, titulação, experiência internacional e se é pesquisador do CNPq;

14.) Consolidação do Corpo Docente – Orientação e Produção: informações quantitativas do número de orientações concluídas e produção

completa do docente;

15.) Informações complementares: observações e críticas e sugestões;

16.) Documentos: devem ser anexados o Regimento/Regulamento do curso, o Regimento da IES (apenas para IES sem curso aprovado pela CAPES), a autorização da IES de criação do Curso e associação de IES (se for o caso) (COORDENAÇÃO, 2006a).

Após o preenchimento do APCN, a CAPES, por meio de suas equipes técnicas, procedem à conferência das informações e impressão dos relatórios para que as Comissões de Área possam dar prosseguimento ao processo de avaliação.

As Comissões de Área, então, emitem parecer detalhado sobre o mérito e exeqüibilidade do projeto e lhe atribuem uma nota, com base nos critérios previamente estabelecidos. O parecer é apresentado em uma Ficha de Avaliação padronizada pela CAPES.

O processo é enviado ao Conselho Técnico Científico – CTC -, que delibera sobre a recomendação ou não do novo curso, com base no parecer das Comissões de Área. Esse Conselho é composto pelo Presidente da CAPES, pelos Diretores de Administração, de Avaliação e de Programas, por dezesseis representantes das grandes áreas do conhecimento (dois de cada), pelo representante do Fórum Nacional de Pró-Reitores e pelo representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

Em seguida, as Instituições recebem a comunicação do resultado da avaliação, podendo impetrar recurso dentro do prazo de trinta dias. Os recursos são novamente julgados pelas Comissões de Área e pelo CTC.

Finalizado o processo, a CAPES encaminha os resultados ao Conselho

Nacional de Educação – CNE. A homologação destes resultados é realizada pelo Ministro da Educação por meio de Portaria Ministerial publicada no Diário Oficial da União.

A homologação dos resultados de reconhecimento dos cursos permite o início de suas atividades e garante a validade nacional dos diplomas dos alunos emitidos por esses Programas de Pós-Graduação.

Os novos cursos reconhecidos passam, então, a integrar o Sistema Nacional de Pós-Graduação, devendo apresentar anualmente à CAPES os resultados de suas atividades por meio de outro aplicativo, o Coleta de Dados.

Inicia-se, dessa forma, o outro processo de avaliação: a Avaliação dos Programas de Pós-Graduação, ou Avaliação Trienal.

Nos dois primeiros anos da Avaliação Trienal, os Programas de Pós-Graduação reconhecidos passam por um acompanhamento e têm condições de se adequarem às sugestões da CAPES antes do resultado final da avaliação, realizada no último ano do triênio, quando é expresso o resultado por meio de uma nota, na escala de 1 a 7. A atribuição de notas 3 a 7 significa a continuidade do Programa no Sistema Nacional de Pós-Graduação. As notas 1 e 2 significam a exclusão do Programa do Sistema.

De acordo com o Manual do aplicativo Coleta de Dados (COORDENAÇÃO, 2006a), o processo de avaliação considera os seguintes documentos temáticos:

- Programa: é um conceito da CAPES que agrupa os Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de uma mesma Instituição de Ensino Superior, pertencentes à mesma área de conhecimento e que compartilham os mesmos docentes e estrutura administrativa. Neste

documento, são inseridos o nome do Programa, código identificador, área básica, cursos oferecidos (Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado), regime letivo e endereçamento completo;

- Cursos: são inseridos os nomes dos cursos, ano de início, coordenador, áreas de concentração e áreas afins.
- Proposta do Programa: neste documento são inseridas informações qualitativas do Programa, tais como objetivos, integração com a graduação, infra-estrutura, atividades complementares, intercâmbios institucionais, auto avaliação, ensino a distância, outras informações, críticas e sugestões e produções mais relevantes.
- Cadastro: são inseridas informações cadastrais dos docentes, discentes e participantes externos (membros de banca de defesa, co-autores, colaboradores em projetos de pesquisa, entre outros). Quanto às informações dos docentes, devem-se inserir dados referentes à sua titulação e vinculação ao Programa. De acordo com a Portaria CAPES n.º 068/2004, os docentes podem ser enquadrados em três categorias: permanentes, visitantes ou colaboradores. Os docentes permanentes compõem o núcleo docente do Programa, sendo caracterizados, basicamente, pelo desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e orientação, bem como pela manutenção do regime de dedicação integral à Instituição. A segunda categoria é integrada pelos docentes que possuem vínculo funcional com outras Instituições, mas que

estejam liberados para colaborarem, por um período contínuo e em regime de dedicação integral, no desenvolvimento das atividades do Programa. A última categoria, de docentes colaboradores, é composta por todos aqueles que não se enquadram na categoria de docentes permanentes nem de docentes visitantes;

- Disciplinas: são registradas as disciplinas que compõem a estrutura dos cursos do Programa, com ementa e bibliografia;
- Linhas: são discriminadas as linhas de pesquisa do Programa, com a descrição de seu conteúdo, associação com a área de concentração e ano de início;
- Projetos: neste documento, os projetos de pesquisa dos docentes são vinculados às linhas de pesquisa, bem como é informada a equipe que o desenvolve;
- Trabalhos de Conclusão: são as dissertações e teses defendidas no ano-base da aplicação. São inseridas informações completas desses trabalhos, inclusive o resumo, palavras-chave, banca examinadora, entre outras;
- Produção Intelectual: é constituída pela Produção Bibliográfica, Produção Técnica e Produção Artística. Toda produção deve, preferencialmente, ser vinculada a uma área de concentração e a uma linha de pesquisa do Programa. São inseridas informações detalhadas de cada produção docente e discente.

Esses documentos devem ser preenchidos pela Coordenação de cada Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* recomendado pela CAPES. O envio das informações à CAPES, no entanto, é responsabilidade das Pró-

Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação.

O modelo conceitual desses documentos temáticos apresenta-se esquematizado na Figura 3 seguinte:

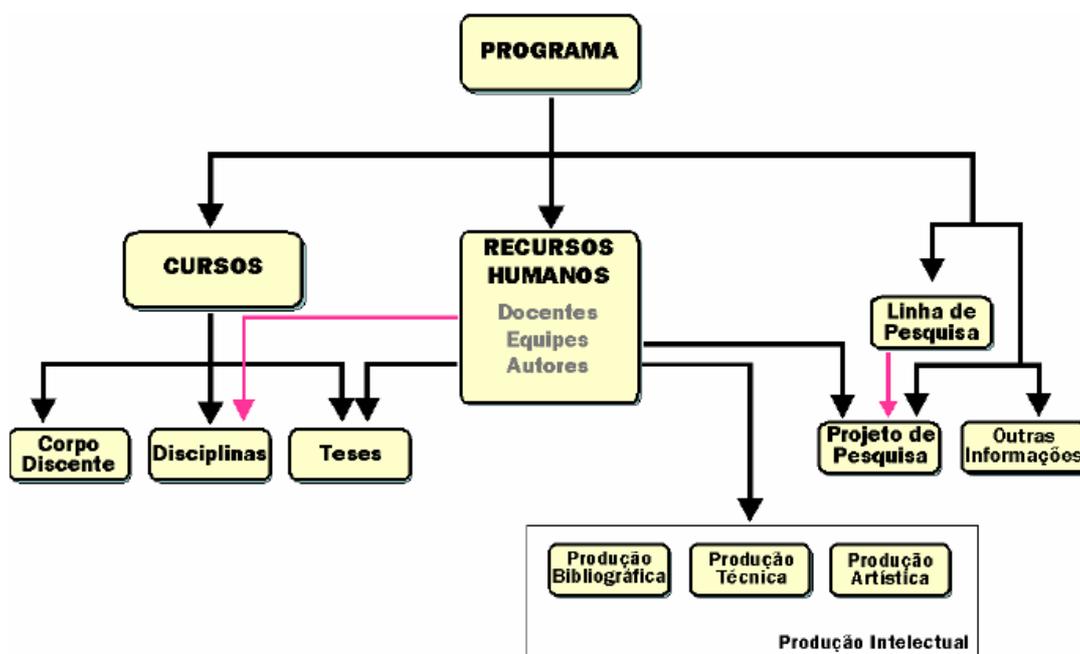


Figura 3 – Modelo conceitual dos documentos temáticos integrantes na avaliação da CAPES (COORDENAÇÃO, 2006a, p. 4).

O Programa de Pós-Graduação abarca cursos dentro de uma mesma área do conhecimento, os recursos humanos envolvidos, bem como as linhas e projetos de pesquisa. Por sua vez, cada curso possui um corpo discente, estrutura curricular de disciplinas e trabalhos de conclusão nele defendidos. A produção intelectual, no entanto, encontra-se relacionada diretamente a seus autores.

A consecução da Avaliação Trienal ocorre de forma semelhante à Avaliação de Propostas de Novos Cursos, existindo os mesmos sujeitos realizando as mesmas atividades: Comissões de Área, Conselho Técnico Científico, Conselho Nacional de Educação e Ministro da Educação. O

processo culmina com a homologação dos resultados da avaliação pelo Ministro da Educação por meio de Portaria Ministerial publicada no Diário Oficial da União.

De acordo com informação disponível no endereço *internet* da CAPES,

O sistema de avaliação tem sido continuamente aperfeiçoado, constituindo-se em instrumento para a ação direta da comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica sempre maior dos mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento - bolsas de estudo, auxílios, apoios -, estabelecendo, ainda, critérios para o reconhecimento pelo Ministério da Educação dos cursos de mestrado e doutorado novos e em funcionamento no Brasil (COORDENAÇÃO, 2006g).

Desta forma, em vista dos resultados provenientes da avaliação, o sistema utilizado pela CAPES é bem aceito pelas áreas de avaliação, servindo, inclusive, de modelo para outros países, como, por exemplo, os Estados Unidos. No entanto, apesar da avaliação ser realizada pelos pares com total transparência, deve-se considerar que a análise dos critérios utilizados é subjetiva, o que não garante a ausência de certo viés nos resultados, uma vez que, quanto mais Programas uma área possui, maior será a divisão do montante de recursos aplicados pelas Agências de Fomento, sob a forma de bolsas, auxílios, concessões.

A seguir será apresentada a base de dados instituída pela CAPES em 1998 para auxiliar na avaliação da produção científica dos Programas, denominada QUALIS.

2.1.1 – QUALIS

De acordo com o artigo publicado no volume 10, número 2 do Informativo da CAPES (INFOCAPES), a base de dados QUALIS foi implantada em 1998 com o objetivo de aprimorar os indicadores de produção científica no processo de avaliação da pós-graduação brasileira. Essa base compreende os veículos de divulgação científica utilizados pelos Programas de Pós-Graduação, classificados de acordo com critérios definidos pelas várias Comissões de Áreas responsáveis pela avaliação.

Sabe-se que, dentro do conjunto de aspectos que caracterizam o desempenho dos mestrados e doutorados, a pesquisa e a conseqüente produção científica de docentes e alunos são consideradas como os indicadores mais relevantes na determinação do padrão de qualidade dos cursos. Daí a importância da base QUALIS.

Segundo SOUZA e PAULA (2002, p. 10-11), a proposta de desenvolvimento da QUALIS, um aplicativo externo ao Sistema de Avaliação dos Programas de Pós-graduação DATACAPES³, tem por objetivo realizar um tratamento mais sistemático e qualitativo da produção científica dos Programas de Pós-Graduação, visando aperfeiçoar os indicadores que subsidiam a avaliação desses Programas.

A necessidade de um processo com maior sistematização e uniformidade deu origem à base QUALIS. Composta, exclusivamente, pelos títulos dos periódicos utilizados pelos Programas de Pós-Graduação para a

³ DataCapes (Coleta de Dados), instrumento da avaliação dos programas de pós-graduação do País.

divulgação de sua produção científica docente e discente, esta base tem como fonte de informação primária os relatórios enviados à CAPES pelos próprios Programas. Por esta razão, os títulos expressos na QUALIS correspondem a todos, e exclusivamente, os periódicos que contêm produção relatada nos respectivos períodos da Avaliação de Programas, que é trienal.

No período de avaliação relativo a 1996-1997 (ainda no sistema bienal), o primeiro em que se realizou esse esforço, solicitou-se às Comissões de Áreas que procedessem à classificação desses veículos utilizando a qualificação A, B, C, conforme critérios das áreas, além da categorização Internacional, Nacional e Local - de acordo com a abrangência de circulação do veículo e não com o local de publicação.

A base QUALIS não visa, no entanto, avaliar o conteúdo dos artigos, mas inferir sobre sua qualidade a partir de uma classificação atribuída ao periódico que o divulga, baseada em critérios previamente estabelecidos.

2.1.2 – Comissões de Áreas da CAPES

Os critérios de avaliação são formulados pelas Comissões de cada uma das 44 áreas da CAPES e são apresentados à Comunidade Científica sob a forma de Documentos de Área. Essas Comissões, conforme já mencionado anteriormente, são compostas por um Representante de Área e por consultores por ele convidados.

A estrutura dos Documentos de Área é bem específica de cada área, mas, em geral, os Documentos são estruturados em itens: composição da comissão de avaliação, histórico e situação da área, procedimentos de

avaliação, critérios para avaliação do corpo docente, das atividades de pesquisa, das atividades de formação, do corpo discente, das teses e dissertações e da produção científica/intelectual.

Conforme descrito, nos Documentos de Área são apresentados os critérios que regem toda a avaliação da área. No entanto, no contexto desta pesquisa, serão abordados apenas os critérios relativos à avaliação da produção científica/intelectual.

2.2 – Considerações

De acordo com os critérios de avaliação da produção científica utilizados pelas Comissões de Área da CAPES, todas as Comissões de Áreas utilizam metodologia de avaliação da produção científica quali-quantitativa, uma vez que estabelecem pesos aos diversos tipos de publicação, determinados pela qualidade dos veículos utilizados para sua disseminação. Sendo assim, ao mesmo tempo em que a avaliação é quantitativa, leva-se em conta a qualificação dos veículos, a partir da utilização do Sistema QUALIS, que qualifica periódicos, eventos e, em determinadas áreas, livros.

Os Documentos de Área discriminam pesos estabelecidos para cada tipo de produção e a pontuação esperada dos docentes, o que permite, de certa forma, que o docente direcione suas publicações para veículos qualificados.

A utilização de uma metodologia quali-quantitativa, neste contexto, parece ideal, uma vez que alia a quantidade à qualidade. Não basta, em se tratando de pesquisa científica, publicar bastante em veículos desqualificados.

É preciso, sobretudo, atingir os objetivos das Universidades, as quais, além de formar profissionais, docentes e pesquisadores, devem também promover o avanço da ciência e a socialização do conhecimento científico.

3 – Metodologia

De modo a possibilitar a aplicação da análise de convergência entre os critérios de avaliação da produção científica utilizados pela CAPES e aqueles utilizados por uma Universidade, foi constituído como campo experimental desta pesquisa a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). A seleção desta Universidade deveu-se ao fato de que a mesma possui critérios de avaliação da produção científica que se enquadram na hipótese deste estudo, além de estar em processo de implantação de um novo Plano de Carreira Docente.

Para o desenvolvimento da análise de convergência entre os critérios de avaliação da produção científica utilizados pela PUC-Campinas e os utilizados pelas Comissões de Área da CAPES, foram selecionados os documentos de área da CAPES relacionados às áreas nas quais a PUC-Campinas oferece Programas de Pós-Graduação reconhecidos (Ciência da Informação, Educação, Engenharia Elétrica, Psicologia e Urbanismo). Para a análise será utilizada a metodologia da análise bibliográfica.

Inicialmente, foram analisados bibliograficamente os dados referentes à avaliação praticada pela Agência Reguladora CAPES, especificamente os Documentos de Área elaborados pelas Comissões das Áreas selecionadas, bem como a prática de avaliação docente utilizada pela PUC-Campinas.

De posse dos dados tanto da CAPES quanto da PUC-Campinas, foi necessária a seleção e uniformização dos mesmos, uma vez que, devido ao fato de terem sido construídos por diferentes sujeitos, apresentavam diferentes escalas, o que impossibilitava uma comparação coerente.

Com base nesses procedimentos metodológicos, foi possível realizar a análise da convergência entre os critérios CAPES e PUC-Campinas, apresentada no capítulo seguinte.

Ressaltando o que já se explicitou na fase introdutória desta pesquisa, partiu-se da hipótese de que os procedimentos e critérios de avaliação da produção científica, ou seja, os critérios de avaliação utilizados na PUC-Campinas e os critérios utilizados pelas Áreas de Avaliação da CAPES não são convergentes, já que parecem não refletir de forma idêntica os resultados da atividade de pesquisa: a produção científica.

Para tanto, será utilizado o recorte nos modelos de avaliação da CAPES e da PUC-Campinas, no que se refere à avaliação da produção científica, e, com base nos critérios, será utilizado um quadro comparativo dos itens de produção científica valorizados por cada instância, além de gráficos que permitam visualizar o grau de convergência / divergência, buscando-se atingir, desta forma, os objetivos propostos nesta pesquisa.

São apresentados a seguir os critérios de avaliação da produção científica utilizados pelas áreas da CAPES de Arquitetura/Urbanismo, Ciências Sociais Aplicadas, Educação, Engenharias IV e Psicologia.

3.1 – Áreas adotadas para análise

3.1.1 - Área: Arquitetura e Urbanismo

A área de Arquitetura e Urbanismo é responsável pela avaliação dos Programas de Arquitetura, Urbanismo e Design. Primeiramente, a Comissão de

Área reuniu-se diversas vezes para a elaboração dos critérios a serem aplicados na avaliação dos 13 Programas que compõem a área.

Dessa forma, foram elaboradas, então, recomendações gerais para a área: o “Documento de Área”. Dentre as recomendações referentes à produção científica, reza o último Documento de Área que os Programas deveriam buscar melhor vinculação de suas produções com as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa; deveria haver distribuição equilibrada da produção intelectual do conjunto dos docentes; uma média de 2 itens de produção intelectual (artigos em periódicos arbitrados, anais, livros ou capítulo, produção técnica e artística), por docente, por ano; essas publicações deveriam ocorrer, prioritariamente, em periódicos arbitrados que houvessem sido indexados no Sistema QUALIS com nível A; foi recomendada a edição de pelo menos um periódico por Programa, arbitrado por conselho editorial de abrangência nacional; deveria ser estimulada a participação de discentes-autores na produção bibliográfica dos Programas; foi recomendada a realização de pelo menos um evento periódico a cada dois anos, com característica acadêmica, com comitê científico e publicação de anais, entre outras (COORDENAÇÃO, 2006b, p. 6).

Com base nos critérios apresentados, a Comissão de Área estabeleceu o quadro seguinte de pontuação para os diferentes tipos de produção científica (QUADRO 2):

Quadro 2 – Quadro de pontuação para os diferentes tipos de produção científica.

Tipo de Produção	Classificação	Pontuação
Artigo em Periódico	Internacional A	15
	Internacional B	10
	Internacional C	8
	Nacional A	10
	Nacional B	8
	Nacional C	6
	Local A / B / C	8 / 5 / 3
Trabalhos Completos em Anais	Internacional A	12
	Internacional B	9
	Internacional C	6
	Nacional A	9
	Nacional B	6
	Nacional C	4
	Local A / B / C	3 / 2 / 1
Trabalho Completo em Revista	Internacional A	7
	Internacional B	5
	Internacional C	4
	Nacional A	9
	Nacional B	6
	Nacional C	4
	Local A / B / C	3 / 2 / 1
Coletânea (organização)	Internacional	15
	Nacional	10
Livro	Internacional	25
	Nacional	20
Capítulo de Livro	Internacional	12
	Nacional	8
Tradução de Livro	-	10
Tradução de artigo ou capítulo	-	3

Fonte: COORDENAÇÃO, 2006b, p. 32-34 (adaptado pelo autor).

Considerou-se como resultado muito bom um índice igual ou maior que 25 pontos por docente/ano; como bom se o índice oscilasse entre 18 e 24,9 pontos por docente/ano; regular, entre 14 e 17,9 pontos por docente/ano; fraco, entre 10 e 13,9 pontos por docente/ano; e, abaixo de 10 pontos por docente/ano, deficiente.

3.1.2 – Área: Comunicação / Ciência da Informação

A avaliação dos Programas da área foi realizada pelo Comitê de Ciências Sociais Aplicadas I, que se dividiu em duas sub-comissões: Ciência da Informação e Comunicação.

Na primeira fase, as sub-comissões discutiram critérios, princípios, procedimentos e parâmetros da avaliação geral; avaliaram as teses e dissertações dos Programas; distribuíram os materiais (cadernos e planilhas) para o trabalho individual dos membros das sub-comissões voltados para a preparação da última fase da avaliação. A última fase compreendeu o exame coletivo dos relatórios anuais dos Programas, discussão dos julgamentos de quesitos e itens sob avaliação, preenchimento das Fichas de Avaliação e atribuição dos conceitos.

Os critérios utilizados para a avaliação da produção científica foram:

a) A produção intelectual em geral deve ser de boa qualidade, regular e distribuir-se de forma equilibrada pela totalidade da equipe docente, tomando-se como base o núcleo de referência docente principal.

b) No caso da publicação, será considerado indício de excelência o número de dois títulos em artigos e/ou capítulos de livros ou um livro publicado por ano por professor do programa. Para efeito de julgamento, a avaliação considerada prioritariamente será aquela consignada em periódicos científicos e livros, com a seguinte ponderação: livro científico

completo (2,0); capítulo em coletânea científica (1,0); livro didático (1,0); artigo em periódico científico (1,0); re-edição revisada de livro científico (1,0); organização de coletânea científica (0,5). O índice de excelência adotado no triênio será, portanto, a média de 2,0 títulos por docente/ano.

c) A produção discente não deve se limitar a dissertações e teses, sendo também valorizadas publicações, apresentações de trabalho, atividades técnicas e artísticas etc. desde que vinculados às atividades específicas de formação desenvolvidas no programa.

d) produção técnica - critérios a ser gerados pelas comunidades científicas das áreas de comunicação e ciências da informação;

e) produção artística - critérios a ser gerados pelas comunidades científicas das áreas de comunicação e ciências da informação (COORDENAÇÃO, 2006c, p. 10).

A Produção Intelectual, no contexto da avaliação, possui peso 25, sendo o quesito mais relevante.

Além dos indicadores quantitativos relacionados acima, a Comissão preocupou-se em avaliar qualitativamente a produção científica, utilizando o Sistema QUALIS. Para tanto, a Comissão trabalhou arduamente na qualificação dos periódicos, de modo que se constituiu uma base confiável e consistente de revistas qualificadas. Foram estabelecidos, inicialmente, critérios preliminares como: registro no *Internation Standard Serial Number* (ISSN); explicitação das regras de submissão de artigos; indicação do Conselho Editorial; e regularidade. Em seguida, foram avaliados critérios de qualidade das regras de publicação, quanto à prioridade de publicação de textos resultantes de atividades de pesquisa, prioridade ao texto inédito, prioridade à descoberta científica e à invenção metodológica ou conceitual; qualidade do Conselho Editorial; distribuição da autoria; qualidade dos trabalhos e impacto sobre o campo científico da área; e circulação efetiva do periódico.

Apesar da utilização de todos esses critérios para a qualificação dos

periódicos, uma parte considerável da produção intelectual da área consubstancia-se em livros científicos, monográficos e de referência. Diante disso, a Comissão formulou uma “Matriz de Ponderação da Qualidade da Publicação”, que atribuía pesos mais altos aos livros científicos monográficos de circulação internacional (12) e nacional (8), seguidos pela classificação QUALIS – Internacional A (7), Internacional B (6), Internacional C (5), Nacional A (4), Nacional B (3), Nacional C (2) e Local (1) - bem como os capítulos em coletâneas internacionais (6), e em coletâneas nacionais (4), além das organizações internacionais (4) e nacionais (2).

Foram estabelecidos também “fatores de acréscimo” ou “redutores” às publicações, em virtude de utilização de veículos renomados ou publicações endógenas, respectivamente. O total obtido foi dividido pelo número de docentes do núcleo de referência do Programa.

3.1.3 – Área: Educação

Para a avaliação dos 69 Programas de Pós-Graduação da área, a Comissão realizou reuniões sistemáticas para o estabelecimento e aplicação dos critérios, culminando com o preenchimento da Ficha de Avaliação e emissão dos conceitos.

Para a área de avaliação da Educação, considera-se que a produção científica deve expressar as atividades de pesquisa do núcleo docente nas seguintes formas: artigos em periódicos de ampla circulação na área e áreas afins, incluídos no Sistema QUALIS, livros, capítulos de livro (em editoras de circulação nacional) e trabalhos completos em Anais dos principais eventos da

área e áreas afins. É necessária também, de acordo com os critérios da área, distribuição equilibrada da produção entre os docentes, não havendo concentração em alguns deles, privilegiando a qualidade da produção em detrimento à quantidade.

Para a construção da lista de periódicos qualificados no Sistema QUALIS, a Comissão de Área estabeleceu primeiramente os critérios para a classificação dos periódicos, utilizando como referência os “Periódicos de nível A”, caracterizados por *“periódicos que veiculem pesquisa original, contribuição teórica original, inovação tecnológica, ou proposição metodológica original, publicado em periódico brasileiro ou estrangeiro”* (COORDENAÇÃO, 2006d, p. 32). Esta referência, de acordo com o documento de área, foi definida no documento “CAPES – Reunião da Grande Área de Humanidades”, de 04 de abril de 2003.

Para a efetiva classificação, a Comissão trabalhou intensamente na pesquisa e seleção, adotando os seguintes procedimentos:

a) Dos mais de 1500 títulos elencados na lista de periódicos fornecida pela CAPES foram excluídos: (a) os títulos repetidos (muitas vezes o mesmo periódico é apresentado em mais de uma forma) e (b) os títulos que não se referem a periódicos (atas, anais, jornais, etc.). O resultado da pesquisa levou à classificação de 607 periódicos, dos quais 79 Nacional A; 84 Nacional B; 146 Nacional C; 26 Local A; 41 Local B; 71 Local C; 46 Internacional A; 53 Internacional B; 61 Internacional C.

b) Foram verificados os ISSN dos periódicos indicados (um bom número estava incorreto, outros não existiam) e pesquisados os não informados. A pesquisa foi realizada na página do ISSN. Os periódicos que não possuíam ISSN nessa página foram pesquisados no Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) do IBICT.

c) Realizou-se o cruzamento com as Qualis de outras áreas para verificação das publicações classificadas.

d) Consultou-se a lista de periódicos classificados pela ANPEd.

e) Consultou-se o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) do IBICT, o Portal da CAPES, o SciElo, as bibliotecas disponíveis na internet (especialmente USP e

UNICAMP), o ERIC, o JCR (no caso de periódicos em língua inglesa) e outras bases de dados (COORDENAÇÃO, 2006d, p. 33).

Foram considerados, então, os seguintes critérios de classificação: para a classificação como periódicos nível Internacional, considerou-se a indexação internacional, diversidade institucional e geográfica internacional da autoria, do corpo editorial e do corpo de pareceristas, circulação internacional com assinaturas e permutas; e o atendimento às exigências de normas e padronização.

Quanto aos periódicos nível Nacional, considerou-se a indexação nacional, diversidade institucional e geográfica nacional da autoria, do corpo editorial e do corpo de pareceristas, assinaturas e permutas; atendimento às exigências de normas e padronização.

Foram classificados também os periódicos em nível Local A, B e C, aqueles com circulação restrita que atendem às exigências de normas e padronização.

Além desses periódicos, a Comissão classificou 06 revistas de divulgação. Foram estabelecidas também listas QUALIS de Eventos e de Livros.

Os critérios utilizados para classificação de eventos, de acordo com o Documento de Área, foram:

- a) Periodicidade: quanto a este aspecto foram classificados os eventos que apresentam regularidade, a partir de sua 3ª edição, à exceção dos eventos promovidos por associações científicas, que foram incluídos desde sua 1ª edição.*
- b) Publicação de anais (impresso ou digital) com trabalhos completos.*
- c) Existência de comitê científico.*
- d) Relevância para a área da Educação.*
- e) Participação de pesquisadores de expressão nacional ou internacional.*

f) Público alvo (COORDENAÇÃO, 2006d, p. 36).

Para a classificação de livros, foram considerados os livros nacionais que apresentassem discussões teóricas de alta qualidade e/ou leitura inovadora do corpus científico da área (COORDENAÇÃO, 2006d, p. 41).

De modo a sistematizar e aplicar o Sistema QUALIS à avaliação da produção científica dos docentes da área de Educação, a Comissão de Área estabeleceu um “Quadro de Pesos para Média Ponderada da Produção do Núcleo de Docentes” (QUADRO 3):

Quadro 3 – Pesos para Média Ponderada da Produção do NRD6.

Tipo de Produção	Classificação	Pontuação 1	Pontuação 2
Artigo em Periódico	Internacional A Nacional A	24	22
	Internacional B Nacional B	18	16
	Internacional C Nacional C	12	10
	Local A	9	8
	Local B	6	5
	Local C	4	3
Livros Completos	Internacional	30	28
	Grupo A	26	24
	Grupo B	20	18
	Grupo C	14	12
Capítulos de Livros	Internacional	15	13
	Grupo A	13	11
	Grupo B	10	9
	Grupo C	7	6
Trabalhos Completos em Anais	Internacional A Nacional A	12	
	Nacional B	9	
	Nacional C	8	
	Local	4	
Resumos expandidos	Internacional	8	

Fonte: COORDENAÇÃO, 2006d, p. 39 (adaptado pelo autor).

A “Pontuação 1” deve ser aplicada em produções não-endógenas, já a “Pontuação 2” deve ser aplicada quando se trata de artigos publicados em periódicos da instituição do autor ou livros e capítulos de livros publicados por editora (s) da instituição do autor. As reedições devem corresponder a 50% do peso.

Considerou-se como resultado muito bom a média ponderada igual ou

maior que 34 pontos por docente/ano; como bom se a média ponderada oscilasse entre 26 e 33,9 pontos por docente/ano; regular, entre 17 e 25,9 pontos por docente/ano; fraco, entre 6 e 16,9 pontos por docente/ano; e, menos de 6 pontos por docente/ano, deficiente.

3.1.4 – Área: Engenharias IV

A Comissão de Área Engenharias IV é responsável pela avaliação dos Programas das áreas básicas Engenharia Elétrica e Engenharia Biomédica. Um ponto a ser ressaltado é que o Programa de Engenharia Elétrica da PUC-Campinas, reconhecido em 2005, é constituído por um Mestrado Profissional, em Gestão de Redes de Telecomunicações, o que, de acordo com o Documento de Área, significa a utilização de critérios diferenciados, uma vez que seu objetivo é diferente do Acadêmico.

A referida Comissão reuniu-se diversas vezes para formular os critérios norteadores da avaliação.

Para a realização da avaliação da produção científica, a área considerou dois indicadores: Publicações Relevantes e Publicações Totais.

Como Publicações Relevantes, a Comissão considerou os artigos publicados em periódicos classificados como Internacional A e Internacional B, livros e capítulos de livros, todos com enfoque científico, bem como patentes internacionais já concedidas (Publicação Internacional - PI); artigos publicados em periódicos classificados como Nacional A e Nacional B, livros e capítulos de livros (Capítulos de Livros – CL), todos com enfoque científico, bem como patentes nacionais já concedidas (Publicação Nacional - PN); capítulos de

livros em publicações internacionais em que os autores foram convidados em reconhecimento à sua experiência. A Comissão também recomendou a utilização de veículos internacionais em detrimento dos nacionais, devendo haver, no entanto, equilíbrio. Para operacionalizar a avaliação, criou-se a fórmula:

$$PR = PI + PN' + CL'$$

onde,

$$PN' = \text{Min} \{ PN; 0.25 PI \}$$

$$CL' = \text{Min} \{ CL; 0.20 PI \}.$$

Foram considerados como Publicações Totais todos os artigos científicos publicados em periódicos internacionais e nacionais com classificação A, B e C, bem como os trabalhos apresentados em eventos internacionais e nacionais, classificados no Sistema QUALIS como A, B e C.

Foram desconsideradas, a critério da Comissão, as revistas com circulação restrita ou elevada taxa de aceitação de artigos, congressos locais ou regionais ou com elevada taxa de aceitação de artigos, Jornadas de Iniciação Científica e resumos publicados em anais de congressos, entre outros.

As Publicações Relevantes (PR) e as Publicações Totais (PT) foram então divididas pelo número de docentes permanentes, gerando conceitos: conceito 5 para PR acima de 0,7 e para PT acima de 3,0; conceito 4 para PR entre 0,45 e 0,7 e para PT entre 2,5 e 3,0; conceito 3 para PR entre 0,3 e 0,45 e para PT entre 2 e 2,5; conceito 2 para PR entre 0,15 e 0,3 e para PT entre 1,5 e 2; e conceito 1 para PR abaixo de 0,15 e para PT abaixo de 1,5.

3.1.5 – Área: Psicologia

A Comissão da Área de Psicologia reuniu-se diversas vezes com o objetivo de estabelecer os critérios da avaliação. Foi necessário um minucioso levantamento de toda a produção científica com o objetivo de adequar os cadernos recebidos de forma a torná-los mais consistentes e precisos.

Após as devidas correções, a Comissão gerou 11 índices para a realização da avaliação da produção científica: proporção de artigos em relação ao total de itens de produção; artigos por docente, por ano; artigos levando em conta a classificação no Sistema QUALIS; total de itens de produção por docente, por ano; total de itens de produção por docente, por ano, levando em conta a classificação no Sistema QUALIS; percentual de docentes sem artigos no período; concentração de artigos em um único periódico; percentual de artigos com autoria apenas de discentes; percentual de artigos em periódicos estrangeiros; percentual de artigos em periódicos classificados como internacionais; e o total de artigos no período dividido pelo total de dissertações mais teses, o que é uma medida aproximada da capacidade do Programa transformar dissertações e teses em produção arbitrada (artigos).

A área, diferentemente das outras áreas analisadas, realizou uma avaliação subjetiva dos índices construídos, não expondo em seu Documento de Área uma tabela de pontuação ideal obtida em cada um de seus índices.

4 – Estudo de Caso: PUC-Campinas

Conforme mencionado no capítulo anterior, a seleção da PUC-Campinas como campo experimental para a aplicação da pesquisa deveu-se ao fato, fundamentalmente, de que a mesma possui critérios de avaliação da produção científica que se enquadram na hipótese deste estudo.

Em dezembro de 2005, o Colegiado da PUC-Campinas aprovou o novo Regulamento do Plano de Carreira Docente, o qual distingue as atividades docentes em cinco (PONTIFÍCIA, 2005c, p. 1):

I – Ensino: compreende aulas em cursos de graduação, supervisão nos estágios obrigatórios, acompanhamento na elaboração de trabalhos de conclusão de curso e monografias e, na pós-graduação *stricto sensu*, além de aulas, orientação de dissertações e teses ;

II – Orientação: compreende a supervisão ou acompanhamento de alunos na elaboração de trabalhos de iniciação científica, tutoria e supervisão de estágios não-obrigatórios;

III - Pesquisa: compreende atividades diretamente relacionadas à produção de novos conhecimentos, envolvendo a participação nos projetos de pesquisa institucionalizados na Universidade;

IV - Extensão: compreende atividades relacionadas à aplicação dos conhecimentos produzidos na Universidade, com o objetivo de disseminar o conhecimento, estimular a pesquisa e a qualificação do ensino, envolvendo participação em programas, projetos e atividades de extensão institucionalizados na Universidade;

V – Gestão: compreende atividades relacionadas à gestão acadêmico-

administrativa, nos diversos níveis hierárquicos da Universidade, envolvendo o exercício de funções tais como direção, coordenação, assessoria e outros.

De acordo com o referido Regulamento, a jornada de trabalho do docente será composta, prioritariamente, por atividades de ensino, podendo também ser desenvolvidas atividades de orientação, pesquisa, extensão ou gestão. Para o desenvolvimento destas últimas, exceto a gestão, é necessária a aprovação de um Plano de Trabalho proposto pelo docente.

A remuneração de horas nessas atividades representa parte do investimento realizado pela Instituição na produção de conhecimento científico. Em contrapartida, tais docentes devem apresentar o resultado das atividades desenvolvidas. Em virtude disso, a Instituição, utilizando critérios previamente estabelecidos, avalia o desempenho dos docentes, deliberando sobre a manutenção do regime no qual está enquadrado, bem como concedendo demais auxílios por ele solicitados, tais como bolsas de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, apoio para a apresentação de trabalhos em eventos científicos no Brasil e no exterior, apoio à publicação de livros, entre outros.

No entanto, considerando não terem sido regulamentados os processos de avaliação da nova Carreira Docente, serão apresentados os procedimentos vigentes em 2005, antes de sua aprovação.

4.1 – Processo de Avaliação Docente na PUC-Campinas

Atualmente, nesse período de transição da implantação do novo Plano de Carreira Docente, a avaliação docente na PUC-Campinas obedece às

normas constantes da Resolução Normativa PUC n.º 011/05 e é gerida pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, órgão vinculado à Pró-Reitoria de Administração. São avaliados os docentes enquadrados em Regime de Dedicção, ou seja, aqueles que estão desenvolvendo projetos de pesquisa ou de extensão. São avaliados também os docentes em Regime Especial de Pesquisa. Esta categoria enquadra docentes horistas não pertencentes ao Regime de Dedicção, contratados por provimento temporário para ministrarem aulas em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e, conseqüentemente, realizarem atividades de pesquisa.

A referida avaliação consiste na análise de três documentos: a Proposta de Projetos de Pesquisa e/ou Extensão, a serem desenvolvidos no ano seguinte; o Relatório de Atividades desenvolvidas no ano corrente; e o Relatório Técnico do Projeto de Pesquisa e ou de Extensão concluído (PONTIFÍCIA, 2005a).

Considerando o contexto desta pesquisa, serão considerados somente os projetos de pesquisa dos docentes, sendo descartados os projetos de extensão, dada a necessidade primordial de atividades dessa natureza na pós-graduação *stricto sensu*.

Tanto o docente em Regime de Dedicção quanto o docente em Regime Especial de Pesquisa devem apresentar a proposta de um projeto de pesquisa a ser aprovado pela Instituição.

A proposta deve ter período máximo de duração de dois anos e a vinculação do docente a um grupo de pesquisa da Instituição é requisito obrigatório.

Quanto à sua estrutura, deve ter aproximadamente 15 laudas, contendo

título, introdução, objetivos, métodos, resultados esperados, referências bibliográficas e cronograma (PONTIFÍCIA, 2005a).

A proposta de projeto de pesquisa passa por três instâncias avaliativas: o Conselho do Núcleo de Pesquisa e Extensão do Centro ao qual o docente está vinculado, o Conselho do mesmo Centro e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, sendo que compete à última o parecer final. A Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, no entanto, comunica ao docente o resultado final da avaliação (PONTIFÍCIA, 2005a).

Aprovado o enquadramento do docente nos Regimes citados, a Instituição provê o pagamento de horas-dedicação ou pesquisa para o desenvolvimento dessas atividades.

Esses docentes devem, no entanto, apresentar anualmente um Relatório de Atividades desenvolvidas no corrente ano. Esse relatório tem como objetivo apresentar a produção do docente realizada durante as suas horas de pesquisa.

Juntamente com o referido relatório, devem ser apresentados ao Núcleo de Pesquisa e Extensão ao qual o docente está vinculado o currículo Lattes atualizado, documento(s) comprobatório(s) da(s) atividade(s) desenvolvida(s) e cópias dos artigos retiradas dos periódicos ou dos anais em que foram publicados, nas quais devem constar a referência bibliográfica e as demais informações relativas ao vínculo do docente com a Instituição (PONTIFÍCIA, 2005a).

Para a efetiva realização da avaliação, a Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão, conjuntamente com a Direção do Centro, compõe Comissão(ões) de Avaliação dos Relatórios de Atividades Desenvolvidas, bem

como nomeia o seu presidente. Essas Comissões devem ser compostas por docentes com titulação mínima de mestre.

De posse da documentação dos docentes, a Comissão de Avaliação emite parecer com base nos critérios definidos em tabela de pontuação específica (anexo 1), na qual as atividades estão divididas em duas categorias:

- CAT1: atividades ligadas à produção técnico-científica;
- CAT2: atividades ligadas à orientação, participação e colaboração em comissões, conselhos e câmaras.

A Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão define os pareceres com base nas apreciações da Comissão de Avaliação, encaminhando-os ao Conselho do Centro para emissão de seu parecer. Em seguida, os processos são encaminhados à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, para ciência e eventual manifestação.

De modo a permitir melhor compreensão das instâncias envolvidas no processo de avaliação da PUC-Campinas, será apresentado no anexo I o organograma da Universidade.

A avaliação será expressa por meio dos conceitos satisfatório ou insatisfatório, cabendo recurso quando do recebimento do conceito insatisfatório.

A obtenção de conceito satisfatório significa que o docente atingiu a pontuação mínima anual necessária, de acordo com as horas-pesquisa que possui, conforme discriminado no quadro seguinte (QUADRO 4):

Quadro 4 – Pontuação mínima anual necessária.

Número de horas de pesquisa	Pontuação mínima anual necessária	Pontuação mínima anual necessária especificamente na categoria 1
De 1 a 5	0,5	0,25
De 6 a 12	1,0	0,5
De 13 a 17	1,5	0,75
A partir de 18	2,0	1,0

Fonte: PONTIFÍCIA, 2005a, p. 13.

Ressalte-se que a pontuação obtida em cada uma das categorias é cumulativa no período de dois anos, podendo ser aproveitados os pontos excedentes no ano seguinte.

Ao final do desenvolvimento do projeto, o docente deve apresentar um Relatório Técnico do Projeto de Pesquisa concluído. A avaliação desse Relatório é realizada pelas mesmas instâncias da avaliação da Proposta de Projeto de Pesquisa e deve considerar tanto os resultados apresentados e divulgados quanto a contribuição desse resultado para a Instituição como um todo.

O docente recebe uma avaliação insatisfatória na ocorrência das seguintes situações:

- a.) descumprimento dos prazos estabelecidos para a entrega dos documentos;*
- b.) inexistência de um novo projeto aprovado por todas as instâncias previstas nesta Resolução Normativa, ao término de um projeto de pesquisa ou de extensão;*
- c.) não-apresentação de Relatório Técnico aprovado, ao término de um projeto de pesquisa ou de extensão;*
- d.) não-apresentação de Relatório de Atividades Desenvolvidas;*
- e.) não-obtenção da Pontuação Mínima Necessária descrita no ANEXO 07 desta Resolução Normativa (PONTIFÍCIA, 2005a, p. 04).*

Com base nos conceitos recebidos, o docente pode ser desligado da Instituição, por decisão da Administração Superior, caso receba o conceito insatisfatório por duas avaliações consecutivas, por três avaliações no período de seis anos ou por quatro avaliações sem período de caducidade (PONTIFÍCIA, 2005a).

É importante frisar que os critérios de avaliação da produção científica docente incidem igualmente para todos os docentes da Universidade, não havendo diferenciação de acordo com a área de conhecimento na qual desenvolvem suas atividades.

4.2 – Análise Comparativa

A seguir serão apresentados, de forma sintética e comparativa, os critérios de avaliação da produção científica utilizados pela PUC-Campinas e pela CAPES, sendo que os utilizados pela CAPES serão aqueles, conforme já mencionado na metodologia, referentes às áreas de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais Aplicadas I, Educação, Engenharias IV e Psicologia.

Com base nas informações apresentadas e, utilizando-se do método escolhido, a Análise Bibliográfica, serão analisados os dados entre as diferentes instituições e áreas, buscando-se verificar se há convergência entre esses critérios. Os tipos de produção científica considerados serão aqueles mais relevantes: artigo completo em periódico, trabalho completo em anais, livro e capítulo de livro.

Desta forma, certamente serão atingidos os objetivos e os resultados esperados da pesquisa, com a verificação do grau de convergência entre os

critérios de avaliação de distintas organizações e o destaque de elementos do campo teórico para subsidiar o processo de avaliação da produção científica, respectivamente.

Os critérios de avaliação da produção científica elaborados pelas Comissões de Área da CAPES, bem como pela Reitoria da PUC-Campinas, devido, principalmente, ao fato de serem formulados por diferentes sujeitos, não apresentam a mesma escala, conforme pode ser observado no Quadro 5 a seguir:

Quadro 5: Quadro comparativo de critérios de avaliação da produção científica.

Área / Tipo de Produção		PUC-Campinas (geral)	ÁREAS DA CAPES		
			Arquit. e Urbanismo	Ciências Sociais Aplicadas	Educação
Artigo Completo de Periódico	Internac. A	2,5	15	7	24
	Internac. B	2,5	10	6	18
	Internac. C	2,0	8	5	12
	Nacional A	2,0	10	4	24
	Nacional B	2,0	8	3	18
	Nacional C	1,5	6	2	12
Trab. completos em Anais	Internac. A	1,0	12	-	12
	Internac. B	1,0	9	-	-
	Internac. C	1,0	6	-	-
	Nacional A	0,5	9	-	12
	Nacional B	0,5	6	-	9
	Nacional C	0,5	4	-	8
Livro	Internacional	2,0	25	12	30
	Nacional	1,5	20	8	~ 20
Capít. Livro	Internacional	1,0	12	6	15
	Nacional	0,5	8	4	~ 10

Diante desse fato, torna-se necessária promover a equivalência entre os distintos valores apresentados no Quadro 5, de forma a torná-los comparativos. Desta forma, o Quadro 5 foi reformatado e os valores apresentados foram recalculados em números relativos, permitindo uma análise comparativa entre esses valores, como se pode observar a seguir, no Quadro 6:

Quadro 6 – Quadro comparativo de critérios de avaliação da produção científica (números relativos).

Área / Tipo de Produção		PUC-Campinas (geral)	ÁREAS DA CAPES		
			Arquit. e Urbanismo	Ciências Sociais Aplicadas	Educação
Artigo Completo de Periódico	Internac. A	11,4	9,0	12,2	10,8
	Internac. B	11,4	6,0	10,5	8,1
	Internac. C	9,1	4,8	8,7	5,4
	Nacional A	9,1	6,0	7,0	10,8
	Nacional B	9,1	4,8	5,2	8,1
	Nacional C	6,8	3,6	3,5	5,4
Trab. completos em Anais	Internac. A	4,5	7,2	-	5,4
	Internac. B	4,5	5,4	-	-
	Internac. C	4,5	3,6	-	-
	Nacional A	2,3	5,4	-	5,4
	Nacional B	2,3	3,6	-	4,0
	Nacional C	2,3	2,4	-	3,6
Livro	Internacional	9,1	15,0	21,0	13,4
	Nacional	6,8	12,0	14,0	~ 9,0
Capít. Livro	Internacional	4,5	7,2	10,5	6,7
	Nacional	2,3	4,8	7,0	~ 4,5

Vale ressaltar que as áreas de Engenharias IV e a de Psicologia não expuseram em seus Documentos de Área a pontuação considerada para nenhum canal de comunicação científica, o que levou à desconsideração das duas áreas nos quadros e gráficos apresentados. No item a seguir serão analisados os resultados apresentados nos quadros comparativos.

4.3 – Resultados

De modo a facilitar a visualização dos resultados, os mesmos encontram-se na forma de Gráficos, apresentados a seguir:

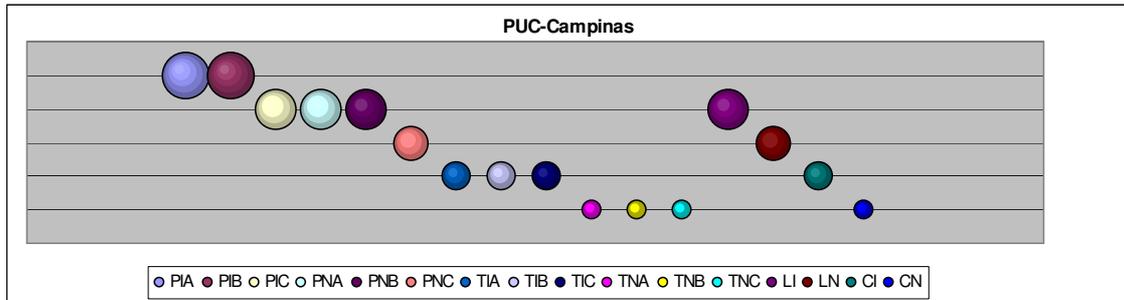


Gráfico 1 – Pontuação da Produção Científica – PUC-Campinas

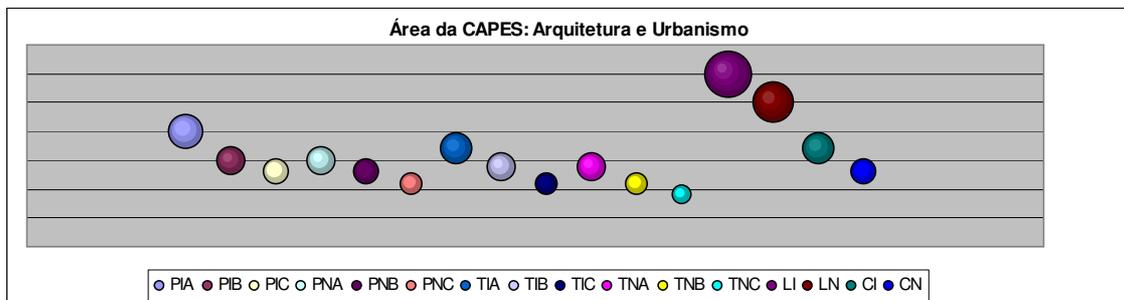


Gráfico 2 - Pontuação da Produção Científica – Área CAPES: Arquitetura e Urbanismo

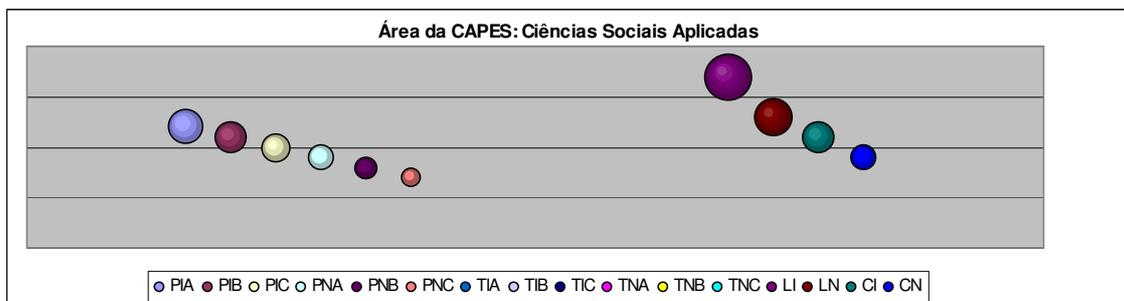


Gráfico 3 - Pontuação da Produção Científica – Área CAPES: Ciências Sociais Aplicadas

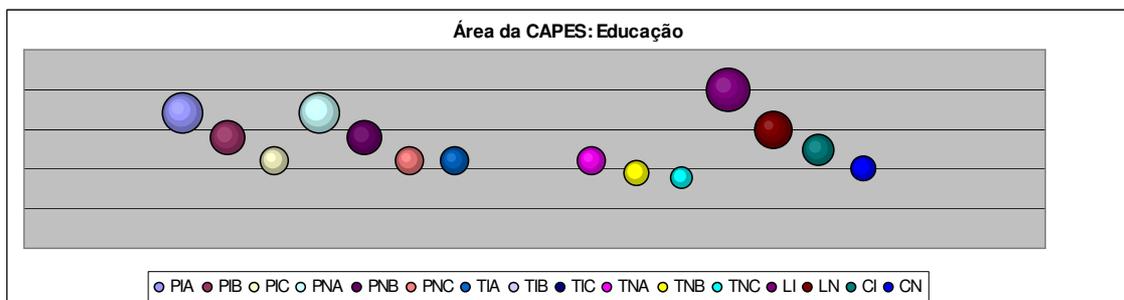


Gráfico 4 - Pontuação da Produção Científica – Área CAPES: Educação



Gráfico 5 - Legendas

O Gráfico 5 mostra uma representação da legenda apresentada nos Gráficos 1 a 5, sendo as siglas apresentadas no Quadro 7:

Quadro 7 – Siglas das legendas.

Sigla	Significado	Classificação
PIA	Artigo Completo em Periódico	QUALIS Internacional A
PIB		QUALIS Internacional B
PIC		QUALIS Internacional C
PNA		QUALIS Nacional A
PNB		QUALIS Nacional B
PNC		QUALIS Nacional C
TIA	Trabalho Completo em Anais de Evento	Internacional A
TIB		Internacional B
TIC		Internacional C
TNA		Nacional A
TNB		Nacional B
TNC		Nacional C
LI	Livro	Internacional
LN		Nacional
CI	Capítulo de Livro	Internacional
CN		Nacional

Analisando os resultados apresentados nos Gráficos precedentes, pode-se apontar que a principal divergência entre os critérios utilizados pela PUC-Campinas e pelas áreas selecionadas da CAPES refere-se aos artigos publicados em periódicos e aos livros. Constata-se que a PUC-Campinas supervaloriza a publicação em artigos de periódicos internacionais classificados como QUALIS A e B em detrimento dos livros, sendo que, para todas as áreas selecionadas da CAPES, o livro internacional é a publicação mais pontuada.

Constata-se também que não há grande variação entre as áreas

selecionadas da CAPES em referência às publicações de artigos em periódicos, seja qual for a sua classificação, exceto pela área de Educação, a qual valoriza igualmente os artigos em periódicos classificados como QUALIS Internacional A e Nacional A.

Quanto aos Livros e Capítulos de Livros, tanto os Internacionais quanto os Nacionais, as áreas selecionadas e a PUC-Campinas apresentam pontuações semelhantes quando os valores são apresentados em números relativos.

Ao analisar os Gráficos por grupos de produção científica – Artigos Completos em Periódicos, Trabalhos Completos em Anais de Eventos, Livros e Capítulos de Livros – percebe-se uma convergência relativa entre as áreas da CAPES, com pontuações semelhantes, exceto, novamente, pela área de Educação, que apresenta a mesma pontuação para os Artigos em Periódicos de acordo com o nível de qualificação, seja o Periódico de circulação Internacional ou Nacional.

A área de Engenharias IV, no entanto, considera como produção relevante os artigos completos em periódicos classificados como A e B, sejam eles internacionais ou nacionais, livros e capítulos de livros científicos internacionais e nacionais, além de patentes já concedidas, nacionais e internacionais.

Já na área de Psicologia, de acordo com seu Documento de Área, percebe-se que são levadas em consideração na avaliação da produção científica as qualificações QUALIS dos artigos publicados pelos docentes, nacionais ou internacionais.

A seguir, são apresentadas as considerações finais e recomendações

acerca dos resultados obtidos nesta pesquisa.

5 – Conclusão e Considerações Finais

As Universidades são instituições de ensino superior com funções de formar massa crítica e promover o avanço do conhecimento, baseadas na indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão.

A partir da hipótese de que os critérios de avaliação da produção científica utilizados pelas Universidades e pelas Agências Reguladoras não são convergentes, objetivou-se, nesta pesquisa, analisar e refletir sobre o papel das Universidades como *locus* do desenvolvimento da pesquisa científica, do ponto de vista do processo de avaliação praticado pelas instâncias competentes no Brasil.

Para que se pudesse atingir o objetivo proposto, estabeleceram-se como objetivos específicos o estudo do processo de avaliação da produção científica na Universidade brasileira, para subsidiar a análise do grau de convergência entre os seus critérios de avaliação e os da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; a discussão dos dispositivos e recursos do campo da Ciência da Informação para a realização de tal avaliação; e a identificação, análise, classificação e categorização dos critérios de avaliação, no âmbito das Universidades e das Agências Reguladoras.

Para tanto, realizou-se um embasamento teórico dos conceitos necessários à compreensão dos fenômenos que envolvem o processo de avanço do conhecimento. Foram discutidos conceitos de Universidade e, em específico, de Universidades Confessionais, de Pesquisa Científica e Tecnológica, de Produção Científica e seus diversos tipos, de Avaliação Institucional e Avaliação da Produção Científica e, por fim, de Cientometria

como instrumento para avaliação da Ciência.

Como parte do desenvolvimento da pesquisa, foi apresentado de forma detalhada o processo de avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* realizado pela CAPES, processo este já criado no final da década de 70 e consolidado no Brasil. Foi apresentado também o processo de avaliação docente praticado por uma Universidade, tendo-se constituído a Pontifícia Universidade Católica de Campinas como campo experimental de teste a aplicação dos resultados, de modo a se processar a análise do grau de convergência entre os critérios de avaliação da Produção Científica utilizados por uma Agência Reguladora e por uma Universidade.

Pôde-se perceber, a partir do levantamento bibliográfico realizado sobre os processos e modelos de avaliação do desenvolvimento das atividades científicas, que a avaliação docente realizada pela PUC-Campinas, especificamente dos resultados de suas pesquisas, é adequada quanto à metodologia e aos procedimentos adotados, uma vez que, é realizada pelos próprios pares, em nível de Centro; apresenta previamente os critérios que serão utilizados e ocorre de forma sistemática, entre inúmeros outros apontamentos que poderiam ser elencados.

Quanto à operacionalização da análise do grau de convergência mencionado anteriormente, utilizou-se como metodologia a análise bibliográfica dos documentos que regulamentam os processos de avaliação da Produção Científica. Foi necessário, no entanto, o desenvolvimento de uma metodologia específica que permitisse a comparação entre os critérios de avaliação de diferentes instituições, que consistiu na uniformização dos dados constantes dos documentos, no recorte dos tipos de produção científica a serem

considerados e na formulação de quadros e gráficos que possibilitasse a visualização de forma clara e concisa.

Com base nos resultados apresentados sob a forma de gráficos, constatou-se que há, efetivamente, divergência entre o que a PUC-Campinas valoriza como resultado das atividades de pesquisa docente e o que as áreas de avaliação da CAPES consideram como mais relevantes. A PUC-Campinas, de acordo com os resultados apresentados no Capítulo 4, atribui maior pontuação a artigos completos publicados em periódicos internacionais classificados como QUALIS A e B, sendo que para as áreas de avaliação da CAPES, é unanimidade que o livro é o tipo de produção científica mais valorizada. Faz-se necessário também esclarecer que a avaliação que a PUC-Campinas atribui aos livros não leva em consideração a qualidade do item como produto, uma vez que não se avalia se essa publicação possui um conselho editorial ou algo que afira sua qualidade.

No entanto, quando comparados, isoladamente os grupos de produção científica, percebe-se que não há grande divergência entre os critérios PUC-Campinas / CAPES, apresentando, de certa forma, uma convergência relativa, salvo a exceção ressaltada quanto à área de Educação.

Diante dos resultados obtidos, conclui-se que a hipótese da presente pesquisa é válida para a PUC-Campinas, uma vez que não há convergência entre os critérios de avaliação utilizados pela Universidade e aqueles utilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Em referência aos critérios utilizados para a realização da avaliação docente na PUC-Campinas, deve-se considerar, no entanto, que esses critérios quantitativos, expressos sob a forma de pontuações, incidem sobre **todos** os

docentes pesquisadores, independente de suas áreas de atuação. Esse fato faz com que todos os docentes pesquisadores da Instituição sejam avaliados da mesma forma, não se considerando as especificidades existentes na cultura da comunicação científica de cada área do conhecimento. Nas Ciências Sociais, Humanidades e Artes, por exemplo, o que se publica em revistas indexadas pelo Institute for Scientific Information⁴ (ISI), cuja referência QUALIS nas áreas da CAPES geralmente equivale-se ao periódico Internacional A, é praticamente nulo, devido a inúmeras causas, tais como língua e abrangência da pesquisa.

Nesse sentido, a contribuição desta pesquisa para a PUC-Campinas, mais do que analisar o grau de convergência entre a avaliação realizada pela Instituição e a avaliação realizada pelas diversas áreas da CAPES, possibilitou elucidar as diferenças e divergências existentes entre as grandes áreas do conhecimento no que se refere à cultura de comunicação científica.

E, com base nessas diferenças, corroboradas pelos resultados apresentados no Capítulo 4, recomenda-se aos gestores da PUC-Campinas a

⁴ O Institute for Scientific Information (ISI) foi fundado por Eugene Garfield em 1960. Foi adquirido pelo Thomson Scientific & Healthcare em 1992 e ficou conhecido como Thomson ISI e agora simplesmente Thomson Scientific. O ISI oferece serviços de banco de dados bibliográficos. Sua especialidade é a indexação de citações e análises, um campo desbravado por Garfield. Ele mantém um banco de dados de citações cobrindo milhares de periódicos científicos, conhecido como o Science Citation Index (SCI) que está disponível online pelo serviço Web of Science. Este banco de dados permite ao pesquisador identificar quais artigos foram citados com mais frequência, e quem os citou. O ISI também publica o anuário Journal Citation Report que lista o fator de impacto para cada periódico indexado. Dentro da comunidade científica, o fator de impacto do periódico executa um grande mas duvidoso papel na determinação do crédito atribuído ao registro da publicação acadêmica do cientista (WIKIPEDIA, 2006) (tradução livre do autor).

observância dos elementos apontados nesta pesquisa, e discutam a implementação de uma avaliação da produção científica diferenciada, realizada institucionalmente em nível dos Núcleos de Pesquisa e Extensão vinculados a cada Centro, levando-se em consideração as especificidades dos campos da Ciência e, sobretudo, diferencie a pontuação relativa aos livros, considerando a qualidade da publicação, que pode ser avaliada por meio da análise do corpo editorial da editora.

Outra contribuição desta pesquisa, tão importante quanto a elucidação das especificidades dos campos existentes nas áreas do conhecimento, diz respeito ao método que foi desenvolvido para a análise do grau de convergência entre critérios de avaliação distintos. Acreditamos que o mesmo pode ser aplicado a qualquer área do conhecimento, inclusive nos próximos triênios da Avaliação da CAPES, o que permitirá análise de série temporal. Pela sua característica, o método aqui desenvolvido também poderá ser aplicado para analisar a avaliação de critérios cujo foco é o produto, tendência dos próximos processos de Avaliação da CAPES, cuja base funda-se em critérios quantitativos, baseados em elementos qualitativos, para medir a qualificação dos Programas de Pós-Graduação.

Por fim, ressalta-se, para a realização deste estudo e a obtenção dos resultados aqui apresentados, a contribuição do campo da Ciência da Informação, e do sub-campo Cientometria. Esse sub-campo tem como objeto de estudo refletir sobre o desenvolvimento e a aplicação de técnicas e recursos de controle aptos à análise e à avaliação quantitativa da atividade científica, como também, a construção de mapas cartográficos que possibilitam, de forma quantitativa e qualitativa, descobrir padrões na estrutura dos campos

científicos, identificar processos de disseminação do conhecimento e visualizar as dinâmicas do desenvolvimento científico.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, M. **Um olhar sobre a avaliação institucional**: o centro de economia e administração da Puc-Campinas. 190f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2003.

ANTONIO, I.; PARKER, A. Seminário sobre avaliação da produção científica: relatório final. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 236-238, 1998.

BELLONI, I. et al. Avaliação institucional da universidade de Brasília. In: SOBRINHO, J. D.; BALZAN, N. C. (Org.). **Avaliação Institucional**: teoria e experiências. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000. cap. 4, p. 87-113.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2004.

CALDERON, A. I. Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. **São Paulo Perspectiva**., v.14, n.1, p.61-72.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Coleta de Dados 8.0: manual do usuário**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/ManualUsuario_Coleta.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2006a.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área - Arquitetura e Urbanismo (Arquitetura e Urbanismo; Desenho Industrial)**: triênio 2001-2003. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/2003_029_Doc_Area.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2006b.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área – Ciências Sociais Aplicadas I (Comunicação e Ciência da Informação)**: triênio 2001-2003. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/2003_031_Doc.Area.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2006c.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área – Educação (Educação)**: triênio 2001-2003. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/2003_038_Doc_Area.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2006d.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área – Engenharias IV (Engenharia Elétrica e Engenharia Biomédica)**: triênio 2001-2003. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/2003_014_Doc_Area.pdf>.
Acesso em: 15 mar. 2006e.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área – Psicologia (Psicologia)**:- triênio 2001-2003. Disponível em:
<http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/2003_037_Doc_Area.pdf>.
Acesso em: 15 mar. 2006f.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Histórico**. Disponível em:
<<http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/historico.htm>>. Acesso em:
11 mai. 2006g.

CAMPELLO, B. S.; SANTOS, C. M. **Fontes de informação especializada:** características e utilização. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993.

CARTA de Princípios. Disponível em:
<http://www.mackenzie.com.br/capelania/c_principios2005.htm>. Acesso em:
20 Out. 2005.

CONTERA, C. Modelos de avaliação da qualidade da educação superior. In: SOBRINHO, J. D.; RISTOFF, D. (Org.). **Avaliação democrática:** para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002. p. 119-144.

DAVIDOVICH, L. Ensino Superior no Brasil: desafio para o século 21. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 214, p. 23-27, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação institucional:** teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.

DIAS SOBRINHO, J. **Universidade e avaliação:** entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação:** políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

FAVATO, V. A. M. **Cienciometria e a área de Ciências Humanas:** um estudo exploratório no curso de Letras. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -- Faculdade de Biblioteconomia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Campinas, 2003.

FOUREZ, G. **A construção das ciências:** introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Ed. UNESP, 1995. cap. 2.

FRANTZ, W. Universidade Comunitária: uma iniciativa pública não-estatal em construção. Disponível em:
<<http://www.mec.gov.br/reforma/Documentos/ARTIGOS/2004.8.26.10.47.1.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2005.

GUINCHAT, C.; MENO, M. Os tipos de documentos. In: _____. **Introdução geral às ciências e técnicas de informação e documentação**. Brasília: -

IBICT, 1994.

GOMES, V. et al. Aplicação dos conceitos Bourdieusianos de campo, *habitus* e capital, ao campo da Enfermagem. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, PR, v. 10, n. 01, p. 81-86, 2005.

GOMES, W. Avaliação da Pós-Graduação em Ciência da Informação: alguns pontos para sua compreensão e discussão. In: WORKSHOP EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Políticas e Estratégias de Pesquisa e Ensino na Pós-Graduação. **Anais...** :ANCIB/UFF, 2004.

GUSMÃO, R. Nuevas estructuras de producción y difusión de indicadores de C&T: un panorama internacional. **Cuadernos del Cendes**, año 19, n. 51, p. 19-41, septiembre-diciembre 2002.

KONDO, E. K. Desenvolvendo indicadores estratégicos em ciência e tecnologia: as principais questões. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 128-133, 1998.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

LEITE, D. B. C. Avaliação e tensões de estado, universidade e sociedade na América Latina. **RAIES**, Campinas, ano 2, v. 2, n.11, 1997.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cientometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998.

MENEGHINI, R. Avaliação da produção científica e o Projeto SciELO. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 219-220, 1998.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S. et al (Org.). **Fontes de Informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte, 2000a. v. 1, p. 97-103.

MUELLER, S. P. M. O periódico científico. In: CAMPELLO, B. S. et al (org.). **Fontes de Informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000b. p. 21-34.

OECD. **The measurement of scientific and technological activities** (Frascati manual, 2002): proposed standard practice for surveys on research and experimental development. 6.ed. Paris: OECD, 2002. 254 p.

OKUBO, Y. **Bibliometric Indicators and analysis of research systems**: methods and examples. Paris-:, OECD, 1997. 69p. (STI Working Papers, 1997/1).

PACHECO, R. C. S.; KERN, V. M. Uma ontologia comum para a integração de bases de informações e conhecimento sobre ciência e tecnologia. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 3, p.56-63, 2001.

PRAT, A. M. Avaliação da produção científica como instrumento para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia: relatos de experiências. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 206-209, 1998.

PRICE, D. S. **O Desenvolvimento da ciência**: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. **Catálogo de publicações dos docentes (1990/1994)**. Campinas, 1996.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. **Resolução Normativa n.º 011/2005**. Campinas, 2005a.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. **Estatuto da Pontifícia Universidade Católica de Campinas**. Disponível em: <http://www.puc-campinas.edu.br/institucional/doc/2004_06_29_estatuto.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. **Nossa Missão**. Disponível em: <<http://www.puc-campinas.edu.br/institucional/>>. Acesso em: 10 maio 2005b.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. **Regulamento do Plano de Carreira Docente**. Campinas, 2005c.

PUC-CAMPINAS - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. **Valores e Condições de Desempenho**. Disponível em: <http://www.puc-campinas.edu.br/institucional/valores_inst.asp>. Acesso em: 10 Maio 2005d.

RIPPER, J. E. Entrevista: alternativas do saber. **Revista FAPESP**, São Paulo, n. 101, p. 12-17, 2004.

RODRIGUES, S. B. De Fábricas a lojas de conhecimento: as universidades e a desconstrução do conhecimento sem cliente. In: FLEURY, M. T. L.; OLIVEIRA, M. M. (Org.). **Gestão e estratégia do conhecimento**. São Paulo, 2004-. v. 1, p. 86-117.

SANTOS, R. N. M. Indicadores estratégicos em ciência e tecnologia: refletindo a sua prática como dispositivo de inclusão/exclusão. **Transinformação**, Campinas, v. 15 (Edição Especial), p. 129-140, 2003.

SIQUEIRA, M. M. Avaliação docente: implicações éticas. **RAIES**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 97-106, 2002.

SOUZA, E. P.; PAULA, M. C. S. QUALIS: a base de qualificação dos periódicos científicos utilizada na avaliação CAPES. **INFOCAPES**, Brasília, v.10, n.2, p. 6-24, 2002.

SPINAK, E. **Dicionário enciclopédico de bibliometria, cienciométrica e informetria**. Caracas: UNESCO CII/II, 1996.

SPINAK, E. Indicadores cienciométricos. **Ciência da Informação**, Brasília,

DF, v. 27, n. 2, p. 141-148, 1998.

SCHWARTZMAN, S. **As teorias da universidade brasileira**. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/teorias.htm>>. Acesso em: 24 out. 2005.

SCHWARTZMAN, S. **Funções e metodologias de avaliação do ensino superior**. Estudos e Debates, Brasília, n. 14, 1988.

SCHWARTZMAN, S. **Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TARGINO, M. G.; CORREIA, R. T. P.; CARVALHO, C. P. Quando o amor à ciência ainda basta.... In: **Congresso Anual em Ciência da Comunicação**, 25., Salvador, 2002. **Anais...** Salvador, 2002.

TARGINO, M., G.; GARCIA, J. C. R. Ciência brasileira na base de dados do Institute for Scientific information (ISI). **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 103-107, 2000.

TRZESNIAK, P. Indicadores quantitativos: reflexões que antecedem seu estabelecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 159-164, 1998.

VALENTIM, M. L. P. **Política Nacional de Informação para produção de bases de dados em C&T**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

VASCONCELLOS, M. D. **Pierre Bourdieu: a herança sociológica**. **Educação e Sociedade**, v. 23, n. 78, p.77-87, 2002.

VASSELAI, C. **As Universidades confessionais no ensino superior brasileiro: identidades, contradições e desafios**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

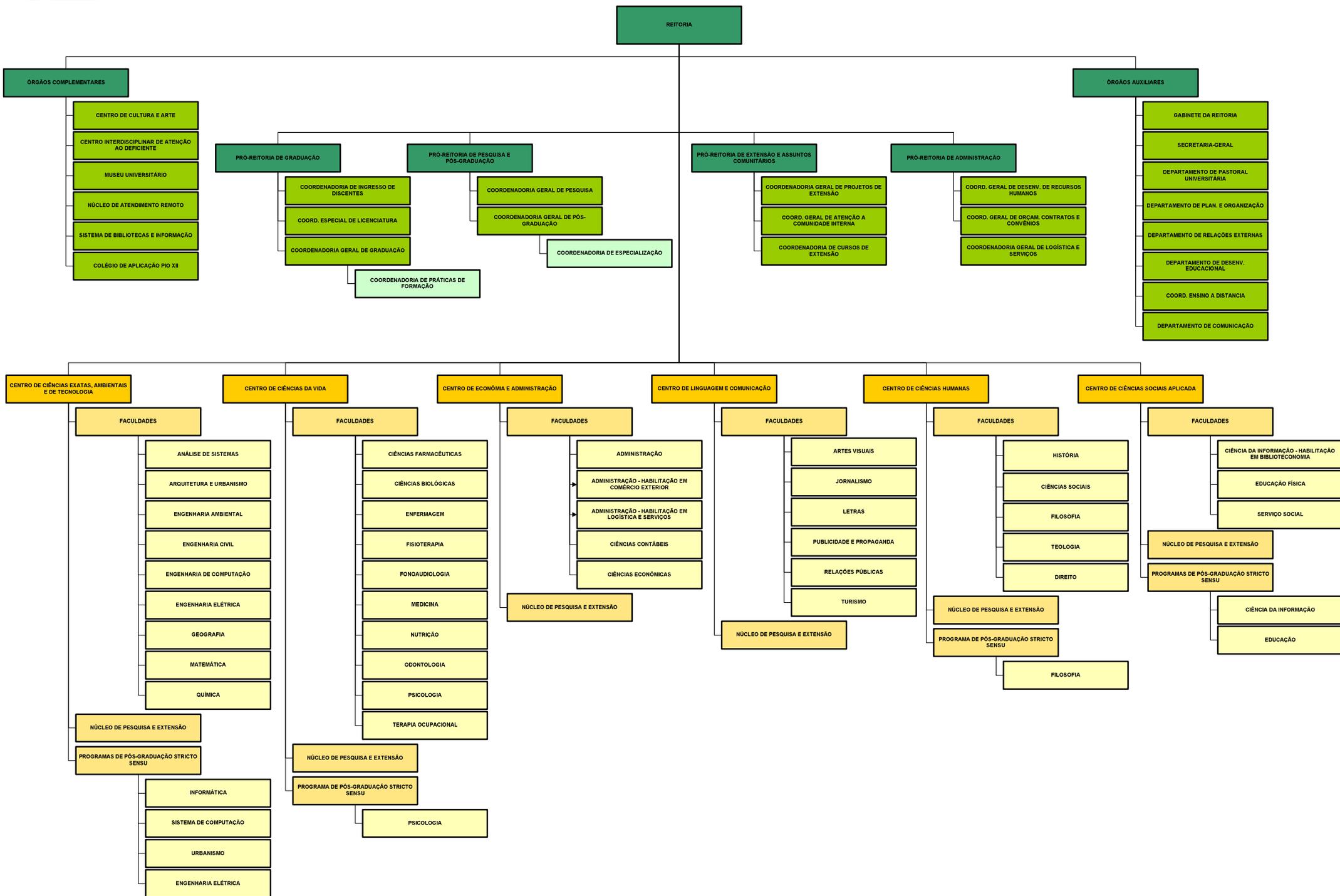
VOGT, C. **A espiral da cultura científica**. Disponível em: <<http://www.comciencia.com.br/reportagens/cultura>>. Acesso em: 14 ago. 2005.

WACHOWICZ, L. A.; ROMANOWSKI, J. P. Avaliação: que Realidade é essa? **RAIES**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 81-100, 2002.

WIKIPEDIA. Institute for Scientific Information. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Institute_for_Scientific_Information>. Acesso em: 24 ago. 2006.

ANEXO I – Organograma da PUC-Campinas

ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL



ANEXO II – Resolução Normativa PUC n.º 11/05



Resolução Normativa PUC nº 011/05

Campinas (SP), 06-9-05

DESTINATÁRIO: TODAS AS UNIDADES DA PUC-CAMPINAS

ASSUNTO: RECURSOS HUMANOS - CARREIRA DOCENTE - AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DOCENTE EM REGIME DE DEDICAÇÃO E EM REGIME ESPECIAL DE PESQUISA COM PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO

INFORMAÇÕES:

01. A avaliação dos docentes em **Regime de Dedicção** e em **Regime Especial de Pesquisa** será feita com a análise de **03 (três) documentos**: a **Proposta de Projetos de Pesquisa e/ou de Extensão** a serem desenvolvidos no ano seguinte, o **Relatório Técnico** do projeto de pesquisa ou de extensão concluído e o **Relatório de Atividades** desenvolvidas no ano corrente.
02. As **Propostas de Projetos de Pesquisa e de Extensão** destinam-se exclusivamente aos projetos novos e devem atender as disposições constantes desta Resolução Normativa.
03. Os **Relatórios Técnicos** devem ser preparados na conclusão de um Projeto de Pesquisa ou de Extensão.
04. Os **Relatórios de Atividades** devem atender as disposições de elaboração e avaliação constantes desta Resolução Normativa.
05. Outros esclarecimentos podem ser obtidos junto à **Coordenadoria Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos**, pelo telefone 3756-7135 ou correio eletrônico (e-mail) cgdrh@puc-campinas.edu.br.

INSTRUÇÕES:

01. Divulgar às Unidades da PUC-Campinas e cumprir as disposições desta Resolução Normativa, inclusive as constantes de seus Anexos, a saber:

- ANEXO 01 - CONSIDERAÇÕES GERAIS;
- ANEXO 02 - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA E/OU DE EXTENSÃO;
- ANEXO 03 - AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA E/OU DE EXTENSÃO;
- ANEXO 04 - AVALIAÇÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO;
- ANEXO 05 - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA AVALIAÇÃO DE PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA E/OU DE EXTENSÃO;
- ANEXO 06 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO REGIME DE DEDICAÇÃO E NO REGIME ESPECIAL DE PESQUISA;
- ANEXO 07 - AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO REGIME DE DEDICAÇÃO E NO REGIME ESPECIAL DE PESQUISA;
- ANEXO 08 - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO;
- ANEXO 09 - TABELA DE PONTUAÇÃO DE ATIVIDADES DO DOCENTE NO REGIME DE DEDICAÇÃO E NO REGIME ESPECIAL DE PESQUISA.

02. Considerar os docentes participantes do **REGIME ESPECIAL DE PESQUISA** enquadrados nas disposições constantes desta Resolução Normativa, devendo observar todas as normas e procedimentos definidos.

Nota: O Regime Especial de Pesquisa consiste na destinação de **horas de pesquisa** exclusivamente para docentes horistas contratados por Provimento Temporário para ministrarem aulas em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, considerando, cumulativamente, que:

- I. a concessão dessas horas somente pode ser autorizada pela Reitoria;
 - II. o número de horas de pesquisa corresponde ao número de horas-aula ministradas em Programa de Pós-Graduação.
03. Manter arquivadas as Resoluções Normativas encaminhadas pelo Gabinete da Reitoria durante a vigência ou até sua inclusão nos Manuais da Instituição, a serem implantados.
04. Observar que esta Resolução Normativa entra em vigor a partir desta data, revogadas as anteriores disposições existentes que tratam do assunto e, em especial, as constantes da Resolução Normativa PUC nº 020/04, de 25-6-2004.

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

José Benedito de Almeida David
Reitor

CONSIDERAÇÕES GERAIS

01. Os docentes do **Regime de Dedicção** devem desenvolver, dentro de suas horas de dedicação, projeto(s) de pesquisa e/ou de extensão, sendo permitidos no máximo dois projetos em andamento.
02. Os docentes do **Regime Especial de Pesquisa** devem desenvolver, dentro de suas horas do regime, projeto(s) de pesquisa, sendo permitidos no máximo dois projetos em andamento.
03. Os docentes do **Regime de Dedicção** e do **Regime Especial de Pesquisa** devem ter, ao término de um projeto, um novo projeto já aprovado por todas as instâncias previstas nesta Resolução Normativa.
04. Todos os processos de avaliação dos docentes em Regime de Dedicção e em Regime Especial de Pesquisa serão feitos por meio do acesso ao portal corporativo da Instituição com o mesmo endereço e senha do e-mail do docente.
05. Os pareceres emitidos e as considerações feitas sobre as avaliações deverão ser registrados no Sistema de Avaliação Docente pela intranet.
06. A proposta de um **novo** projeto deve ser apresentada, via Internet, com o preenchimento da "**Proposta de Projeto de Pesquisa ou de Extensão**", até o **10º dia útil do mês de setembro do ano corrente**. O Formulário para encaminhamento e a apresentação da Proposta de Projeto de Pesquisa ou de Extensão se dará exclusivamente pela Internet.
07. Ao término de um Projeto de Pesquisa e/ou de Extensão o docente deve, em no **máximo 30 dias**, apresentar, via Internet, o "**Relatório Técnico**", cujo resumo deverá ser publicado no *site* da Universidade. O Formulário com o qual se fará o encaminhamento e a apresentação do Relatório Técnico estará disponível exclusivamente pela Internet.

Notas:

- a) O Relatório Técnico poderá ser substituído por artigo completo publicado ou aceito para publicação em periódico de circulação nacional ou internacional indexado, classificado com pelo menos QUALIS B. Esse artigo deverá versar sobre o resultado da pesquisa que se encerrou no ano corrente e o docente deve constar na publicação como pertencente à PUC-Campinas.
- b) No caso de entrega do artigo, em substituição ao Relatório Técnico, o docente deverá preencher, via Internet, o Formulário de Encaminhamento e entregar ao Núcleo de Pesquisa e Extensão cópia do artigo, retirada diretamente dos anais ou revista, e cópia da capa do periódico, no caso de artigo já publicado, ou comprovante de aceite para publicação.

Anexo 01 à Resolução Normativa PUC nº 011/05, de 06-9-05

- c) Esse Relatório Técnico não deve ser considerado para pontuação na avaliação das atividades desenvolvidas no ano corrente.
- d) O Relatório Técnico deve ser elaborado segundo o modelo definido pelo Centro e aprovado pela respectiva Pró-Reitoria. Caso o Centro não possua um modelo próprio, deve-se utilizar o modelo disponível na Internet.

08. Anualmente os docentes do **Regime de Dedicção** e do **Regime Especial de Pesquisa** devem apresentar o **Relatório de Atividades Desenvolvidas no Regime de Dedicção e no Regime Especial de Pesquisa**. O formulário para encaminhamento do Relatório de Atividades Desenvolvidas deverá ser preenchido via Internet e a documentação comprobatória deverá ser entregue ao Núcleo de Pesquisa e Extensão.

Notas:

- a) A entrega do Relatório de Atividades Desenvolvidas no Regime de Dedicção e no Regime Especial de Pesquisa deve ocorrer até **o último dia útil do mês de outubro** do ano corrente.
- b) o docente que presta serviço junto a algum órgão da Reitoria, nomeado por Portaria e utilizando as horas-dedicção para a atividade nomeada, deverá ter suas atividades realizadas avaliadas anualmente por Instrumento próprio definido pela Reitoria. O resultado da avaliação deve ser encaminhado à CGDRH para ciência e registro da situação do docente.

09. Os docentes do **Regime de Dedicção** e do **Regime Especial de Pesquisa** receberão avaliação **INSATISFATÓRIA** nas seguintes situações:

- a) descumprimento dos prazos estabelecidos para a entrega dos documentos;
- b) inexistência de um novo projeto aprovado por todas as instâncias previstas nesta Resolução Normativa, ao término de um projeto de pesquisa ou de extensão;
- c) não-apresentação de Relatório Técnico aprovado, ao término de um projeto de pesquisa ou de extensão;
- d) não-apresentação de Relatório de Atividades Desenvolvidas;
- e) não-obtenção da Pontuação Mínima Necessária descrita no **ANEXO 07** desta Resolução Normativa.

Anexo 01 à Resolução Normativa PUC nº 011/05, de 06-9-05

10. O docente do **Regime de Dedicção, com projeto de pesquisa e/ou extensão, poderá também ser desligado da Universidade**, por decisão da Administração Superior, após receber o conceito **insatisfatório** em qualquer das situações seguintes:
 - a) duas avaliações consecutivas;
 - b) três avaliações no período de 06 anos;
 - c) quatro avaliações sem período de caducidade.
11. Os docentes do **Regime Especial de Pesquisa** poderão também perder o benefício das horas relativas ao Regime Especial de Pesquisa, por decisão da Administração Superior, após receberem avaliação **insatisfatória** na ocorrência de alguma das situações descritas no item 09 deste Anexo.
12. Todo recurso interposto somente será sobre o **parecer final**, se o conceito for **insatisfatório**, e deverá ser encaminhado à CGDRH que se encarregará de encaminhá-lo à instância pertinente.

Notas:

- a) O recurso somente deverá ser interposto após o recebimento do **parecer final insatisfatório**.
 - b) O prazo para recurso é de 15 dias úteis a contar da data do recebimento do **parecer final insatisfatório** pelo docente.
 - c) Em caso de recurso do **parecer final insatisfatório** recebido sobre o **Relatório Técnico** ou do **Plano de Pesquisa e Extensão** deverá ser ele interposto ao Reitor, via CGDRH.
 - d) Em caso de recurso do **parecer final insatisfatório** recebido sobre o **Relatório de Atividades Desenvolvidas** deverá ser ele interposto ao CONSUN, via câmara específica.
 - e) Não será admitida, na interposição de qualquer recurso, alteração, modificação e inclusão de documentos.
 - f) Em caso de eventual omissão de atividades desenvolvidas e/ou documentos comprobatórios, no Relatório de Atividades Desenvolvidas entregue, o docente poderá incorporá-los ao relatório do próximo ano.
 - g) Em qualquer das instâncias de interposição do recurso necessariamente deverão ser ouvidas as instâncias anteriores.
13. Os casos omissos serão remetidos à Reitoria para decisão.

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA E/OU DE EXTENSÃO

01. A Proposta de Projeto de Pesquisa e/ou de Extensão:
 - a) somente deve ser apresentada a cada **novo** Projeto de Pesquisa/Extensão;
 - b) deve ter período máximo de duração de 02 (dois) anos;
 - c) deve ter seu desenvolvimento no período de **1º de fevereiro a 31 de janeiro** do ano subsequente.
02. Todo Projeto de Extensão deve gerar Produção acadêmica sistematizada e socializada.
03. Todo Projeto de Pesquisa deve estar vinculado a um dos grupos de pesquisa da PUC-Campinas.
04. Todo Projeto de Pesquisa e/ou de Extensão com seres vivos, que se enquadre no regulamento do Conselho Nacional de Saúde, deve conter o Parecer do Comitê de Ética da Instituição.
05. A Proposta de um novo Projeto de Pesquisa ou de Extensão deve ser elaborada em formato *word* ou *pdf* e apresentada exclusivamente pela Internet, **até o 10º dia útil do mês de setembro** do ano anterior ao início do projeto.

Notas:

- a) Quando o projeto estiver vinculado simultaneamente à pesquisa e à extensão, o docente deve ser avaliado pelas respectivas instâncias.
 - b) A Proposta de Projeto de Pesquisa ou de Extensão deve ter aproximadamente 15 laudas, contendo título, introdução, objetivos, métodos, resultados esperados, referências bibliográficas e cronograma para 01 (um) ou 02 (dois) anos.
 - c) O parecer do Comitê de Ética, quando for o caso, deve ser enviado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão.
06. Não deve ser aceita Proposta de Projeto de Pesquisa e/ou de Extensão fora do prazo e/ou incompleto.

Nota: O docente enquadrado neste item será considerado com conceito **insatisfatório**.

Anexo 03 à Resolução Normativa PUC nº 011/05, de 06-9-05

AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA E/OU DE EXTENSÃO

01. A **Avaliação da Proposta de Projeto de Pesquisa e/ou de Extensão** consiste na análise da proposta apresentada pelo docente.
02. As **Propostas de Projetos de Extensão** devem ser avaliadas atendendo os critérios definidos pela Pró-Reitoria de Extensão, quanto à relevância:
 - a) **acadêmica**: clareza de objetivos; articulação com atividades de pesquisa; potencial para o desenvolvimento de atividades de ensino e/ou de pesquisa; caráter interdisciplinar; potencial para o envolvimento de alunos;
 - b) **social**: abordagem de questões sociais relevantes para o desenvolvimento da região de Campinas; interação com Instituições ou organismos da sociedade civil ou do Estado e/ou com movimentos sociais; interação com projetos eclesiais da Igreja de Campinas; compatibilização com as diretrizes de extensão formuladas pela Universidade.
03. A **Proposta de Projeto de Pesquisa e/ou de Extensão** deve passar por três processos de avaliação:
 - a) em primeira instância, pelo Conselho de Núcleo de Pesquisa e Extensão;
 - b) em segunda instância, pelo Conselho do Centro;
 - c) em terceira instância, considerando o disposto no Regimento Geral da PUC-Campinas em seu Artigo 6º, letras "f" e "g" e, no Artigo 7º, letras "e" e "f", pela Pró-Reitoria correspondente ao tipo de projeto de:
 - I. Pesquisa e Pós-Graduação;
 - II. Extensão e Assuntos Comunitários.
04. É competência das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e Assuntos Comunitários a emissão do **parecer final**.

Nota: A Avaliação do parecer final da Proposta de Projeto de Pesquisa ou Extensão deve ser expressa pelos conceitos **satisfatório** ou **insatisfatório**.
05. É competência da Coordenadoria Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos a gestão de todo o processo de Avaliação da Proposta de Projeto de Pesquisa e Extensão, comunicando o resultado final da avaliação e arquivando os documentos enviados às instâncias previstas.

Anexo 04 à Resolução Normativa PUC nº 011/05, de 06-9-05

AVALIAÇÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO

01. Os **Relatórios Técnicos** apresentados até 30 dias do término do Projeto de Pesquisa/Extensão poderão ser guardados para avaliação posterior na mesma época em que serão avaliadas as Propostas de Projetos de Pesquisa e Extensão para o ano subsequente.

Nota: o Coordenador do Núcleo de Pesquisa e de Extensão, em conjunto com a Direção do Centro, poderá antecipar o processo de avaliação dos Relatórios Técnicos, compondo Comissão de Avaliação específica para esse fim.

02. A avaliação dos Relatórios Técnicos deve considerar:
- a) o(s) resultado(s) apresentado(s) e sua divulgação;
 - b) a contribuição para a Faculdade, para o Centro e para a Universidade;
03. O procedimento operacional para avaliação do Relatório Técnico é o mesmo definido para a avaliação das Propostas de projetos de Pesquisa e de Extensão, contido no **ANEXO 05** desta Resolução Normativa.

Anexo 05 à Resolução Normativa PUC nº 011/05, de 06-9-05

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA AVALIAÇÃO DE PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA E/OU DE EXTENSÃO

01. A Coordenação do Núcleo, em conjunto com a Direção do Centro, deve:
- a) compor Comissão(ões) de Avaliação das Propostas de Projetos de Pesquisa e/ou de Extensão, para o ano subsequente, dos docentes em Regime de Dedicção e em Regime Especial de Pesquisa;
 - b) nomear um presidente para cada Comissão de Avaliação;
 - c) ter a responsabilidade final pelo cumprimento **dos prazos** e das etapas do processo avaliativo, no âmbito do Núcleo de Pesquisa e Extensão e do Centro;
 - d) definir critérios para subsidiar o processo de avaliação pela(s) Comissão(ões) de Avaliação.

Notas:

- a) A Comissão formada deverá ser composta por professores com titulação mínima de mestre.
- b) A Comissão poderá ser formada também por docentes horistas.

02. Cabe à(s) Comissão(ões) de Avaliação:

- a) a avaliação das Propostas de Projetos para o ano subsequente apresentadas, devendo considerar os critérios estabelecidos pela Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão, pela Direção do Centro e pelas orientações contidas nos Anexos 02 e 03 desta Resolução Normativa;
- b) encaminhar todo o processo dos docentes, juntamente com as avaliações, ao Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão, **até o último dia útil do mês de outubro do ano corrente.**

Notas:

- a) As Propostas de Projetos para o ano subsequente devem ser devolvidas ao docente, para eventuais acertos, desde que seja observado, **rigorosamente**, o prazo estabelecido para encaminhamento dos resultados ao Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão.
- b) O parecer dado pela Comissão de Avaliação deve ser registrado no Sistema de Avaliação Docente, na intranet, pela Coordenação de Núcleo de Pesquisa e Extensão.

Anexo 05 à Resolução Normativa PUC nº 011/05, de 06-9-05

- c) Caso tenha que efetuar alterações em seu projeto a pedido da Comissão de Avaliação, o docente deverá encaminhar ao Coordenador do Núcleo o novo arquivo word com as alterações. Cabe ao Coordenador do Núcleo substituir o arquivo word anterior pelo novo diretamente na intranet e proceder ao processo de avaliação.
- d) **Todo parecer deve ser fundamentado com justificativas e detalhamentos relevantes, em atendimento às normas.**

03. Cabe ao Conselho do Núcleo de Pesquisa:

- a) definir o resultado das avaliações de seus docentes, com base no conjunto das apreciações da Comissão de Avaliação e em outros critérios complementares, respeitadas as normas gerais estabelecidas nesta Resolução Normativa;
- b) registrar as considerações e parecer emitido no Sistema de Avaliação Docente, na intranet, até o **10º dia útil do mês de novembro do ano corrente.**

Notas:

- a) **Todo parecer deve ser fundamentado com justificativas e detalhamentos relevantes, em atendimento às normas.**
- b) O registro do parecer e das considerações, no Sistema de Avaliação Docente, deve ser feito pela Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão.

04. Cabe ao Conselho do Centro:

- c) definir o resultado das avaliações de seus docentes, com base no conjunto das apreciações da Comissão de Avaliação, no parecer emitido pelo Conselho de Núcleo de Pesquisa e Extensão e em outros critérios complementares, respeitadas as normas gerais estabelecidas nesta Resolução Normativa;
- d) registrar as considerações e parecer emitido no Sistema de Avaliação Docente, na intranet, até o **último dia útil do mês de novembro do ano corrente.**

Notas:

- c) **Todo parecer deve ser fundamentado com justificativas e detalhamentos relevantes, em atendimento às normas.**
- d) O registro do parecer e das considerações, no Sistema de Avaliação Docente, deve ser feito pela direção do Centro.

Anexo 05 à Resolução Normativa PUC nº 011/05, de 06-9-05

05. Cabe à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários:
- a) dar o **parecer final** das avaliações dos docentes, levando em consideração os pareceres emitidos pelo Conselho de Núcleo de Pesquisa e Extensão e pelo Conselho de Centro;
 - b) registrar as considerações e parecer final emitido, no Sistema de Avaliação Docente, na intranet, até o **20º dia útil do mês de dezembro do ano corrente.**
 - c) enviar comunicação escrita ao docente que recebeu **parecer final INSATISFATÓRIO.**
06. A Coordenadoria Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos deverá fazer a gestão de todo processo de avaliação dos docentes, acompanhando os procedimentos executados.

Nota: Cabe à CGDRH enviar aos docentes documentos solicitados sobre as avaliações efetuadas.

Anexo 06 à Resolução Normativa PUC nº 011/05, de 06-9-05

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO REGIME DE DEDICAÇÃO E NO REGIME ESPECIAL DE PESQUISA

01. O Relatório de Atividades Desenvolvidas no Regime de Dedicção e no Regime Especial de Pesquisa tem como objetivo apresentar a produção do docente em Regime de Dedicção e em Regime Especial de Pesquisa realizada durante as suas horas-dedicção.
02. O Relatório de Atividades Desenvolvidas deve ser elaborado utilizando-se o formulário **"Relatório de Atividades Desenvolvidas no Regime de Dedicção e no Regime Especial de Pesquisa"** disponível na Internet e encaminhá-lo, com os documentos comprobatórios, ao Núcleo de Pesquisa e Extensão, até o **último dia útil do mês de outubro do ano corrente**.

Nota: Serão consideradas as atividades desenvolvidas desde o último Relatório de Atividades entregue até o mês de outubro do ano corrente e as do **ano anterior** que não foram incluídas.

03. O Relatório de Atividades Desenvolvidas deve conter, além do respectivo formulário:
 - a) Currículo Lattes atualizado;
 - b) documento(s) comprobatório(s) da(s) atividade(s) desenvolvida(s) conforme **Tabela de Pontuação de Atividades do Docente no Regime de Dedicção e no Regime Especial de Pesquisa**, constante do **ANEXO 09**;
 - c) cópias dos artigos retiradas diretamente dos anais de congresso e dos periódicos, onde conste a apresentação do docente como pertencente à PUC-Campinas, não se caracterizando como resultado de trabalho com as horas-dedicção a produtividade em nome de outra Instituição.
04. Entregar o Relatório de Atividades Desenvolvidas no Regime de Dedicção e no Regime Especial de Pesquisa e seus anexos em uma pasta, grampeados ou encadernados, sem folhas soltas.
05. Não deve ser aceito **Relatório de Atividades Desenvolvidas no Regime de Dedicção e no Regime Especial de Pesquisa** entregue fora do prazo e/ou incompleto.

Nota: O docente enquadrado neste item deve ser avaliado com conceito **insatisfatório**.

Anexo 07 à Resolução Normativa PUC nº 011/05, de 06-9-05

AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO REGIME DE DEDICAÇÃO E NO REGIME ESPECIAL DE PESQUISA

01. A **Avaliação das Atividades Desenvolvidas no Regime de Dedicção e no Regime Especial de Pesquisa** consiste na pontuação dos resultados apresentados, com base nos critérios definidos na **Tabela de Pontuação de Atividades do Docente no Regime de Dedicção e no Regime Especial de Pesquisa (Modelo - ANEXO 09)**.

Nota: As atividades constantes da Tabela de Pontuação de Atividades do Docente estão divididas em duas categorias:

- a) **CAT1:** categoria de atividades ligadas à produção técnico-científica;
- b) **CAT2:** categoria de atividades ligadas à orientação, participação e colaboração em comissões, conselhos e câmaras.
02. A Avaliação das Atividade Desenvolvidas no ano corrente será expressa com conceitos **satisfatório** ou **insatisfatório**.
03. O conceito satisfatório indica que a **Pontuação de Atividades do Docente - PAD** atingiu a **Pontuação Mínima Anual Necessária - PMAN** estabelecida abaixo:

Número de Horas de Dedicção	Pontuação Mínima Anual Necessária	Pontuação Mínima Anual Necessária Especificamente na Categoria 1
De 1 a 5	0,5	0,25
De 6 a 12	1,0	0,5
De 13 a 17	1,5	0,75
A partir de 18	2,0	1,0

Notas:

- a) A Pontuação Mínima Anual Necessária deve ser composta por no mínimo 50% de atividades desenvolvidas na Categoria 1.
- b) Entende-se por Pontuação de Atividades do Docente a somatória de pontos obtidos pelo docente, por ocasião da realização da Avaliação das Atividades Desenvolvidas de ambas as categorias.
- c) A Pontuação de Atividades do Docente em cada uma das categorias é cumulativa no período de 02 (dois) anos.
- d) Os pontos excedentes de cada uma das categorias podem se aproveitados no ano seguinte.
04. O docente que não apresentar o Relatório de Atividade ou receber conceito **insatisfatório** terá a sua **Pontuação de Atividades do Docente - PAD** do ano de referência igual a zero.

**PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS NO PERÍODO**

01. A Coordenação do Núcleo, em conjunto com a Direção do Centro, deve:
- a) compor Comissão(ões) de Avaliação dos Relatórios de Atividades Desenvolvidas no período dos docentes em Regime de Dedicção e em Regime Especial de Pesquisa;
 - b) nomear um presidente para cada Comissão de Avaliação;
 - c) ter a responsabilidade final pelo cumprimento dos critérios, **dos prazos** e das etapas do processo avaliativo, no âmbito do Núcleo de Pesquisa e Extensão e do Centro;

Notas:

- a) A Comissão formada deverá ser composta por professores com titulação mínima de mestre.
 - b) A Comissão poderá ser formada também por docentes horistas.
02. Cabe à(s) Comissão(ões) de Avaliação:
- a) a avaliação dos documentos apresentados, devendo considerar os critérios definidos na Tabela de Pontuação de Atividades do Docente no Regime de Dedicção e no Regime Especial de Pesquisa (Anexo 09) desta Resolução Normativa;
 - b) encaminhar todo o processo dos docentes, juntamente com as avaliações, ao Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão, **até o último dia útil do mês de novembro do ano corrente.**
03. Cabe à Coordenação do Núcleo registrar o parecer emitido pela comissão, no Sistema de Avaliação Docente, na intranet.
04. Cabe ao Conselho do Núcleo de Pesquisa e Extensão:
- a) definir o **parecer** das avaliações de seus docentes, com base no conjunto das apreciações da Comissão de Avaliação e em outros critérios complementares, respeitadas as normas gerais estabelecidas nesta Resolução Normativa;
 - b) registrar as considerações e o parecer emitido até **o 10º dia útil do mês de dezembro do ano corrente.**

Nota: As considerações e o parecer emitido devem ser registrados no Sistema de Avaliação Docente, na intranet, pela coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão.

Anexo 08 à Resolução Normativa PUC nº 011/05, de 06-9-05

05. Cabe ao Conselho de Centro:
- a) definir o **parecer final** das avaliações de seus docentes, com base no conjunto das apreciações da Comissão de Avaliação, do parecer do Conselho de Núcleo de Pesquisa e Extensão e em outros critérios complementares, respeitadas as normas gerais estabelecidas nesta Resolução Normativa;
 - b) registrar as considerações e o parecer final emitido até o **20º dia útil do mês de dezembro do ano corrente.**
- Nota:** As considerações e o parecer emitido devem ser registrados no Sistema de Avaliação Docente, na intranet, pela direção do Centro.
06. Cabe às Pró-Reitorias tomar ciência dos pareceres emitidos e elaborar eventual manifestação, encaminhando-a ao Conselho de Centro, quando for o caso.
07. Cabe à CGDRH a gestão e acompanhamento do processo de avaliação.

Anexo 09 à Resolução Normativa PUC nº 011/05, de 06-9-05

TABELA DE PONTUAÇÃO DE ATIVIDADES DO DOCENTE NO REGIME DE DEDICAÇÃO E NO REGIME ESPECIAL DE PESQUISA

C A T E G O R I A: C1

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- ☞ As publicações válidas são as ligadas a um dos grupos de pesquisa da Universidade a que o docente pertence.
- ☞ As publicações em revistas pertencentes à lista QUALIS A e B terão um acréscimo de 0,5 ponto.

PRODUÇÃO		UNIDADE	PONTOS
1	Publicação de artigo científico em revista (com até 03 autores e apresentando-se como docente da PUC-Campinas)- anexar cópia do artigo retirada diretamente da revista:	Por Artigo	
1.1	Internacional especializada e indexada		2,00
1.2	Nacional especializada e indexada		1,50
1.3	Internacional não-especializada e indexada		1,00
1.4	Nacional não-especializada e indexada		0,75
1.5	Estadual especializada e indexada		0,50
1.6	Regional ou da PUC-Campinas indexadas		0,25
2	Publicação de artigo científico em revista (com mais de 03 autores e apresentando-se como docente da PUC-Campinas) - anexar cópia do artigo retirada diretamente da revista:	Por Artigo	
2.1	Internacional especializada e indexada		1,00
2.2	Nacional especializada e indexada		0,75
2.3	Internacional não-especializada e indexada		0,50
2.4	Nacional não-especializada e indexada		0,25
2.5	da PUC-Campinas indexada		0,25
3	Apresentação de trabalho científico completo, publicado em anais de congresso (apresentando-se como docente da PUC-Campinas) - anexar cópia do artigo retirada diretamente dos anais:	Por Trabalho	
3.1	Internacional		1,00
3.2	Nacional		0,50
4	Resumos (ou para Pôster ou para Comunicação Oral) Publicados em Anais/Programas de Eventos Científicos (apresentando-se como docente da PUC-Campinas) - anexar cópia do resumo retirada diretamente dos anais do congresso:	Por Resumo	
4.1	Regional		0,15
4.2	Nacional		0,25
4.3	Internacional		0,50
5	Publicação de material didático com registro no EDA (escritório de direitos autorais da Biblioteca Nacional) (apresentando-se como docente da PUC-Campinas) - anexar uma cópia do material (será enviado à biblioteca após avaliação do relatório):	Por registro	1,50

Anexo 09 à Resolução Normativa PUC nº 011/05, de 06-9-05

<p>6 Livro publicado como autor, cujo tema esteja vinculado a um projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade (exceto monografia, dissertação ou tese e apresentando-se como docente da PUC-Campinas) - anexar um exemplar do livro (será enviado à biblioteca após avaliação do relatório):</p> <p>6.1 no exterior</p> <p>6.2 no Brasil</p> <p>6.3 traduzido no exterior</p>	<p>Por Título</p>	<p>2,00</p> <p>1,50</p> <p>2,00</p>
<p>7 Reedição de livro, com revisão ampliada e melhorada (apresentando-se como docente da PUC-Campinas) - anexar um exemplar do livro (será enviado à biblioteca após avaliação do relatório):</p> <p>7.1 no exterior</p> <p>7.2 no Brasil</p>	<p>Por Título</p>	<p>1,50</p> <p>1,00</p>
<p>8 Publicação de capítulo em livro (apresentando-se como docente da PUC-Campinas) - anexar um exemplar do livro (será enviado à biblioteca após avaliação do relatório):</p> <p>8.1 no exterior</p> <p>8.2 no Brasil</p>	<p>Por Capítulo</p>	<p>1,00</p> <p>0,5</p>
<p>9 Reedição de capítulo em livro, com revisão ampliada e melhorada (apresentando-se como docente da PUC-Campinas) - anexar um exemplar do livro (será enviado à biblioteca após avaliação do relatório):</p> <p>9.1 no exterior</p> <p>9.2 no Brasil</p>	<p>Por Capítulo</p>	<p>0,5</p> <p>0,25</p>
<p>10 Tradução (apresentando-se como docente da PUC-Campinas) - anexar um exemplar do livro (será enviado à biblioteca após avaliação do relatório):</p> <p>10.1 Livro</p> <p>10.2 Capítulo de livro</p>	<p>Por Livro</p> <p>Por Capítulo</p>	<p>1,00</p> <p>0,50</p>
<p>11 Prefácio de livro - mínimo de 04 laudas (apresentando-se como docente da PUC-Campinas) - anexar um exemplar do livro (será enviado à biblioteca após avaliação do relatório)</p> <p>11.1 Nacional</p> <p>11.2 Internacional</p>	<p>Por Prefácio</p>	<p>0,25</p> <p>0,50</p>
<p>12 Publicação de resenha em revista especializada (apresentando-se como docente da PUC-Campinas) - anexar um exemplar da revista (será enviada à biblioteca após avaliação do relatório):</p> <p>12.1 Internacional</p> <p>12.2 Nacional</p>	<p>Por Resenha</p>	<p>0,50</p> <p>0,25</p>
<p>13 Relatórios Técnicos com divulgação pública (apresentando-se como docente da PUC-Campinas) - anexar cópia do meio de divulgação</p>	<p>Por título</p>	<p>1,00</p>
<p>14 Produção de documentários, meios eletrônicos, CD-ROM, filmes e obras análogas (apresentando-se como docente da PUC-Campinas) - anexar cópia da produção (será enviada à biblioteca após avaliação do relatório)</p>	<p>Por Produção</p>	<p>1,00</p>
<p>15 Registro de Patente com inovação científico-tecnológica (apresentando-se como docente da PUC-Campinas) - anexar documento do registro:</p>	<p>Por Patente</p>	<p>2,00</p>

Anexo 09 à Resolução Normativa PUC nº 011/05, de 06-9-05

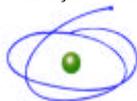
C A T E G O R I A: C2

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

(*) Somente serão consideradas as atividades que não foram remuneradas, seja por meio de hora-aula ou de hora-administrativa, ou ainda de outros pagamentos internos ou externos.

ATIVIDADES	UNIDADE	PONTOS
1 Orientações de Iniciação Científica Observação: o valor será proporcional ao período da bolsa no ano.	por bolsa de 20 horas por semestre	0,25
2 Parecerista ad-hoc de revista científica especializada (apresentando-se como docente da PUC-Campinas)	Por parecer	0,10
3 Participação em Conselho Editorial de Revistas Científicas indexadas (apresentando-se como docente da PUC-Campinas)	Por Ano	0,25
4 Coordenação de organização de eventos (congresso científico, seminário e afins e, apresentando-se como docente da PUC-Campinas)(*): 4.1 internacionais 4.2 com dimensão nacional 4.3 com dimensão regional 4.4 com dimensão local	Por Evento	0,75 0,50 0,25 0,25
5 Coordenação de editoração (*)	Por Edição de Revista	0,5
6 Organização de livro (apresentando-se como docente da PUC-Campinas)	Por livro	0,25
7 Produção Técnico-Científica e no campo das artes: curadorias, exposições, palestras, seminários, mini-cursos, oficinas, debatedores/moderadores, artigos/entrevistas em jornais/revistas (apresentando-se como docente da PUC-Campinas) (*)	(Nº de eventos) X 0,10	Máximo de 0,5
8 Participação em Conselhos, Câmaras, Assessorias, Comissões Científicas e de Avaliação ocasionais, nomeados pelo Reitor ou pela Direção do Centro (*)	(Nº Comissões, Câmaras ou Conselhos) X 0,05	máximo de 0,25
9 Participação em Bancas de Mestrado e Doutorado - defesa e qualificação (não como orientador - apresentando-se como docente da PUC-Campinas)	(Nº Bancas) 0,10	máximo de 0,5
10 Participação em Conselhos, Câmaras, Assessorias, Comissões permanentes (*)	Por comissão	0,25

ANEXO III – Documento de Área CAPES: Arquitetura e Urbanismo



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

Áreas básicas:

Arquitetura e Urbanismo

Desenho Industrial

Comissão de Avaliação/Consultores:

Profa. Dra. Anamaria de Moraes

PUC-Rio , moraergo@design.puc-rio.br

(representante de área)

Profa. Dra. Vera Helena Moro Bins Ely

UFSC, vera@arq.ufsc.br

(adjunta de área)

Profa. Dra. Claudia Mariz de Lyra Barroso Krause

UFRJ, barroso-krause@proarq.ufrj.br

Prof. Dr. José Carlos Plácido da Silva

UNESP/BAU, placido@faac.unesp.br

Prof. Dr. José Geraldo Simões Júnior

UPM, jgsj@mackenzie.com.br

Profa. Dra. Maísa Fernandes Dutra Veloso

UFRN, maisaveloso@uol.com.br

Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

USP, mapleite@usp.br

Prof. Dr. Vicente Barcellos

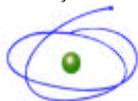
UnB, vbarcellos@brturbo.com

A comissão de avaliação acima citada responde aos requisitos de renovação estabelecidos pela CAPES e seus membros representam, de forma equilibrada, as instituições de ensino superior de Arquitetura, Urbanismo e Design do país. Entre eles há novos representantes e professores que participaram de avaliações anteriores, professores representantes de programas de Norte a Sul do país, de cursos antigos e novos, de arquitetura, urbanismo e design, com doutorado ou só com mestrado e com avaliações diferenciadas.

Existem aproximadamente 270 cursos de graduação na área, sendo que em Arquitetura e Urbanismo são 170 e, em Design, cerca de 100. Em 2001, a Pós-graduação da Área compreendia doze mestrados e três doutorados, já apresentando um desequilíbrio entre oferta e demanda deste tipo de formação. Isto levou a Área a incentivar a criação de novos cursos, quatro de mestrado (dois de Design) e cinco de doutorado (um de Design). No final deste triênio, com 17 programas na área, somente treze foram avaliados.

Todos os 13 possuem mestrados, sendo um em Design, e três doutorados em Arquitetura e/ou Urbanismo. Em face deste cenário, à extensão territorial deste país e às especificidades regionais torna-se urgente o crescimento deste tipo de formação com a implementação de novos programas.

O universo atual docente de pós-graduação da Área em 13 programas é de 308 docentes, sendo 213 no chamado núcleo duro (NRD6), atendendo a 846 alunos por ano nos cursos de mestrado e 375 nos de doutorado. Os cursos possuem um requisito de carga horária bastante variado entre si, com uma média de 417 horas requeridas para o título de Mestre e 585 para o de Doutor. Este último ano do triênio, em função de um esforço dos programas de associar eficiência à qualidade trouxe as médias de titulação aos menores valores: no mestrado, 34,4



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

meses para bolsistas e 37,9 meses para não bolsistas e no doutorado, 46,2 meses para os bolsistas e 59,7 para os não bolsistas.

1. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

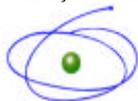
A sistemática de avaliação é resultado de várias reuniões para as quais foram convidados todos os programas da área, onde estiveram presentes a representante, sua adjunta e os coordenadores ou representantes dos programas de pós-graduação: UFRN/me; UFBA/me e do; UFMG/me; UNB/me e do; PROARQ-UFRJ/me e do; PROURB-UFRJ/me e do; DESIGN-PUC-Rio me e do; USP-SP/me e do; MACKENZIE/me; USP-SC/me e do; PUCCAMP/me; UFSC/me; UFRGS/me e do; UPM/me; UFAL/me; UNESP-BAU/me.

A primeira reunião realizou-se em Brasília, em 25 de janeiro de 2002. Ficou estabelecido que se elaboraria o corpo básico de critérios dentro dos princípios de maximização de abertura e transparência e de uma discussão, em profundidade, das contribuições de cada um dos treze programas.

Assim, aconteceram várias outras reuniões, algumas em Brasília, outras nas sedes de alguns programas - UFRN, UFBA, USP, PUC-Rio e UFSC – quando aproveitou-se para conhecer as diversas realidades acadêmicas. Gerou-se, então, o documento “Perfil dos Programas e Critérios de Atribuição de Notas aos Programas da Área de Arquitetura e Urbanismo”, verificando a compatibilidade com os critérios definidos por outras áreas. Para cada um dos entendimentos dos critérios de avaliação construídos, foram explicitados tabelas e textos, tendo como base os documentos gerados pela CAPES para cada programa, denominados “Sistema de Avaliação – Síntese e Indicadores”.

Complementarmente, ao longo destas reuniões, e pela primeira vez na história da avaliação da área, foram elaborados critérios de qualificação dos veículos utilizados na difusão da produção intelectual dos programas da área – QUALIS. Este processo foi consolidado na última reunião realizada em Brasília, de 02 a 04 de julho de 2003, onde estiveram presentes os professores doutores Anamaria de Moraes, Vera Helena Moro Bins Ely, Vicente Barcellos e José Geraldo Simões Junior.

Ambos - “Perfil dos Programas e Critérios de Atribuição de Notas aos Programas da Área de Arquitetura e Urbanismo” e Qualis – foram enviados a todos os programas, atendendo aos desejos de transparência e melhoria da área.



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

Os critérios aprovados foram testados na primeira avaliação do triênio (ano base 2001), e ajustados a partir de novas reuniões com os coordenadores dos programas, a representante e a adjunta de área.

Na segunda avaliação do triênio (ano base 2002) utilizou-se novamente o documento “Perfil dos Programas e Critérios de Atribuição de Notas aos Programas da Área de Arquitetura e Urbanismo” com novos ajustes e enviado mais uma vez, com antecipação, aos programas. Ao terminar a avaliação concluiu-se pela importância de sistematizar tabelas com informatização específica dos dados do caderno de avaliação. Ao longo do ano de 2003, num trabalho conjunto com o setor de informática da CAPES, foram geradas 22 tabelas específicas para avaliação do triênio.

A reunião de avaliação do triênio 2001/2003 realizou-se de 02 a 06 de agosto de 2004, na FINATEC em Brasília. Nesta ocasião foram analisados os relatórios dos programas e verificou-se a pertinência das tabelas específicas geradas, que facilitaram o trabalho da comissão, permitindo maior dedicação de tempo à avaliação qualitativa.

2. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação continuada implantado pela CAPES tem propiciado o crescimento e amadurecimento da área. Cabe destacar que todos os programas têm se esforçado para organizar melhor os dados, sistematizar as informações, visando melhorar o preenchimento dos formulários.

A avaliação foi realizada segundo os critérios aperfeiçoados e ajustados durante o triênio conforme o documento “Perfil dos Programas e Critérios de Atribuição de Notas aos Programas da Área de Arquitetura e Urbanismo”, conforme anexo I.

Tal como nos dois anos anteriores, cada programa foi avaliado inicialmente por dois consultores externos ao programa, definidos por sorteio, seguindo as instruções da CAPES de objetividade e esclarecimentos dos graus atribuídos. A seguir, fez-se a leitura das Fichas de Avaliação dos Programas por toda a Comissão de forma a equalizar os procedimentos de todos os avaliadores. Seguiu-se uma conferência final do material escrito e só, então, foram atribuídas as notas finais.

3. RECOMENDAÇÕES GERAIS PARA A ÁREA



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

3.1 - CORPO DOCENTE

Buscar uma maior interação dos docentes dos diversos programas visando o desenvolvimento das atividades de pesquisa e a socialização do conhecimento produzido.

Procurar uma maior integração entre os programas a partir de atividades conjuntas entre os laboratórios que trabalhem temáticas semelhantes, gerando publicações interinstitucionais.

Incentivar a participação dos docentes nas atividades de iniciação científica com objetivo de identificar alunos com potencial para a pesquisa e, conseqüentemente, para a formação em pós-graduação.

Recomenda-se evitar a endogenia e implementar o treinamento, os estágios pós-doutorais em instituições de ensino superior diferentes daquelas onde foram realizados os doutoramentos. Incentivar ainda a vinda de professores visitantes e a integração de recém-doutores aos programas.

3.2 - ATIVIDADES DE PESQUISA

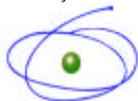
O número de áreas de concentração e de linhas de pesquisa deve ser compatível com as dimensões do corpo docente do programa.

Evitar a superposição de temáticas nas áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa, buscando formas efetivas de vinculá-las à produção intelectual.

Todos os docentes do NRD-6 devem estar efetivamente envolvidos nas atividades de pesquisa e inseridos em grupos cadastrados no CNPq. Todo projeto de pesquisa deve ter um docente responsável. Os grupos de pesquisa devem ser claramente identificados e relacionados às linhas a que se vinculam.

Há necessidade de um maior envolvimento do corpo docente dos programas nos projetos de pesquisa, incrementando dessa forma a participação do corpo docente da pós-graduação nas atividades de orientação na graduação.

Na elaboração do relatório CAPES, as dissertações e teses não devem ser incluídas como projeto de pesquisa.



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

Nos casos dos programas que não têm curso de doutorado, os doutores (não docentes) que participam das atividades de pesquisa, devem ser incluídos no relatório CAPES como pesquisadores.

3.3 - ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Há significativa disparidade no número de créditos exigidos para titulação – tanto no curso de mestrado quanto no de doutorado – e variações significativas entre as cargas horárias e equivalências crédito/hora-aula exigidas em cada programa. No caso dos cursos de mestrado, observa-se uma variação que vai de 240 a 1080 horas. Torna-se necessário que os programas repensem a questão para que, num próximo momento, a área delibere sobre o assunto, achando um denominador comum.

Em alguns casos as ementas das disciplinas devem explicitar melhor seus conteúdos programáticos e, desse modo, permitir uma avaliação mais adequada da relação das disciplinas ofertadas com as linhas e projetos de pesquisa.

Os desequilíbrios na distribuição de orientandos pelos docentes devem ser corrigidos.

Para uma melhor avaliação do acervo das bibliotecas e de sua atualização, sugere-se a inclusão de informações sobre o número de aquisições de livros e periódicos da área, editados a partir de 1999.

3.4 - CORPO DISCENTE

Incrementar o número de discentes-autores da pós-graduação e graduação através de sua participação em grupos de pesquisa e da publicação conjunta de artigos com seus orientadores.

3.5 - TESES E DISSERTAÇÕES

Apesar do esforço verificado por muitos programas em reduzir o tempo médio de titulação de mestrado e doutorado, deve-se insistir nesse quesito. O tempo de titulação de bolsistas deve, necessariamente, ser menor que o de não bolsistas. Assim, faz-se necessário que os programas dêem maior atenção ao acompanhamento dos bolsistas.



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

3.6 - PRODUÇÃO INTELECTUAL

No preenchimento do relatório CAPES os programas devem dar maior atenção ao preenchimento do quesito Produção Intelectual.

Os docentes devem buscar uma melhor vinculação da produção intelectual com as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa.

A distribuição da produção intelectual do conjunto dos docentes dos programas deve ser equilibrada.

Espera-se de cada docente do NRD-6, uma média de 2 itens de produção intelectual (artigos em periódicos arbitrados, anais, livros ou capítulo, produção técnica e artística), por ano.

Os docentes dos programas devem se esforçar para diversificar os meios de divulgação de sua produção intelectual e priorizar a publicação de artigos em periódicos arbitrados que tenham sido indexados no Qualis com nível A.

A edição de pelo menos um periódico por programa, arbitrados por conselho editorial de abrangência nacional é recomendável.

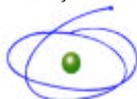
A participação de discentes-autores na produção bibliográfica dos programas deve ser estimulada, bem como a publicação em periódicos de outros programas.

No registro de eventos realizados pelos programas há necessidade de um maior detalhamento das informações. Recomenda-se, ao menos, a realização de um evento periódico a cada dois anos, com característica acadêmica, com comitê científico e publicação de anais.

O intercâmbio de informações entre os docentes dos programas deve ser estimulado, seja através da participação em bancas examinadoras, seja com a colocação de informações (resumos de dissertações e teses, relatórios de pesquisa) nos respectivos “sites” da internet. Para tanto, recomenda-se que cada programa tenha um “site” completo e atualizado, com todas as informações pertinentes à comunidade acadêmica.

CONCLUSÃO

O resultado da avaliação do triênio 2001-2003 revelou uma equilibrada distribuição dos programas quanto ao porte e à capacidade de formação e de produção intelectual. Esse



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

equilíbrio revela-se na ocorrência de igual número de programas com avaliação três e seis e um número maior de programas com avaliação quatro e cinco.

Esses resultados, que decorrem do aperfeiçoamento dos programas e de seu empenho em superar deficiências, relacionam-se, também, ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Avaliação no sentido de desenvolver e aprimorar os indicadores. A continuidade desse processo, ao longo do próximo triênio, torna-se fundamental para a consolidação da Área.

O cenário, que se delinea para os programas de Arquitetura, Urbanismo e Design, aponta para a necessidade premente de qualificar o corpo docente dos 270 cursos de graduação que o constituem. Essa missão cabe, fundamentalmente, à pós-graduação, hoje formada por apenas 17 programas. Daí a importância de, paralelamente, ao incentivo à criação de novos programas, permitir que aqueles com estrutura mais consolidada e inserção internacional possam atingir níveis de avaliação mais altos (5/6). Desse modo permitir-se-á desenvolver projetos institucionais de apoio à qualificação docente – como MINTER e PQI – dos inúmeros cursos de graduação do país.

Finalmente cabe ressaltar que, ao longo do triênio, desenvolveu-se um trabalho democrático, coletivo, transparente e, seja criterioso, a ser continuado e aprimorado ao longo da próxima avaliação, seja qual for a equipe responsável.

Brasília, 06 de agosto de 2004.

Profa. Dra. Anamaria de Moraes (representante de área)	PUC-Rio
Profa. Dra. Vera Helena Moro Bins Ely (adjunta de área)	UFSC
Profa. Dra. Cláudia Mariz de Lyra Barroso Krause	UFRJ,
Prof. Dr. José Carlos Plácido da Silva	UNESP/BAU
Prof. Dr. José Geraldo Simões Júnior	UPM
Profa. Dra. Máisa Fernandes Dutra Veloso	UFRN
Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite	USP
Prof. Dr. Vicente Barcellos	UNB



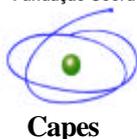
Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

ANEXO 1



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

PERFIL DOS PROGRAMAS E CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DE NOTAS AOS PROGRAMAS DA ÁREA DE ARQUITETURA E URBANISMO.

A seguir estão definidos os critérios para avaliação e atribuição de nota aos Programas de Pós-Graduação com mestrado e doutorado acadêmico.

Perfil do Programa de Nota 3

INFRA-ESTRUTURA

Como condição mínima, exige-se:

- Ter comissão de pós-graduação, ou equivalente, formada em sua maioria por doutores e com representação discente;
- Ter coordenador com título mínimo de doutor;
- Dispor de secretaria específica com infra-estrutura de apoio administrativo.

Como infra-estrutura de apoio ao corpo docente e discente, exige-se:

- A biblioteca, na IES, deverá ter um acervo atualizado com, pelo menos, 3.000 títulos da área de conhecimento e áreas afins e a assinatura de 2 periódicos com ênfase nas áreas de concentração;
- Equipamentos de informática com acesso à internet e disponibilidade de *softwares* compatíveis com as áreas de concentração;
- Laboratórios, na IES, especializados e adequados às áreas de concentração do Programa;

ESTRUTURA E COERÊNCIA DO PROGRAMA

- Apresentar uma ambiência de pesquisa com grupos estruturados;
- Coerência entre Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa, disciplinas e pesquisas em andamento;
- Apresentar objetivos de inserção local, regional ou nacional coerentes com a estrutura acadêmica do programa;
- Regularidade na oferta de disciplinas a cada período letivo;
- No mínimo 70% das disciplinas devem ser ministradas por doutores.

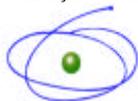
CORPO DOCENTE

- O NRD-6 (Núcleo de Referência Docente) deve ter, no mínimo, 70% de doutores;
- O NRD-6 deve ter, no mínimo, 5 docentes doutores;
- Para cursos novos, o NRD-6 deve apresentar experiência de orientação na graduação ou em outros cursos de pós-graduação;
- Toda linha de pesquisa deve contar com, no mínimo, 01 doutor do NRD-6.

PRODUÇÃO INTELECTUAL

- O corpo docente deverá apresentar uma produção intelectual anual média de, no mínimo, dois itens.

Perfil do Programa de Nota 4



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

A evolução da nota pressupõe atender aos critérios estabelecidos para o nível anterior. O programa não pode ter nenhum quesito da Ficha de Avaliação considerado “fraco” ou “deficiente” e deve ter avaliação “muito bom” em pelo menos 3 dos 6 quesitos.

INFRA-ESTRUTURA

- Deve apresentar melhores condições de infra-estrutura em relação ao programa de nota 3.
- A biblioteca deverá ter um acervo atualizado com, pelo menos, 5.000 títulos da área de conhecimento e áreas afins e a assinatura de 4 periódicos com ênfase nas áreas de concentração.

ESTRUTURA E COERÊNCIA DO PROGRAMA

- Apresentar uma ambiência de pesquisa com grupos consolidados e cadastrados no CNPq;
- Oferta flexível de disciplinas, de modo a permitir opção diversificada ao aluno em cada período letivo;
- Todas as bancas devem contar com participantes externos ao programa.

CORPO DOCENTE

- Apresentar melhores condições em relação ao perfil anterior;
- O NRD-6 deve ter, no mínimo, 90% de doutores.

PRODUÇÃO INTELECTUAL

- O corpo docente deverá apresentar uma produção intelectual anual média de, no mínimo, 03 (três) itens.

Perfil do Programa de Nota 5

- A evolução da nota pressupõe atender aos critérios estabelecidos para o nível anterior. O programa não pode ter nenhum quesito da Ficha de Avaliação considerado “fraco” ou “deficiente” e deve ter avaliação “muito bom” em pelo menos 4 dos 6 quesitos.
- O programa deve evidenciar sua capacidade de contribuir para a discussão das grandes questões sociais relativas à sua área de conhecimento.

INFRA-ESTRUTURA

- Deve apresentar melhores condições de infra-estrutura em relação ao perfil anterior (programa nota 4);
- A biblioteca deverá ter um acervo atualizado com, pelo menos, 7.000 títulos da área de conhecimento e áreas afins e a assinatura de 6 periódicos com ênfase nas áreas de concentração.

ESTRUTURA E COERÊNCIA DO PROGRAMA

- Apresentar uma ambiência de pesquisa com grupos consolidados e cadastrados no CNPq - no mínimo, 01 grupo por linha de pesquisa;
- Todas as disciplinas ministradas por doutores;
- Realizar eventos periódicos, de abrangência nacional, com publicação de anais.



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003**Área de Avaliação:** 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

CORPO DOCENTE

- Apresentar melhores condições do corpo docente em relação ao perfil anterior (programa nota 4);
- O NRD-6 deve ser composto exclusivamente por doutores;
- O programa deve apresentar docentes em atividades de treinamento: pós-doc, aperfeiçoamento, visitas técnicas e outros.
- Um número de docentes correspondente à 10% do NRD-6 deve apresentar inserção internacional (convênios de cooperação, participação em conselhos científicos, eventos: organização ou apresentação de trabalho).

PRODUÇÃO INTELECTUAL

- O corpo docente deverá apresentar uma produção intelectual anual média de, no mínimo, 03 (três) itens, sendo 01 internacional.

Perfil do Programa de Nota 6

- Para programas com curso de doutorado. A evolução da nota pressupõe atender aos critérios estabelecidos para o nível anterior. O programa deve obter “muito bom” em 4 dos 6 quesitos e “bom” nos 2 demais;
- O programa deve evidenciar sua capacidade de contribuir para a discussão das grandes questões sociais relativas à sua área de conhecimento;
- O programa deve participar como (instituição líder?) de mestrado interinstitucional ou (receptora?) PQI;

INFRA-ESTRUTURA

- Deve apresentar melhores condições de infra-estrutura em relação ao perfil anterior (programa nota 5);
- Dispor de secretaria específica com infraestrutura de apoio administrativo com no mínimo 02 funcionários. Equipamentos acessíveis, na IES, para o desenvolvimento de intranets e vídeo-conferência.
- Laboratórios com capacidade para dar suporte às linhas de pesquisa.
- A biblioteca deverá ter um acervo atualizado com, pelo menos, 10.000 títulos da área de conhecimento e áreas afins e a assinatura de 10 periódicos com ênfase nas áreas de concentração.

CORPO DOCENTE

- Apresentar melhores condições do corpo docente em relação ao perfil anterior;
- Um número de docentes correspondente a 20% do NRD-6 deve apresentar inserção internacional (convênios de cooperação, participação em conselhos científicos, eventos: organização ou apresentação de trabalho).



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003**Área de Avaliação:** 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

PRODUÇÃO INTELECTUAL

- O corpo docente deverá apresentar uma produção intelectual anual média de, no mínimo, 04 (quatro) itens, sendo 02 (dois) internacionais e publicar pelo menos 01 livro por ano.
- Deve publicar pelo menos um periódico arbitrado por conselho editorial nacional.

Perfil do Programa de Nota 7

- Para programas com curso de doutorado. A evolução da nota pressupõe atender a todos os critérios estabelecidos para o nível anterior. O programa deve ter, no mínimo, “bom” em um quesito e “muito bom” nos 5 restantes;
- O programa deve evidenciar sua capacidade de contribuir para a discussão das grandes questões sociais relativas à sua área de conhecimento;
- O programa deve participar como instituição líder de mestrado interinstitucional e receptora de PQI;

INFRA-ESTRUTURA

- Deve apresentar melhores condições de infra-estrutura em relação ao perfil anterior (programa nota 6);
- Dispor de secretaria específica com infraestrutura de apoio administrativo com no mínimo 02 funcionários. Equipamentos, na IES, acessíveis para o desenvolvimento de intranets, vídeo-conferência.
- Laboratórios com capacidade para dar suporte a todas as linhas de pesquisa.
- A biblioteca deverá ter um acervo atualizado com, pelo menos, 15.000 títulos da área de conhecimento e áreas afins e a assinatura de 10 periódicos com ênfase nas áreas de concentração (videoteca, acervo de diapositivos, hemeroteca, mapoteca e acesso on-line a bases de dados...).

CORPO DOCENTE

- Apresentar melhores condições do corpo docente em relação ao perfil anterior;
- Um número de docentes correspondente a 30% do NRD-6 deve apresentar inserção internacional (convênios de cooperação, participação em conselhos científicos, convênios bilaterais ativos, bancas e eventos: organização, apresentação de trabalho, distinções ao corpo docente, publicações, artigos e livros em língua estrangeira).

PRODUÇÃO INTELECTUAL



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

- O corpo docente deverá apresentar uma produção intelectual anual média de, no mínimo, 05 (cinco) itens, sendo 02 (dois) internacionais e publicar pelo menos 02 (dois) livros por ano;
- Deve publicar pelo menos dois periódicos arbitrados por conselho editorial nacional.



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

**CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DE NOTAS AOS PROGRAMAS DA ÁREA DE
ARQUITETURA E URBANISMO****I. PROPOSTA DO PROGRAMA**

	ITENS	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	RELATÓRIOS
1	Coerência e Consistência da Proposta do Programa	A proposta do Programa deve ser coerente e consistente em termos de objetivos e inserção regional e nacional.	P-PG-05 - Requisitos para Titulação P-PG-06- Proposta do Programa P-PG-13- Outras Informações (AVALIAÇÃO QUALITATIVA)
2	Adequação e Abrangência das Áreas de Concentração	Adequação e abrangência das áreas de concentração em relação à proposta do Programa.	P-PG-02 -Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa P-PG-03- Áreas Afins P-PG-06- Proposta do Programa P-PG-13- Outras Informações (AVALIAÇÃO QUALITATIVA)
3	Adequação e Abrangência das Linhas de Pesquisa	Adequação e abrangência das linhas de pesquisa em relação à proposta do Programa.	P-PG-02 -Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa P-PG-06- Proposta do Programa (AVALIAÇÃO QUALITATIVA)
4	Proporção de Docentes, Pesquisadores, Discentes- Autores e Outros Participantes	Quadro dos recursos humanos do Programa, níveis de participação. Obs.: Dada a extrema diversidade de categorias incluídas no termo " outros participantes" - co-autores, membros de bancas, colaboradores diversos - este ponto (outros participantes) não é considerado relevante na avaliação deste item já que as mencionadas categorias são avaliadas em outros itens.	P-PG-04- Recursos Humanos P-DA-02 – Quantidade de Discentes Autores (AVALIAÇÃO QUALITATIVA)
5	Evidências de Ações e Implementação do Projeto Institucional e Evidência Evolutiva	Apresentação clara de ações para implementação e superação de eventuais problemas apontadas na avaliação anterior. Valoriza-se a evolução do programa.	PPG-06 – Proposta do Programa PPG-12 – Auto- Avaliação PPG-13 – Outras Informações Ficha de Avaliação do Programa do Ano Anterior



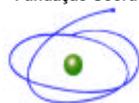
Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

			(AVALIAÇÃO QUALITATIVA)
--	--	--	-------------------------



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

II. CORPO DOCENTE

	ITENS	PESOS	ENTENDIMENTO	RELATORIOS
1	Composição e Atuação do Corpo Docente; Vínculo Institucional e Dedicção	30,00	<p>O corpo docente do Programa deverá ser constituído, majoritariamente, por doutores</p> <p>Avaliação segundo a seguinte escala: 91% a 100% = 3; de 81% a 90% = 2; de 0% a 80% = 1; (Obs.: Para efeito de avaliação deste item, só serão admitidos 1 "notório saber" e "livre docente" por Programa.)</p> <p>O conjunto do corpo docente deve atuar em pelo menos duas das três seguintes atividades: ensino, pesquisa, orientação;</p> <p>Avaliação segundo a seguinte escala: de 91% a 100% = 3; de 71% a 90% = 2;</p>	<p>P-CD-07 (linha 3; coluna Total em porcentagem)</p> <p>P-CD-12 (linhas 1, 3 e 10; coluna Total em porcentagem). O resultado é definido pela média dos dois maiores valores.</p> <p>P-CD-04- (linha 1; coluna Programa)</p>



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

			<p>de 40% a 70% = 1;</p> <p>A porcentagem dos docentes com vínculo institucional (SP/CLT) com o programa é avaliado segundo a seguinte escala:</p> <p>de 91% a 100% = 3; de 71% a 90% = 2; de 40% a 70% = 1;</p> <p>Na avaliação deste item será considerada a soma dos pontos obtidos: 9 = Muito Bom; 8 e 7 = Bom; 6 e 5 = Regular; 4 e 3 = Fraco. menor que 3 = Deficiente</p>	(VER TABELA ESPECIAL)
2	<p>Dimensão do NRD6 Relativamente ao Corpo Docente. Atuação do NRD6 no Programa</p>	30,00	<p>A dimensão do NRD-6 (Núcleo de docentes com vínculo empregatício CLT ou Servidor Público; com mais de nove meses no Programa; com carga horária de pelo menos 30 horas e com dedicação ao programa maior ou igual a 30% de sua carga horária) deverá corresponder à significativa porcentagem do total do corpo docente.</p> <p>Avaliação segundo a seguinte escala: maior ou igual a 65% = 3; entre 40,1% e 64,9% = 2; menor ou igual a 40% = 1;</p> <p>A maioria do NRD-6 deve estar envolvida em pelo menos duas das três atividades principais: ensino, pesquisa e orientação.</p> <p>Avaliação segundo a seguinte escala 100% = 3 de 90% a 99% = 2;</p>	<p>P-CD-05 (linha 6; coluna Programa)</p> <p>P-CD-12 (linhas 1, 3 e 10; coluna Total (NRD-6) em porcentagem). O resultado é definido</p>



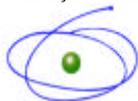
Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

			<p>menor que 90% = 1;</p> <p>Na avaliação deste item será considerada a soma dos pontos obtidos: 6 = Muito Bom; 5 = Bom; 4 = Regular; 3 = Fraco; menor que 3 = Deficiente.</p>	<p>pela média dos dois maiores valores.</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>
3	<p>Abrangência, Especialização do NDR6 Relativamente às Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa. Qualificação do NRD6</p>	30,00	<p>Significativo percentual de docentes do NRD-6 deve possuir título de doutorado.</p> <p>Avaliação segundo a seguinte escala 100% = 3 de 90% a 99% = 2; menor ou igual a 89% = 1;</p> <p>Parte significativa do NRD-6 deve ter titulação de doutor há mais de 5 anos.</p> <p>Avaliação segundo a seguinte escala: maior ou igual a 60% = 3 40% a 59% = 2; menor ou igual a 39% = 1;</p> <p>Na avaliação deste item será considerada a soma dos pontos obtidos: 6 = Muito Bom; 5 = Bom; 4 = Regular; 3 = Fraco; menor que 3 = Deficiente.</p>	<p>P-CD-07 (linha 3; coluna NRD em porcentagem)</p> <p>P-CD-09 (linhas 3 e 4; coluna NRD-6 em %). Considera-se a soma das duas linhas.</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

4	Intercâmbio ou renovação do Corpo Docente. Participação de Outros Docentes	10,00	<p>O Programa deve apresentar desempenho efetivo e constante nas atividades de intercâmbio institucional em suas várias formas, considerando a participação dos professores em convênios com instituições nacionais e estrangeiras, participação de pesquisadores, recém-doutores, professores visitantes e professores em pós-doutorado, entre outros. A existência no Programa, de pesquisadores e outros participantes não docentes, deve ser encarada como um aspecto positivo.</p> <p>A avaliação considera os itens A - Renovação e B- Intercâmbio.</p> <p>A - Renovação: O Programa com ocorrência em: - ao menos 3 das seguintes categorias: professor visitante, bolsista recém-doutor, colaborador ou outro, professor do NRD em treinamento, receberá 3 pontos; - ao menos 2 das categorias citadas, receberá 2 pontos; - em 1 das categorias acima, receberá 1 ponto.</p> <p>B- Intercâmbio: Programas com intercâmbio internacionais e nacionais = 3 pontos; Somente internacionais = 2 pontos; Somente nacionais = 1 ponto.</p> <p>Na avaliação deste item será considerada a soma dos pontos obtidos: 5 e 6 = Muito Bom; 3 e 4 = Bom; 2 = Regular; 1 = Fraco; 0 = Deficiente</p>	<p>P-CD-04 (linhas 2, 3 , 4 e 11; coluna Programa) P-CD-10 (linha 8; coluna Total) P-PG-11 - Intercâmbios institucionais P-PG-16 - Atividades complementares</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p> <p>A parte B é avaliada qualitativamente</p>
---	---	-------	--	--



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

III ATIVIDADES DE PESQUISA

	ITENS	PESOS	ENTENDIMENTO	RELATORIOS
1	Adequação e Abrangência dos Projetos e Linhas de Pesquisa em Relação às Áreas de Concentração	30,00	A toda Área de Concentração deve corresponder pelo menos uma Linha de Pesquisa com projetos em andamento. A avaliação deste item é qualitativa.	RN (Relações Nominais)- Linhas de Pesquisa e RN - Projetos de Pesquisa. (AVALIAÇÃO QUALITATIVA)
2	Vínculo entre Linhas e Projetos de Pesquisa	30,00	A maior parte dos projetos de pesquisa, em andamento ou concluídos no triênio de avaliação, deve estar vinculada às Linhas de Pesquisa. Não serão considerados os projetos de pesquisa desativados. Avaliação segundo a seguinte escala: de 80% a 100% = Muito Bom de 70% a 79% = Bom ; de 60% a 69% = Regular ; de 50% e 59% = Fraco menor que 50% = Deficiente .	P.AP 02 – Atividades de Pesquisa (coluna "Programa" ;linha 9, em porcentagem) (VER TABELA ESPECIAL)
3	Adequação da Quantidade de Linhas e projetos de Pesquisa em Andamento em	20,00	Relacionar a quantidade de projetos vinculados em andamento com o número de docentes do NRD6. A avaliação deste item será	P.AP - 02 – Atividades de Pesquisa (linha 9 coluna 1)



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

	<p>relação à Dimensão e à Qualificação do NRD6</p>	<p>realizada a partir da razão entre o número de projetos de pesquisa vinculados em andamento e o número de docentes do NRD6.</p> <p>A avaliação seguirá a seguinte escala: de 2 a 3 = muito bom > 3 até 3,5 ou < 2 até 1,5 = bom > 3,5 até 4 ou < 1,5 até 1 = regular > 4 até 4,5 ou < 1 até 0,5 = fraco > 4,5 ou < 0,5 = deficiente</p> <p>Obs.: Entende-se por projeto de pesquisa a atividade sobre tema ou objeto específico e bem definido, desenvolvido com objetivo, metodologia e duração pré-definidos, realizada individual ou conjuntamente por uma equipe de pesquisadores</p>	<p>P-CD-05 – Corpo Docente NRD (linha 6; coluna Programa).</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>
--	---	--	---



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

4	Participação do Corpo Discente nos Projetos de Pesquisa	20,00	<p>Porcentagem obtida entre o número de alunos envolvidos em projetos de pesquisa e o total de alunos do programa no final do ano base (alunos titulados e alunos no final do ano base).</p> <p>Avaliação segundo a seguinte escala: de 50% a 100% = Muito Bom de 30% a 49% = Bom; de 20% a 29% = Regular; de 10% e 19% = Fraco menor que 10% = Deficiente.</p>	<p>P-AP-02 – Atividades de Pesquisa (linhas 22 e 23, coluna 1)</p> <p>P-FA-01 – Corpo Discente – Fluxo de Alunos (linha 6 + linha 4, coluna 1)</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>
---	---	-------	--	--



Capes

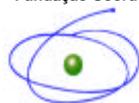
DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

IV ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

	ITENS	PESOS	ENTENDIMENTO	RELATÓRIOS
1	Adequação e Abrangência da Estrutura Curricular Relativamente à Proposta do programa e às suas Áreas de Concentração. Adequação e Abrangência das Disciplinas Ministradas em relação às Linhas e Projetos de Pesquisa.	25,00	Espera-se que haja correspondência e boa distribuição entre as disciplinas oferecidas, os cursos ofertados, as Linhas de Pesquisa existentes e as Áreas de Concentração que constituem o Programa.	RN- Oferta no Ano Base (verificar as ementas das disciplinas oferecidas no ano base) P.PG-06 – Proposta do Programa (AVALIAÇÃO QUALITATIVA)
2	Distribuição da carga letiva e Carga Horária Média. Participação de Outros Docentes	25,00	Deve haver distribuição equilibrada da carga letiva entre os docentes do Programa.	Este item deverá ser avaliado a partir de uma tabela especial onde consta a participação de todos os docentes e do NRD6(em %) no ensino da graduação e pós (VER TABELA ESPECIAL)



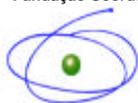
Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

3	<p>Quantidade de Orientadores do NRD6 Relativamente à Dimensão do Corpo Docente. Distribuição da Orientação entre os Docentes e Número Médio de Orientandos por Docente</p>	30,00	<p>A avaliação da quantidade de orientadores do NRD-6 relativamente à dimensão do corpo docente segue a seguinte escala:</p> <p style="padding-left: 40px;">> 60% = 5; de 50% a 59,9% = 4; de 40% a 49,9% = 3; de 30% a 39,9% = 2; < 30% = 1</p> <p>O número médio de orientandos de mestrado por docente será avaliado segundo a seguinte escala:</p> <p style="padding-left: 40px;">3 a 7 = 5; de 2 a 2,9 e de 7,1 a 8 = 4; de 1 a 1,9 e de 8,1 a 9 = 3; menor que 1; de 9,1 a 9,9 = 2; mais de 10 = 1</p> <p>O número médio de orientandos de doutorado por docente será avaliado segundo a seguinte escala:</p> <p style="padding-left: 40px;">3 a 7 = 5; de 2 a 2,9 e de 7,1 a 8 = 4; de 1 a 1,9 e de 8,1 a 9 = 3; menor que 1; de 9,1 a 9,9 = 2; mais de 10 = 1;</p> <p>Obs: Para Programas com mestrado e doutorado deve ser feita a média entre os dois valores.</p> <p>Na avaliação deste item será considerada: a soma a soma dos pontos obtidos: 9.0 a 10.0 = Muito Bom; 7.0 a 8.9 = Bom; 5.0 a 6.9 = Regular; 3.0 a 4.9 = Fraco; menor que 3 = Deficiente.</p>	<p>P-CD-12 (linha 3; coluna NRD-06 dividido pela linha 1; coluna total)</p> <p>P-AF-09 (linha 1; coluna total) dividido por P-CD-04 (linha10;coluna Programa)</p> <p>P-AF-09 (linha2; coluna Total) dividido por P-CD-04; linha10; coluna Programa)</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>
4	<p>Atividades Letivas e de Orientação nos Cursos de</p>	20,00	<p>Um percentual de docentes deve estar envolvido com ensino ou orientação na graduação.</p>	<p>P-CD-12 (linha 2 e 5; coluna Total)</p> <p>Considerar o maior valor</p>



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

	Graduação		Avaliação segundo a seguinte escala: de 70% a 100% = Muito Bom de 50% a 69,9% = Bom; de 40% a 49,9% = Regular; de 30% e 39,9% = Fraco menor que 30% = Deficiente.	(VER TABELA ESPECIAL)
--	------------------	--	---	-----------------------



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

V CORPO DISCENTE

		ITENS	PESOS	ENTENDIMENTO	RELATÓRIOS
	1	Dimensão do Corpo Discente em relação à Dimensão do NRD6	30,00	<p>A média de alunos matriculados no Programa, em relação aos docentes do NRD-6, não deve superar 10. Considerar o indicador: número total de alunos do programa/número de docentes do NRD-6.</p> <p>Avaliação segundo a seguinte escala: menor ou igual a 8 = Muito Bom de 8,1 a 10 = Bom; de 10,1 a 12 = Regular; de 12,1 a 14 = Fraco maior que 14 = Deficiente.</p>	<p>P-FA-01 (linha 6; coluna total). Dividido pelo número de docente do NRD6)</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>
	2	Número de Orientandos em Relação à Dimensão do Corpo Discente	30,0	<p>A avaliação relaciona o número de orientandos e o número total de discentes.</p> <p>Avaliação segundo a seguinte escala: maior ou igual a 0,6= Muito Bom de 0,5 a 0,59 = Bom; de 0,4 a 0,49 =</p>	<p>P-AF-09 (linha 4; coluna Total) P-FA-01 (linha 6 + linha 4 ; coluna total) Divide-se o número de orientandos pelo total de alunos .</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>



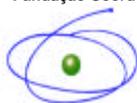
Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

			Regular; de 0,3 a 0,39 = Fraco menor que 0,3 = Deficiente.																		
	3	Número de Titulados e Proporção de Desistências e Abandonos em relação à Dimensão do Corpo Discente	20,00	<p>A avaliação relaciona o percentual de titulados de mestrado e doutorado em relação ao corpo discente.</p> <p>Avaliação segundo a seguinte escala:</p> <table> <tr> <td>Mestrado</td> <td>Conceito</td> </tr> <tr> <td>Doutorado</td> <td></td> </tr> <tr> <td>20% ou mais</td> <td>12% ou mais =5</td> </tr> <tr> <td>entre 15 e 19.9%</td> <td>entre 10 e 11.9% =4</td> </tr> <tr> <td>entre 10 e 14.9%</td> <td>entre 7 e 9.9%=3</td> </tr> <tr> <td>entre 5 e 9.9%</td> <td>entre 4 e 6.9%=2</td> </tr> <tr> <td>abaixo de 5%</td> <td>abaixo de 4%=1</td> </tr> <tr> <td>quando não tiver titulados M ou D</td> <td>= 0</td> </tr> </table> <p>É feita a média da pontuação quando houver mestrado e doutorado.</p> <p>Quanto ao percentual de abandonos e desligamentos em relação ao total do corpo discente, a avaliação segue a seguinte escala para todos os cursos: menor ou igual a 15% = 5 entre 20 e 15.1% =4 entre 25 e 20.1% =3 entre 30 e 25.1% = 2 maior que 30% = 1</p> <p>Na avaliação deste item será considerada a soma da média de pontuação titulados com a pontuação [abandono + desligados]: 9 a 10 = Muito Bom;</p>	Mestrado	Conceito	Doutorado		20% ou mais	12% ou mais =5	entre 15 e 19.9%	entre 10 e 11.9% =4	entre 10 e 14.9%	entre 7 e 9.9%=3	entre 5 e 9.9%	entre 4 e 6.9%=2	abaixo de 5%	abaixo de 4%=1	quando não tiver titulados M ou D	= 0	<p>P-FA-01 (linha 4)</p> <p>P-FA-01 (linhas 5 e 7; coluna total em porcentagem) Soma-se as linhas 5 e 7.</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>
Mestrado	Conceito																				
Doutorado																					
20% ou mais	12% ou mais =5																				
entre 15 e 19.9%	entre 10 e 11.9% =4																				
entre 10 e 14.9%	entre 7 e 9.9%=3																				
entre 5 e 9.9%	entre 4 e 6.9%=2																				
abaixo de 5%	abaixo de 4%=1																				
quando não tiver titulados M ou D	= 0																				



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

			7 a 8 = Bom; 5 a 6 = Regular; 3 a 4 = Fraco; menor que 3 = Deficiente.	
	4	<p>Número de Discentes Autores da Pós-Graduação em Relação à Dimensão do Corpo Discente; Participação de Discentes Autores da graduação</p> <p>20,00</p>	<p>A avaliação da relação do número de discentes-autores (alunos de pós-graduação que tenham produção técnica ou científica) em relação ao total de alunos da Pós deve seguir a escala:</p> <p>20% ou mais Muito Bom entre 15 e 19.9% Bom entre 10 e 14.9% Regular entre 5 e 9.9% Fraco abaixo de 5%, Deficiente</p>	<p>P-DA-02 (linha 2 + linha 3) dividido por P-FA-01 (linha 4+ linha 6; coluna total)</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

VI TESES E DISSERTAÇÕES

	ITENS	PESOS	ENTENDIMENTO	RELATÓRIOS																											
1	Vínculo das teses e Dissertações com Áreas de Concentração e com Linhas e Projetos de Pesquisa; Adequação ao Nível dos Cursos	30,00	<p>A maioria das teses e dissertações devem estar vinculada às Áreas de Concentração e às Linhas de Pesquisa do Programa.</p> <p>Avaliação segundo a seguinte escala: De 70% a 100% = Muito Bom de 60% a 69,9% = Bom; de 50% a 59,9% = Regular; de 40% e 49,9% = Fraco menor que 40% = Deficiente</p>	<p>P-TD-03 (linhas 1, 2 e 3; Coluna Mestrado e/ou Doutorado em porcentagem)</p> <p>A avaliação final (preenchida a mão) deve considerar a média das avaliações de cada vínculo.</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>																											
2	Tempo Médio de Titulação de Bolsistas; Tempo Médio de Bolsa. Relação entre os tempos Médios de Titulação de Bolsistas e de Não Bolsistas	25,00	<p>As titulações dos discentes bolsistas devem ser obtidas em tempo menor que as titulações de discentes não bolsistas. (as tabelas consideram os 6 meses complementares)</p> <p>Bolsistas</p> <table> <tr> <td>Mestrado</td> <td>Doutorado</td> <td>Conc.</td> </tr> <tr> <td>até 30 meses</td> <td>até 54 meses</td> <td>= 5</td> </tr> <tr> <td>30 < 36 meses</td> <td>54 < 60 meses</td> <td>= 4</td> </tr> <tr> <td>36 < 42 meses</td> <td>60 < 66 meses</td> <td>= 3</td> </tr> <tr> <td>42 < 48 meses</td> <td>66 < 72 meses</td> <td>= 2</td> </tr> <tr> <td>mais de 48 meses</td> <td>Mais de 72 meses</td> <td>= 1</td> </tr> </table> <p>Não bolsistas:</p> <table> <tr> <td>Mestrado</td> <td>Doutorado</td> <td>Conc.</td> </tr> <tr> <td>Até 36 meses</td> <td>até 60 meses</td> <td>= 5</td> </tr> <tr> <td>36 < 42 meses</td> <td>60 < 66</td> <td></td> </tr> </table>	Mestrado	Doutorado	Conc.	até 30 meses	até 54 meses	= 5	30 < 36 meses	54 < 60 meses	= 4	36 < 42 meses	60 < 66 meses	= 3	42 < 48 meses	66 < 72 meses	= 2	mais de 48 meses	Mais de 72 meses	= 1	Mestrado	Doutorado	Conc.	Até 36 meses	até 60 meses	= 5	36 < 42 meses	60 < 66		<p>P-TD-04 (linhas 7, 8, 10, 11 e 12; coluna Programa -m)</p> <p>Esta avaliação será realizada a partir de uma tabela, mas deverá ser observado por escrito se o tempo de titulação dos bolsistas é menor que o dos não-bolsistas.</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>
Mestrado	Doutorado	Conc.																													
até 30 meses	até 54 meses	= 5																													
30 < 36 meses	54 < 60 meses	= 4																													
36 < 42 meses	60 < 66 meses	= 3																													
42 < 48 meses	66 < 72 meses	= 2																													
mais de 48 meses	Mais de 72 meses	= 1																													
Mestrado	Doutorado	Conc.																													
Até 36 meses	até 60 meses	= 5																													
36 < 42 meses	60 < 66																														



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

			<p>meses = 4 42 < 48 meses 66 < 72 meses = 3 48 < 54 meses 72 < 78 meses = 2 mais de 54 meses Mais de 78 meses = 1</p> <p>Para cursos com dois níveis, o conceito será dado através da média.</p> <p>Na avaliação deste item será considerada a soma dos pontos obtidos: 9 a 10 = Muito Bom; 7 a 8 = Bom; 5 a 6 = Regular; 3 a 4 = Fraco; menor que 3 = Deficiente.</p>	
3	Número de Titulados em relação à Dimensão do NRD6. Participação de Outros Docentes	25,0	<p>A avaliação será feita em função do número de titulados em relação à dimensão do NRD6:</p> <p>1, 0 ou maior Muito Bom; de 0,6 a 0,99 Bom; de 0,4 a 0,59 Regular; de 0,2 a 0,39 Fraco; menor que 0,2 Deficiente</p>	<p>P-TD-05 (linha 4; coluna Programa NRD-6)</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>
4	Qualificação de Bancas Examinadoras. Participação de Membros Externos	20,0	<p>A avaliação deste item deverá seguir a seguinte tabela, relativa a participação de doutores nas bancas examinadoras:</p> <p>Avaliação segundo a seguinte escala: de 90% a 100% = Muito Bom de 85% a 89,9% = Bom; de 80% a 84,9% = Regular; de 75% e 79,9% = Fraco menor que 75% = Deficiente</p>	<p>P-TD-02 (linhas 18 e 20; coluna Mestrado e/ou Doutorado) A avaliação é feita dividindo-se o valor da linha 18 pela linha 20.</p> <p>P-TD-02 (linhas 1 e 15; coluna Mestrado e/ou Doutorado) A avaliação é feita comparando-se os valores de tal maneira que o valor da linha 15 seja igual ou superior ao da linha 1.</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

		Todas as bancas examinadoras devem contar com pelo menos um participante externo ao Programa. Sua ausência significa um rebaixamento na escala acima de 2 categorias.	
--	--	---	--



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

VII PRODUÇÃO INTELECTUAL

	ITENS	PESOS	ENTENDIMENTO	RELATÓRIOS
1	Adequação dos Tipos de Produção à Proposta de Programa e Vínculo com as Áreas de Concentração, Linhas e Projetos de Pesquisa ou Teses e Dissertações.	20,00	<p>A produção intelectual deve estar vinculada às áreas de Concentração e às linhas de Pesquisa do Programa. A avaliação deve ser realizada segundo as porcentagens da relação entre a produção vinculada e a produção total</p> <p>Avaliação segundo a seguinte escala: de 70% a 100% = Muito Bom de 60% a 69,9% = Bom; de 50% a 59,9% = Regular; de 40% e 49,9% = Fraco menor que 40% = Deficiente</p>	<p>P-PB-06 (linha 1 e 14) P-PT-05 (linhas 1 e 14) P-PA-05 (linhas 1 e 14) O cálculo do indicador deverá ser feito dividindo-se a somatória das linhas 1 pela somatória das linhas 14 de cada uma das três tabelas.</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>
2	Qualidade dos Veículos ou Meios de Divulgação	30,00	<p>Deverão ser considerados nesta avaliação o "Qualis" da área (tabela 1) e acrescentada a publicação em livros, capítulos de livros e coletânea (tabela 2).</p> <p style="text-align: center;">Tabela 1</p> <p>TIPO NÍVEL PONTUAÇÃO</p> <p>ARTIGO EM PERIÓDICO INTERNACIONAL A, B, C 15, 10, 8</p> <p>ARTIGO EM PERIÓDICO NACIONAL A, B, C 10, 8, 6</p>	<p>P-PB-05 a, Qualificação das Publicações (Qualis)</p> <p>P-PB-07 a, b -Indicadores de Produção Bibliográfica</p> <p>RN -Produção Bibliográfica</p> <p>Fazer tabela síntese de todos os Programas, onde estejam pontuadas as publicações de cada categoria , segundo as tabelas 1 e 2 da coluna</p>



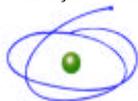
Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

	ARTIGO EM PERIÓDICO LOCAL A, B, C 8, 5, 3	ao lado, com o respectivo somatório. Concluir esta tabela, atribuindo os índices (pontuação total dos docentes do Programa dividido pelo número de docentes do Programa), conforme entendimento deste item.
	TRABALHO COMPLETO ANAIS INTERNACIONAIS A, B, C 12, 9, 6	
	TRABALHO COMPLETO EM ANAIS NACIONAIS A, B, C 9, 6, 4	(VER TABELA ESPECIAL)
	TRABALHO COMPLETO EM ANAIS LOCAIS A, B, C 3,2,1	
	TRABALHO COMPLETO REVISTA INTERNACIONAL A, B, C 7, 5, 4	
	TRABALHO COMPLETO EM REVISTAS NACIONAIS A, B, C 9, 6, 4	
	TRABALHO COMPLETO EM REVISTAS LOCAIS A, B, C 3,2,1	
	Tabela 2	
	TIPO PONTUAÇÃO	
	COLETÂNEA (organização) INTERNACIONAL 15	
	COLETÂNEA (organização) NACIONAL 10	
	LIVRO INTERNACIONAL 25	
	LIVRO NACIONAL	



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

		<p>20</p> <p>CAPÍTULO DE LIVRO INTERNACIONAL 12</p> <p>CAPÍTULO DE LIVRO NACIONAL 8</p> <p>TRADUÇÃO DE LIVRO 10</p> <p>TRADUÇÃO DE ARTIGO OU CAPÍTULO 3</p> <p>A avaliação será dada pelo índice, conforme escala abaixo: Índice = pontuação total do dos docentes do Programa dividido pelo número de docentes do Programa</p> <p>I > 25= MB De 18 a 24.9= B De 14 a 17.9 = R De 10 a 13.9 = F Abaixo de 10 = D</p>	
3	<p>Quantidade e regularidade em relação à Dimensão do NRD6.</p> <p>Distribuição da Autoria entre os Docentes</p> <p>20,00</p>	<p>É desejável a média de 2 itens de produção bibliográfica (trabalhos completos) por docente do NRD-6, por ano.</p> <p>Avaliação segundo a seguinte escala</p> <p>2, 0 ou maior Muito Bom; de 1,5 a 1,99 Bom; de 1,0 a 1,49 Regular; de 0,5 a 0,99 Fraco; menor que 0,5 Deficiente</p>	<p>P- PB-01b (linhas 2, 5, 9 e 10; coluna Programa)</p> <p>P-CD-05 (linha 6;coluna Programa)</p> <p>Soma-se o total dos valores encontrados na primeira tabela e divide-se pelo valor da segunda.</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

4	<p>Autoria ou Co-Autoria de Discentes</p> <p>10,00</p>	<p>A avaliação do número de publicações por discentes-autores e co-autores (alunos de pós-graduação e graduação que tenham produção bibliográfica) em relação ao total de alunos de pós-graduação mais alunos de graduação -autores.</p> <p>Obs. Não se consideram teses e dissertações não publicadas.</p> <p>Avaliação segundo a seguinte escala: de 20% a 100% = Muito Bom de 15% a 19,9% = Bom; de 10% a 14,9% = Regular; de 5% e 9,9% = Fraco menor que 5% = Deficiente</p>	<p>P-PB-03/P-PB-04 (linha 20; coluna corpo discente) + autorias e co-autorias de discentes de graduação dividido por P-FA-01 (linhas 4 + 6; coluna Total) +P-DA-02; linha 1, coluna Programa</p> <p>Divide-se o valor da primeira tabela pela somatória dos dados da segunda.</p> <p>(VER TABELA ESPECIAL)</p>
5	<p>Realização de Eventos Científicos e Artísticos e Meios de Divulgação da Produção pelo</p> <p>20,00</p>	<p>É desejável a realização de um evento/edição a cada dois anos pelo Programa.</p> <p>Este item deve ser avaliado de forma qualitativa, considerando o dinamismo de cada programa em realizar eventos e promover meios de divulgação da</p>	<p>PPG-11 – Intercâmbios Institucionais</p> <p>PPG 13 – Outras Informações</p> <p>(AVALIAÇÃO QUALITATIVA)</p>



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

	Programa	produção pelo Programa.	
--	-----------------	-------------------------	--



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003**Área de Avaliação:** 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

Glossário**Análise Comparativa**

Apreciação dos resultados da avaliação individual de cada Programa, registrada na respectiva Ficha de Avaliação, sob a perspectiva global de todos os Programas da mesma Área de Avaliação.

Análise Evolutiva

Consideração da Comissão de Avaliação à respeito do desempenho do Programa no período vigente e em cada um dos Quesitos de Avaliação, em relação ao seu desempenho no período anterior. A Análise Evolutiva inclui ainda a identificação dos Quesitos que representam aspectos fortes ou fracos do Programa.

Ano Início

Ano no qual foram iniciadas as atividades de cada curso do Programa.

Ano Base

Período anual ao qual refere-se a coleta de dados e o conteúdo da base de dados.

Área Básica

Área ou domínio geral do conhecimento ao qual referem-se as atividades do Programa, ou seja, conjuntamente os seus cursos de mestrado e doutorado, tal como consta na base de dados da CAPES. A área básica é uma referência constante da Tabela de Áreas do Conhecimento.

Área de Avaliação

Área ou domínio geral do conhecimento que encerra as áreas básicas cujos Programas são avaliados por uma mesma Comissão de Avaliação.

Áreas Afins

Áreas ou domínios do conhecimento, próximos ou relacionados às áreas de concentração ou à área básica do Programa. As áreas afins devem constar na Tabela de Áreas do Conhecimento.

Áreas de Concentração

Domínios restritos de especialização nos quais atuam os cursos do Programa e para os quais estão direcionadas suas atividades.

Atributo

Atributo de avaliação; indicação qualitativa do julgamento da Comissão na apreciação de um item de avaliação: Muito Bom, Bom, Regular, Fraco e Deficiente ou Adequado e Inadequado.

Atuação de Maior Período

Percentual da carga horária com o qual o docente atuou no Programa pelo maior número de meses no Ano-Base.

Autoria e Co-autoria

Participação como autor ou co-autor de pelo menos um item da produção intelectual do Programa.

Autorias

Número eventos de autoria e de co-autoria de um docente, pesquisador, discente-autor ou outro participante.

Banca Examinadora

Participação como membro de pelo menos uma Banca Examinadora de tese ou dissertação.

Bolsistas Plenos

Discentes que tiveram bolsa de estudos durante todo o seu curso, até a titulação.

BRD - Bolsista Recém-Doutor

Docente recém-doutorado, com vínculo temporário com a IES, na forma de bolsa, decorrente de termo de compromisso formal entre o bolsista, a instituição e a agência concedente.

Carga Letiva

Número e carga horária das disciplinas efetivamente ministradas no Ano-Base.



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

CC - Coeficiente de Curtose

Medida da "concentração" ou do "achatamento" de uma distribuição, considerada em relação à distribuição normal. A curtose da distribuição normal [mesocúrtica] é igual a zero. Se a distribuição é mais "achatada" [platicúrtica] que a da distribuição normal, a curtose é negativa. A curtose de uma distribuição mais "concentrada" [leptocúrtica] é positiva.

CH - Carga Horária

Número de horas semanais de trabalho, estabelecidas pelo vínculo contratual ou pelo termo de compromisso formal celebrado entre o docente e a instituição.

Comentários

Referência genérica à apreciação geral da Comissão sobre características ou aspectos gerais do desempenho do Programa. Como etapa da avaliação, refere-se à integração do Programa com os cursos de graduação e com as atividades de extensão.

Comissão de Consultores

Grupo de especialistas de áreas ou domínios afins de conhecimento, reunidos para avaliação dos Programas pertencentes a uma Área de Avaliação.

Complementos de Titulação

Condição ou reconhecimento adicionais de qualificação acadêmica [livre docência, notório saber e pós-doutorado].

Compleitude

Requisito exigido dos dados coletados para que sejam completos para os fins do processo de avaliação.

Conceito Global

Conceito atribuído pela Comissão de Consultores a um Programa de Pós-Graduação, considerando globalmente a apreciação e qualificações parciais atribuídos a cada um dos Quesitos de Avaliação.

Critérios de Avaliação

(a) Pesos estipulados pela Comissão de Consultores para valoração relativa dos aspectos a serem analisados e avaliados e (b) referência de excelência ou conjunto de requisitos a serem cumpridos para que a um Programa seja atribuído o conceito máximo.

Programa sem Avaliação

Vide SA - Programas sem Avaliação.

CV - Coeficiente de Variação

Desvio padrão relativo, calculado como a razão entre o desvio padrão e a média, expresso em termos percentuais desta. O coeficiente de variação é uma medida da dispersão dos indivíduos da distribuição, relativa ao valor médio da mesma, sendo independente da unidade de medida.

DE - Dedicção Exclusiva

Condição para exercício exclusivo de atividades profissionais, estabelecida no vínculo contratual ou no termo de compromisso formal celebrado entre o docente e a instituição.

Discentes-Autores

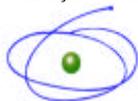
Membros do Corpo Discente do Programa, no Ano Base, ou alunos de graduação, todos nominalmente citados na coleta de dados como autores de tese ou dissertação, por autoria ou co-autoria de outro tipo de produção intelectual, ou por qualquer outra participação no Programa, no Ano Base. O cadastramento de docentes e de pesquisadores que sejam simultaneamente discentes do Programa é feito sob aquelas categorias.

Disciplinas Ministradas

Disciplinas da estrutura curricular, efetivamente ministradas no Ano Base.

Disciplinas Ministradas por não Docentes

Disciplinas ministradas por Pesquisadores, Discentes ou Outros Participantes.



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003**Área de Avaliação:** 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

Docência

Relação daqueles que ministraram disciplinas no Ano-Base [docentes, pesquisadores, discentes-autores, outros participantes].

Docência na Graduação

Participação como docente de disciplinas de graduação. Apenas para docentes.

Docência na Pós-Graduação

Participação como docente de turma de disciplina de pós-graduação.

Docentes

Membros do Corpo Docente do Programa. Tipicamente, docentes dos programas de pós-graduação das Instituições de Ensino Superior - IESs ou pesquisadores com funções docentes contínuas e sistemáticas em programas de pós-graduação de entidades não consideradas IESs.

Docentes Autores

Membros do corpo docente que figuram como autores ou co-autores respectivamente da produção bibliográfica, técnica e artística do Programa.

Docentes Orientadores

Membros do corpo docente que têm alunos de graduação ou de pós-graduação sob orientação, titulados ou não no Ano Base.

Documento de Área

Apreciação da Comissão sobre o desempenho e as características globais de sua Área de Avaliação, assim como comentários sobre a sua evolução recente e perspectivas futuras.

Equipe de Projeto

Participação como membro de pelo menos uma equipe de projeto de pesquisa.

Equivalência

Valor numérico associado a cada um dos atributos qualitativos de um item de avaliação para efeito de cálculo da tendência dominante da apreciação do respectivo quesito.

Estrutura Curricular

Elenco estruturado de disciplinas passíveis de serem oferecidas pelo Programa, em função das suas área básica e áreas de concentração, e das especializações de seu corpo docentes.

Ficha de Avaliação

Documento elaborado pela Comissão de Avaliação, onde são registrados a apreciação conclusiva e a qualificação atribuída a cada um dos itens e quesitos de avaliação, o conceito dado ao Programa, comentários e recomendações à coordenação deste e à CAPES.

Fluxo de Alunos - Abandono

Número de alunos que deixaram o curso por desistência, abandono ou insuficiência de desempenho, durante o Ano-Base.

Fluxo de Alunos - Final do Ano Base

Número de alunos matriculados no Programa ao final do Ano-Base, ou seja, em 31 de dezembro.

Fluxo de Alunos - Início do Ano Base

Número de alunos matriculados no Programa no início do Ano-Base, ou seja, em 01 de janeiro.

Fluxo de Alunos - Mudança de Nível

Número de alunos que mudaram de nível, no Ano-Base, do curso de mestrado para o curso de doutorado.

Fluxo de Alunos - Novos

Número de novos alunos, matriculados no Programa durante o Ano-Base.

Fluxo de Alunos - Titulados

Número de alunos titulados pelo Programa durante Ano-Base.



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

Item de Avaliação

Aspecto específico a ser considerado na apreciação de um quesito de avaliação. Cada um destes quesitos desdobra-se em diversos itens de avaliação.

Linhas de Pesquisa

Domínio ou núcleo temático da atividade de pesquisa do Programa, caracterizado pelo desenvolvimento de trabalhos com objetos ou metodologias comuns de pesquisa. As Linhas de Pesquisa podem estar *em andamento* ou terem sido *desativadas* no Ano base.

Maior Número de Orientandos

Maior número de alunos sob orientação de um único docente-orientador.

Média de Meses para Titulação

Número médio de meses utilizados para a conclusão de teses e dissertações; é calculada a média aritmética dos períodos individuais requeridos por cada tese ou dissertação. Cada período é inferido pelo intervalo temporal existente entre o mês/ano de titulação e o mês/ano de matrícula no Programa.

Média por Pesquisador

Número médio de participações dos pesquisadores.

Mediana dos Meses de Titulação

Número de meses para o qual há um número igual de períodos abaixo ou acima dele.

Média

Média aritmética das ocorrências. Na Área Básica, referente ao número de Programas; na Área de Avaliação, média aritmética das médias de suas Áreas Básicas.

Moda de Meses para Titulação

Número de meses de maior frequência inferido na distribuição dos períodos individuais das teses e dissertações do Programa.

Não Docentes

Pesquisadores, Discentes-Autores e Outros Participantes que ministraram disciplinas no Ano-Base.

Nenhuma Participação

Pessoa cadastrada - docente, pesquisador, discente-autor ou outro participante - não referenciada em qualquer dos demais registros dos dados do Programa.

Notório Saber

Para efeito da coleta de dados, o reconhecimento do notório saber é considerado uma alternativa de titulação para docente sem titulação acadêmica formal e credenciado por sua IES para atividades na pós-graduação.

NRD - Núcleo de Referência Docente

O Núcleo de Referência Docente - NRD é a fração do Corpo Docente responsável pela consistência, continuidade e caracterização institucional das atividades do Programa. A identificação dos docentes que compõem cada nível sucessivo do NRD é feita mediante a aplicação de critérios de pertinência crescentemente restritivos.

Oferta no Ano Base

Conjunto de disciplinas efetivamente ministradas no Ano Base.

Orientação Concluída

Participação como orientador de tese ou dissertação defendida no Programa.

Orientação na Graduação

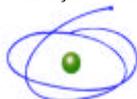
Participação como orientador de alunos de graduação. Apenas para docentes.

Orientação na Pós-Graduação

Participação como orientador de alunos de pós-graduação. Apenas para docentes.

Orientação Vinculada

Participação como orientador de tese ou dissertação expressamente vinculada a pelo menos uma produção.



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

Orientador

Docente para o qual, no Ano-Base, consta um número maior que zero de alunos sob sua orientação.

Orientandos na Graduação

Número de alunos de graduação orientados pelo docente no Ano-Base, discriminados em função da modalidade de orientação: Projeto Final, Iniciação Científica, Tutoria, Outra.

Orientandos na Pós-Graduação

Número de alunos de pós-graduação orientados pelo docente no Ano-Base, discriminados em função da modalidade de orientação: Mestrado, Doutorado.

Outras Atuações

Atuação do docente em outras atividades administrativas e de apoio, na IES ou externas, em instituições diretamente relacionadas à pós-graduação e à pesquisa, durante o Ano-Base.

Outro Vínculo

Docente com tipo de compromisso ou vínculo formal com a IES não compreendido pelas opções SP/CLT, PV, BRD.

Outros Participantes

Participantes eventuais e complementares nas atividades do Programa, no Ano Base, tais como co-autores de produção intelectual, membros de bancas examinadoras, colaboradores em projetos de pesquisa, com ou sem vínculo formal com a instituição, temporário ou permanente, e citado nominalmente na coleta de dados.

PCH - Percentual de Carga Horária

Faixa da variação do percentual da carga horária contratual do docente dedicada a atividades no Programa.

Perfil do Excelência

Referência de excelência adotada para a Área de Avaliação. Conjunto de características e de requisitos de desempenho a serem satisfeitos para que a um Programa seja atribuído o conceito máximo.

Período de Avaliação

Anos-base aos quais referem-se aos dados coletados nos Programas e aos quais refere-se o processo de avaliação em curso. Exemplo: O processo de avaliação de 1998 refere-se ao desempenho dos Programas no biênio 1996-1997.

Peso

Representação quantitativa - numa escala de zero a cem - da importância relativa atribuída pela Comissão aos itens e quesitos de avaliação.

Pesquisadores

Membros graduados ou pós-graduados de equipes de pesquisa, formalmente sem funções docentes, com ou sem vínculo empregatício com a instituição, contratados para realização de projetos específicos de pesquisa.

Produção do NRD

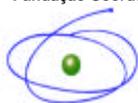
Ítems da produção intelectual cadastrada pelo Programa, no Ano-Base, em cada um dos quais consta pelo menos um docente pertencente ao Núcleo de Referência Docente como autor ou co-autor.

Produção Docente

Ítems da produção intelectual cadastrada pelo Programa, no Ano-Base, em cada um dos quais consta pelo menos um docente como autor ou co-autor.

Produção Docente

Conjunto da Produção Intelectual do Corpo Docente do Programa e que desdobra-se em Produção Bibliográfica, Produção Técnica e Produção Artística.



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003**Área de Avaliação:** 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

Produção Imprópria

Ítems da produção bibliográfica cuja tipificação dada na coleta de dados foi rejeitada pela Comissão de Avaliação, não sendo considerada para fins de avaliação.

Produção Intelectual

Denominação genérica dada à Produção Bibliográfica, Produção Técnica e Produção Artística de autoria de docentes, pesquisadores, discentes e outros participantes nas atividades do Programa.

Produção Retipificada

Ítems da produção bibliográfica cujo tipo foi alterado pela Comissão de Avaliação: de um dos tipos *periódicos*, *anais* ou *jornais e revistas*, como cadastrado na coleta de dados, para qualquer um dos outros dois.

Programa de Pós-Graduação

Conjunto dos cursos de mestrado e de doutorado de uma IES, numa mesma área básica ou domínio do conhecimento, que compartilham a mesma estrutura administrativa e estão essencialmente associados ao mesmo corpo docente.

Projetos de Pesquisa

Atividade de pesquisa sobre tema ou objeto específico e bem definido, desenvolvido com objetivos, metodologia e duração pré-definidos, realizada individual ou conjuntamente por uma equipe de pesquisadores. Os Projetos de Pesquisa podem estar *em andamento*, terem sido *desativadas* ou *concluídos* no Ano base.

Projetos Isolados

Projetos de Pesquisa não vinculados à Linha de Pesquisa.

Projetos Vinculados

Projetos de Pesquisa vinculados à Linha de Pesquisa.

Publicações Impróprias

Publicações registradas na Aplicação Coleta de Dados que não foram aceitas pela Comissão de Avaliação no tipo indicado, nem considerada para a avaliação.

Publicações Retipificadas

Publicações cuja natureza [artigos em periódicos, trabalhos em anais, trabalhos em jornais e revistas] foi alterada pela Comissão de Avaliação, na Aplicação Qualis, em relação ao tipo registrado na Aplicação Coleta de Dados.

PV - Professor Visitante

Docente com bolsa ou vínculo temporário com a IES, necessariamente com vínculo empregatício com outra instituição.

Quesito de Avaliação

Aspecto geral do Programa, submetido globalmente ou detalhado em ítems específicos, e submetidos a apreciação e análise da Comissão de Consultores.

Recomendações

Recomendações gerais da Comissão de Avaliação ao Programa; recomendação à CAPES para visita ao Programa.

Relação Institucional de Maior Período

Vínculo institucional de maior número de meses mantido pelo docente com a IES; percentual de dedicação horária ao Programa [em relação à carga horária contratada] de maior número de meses. Extensões medidas no Ano Base.

SA - Cursos Sem Avaliação

Classificação dada a um Programa, quando a Comissão decide não avaliá-lo por ausência ou insuficiência de dados.

SNPG

Sistema Nacional de Pós-Graduação.



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

SP/CLT

SP[servidor público]: vínculo empregatício ordinário com instituição pública. CLT: vínculo empregatício ordinário com instituição privada.

Tendência Dominante

Atributo qualitativo global de um quesito de avaliação, resultante da aplicação da ponderação definida pela Comissão aos itens componentes deste quesito.

Tese Vinculada

Tese ou dissertação da qual decorre diretamente a produção intelectual registrada.

Tipos Participações

Tipos de atividades nas quais docentes, pesquisadores, discentes-autores e outros participantes são nominalmente citados na coleta de dados..

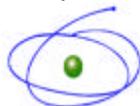
Titulados

Alunos que defenderam sua tese ou dissertação com sucesso, no Ano-Base. Alunos que simultaneamente são docentes ou pesquisadores do Programa, estão registrados sob estas últimas categorizações.

Treinamento

Docentes do Programa cujo vínculo com a IES não é temporário e que, no Ano Base, dedicam-se a atividades de complementação ou aperfeiçoamento de sua formação acadêmica.

**ANEXO IV – Documento de Área CAPES: Comunicação / Ciência da
Informação**



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 31 - COMUNICAÇÃO/CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

1. A área de avaliação

A área de avaliação Ciências Sociais Aplicadas I é constituída, no momento de sua maior expansão no triênio, por 19 Programas de Pós-Graduação em Comunicação e 7 em Ciência da Informação. Os PPG de Comunicação configuram, em 2003, um universo composto por sete cursos de Mestrado e doze Programas de Mestrado e Doutorado, enquanto o sistema nacional de pós-graduação em Ciência da Informação é composto por quatro Mestrados e três Programas de Mestrado e Doutorado. No conjunto, portanto, foram avaliados no triênio 26 Programas de Pós-Graduação, quinze dos quais incluem Doutorados, enquanto os outros onze oferecem apenas Mestrados.

Os PPG de Comunicação envolveram em 2003 um total de 417 docentes, enquanto os de C. da Informação foram compostos por 83 docentes. Os núcleos docentes das duas áreas do conhecimento envolveram, respectivamente 278 e 64 professores. Este conjunto de Programas acolheu nesse mesmo ano um total de 2.277 estudantes de pós-graduação na área de Comunicação e 371 discentes na área de C. da Informação.

A área de Comunicação tituló no período 1.853 discentes: 1.398 mestres e 455 doutores. A área de Ciência da Informação, por sua vez, tituló 228 mestres e 43 doutores, num total de 271 titulados.

Embora o conjunto da área de avaliação tenha tido um crescimento considerável nos últimos anos em todos os requisitos, as duas áreas de conhecimento nela reunidas têm comportamento distinto no que se refere a dimensões e crescimento. A pós-graduação da área de C. da Informação teve uma evolução constante, porém discreta e insuficiente para acompanhar o crescimento do sistema nacional de pós-graduação. Paralelamente à expansão da sua graduação, a área de Comunicação, por sua vez, cresceu de forma acelerada. Em termos comparativos, as duas áreas possuíam volumes muito próximos há alguns anos e foram se distanciando com o tempo. Em 1996, havia cinco Programas em C. da Informação e oito em Comunicação. Após três avaliações, verifica-se que C. da Informação se compõe de sete Programas enquanto em Comunicação o número de programas subiu para dezenove. Este contraste é ainda mais expressivo no número de Doutorados. Em 1996 estes eram em número de dois em Ciência da Informação e quatro em Comunicação. Oito anos depois, os Doutorados em Ciência da Informação aumentaram de dois para três, enquanto os de Comunicação passaram de quatro para doze.

A pequena expansão do número de Programas na área de C. da Informação pode ser vista na tabela abaixo, que inclui os últimos três períodos de avaliação:

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
M	3	3	3	2	2	3	3	4
M/D	2	2	2	3	3	3	3	3

Total	5	5	5	5	5	6	6	7
-------	---	---	---	---	---	---	---	---

Tabela 1: Evolução do número de PPG em C. da Informação

Este é o mesmo período em que a área de Comunicação, que se tinha estabilizado consideravelmente desde os anos 70, cresce mais rapidamente, como se verifica na tabela abaixo:

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
M	4	6	8	5	5	6	8	7
M/D	4	4	4	8	9	9	10	12
Total	8	10	12	13	14	15	18	19

Tabela 2: Evolução do número de PPG em Comunicação

A evolução mais notável nas duas áreas, entretanto, diz respeito ao número de titulados, principalmente no que tange à formação de doutores. No período referente às três últimas avaliações, a pós-graduação de Ciência da Informação formou 78 novos doutores e 533 mestres. O número é particularmente expressivo no doutorado, como se pode depreender na tabela abaixo, pois em 1996 apenas um estudante foi titulado neste nível enquanto em 2003 a área doutorou 19 discentes. Além disso, como o conjunto dos orientadores que constituem os núcleos docentes dos Programas na área é de apenas 64 professores neste momento, a titulação de 19 doutores por ano em 2003 e de 78 no período garante uma excelente taxa de incremento de doutores/ano na área.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Total
Mestres	47	52	55	67	84	95	69	64	533
Doutores	01	04	12	9	9	10	14	19	78
Total	48	56	67	76	93	105	83	83	611

Tabela 3: Evolução da titulação de mestres e doutores em C. da Informação

Em Comunicação os números são ainda maiores. A área formou 810 doutores e 2.505 mestres em apenas oito anos (cf. tabela 4). Em 1996, a pós-graduação da área foi capaz de formar 54 doutores, poucos anos depois, em 2000, alcançou a marca de 100 novos doutores por ano, para se estabilizar, em 2002 e 2003 numa média de 175 doutores titulados por ano. Isso tudo para um núcleo docente que se estabilizou um pouco acima de duzentos professores, do que se depreende que apenas uma parte minoritária dos novos doutores atua no sistema nacional de pós-graduação da área. Isto provavelmente significa que neste momento o Brasil tem doutores em Comunicação em número suficiente para promover, num tempo relativamente curto, uma expansão ainda maior da pesquisa e da pós-graduação na área. Ademais, é igualmente verdadeiro que o sistema nacional de pós-graduação em Comunicação, atualmente com cerca de 2.300 vagas para a formação de mestres e doutores e com capacidade de titular mais de 650 discentes por ano, vem se mostrando habilitado para responder com eficiência às necessidades de formação em alto nível de docentes de graduação na área.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Total
Mestres	146	144	185	282	350	411	491	496	2.505
Doutores	054	055	059	087	100	105	178	172	810
Total	200	201	244	369	450	516	669	668	3.315

Tabela 4: Evolução da titulação de mestres e doutores em Comunicação

2. Procedimentos da Avaliação

O Comitê da área de Ciências Sociais Aplicadas I realizou a avaliação dos 26 Programas de Comunicação e Ciência da Informação em duas fases, respectivamente nos períodos de 5 a 8 de julho e de 8 a 14 de agosto de 2003. Em ambas as fases, o Comitê trabalhou dividido em duas sub-comissões, repartidas pelas duas áreas de conhecimento abrigadas nesta área de avaliação. A sub-comissão de Comunicação foi composta por Afonso de Albuquerque (UFF), José Luiz Warren Jardim Gomes Braga (Unisinos), José Salvador Faro (Umesp), Március César Soares Freire (Unicamp), Milton José Pinto (UFRJ) e Rousiley Celi Moreira Maia (UFMG), além do representante de área. A sub-comissão de Ciência da Informação foi composta por Eduardo Wense Dias (UFMG), Johanna Wilhelmina Smit (USP) e Sueli Angélica do Amaral (UnB). Mauro Pereira Porto (UnB) integrou a sub-comissão de Comunicação na primeira fase, mas não pode participar dos trabalhos da última fase da avaliação em função de compromissos docentes assumidos no exterior.

A escolha dos consultores orientou-se por princípios voltados para assegurar o necessário conhecimento do funcionamento do sistema de pós-graduação e uma renovação no conjunto dos avaliadores, introduzindo-se novos olhares e novas perspectivas. Assim, três dos sete consultores da área de Comunicação e um dos três da área de Ciência da Informação não havia participado da avaliação no triênio passado.

Na primeira fase da avaliação: a) foram discutidos critérios, princípios, procedimentos e parâmetros da avaliação geral; b) empreendeu-se a avaliação de teses e dissertações dos Programas; c) distribuiu-se os materiais (cadernos e planilhas) para o trabalho individual dos membros das sub-comissões voltados para a preparação da última fase da avaliação. Na última fase, as sub-comissões dedicaram-se às rotinas fundamentais da avaliação trienal da Capes: exame coletivo dos relatórios anuais dos Programas, discussão dos julgamentos de quesitos e itens sob avaliação, preenchimento das Fichas de Avaliação e atribuição dos conceitos.

Os procedimentos foram todos orientados para assegurar a adoção de um padrão unitário de ponderação e julgamento para toda a área de avaliação e um conjunto compartilhado por todos de princípios que configurassem um espírito de avaliação o quanto possível homogêneo. Para tanto, adotou-se um sistema de trabalho que prescrevia que todo dado fosse examinado e conferido por pelo menos dois avaliadores e que cada quesito e cada item da ficha de avaliação fosse examinado, discutido e avaliado de maneira detalhada e cuidadosa pelo conjunto dos consultores de cada área, tomando-se todo o cuidado possível para: a) garantir que a interpretação dos dados consignados fosse ato coletivo e consensual; b) diminuir ao mínimo a possibilidade de erro de interpretação ou leitura dos dados; c) reduzir o quanto possível incoerências e discrepância no padrão de julgamento aplicado ao conjunto dos programas.

O trabalho de exame, julgamento e preenchimento das Fichas de Avaliação durou quatro semanas e foi realizado individualmente no período entre as duas fases da avaliação. Neste momento, cada Programa foi submetido ao exame de dois avaliadores e a dois julgamentos diferentes. Depois disso, o Comitê se reuniu novamente na Capes para a fase final e intensiva de trabalhos cuja rotina consistiu: a) no exame e discussão, pelo conjunto dos avaliadores das sub-comissões, dos pareceres de cada dupla de consultores sobre cada quesito de cada Programa; b) em compatibilizar o julgamento de cada quesito de cada Programa com o julgamento do

mesmo quesito no conjunto dos programas de cada área; c) em elaborar e aprovar coletivamente os conceitos atribuídos e as Fichas de Avaliação de cada programa.

Cada dado foi efetivamente verificado, cada julgamento foi discutido coletivamente, cada texto, refeito várias vezes. As fichas de avaliação de cada programa foram preenchidas num nível de detalhamento e de apresentação das bases de julgamento aplicadas aptos a propiciar às coordenações qualquer recurso em caso de conflito de interpretação com o comitê. No final, esperamos ter oferecido às áreas de comunicação e informação a melhor avaliação possível dos seus programas e cursos.

3. Critérios e princípios empregados

3. 1 – Do estabelecimento dos critérios e princípios

A nossa área tem considerável experiência na institucionalização dos critérios, parâmetros e princípios empregados pelas suas sub-comissões na avaliação. Neste sentido, foi uma das primeiras áreas de avaliação a substituir a prática da produção de critérios e parâmetros *ad hoc* e no momento da avaliação por procedimentos deliberativos relativamente longos, de muito anteriores ao ato de avaliação e envolvendo um fórum nacional de coordenadores de programas, além das direções executivas das associações nacionais de pós-graduação de cada uma das duas áreas do conhecimento.

Desde 1996 a área de avaliação Ciências Sociais Aplicadas I da Capes instituiu as reuniões periódicas para constituição e revisão dos critérios e parâmetros empregados nas avaliações seguintes dos programas de pós-graduação das áreas de Comunicação e Ciência da Informação. Desde então, trata-se de uma reunião com os coordenadores de programas ou seus representantes, certificada e acompanhada pelas diretorias da Compós, no caso da Comunicação, e da Ancib, no caso da Ciência da Informação. A orientar a existência de tais reuniões, há um claro princípio de política de pós-graduação que vem se instalando na área desde a metade dos anos 90 e que se pode tentar resumir na seguinte proposição: para se construir e consolidar uma área de conhecimento, os critérios, os parâmetros e as ponderações da avaliação não devem ser construídos *ad hoc*, por comissões científicas convocadas para tanto, e aplicados retroativamente no julgamento do desempenho passado dos programas, como costumava acontecer; critérios, parâmetros e ponderações devem ser contratados pela comunidade de pós-graduação da área e transformados em orientadores de desempenho antes de poderem funcionar como orientadores de julgamento do desempenho pregresso.

Já em sua terceira edição, essas reuniões são fundamentais para oferecer a máxima visibilidade possível ao processo de avaliação e, sobretudo, para aproximar o ato da avaliação de perspectivas de construção de área, distanciando-o, por outro lado, de um mero comportamento ritualizado da administração pública voltado para a distribuição periódica de punição e recompensas. De tal forma que depois dessas reuniões de revisão, a comunidade de pós-graduação sabe exatamente como será avaliada posteriormente e, portanto, quais são as direções, os ângulos e as inflexões que o sistema nacional de pós-graduação da área se impõe neste momento.

As reuniões ganharam a forma de um fórum democrático do sistema nacional de pós-graduação nas áreas de Comunicação ou de Ciência da Informação. É o momento no

triênio em que o sistema se abre para a alteração, a revisão, a correção ou o reforço de rumos segundo o interesse da comunidade de programas da área. Depois disso, o contrato está estabelecido até a próxima revisão periódica e o empenho dos contratantes passa a se concentrar na formulação e implementação de políticas internas, nos respectivos programas, dedicadas ao ajuste aos critérios e parâmetros de área.

Com a crescente institucionalização da prática, os participantes das reuniões de revisão trabalham à luz de três referências institucionais mutuamente relacionados: os interesses e políticas da própria área de conhecimento, o sistema nacional de pós-graduação coordenado pela Capes e o sistema nacional de ciência e tecnologia. O primeiro sistema de referências vem se constituindo *pari passu* com o incremento da consolidação da área e com o aumento, quantitativo e qualitativo, do conjunto das suas lideranças responsáveis pelas políticas acadêmicas. Responde, naturalmente, ao que a área quer de si mesma, quais são suas metas e suas agendas, para onde pretende ir. Este sistema de referência se realiza no cruzamento dos outros dois. Responsavelmente, os líderes e gestores das políticas científicas e acadêmicas da área sabem da impossibilidade de uma mentalidade solipsista em ciência e tecnologia. O estágio atual - suas políticas, sua agenda, suas sinalizações para o futuro - tanto do sistema nacional de pós-graduação quanto do sistema que controla o fomento (mas também prestígio e distinção no campo científico) em ciência e tecnologia é fator altamente considerável nas decisões internas sobre as políticas de pós-graduação da área.

Considerar os sistemas cujas linhas de força o atravessam, significa, para o sistema de referência interno da área, pelo menos três coisas: a) antes de tudo, *conhecimento* - saber como funcionam, como estão estruturados e quais são as direções que nesse momento se impõem os outros dois sistemas de referência, torna-se decisivo para o estabelecimento de qualquer política interna conseqüente e fecunda para a área do conhecimento; b) além disso, *autonomia e negociação* – é mister envidar esforço para aproveitar todos os espaços possíveis de autonomia para garantir as próprias políticas e para aproveitar todas as oportunidades possíveis de negociação para tentar assegurar respeito às agendas da área nos outros sistemas. Essas reuniões vêm representando, sem dúvida alguma, uma forma altamente qualificada e responsável de autodeterminação dos nossos programas, cujo resultado imediato tem significado um crescente desenvolvimento da consolidação das nossas áreas do conhecimento.

Os critérios empregados nesta avaliação trienal remontam, portanto, a 1998, quando a representação de área coordenou um processo de formulação e exame dos critérios que estabelecem o perfil de excelência (curso 5) na área, num movimento que culminou com a discussão e aprovação de tais critérios pelos coordenadores de programas reunidos nos fóruns das associações de programas de pós-graduação das duas áreas de conhecimento implicadas, a saber, a ANCIB, para área de informação, e a Compós, para a área de comunicação.

Em 2001, foram preparados mais dois documentos, tornados públicos para os coordenadores de pós-graduação e para as comunidades científicas, em que se tentava refinar as bases das atribuições de conceitos aos programas avaliados. Trata-se dos documentos “Perfil dos Cursos 6 e 7” e “Perfil do Curso 3”, em que se explicitava, quesito a quesito e item a item, o que caracterizaria um curso classificado nesses níveis. Estes documentos foram finalmente aprovados pelos coordenadores de programas, depois de discussão aberta nos fóruns devidos.

Para a avaliação do triênio 2001-2003, foram realizadas uma reunião da área de Ciência da Informação, em junho de 2002, e duas reuniões da área de Comunicação.

A primeira foi realizada em Brasília, na Capes, no dia 23 de abril de 2002. A última realizou-se no Rio de Janeiro, na Escola de Comunicação da UFRJ, nos dias 3 e 4 de junho desse ano. Nessas sessões foram examinados e discutidos: a) os critérios de avaliação consignados no documento “Perfil de Excelência da Área”, resultado de anterior reunião de revisão; b) os pesos e as listas de quesitos e itens da avaliação constantes na Ficha de Avaliação da Capes para a área; c) os parâmetros de avaliação, particularmente o *princípio que demandava inserção nas áreas da Comunicação Social e de Ciência da Informação do conhecimento produzido no interior dos seus programas de pós-graduação* que foi aplicado na avaliação continuada e na avaliação trienal e que, desde então, vinha sendo alvo de enormes polêmicas na área. Essas sessões contaram com a presença da diretoria da Compós, com os coordenadores dos 16 programas recomendados pela Capes, ou seus representantes, convidados para tanto pela nossa Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação, além de coordenadores de equipes cujas propostas de programa estavam já em tramitação na Capes e de outros convidados.

Ao final do processo, tanto o fórum de pós-graduação da área de Ciência da Informação, de forma serena e consistente, quanto aquele da área de Comunicação, através de um processo deliberativo longo e exaustivo, apoiaram, por unanimidade dos presentes, os documentos finais que orientaram esta avaliação, em todos os seus princípios, parâmetros e ponderações, e que já foram aplicados e testados nas avaliações continuadas da área no período.

3. 2 – O Perfil de excelência da área de avaliação (versão adotada no triênio)

A consecução da excelência no sistema nacional de pós-graduação localiza o curso ou programa nos pontos 5, 6 ou 7 da escala de classificação da Capes. Um curso com conceito 5 deverá, em seu conjunto, ter atingido a excelência do padrão de qualidade estabelecido pela área de conhecimento. As notas 6 e 7 são reservadas para uma ulterior distinção no interior do conjunto dos programas considerados de excelência. As indicações abaixo se referem, portanto, aos cursos ou programas a serem classificados como de **excelência** pela área.

I - QUANTO À PROPOSTA DO PROGRAMA OU CURSO

Uma proposta atinge a excelência quando

a) em todos os âmbitos da atividade própria da pós-graduação - pesquisa, orientação e ensino - reflète de maneira unitária, coerente, clara e fecunda o propósito precípua da sua especialidade, a saber, formar bons pesquisadores, em se tratando de programas acadêmicos, e formar profissionais de alto nível, quando se trata de mestrados profissionais;

b) integra perfeitamente área(s) de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa, produção intelectual e estrutura curricular de modo tal que: i) a(s) área(s) de concentração delimite(m) de maneira clara o objeto de especialidade da produção de conhecimento e da formação realizada no Programa e oferecida por ele; ii) as linhas de pesquisa constituam a restrição temática, o recorte específico da área de concentração representado pela capacidade docente instalada no Programa, num dado momento; iii) os projetos de pesquisa e a estrutura curricular reflitam e concretizem a linhas de pesquisa e área de concentração como sua execução; iv) a

produção intelectual docente e discente, teses e dissertações reflitam e concretizem as linhas de pesquisa e área de concentração como seu produto;

II - QUANTO AO CORPO DOCENTE

a) Existência de uma equipe consistente de professores contratados pela instituição, com vínculo e dedicação compatíveis com o núcleo de referência docente 6, suficiente em volume e experiência para a execução das atividades fundamentais de pesquisa, orientação e ensino de modo que nisso não se configure dependência de docentes com outro tipo de contrato, vínculo ou dedicação. O NRD6, portanto, deve ser suficiente e adequado em volume (cf. item b do quesito 5) e capacitação, constituindo-se qualquer outro conjunto de docentes em força e capacidade agregada à equipe básica de execução da proposta.

b) Os docentes do NRD devem ser, na sua totalidade, doutores. Exceções, quando couberem, devem ser justificadas;

c) Todos os docentes do NRD6 devem estar envolvidos em projetos de pesquisa;

d) Deve haver diversidade de instituições de titulação da equipe docente: i), no sentido de evitar a "endogenia" na formação, os docentes devem preferencialmente titular-se em programas diferentes daqueles em que trabalham; ii) no sentido de facilitar a diversificação de formações, docentes devem preferencialmente titular-se em instituições diversas entre si. Na avaliação desse aspecto levar-se-ão em consideração tanto as instituições de obtenção do título de doutor quanto as instituições em que se realizou o treinamento pós-doutoral.

e) A equipe docente deve reunir especialidades suficientemente abrangentes de forma a cobrir a(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa do programa. Por outro lado, a(s) especialidade(s) do docente deve(m) ser de tal modo clara(s) que se possa reconhecer sua específica inserção na linha de pesquisa e a coerência da sua orientação e da sua atividade didática.

f) Adequada política de professores e/ou pesquisadores visitantes, garantindo-se a presença de idéias, experiências, teorias e modelos de pesquisas novos, sem que isso, todavia, configure dependência de docentes externos. Presença de examinadores externos ao programa em todas as bancas de avaliação de trabalhos finais.

g) O NRD6 deve ser, preferencialmente, exclusivo do programa. Justifica-se que um percentual do NRD6 possa ser compartilhado apenas quando se verifica a totalidade das condições seguintes: i) realizar-se entre dois programas de uma mesma instituição; ii) a participação do(s) docente(s) compartilhado(s) no programa em avaliação incluir todas as atividades específicas da pós-graduação (pesquisa, orientação, ensino e produção e intelectual); iii) houver uma clara indicação das atividades de pesquisa e produção intelectual específicas do programa em avaliação.

III - QUANTO ÀS ATIVIDADES DE PESQUISA

a) Linhas de pesquisa representam a especialidade de produção de conhecimento, dentro de uma área de concentração, sustentada por uma equipe de docentes; a atividade de pesquisa representa a realização concreta de tal especialidade. Devem, portanto, cobrir de maneira coerente as dimensões fundamentais da área de

concentração. Por isso mesmo, i) a atividade de pesquisa deve estar inserida de forma coerente e fecunda no interior das linhas de pesquisa e da(s) área(s) de concentração; ii) a atividade de pesquisa deve ser distribuída de forma coerente e equilibrada pela(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa.

b) As linhas de pesquisa representam agregações da capacidade de pesquisa instalada no programa. Devem, por isso, ser em quantidade compatível com o número de docentes envolvidos;

c) O projeto de pesquisa deve ser formulado de maneira a que se possa compreender claramente o objeto da investigação, a posição da pesquisa no estado do conhecimento sobre o objeto, os meios, recursos e propósitos do projeto e os resultados pretendidos.

d) Deve haver uma proporção adequada entre o número de projetos de pesquisa e a dimensão do corpo docente. Cada docente não deveria coordenar mais que um projeto de pesquisa em andamento de cada vez, devendo as exceções ser justificadas.

e) Deve haver vinculação entre a pesquisa discente e o projeto e/ou linha de pesquisa do docente que o orienta.

f) Será valorizada a existência de pesquisa em ambientes de cooperação (grupos de pesquisa e pesquisas associadas).

g) Será valorizada a existência de suporte para a difusão da pesquisa realizada pela comunidade científica da área (em particular Periódico Científico).

h) Será valorizada a existência de pesquisas conduzidas por grupos de professores.

IV - QUANTO ÀS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

a) O conjunto de disciplinas e seminários deve ser coerente com a proposta do programa e se inserir na área de concentração e nas linhas de pesquisa.

b) Tanto do ponto de vista do elenco quanto da perspectiva da oferta, as disciplinas e seminários devem ser em volume adequado em relação à dimensão do corpo discente, à creditação exigida do estudante, ao número e especialidade das linhas de pesquisa. Deve, além disso, ser em número suficiente para assegurar reais opções aos discentes.

c) Os orientadores devem ser doutores e estar envolvidos nas atividades de pesquisa e ensino do programa. Preferencialmente, para o mestrado, e necessariamente, para o doutorado, os orientadores devem estar titulados e vinculados às atividades de pós-graduação em sentido estrito há pelo menos três anos.

d) A oferta de disciplinas no período da avaliação deve mostrar uma participação equilibrada da equipe docente do NRD6.

e) Em programas cujos docentes se dediquem exclusivamente ao mestrado e/ou ao doutorado, considera-se que um docente do NRD6 possa orientar adequadamente até o número de 10 estudantes ao mesmo tempo. Em programas cujos docentes se dediquem também a atividades de graduação, considera-se que o docente do NRD6 possa orientar adequadamente até o número de 6 estudantes ao mesmo tempo.

V - QUANTO AO CORPO DISCENTE

a) O fluxo de estudantes deve ser equilibrado, considerando-se um fluxo adequado aquele em que 60% dos que ingressem no programa sejam titulados ao fim do período regular de formação. Será considerado como atenuante legítimo desse critério as não-titulações de matriculados que forem decorrentes de iniciativas de desligamento realizados pelo programa, que forem realizadas dentro de um projeto pedagógico coerente com a sua proposta, nos dois primeiros semestres de vinculação do estudante ao programa e forem consignadas de forma clara na parte descritiva do relatório Capes.

b) A dimensão do NRD6 com relação ao volume de alunos será considerada adequada quando se respeitarem os seguintes parâmetros: i) em programas cujo NRD6 dedique-se integral e exclusivamente ao mestrado/doutorado, um docente para cada 12 discentes; ii) em programas cujo NRD6 dedique até 60% da sua carga horária ao mestrado/doutorado, 1 docente para cada 7 discentes. Em todo o caso, deve-se assegurar que a dimensão do NRD6 seja suficiente para a orientação e acompanhamento de todos os alunos e para a execução da estrutura curricular.

VI - QUANTO A TESES E DISSERTAÇÕES

a) A média da duração da titulação discente não deve ultrapassar 30 meses para o mestrado e 50 meses para o doutorado. Para fins de qualificação da excelência, considerar-se-á apenas o tempo médio de titulação, desprezando-se os índices do tempo médio de titulação de bolsistas, tempo médio de bolsa e tempos médios de titulação de bolsistas em relação ao tempo médio de titulação de não bolsistas.

b) Os titulados devem preferencialmente ter sido orientados por docentes do núcleo de referência principal. Será caracterizada dependência de orientadores externos quando o número de titulados orientados por professores externos a esse núcleo ultrapassar 30% do total dos titulados no período.

c) As titulações devem ser vinculadas a área de concentração e linha de pesquisa do orientador.

d) teses e dissertações serão avaliadas por amostragem, da seguinte forma: i) cada curso de mestrado submeterá à avaliação as suas duas melhores dissertações anuais; cada Programa submeterá a sua melhor tese e a sua melhor dissertação; ii) a avaliação será comparativa e servirá para verificar comparativamente o melhor desempenho de cada Programa em relação aos demais. iii) Uma dissertação de mestrado deve representar um qualificado exercício metodológico de pesquisa científica, refletindo os seus elementos essenciais: capacidade de formular hipóteses e comprová-las, capacidade de dominar conceitualmente fontes materiais (materiais de campo, resultados empíricos, fontes bibliográficas), fundamentação teórica, compreensão e domínio do estado-da-arte, domínio amadurecido dos procedimentos argumentativos e demonstrativos. De uma dissertação o que há de se requerer é o domínio (compatível com os estudos pós-graduados) dos procedimentos da pesquisa e uma apresentação consistente do estado-da-arte em um âmbito de questões da área de conhecimento; iv) Uma tese de doutorado deve representar um avanço no estado-da-arte em um âmbito de questões da área de conhecimento. Deve supor o domínio do *status questionis* e o manejo mais amadurecido dos procedimentos formais e materiais da pesquisa, próprios do mestrado, mas a sua especificidade consiste em representar um incremento importante nos estoques cognitivos de uma determinada

especialidade. Este incremento pode consistir na descoberta material, na invenção conceitual ou na inovação metodológica.

VII - QUANTO À PRODUÇÃO INTELECTUAL

a) A produção intelectual em geral deve ser de boa qualidade, regular e distribuir-se de forma equilibrada pela totalidade da equipe docente, tomando-se como base o núcleo de referência docente principal.

b) No caso da publicação, será considerado indício de excelência o número de dois títulos em artigos e/ou capítulos de livros ou um livro publicado por ano por professor do programa. Para efeito de julgamento, a avaliação considerada prioritariamente será aquela consignada em periódicos científicos e livros, com a seguinte ponderação: livro científico completo (2,0); capítulo em coletânea científica (1,0); livro didático (1,0); artigo em periódico científico (1,0); re-edição revisada de livro científico (1,0); organização de coletânea científica (0,5). O índice de excelência adotado no triênio será, portanto, a média de 2,0 títulos por docente/ano.

c) A produção discente não deve se limitar a dissertações e teses, sendo também valorizadas publicações, apresentações de trabalho, atividades técnicas e artísticas etc. desde que vinculados às atividades específicas de formação desenvolvidas no programa.

d) produção técnica - critérios a ser gerados pelas comunidades científicas das áreas de comunicação e ciências da informação;

e) produção artística - critérios a ser gerados pelas comunidades científicas das áreas de comunicação e ciências da informação;

VIII - O PARÂMETRO DA INSERÇÃO/DISPERSÃO TEMÁTICA NA ÁREA DO CONHECIMENTO

O julgamento da formação oferecida e do conhecimento produzido pelos programas será feito também à luz da sua **inserção ou do seu distanciamento da área de conhecimento da Comunicação ou da Ciência da Informação**. Por conseqüência, será considerada na avaliação a percepção da **relevância e do impacto sobre a área** do conhecimento de todas as dimensões de atuação (ensino, pesquisa e orientação) e de todos os índices de resultados (teses ou dissertações, publicações) próprios da pós-graduação. Um programa de excelência deve ter contribuição efetiva para a produção de conhecimento no campo da Comunicação Social ou da Ciência da Informação, efetiva capacidade de formar os pesquisadores e os professores de que tanto carece estas disciplinas e inserir a sua produção intelectual, a sua pesquisa, a sua oferta letiva e a sua formação de pesquisadores na área de conhecimento onde estão abrigados.

IX - PONDERAÇÃO

Em termos gerais, julga-se que um programa considerado excelente deverá já ter sedimentado o preenchimento das exigências dos quesitos I, II e IV (respectivamente: Proposta do Programa, Corpo Docente, Atividade de Formação), que são quesitos de

garantia para a obtenção de resultados, sendo recomendável que, no cômputo geral, esses quesitos tenham o peso de 20%. A grande ênfase, por conseguinte, deve recair sobre os quesitos constantes de III, V, VI e VII (respectivamente: Atividade de Pesquisa, Corpo Discente, Teses e Dissertações e Produção Intelectual), já que os itens constantes destes quesitos dizem respeito a resultados efetivamente obtidos, indicadores indiscutíveis da excelência do programa, cabendo, por isso, a esses quesitos um peso de 80% no cômputo da avaliação.

Assim:

I. Proposta do Programa	xx
II. Corpo Docente	10
III. Atividade de Pesquisa	20
IV. Atividade de Formação	10
V. Corpo Discente	15
VI. Teses e Dissertações	20
VII. Produção Intelectual	25

3. 3 – Dos elementos novos nesta avaliação e dos procedimentos adotados

Dois instrumentos foram empregados pela primeira vez nesta avaliação trienal da área: a avaliação qualitativa de teses e dissertações dos Programas e a adoção do sistema Qualis com critério indicador da qualidade da produção intelectual consignada em artigos de periódicos.

3. 3. 1 – Da avaliação qualitativa de teses e dissertações

A avaliação qualitativa de teses e dissertações foi uma proposta discutida e consensualmente aprovada pelos coordenadores de Programas. A escolha dos dois melhores trabalhos do ano ficou a cargo do próprio Programa. Nesta avaliação foram considerados os seguintes aspectos:

I - ASPECTOS CONCEITUAIS

a) Cada PPG apresentou os seus dois melhores trabalhos finais. Assume-se que se possa retirar do exame desse material informações sobre o melhor padrão de trabalho final adotado em cada Programa. A experiência prevista da avaliação solicita que a Comissão de Avaliação determine em que posição se situa o padrão adotado no Programa em face de um padrão (modelar no que se refere ao conjunto básico de expectativas, mas comparativo no que se refere ao grau de atingimento) do sistema nacional de pós-graduação em Comunicação.

b) Uma dissertação de mestrado deve representar um qualificado exercício metodológico de pesquisa científica, refletindo os seus elementos essenciais: capacidade de formular hipóteses e comprová-las, capacidade de formular uma questão de pesquisa, capacidade de dominar conceitualmente fontes materiais (materiais de campo, resultados empíricos, fontes bibliográficas), fundamentação teórica, compreensão e domínio do estado da arte, domínio amadurecido dos procedimentos argumentativos e demonstrativos. De uma dissertação o que há de se requerer é o domínio (compatível com os estudos pós-graduados) dos procedimentos

da pesquisa e uma apresentação consistente do estado da arte em um âmbito de questões da área de conhecimento.

c) Uma tese de doutorado deve representar um avanço no estado da arte em um âmbito de questões da área de conhecimento. Deve supor o domínio do *status questionis* e o manejo mais amadurecido dos procedimentos formais e materiais da pesquisa, o que também é comum ao mestrado, consistindo a sua especificidade em representar um incremento importante nos estoques cognitivos de uma determinada especialidade. Este incremento pode consistir na descoberta material, na invenção conceitual ou na inovação metodológica.

II - ASPECTOS MATERIAIS

a) **Pertinência de campo.** A tese ou dissertação deve se caracterizar de modo evidente como pertencente à área do conhecimento em que se abriga o Programa; ou explicitar com clareza e de modo convincente sua perspectiva de inscrição.

b) **Questões e/ou hipóteses.** A tese ou dissertação deve explicitar as questões fundamentais que orientam a pesquisa, apresentadas de maneira clara e compatível com o nível de estudos pretendido; e/ou formular hipóteses – efetivamente utilizadas, em seguida, como norteadoras da pesquisa.

c) **Fundamentação teórica.** A tese ou dissertação deve demonstrar competência no trabalho conceitual e na elaboração de fundamentação teórica adequada a seu objeto; uso das referências bibliográficas compatível com o grau acadêmico; relação com os autores de referência segundo uma leitura que respeita e desafia as fontes; um reconhecimento amadurecido do estado da arte no que refere ao âmbito teórico de inscrição da questão; e um uso efetivo dessa fundamentação no trabalho de observação e de tratamento de dados.

d) **Procedimentos de pesquisa.** A tese ou dissertação deve demonstrar domínio, compatível com o nível de Doutorado ou Mestrado, dos procedimentos de pesquisa e de demonstração (empíricos, experimentais ou especulativos), usados corretamente e apresentados de maneira adequada – de modo pertinente às questões, às teorias básicas e aos trabalhos de observação e de análise.

e) **Procedimentos argumentativos e redacionais.** A tese ou dissertação deve demonstrar domínio amadurecido dos procedimentos argumentativos e expositivos bem fundados, com clareza conceitual e precisão na formulação das proposições; boa estruturação geral do texto, apresentando um percurso discursivo/argumentativo consistente que se move das questões básicas às demonstrações e conclusões pertinentes.

f) **Incremento/Contribuição.** A tese ou dissertação deve explicitar suas contribuições específicas para a área do conhecimento, proporcionalmente ao nível dos estudos. Este incremento pode em descoberta material, invenção conceitual ou inovação metodológica. Assumindo a boa adequação dos demais componentes, como característica principal de atendimento ao padrão esperado, um resultado superior ao desempenho corresponderia à relevância correlata de incremento nos estoques cognitivos de uma determinada especialidade.

No procedimento de avaliação, a Comissão considerou adequado classificar os trabalhos analisados em três faixas de qualidade: Insuficiente, Regular e Bom.

No período, as subcomissões de área receberam e avaliaram uma amostra de 96 teses e dissertações de Comunicação e 32 da área de Ciência da Informação. O resultado da avaliação das teses e dissertações neste período revelou-se uma das dimensões mais interessantes do processo de avaliação dos Programas. Embora tenha demandado um considerável esforço por parte das comissões, o instrumento se demonstrou capaz de permitir identificar o padrão de orientação e de trabalhos finais adotados por cada Programa. Com isso, foi possível diagnosticar, por comparação com os demais Programas do sistema, tendências positivas e negativas, devidamente apontadas nas Fichas de Avaliação e apresentadas à consideração de cada coordenação.

A avaliação das teses e dissertações não produziu efeito sobre os conceitos atribuídos aos itens e quesitos constantes da Ficha de Avaliação. Tratava-se, neste triênio, de uma experiência de consolidação de mais um instrumento de avaliação qualitativa a ser incluída nos procedimentos gerais da avaliação. O instrumento se provou válido e caberá às áreas, no futuro, decidir sobre a sua adoção definitiva e com efeitos sobre os conceitos. Neste triênio, o resultado desta avaliação apenas retornou para os Programas um olhar comparativo sobre o seu padrão de desempenho no que respeito à orientação de mestres e doutores, para subsidiar políticas internas de qualificação da área neste quesito.

3. 3. 2 – Da avaliação qualitativa da produção intelectual

Pela primeira vez as áreas de Comunicação e Ciência da Informação puderam ter a parte da sua produção intelectual publicada em periódicos considerada e ponderada no interior do sistema Qualis/Capes. Este sistema consiste em avaliar, a partir de circulação, qualidade e importância, o conjunto dos periódicos onde é veiculada a produção da área em artigos científicos. Neste triênio, a área de avaliação trabalhou arduamente para preparar o sistema Qualis a ser empregado na avaliação trienal, de forma que chegou ao final do período com um volume consistente de produções qualificadas, e com um Qualis em condições de ser adotado como critério de ponderação qualitativa de parte da produção intelectual, ao par com o que já se realiza nas restantes áreas de avaliação integrantes do sistema nacional de pós-graduação.

O processo de formação do sistema Qualis da área envolveu pelo menos três sessões anuais de avaliação de periódicos, de modo a constituir uma base confiável e consistente de revistas científicas qualificadas. No início e na base do processo de formação do sistema foram estabelecidos procedimentos de elaboração e aplicação de critérios de avaliação de periódicos.

Ao longo desse processo, chegou-se a um conjunto de critérios preliminares (um conjunto de aspectos formais que deve ser integralmente satisfeito pelos periódicos científicos da área) e outro de critérios materiais (os padrões materiais que estabelecem a faixa mínima e ideal a ser alcançado pelos periódicos). Os critérios preliminares são: a) Registro no ISSN (International Standard Serial Number); b) Explicitação das regras de submissão de originais; c) Conselho Editorial (indicação dos responsáveis pela avaliação dos originais e indicação da comissão editorial); d). Regularidade.

O critérios materiais adotados foram:

I. Qualidade das regras de publicação, em função dos seguintes indicadores: a) prioridade dada ao texto decorrente de pesquisa em face de outros gêneros de texto; b) prioridade dada ao texto inédito; c) prioridade dada à descoberta científica e à invenção metodológica ou conceitual contra o princípio de “escoamento da produção” da instituição;

II. Qualidade do Conselho Editorial, materializada nos seguintes indicadores: a) efetividade da “revisão de pares”, de acordo com regras científicas internacionalmente adotadas; b) composição do conselho editorial de acordo com o nível da circulação do periódico (internacional, nacional e local); c) composição do conselho editorial que ateste maturidade científica e *senioridade* em pesquisa dos seus membros;

III. Distribuição da Autoria, em função dos seguintes indicadores: a) predomínio absoluto de autores de fora da instituição (em periódicos internacionais e nacionais pelo menos 70% dos autores não devem pertencer à instituição editora); b) prioridade de autores com maior maturidade científica.

IV. Qualidade dos trabalhos e impacto sobre o campo científico da Comunicação ou da Ciência da Informação;

V. Circulação efetiva do periódico, com presença de coleções em pelo menos todas as bibliotecas dos programas de pós-graduação da área, em caso de periódicos nacionais.

À luz destes critérios produziu-se a base do sistema Qualis adotado no triênio. Esta base, embora, altamente qualificada, é insuficiente para a avaliação de toda a produção intelectual da área e isto basicamente porque se restringe à publicação em periódicos. Como acontece com o conjunto das Humanidades, as nossas áreas têm uma parte considerável e importante da sua publicação consignada em livros, portanto, não alcançada pelo sistema Qualis. Capítulos em coletâneas e artigos em periódicos têm em nossas áreas importância equivalente, mas o meio da produção intelectual mais amadurecida, mais consistente e com maior e mais duradouro impacto e relevância é o livro científico, monográfico e de referência. Assim, a comissão de área teve que acrescentar à classificação Qualis um princípio de ponderação capaz de dar conta das características e da totalidade da publicação da área. O resultado foi a escala apresentada na tabela abaixo, em que se atribui pesos a cada um dos tipos de publicação em função da sua característica, relevância e âmbito de circulação.

Tipo	L I	LN	IA	IB	IC	NA	NB	NC	Local	C I	C N	Org. N	Org. I
Peso	12	8	7	6	5	4	3	2	1	6	4	2	4

Tabela 5: Matriz de Ponderação da Qualidade da Publicação

Os pesos mais altos foram atribuídos aos livros (L) monográficos de circulação internacional (I) e nacional (N). Depois, foi incluído na tabela de ponderação o sistema Qualis, atribuindo-se ao artigo em periódico de circulação internacional e padrão A (IA) o peso mais elevado, enquanto o peso mais baixo foi atribuído a artigos em periódicos de circulação local, sem distinção de padrão. Ao lado desse segmento se incluiu a ponderação de capítulos em coletâneas internacionais (Org. I) e nacionais (Org. N), além da organização dessas mesmas coletâneas. Com isso, se valorizou o livro e a publicação de circulação e impacto internacional, em periódicos ou capítulos (C) de coletâneas.

Na aplicação da tabela de ponderações foram empregadores “fatores de acréscimo” ou “redutores”, de 1 ponto, para quaisquer dos itens, em razão de circunstâncias e aspectos importantes da publicação, tais como tratar-se de produção interna ao Programa, a característica da seleção editorial por comissões acadêmicas, a reputação pública marcante da obra, o lugar de edição na publicação internacional. Assim, por exemplo, foi aplicado o acréscimo de um ponto para cada capítulo publicado na coletânea anual da Compós, ao tempo em que foi empregado um redutor de um ponto para cada capítulo publicado em coletânea organizada pelo Programa a que pertence o pesquisador. O total de pontos obtidos foi dividido pelo número de docentes do NRD6.

Cabe destacar, por fim, que na aplicação da ponderação qualitativa não foram realizados descartes relativos à inserção da produção na área do conhecimento, mas apenas descartes relativos ao tipo de produção (descontou-se, portanto, produções de natureza não-científica, como resultados de atividades literárias). Naturalmente, as publicações em periódicos não qualificados pelo sistema Qualis não puderam ser consideradas.

4. Documentos específicos de cada uma das áreas

Terminado o processo de avaliação, emerge um quadro bastante revelador do estado da pós-graduação *sensu stricto* nas áreas de Comunicação e Informação, onde se pode divisar de maneira bastante nítida os diferentes estágios de consolidação dos diversos aspectos dos programas, bem como as suas deficiências principais, e de onde se podem retirar indicações das perspectivas das áreas e das políticas que precisariam ser sistematicamente implementadas para a plena consolidação destas. Este quadro foi objeto de uma consideração específica de cada uma das sub-comissões, nos termos em que se verá em seguida.

4.1 – Ciência da Informação

Os sete programas de Ciência da Informação distribuem-se da seguinte maneira: PUC/CAMP, UFBA, UFSC e UNESP (cursos de mestrado, somente) e UFMG, UFRJ/IBICT e UnB (cursos de mestrado e doutorado). Deve-se salientar que, deste conjunto, 3 programas foram recomendados pela CAPES recentemente: UFBA, UFSC e UNESP, os demais mestrados iniciaram na década de 70 e os doutorados na década de 90.

I. DADOS QUANTITATIVOS

Os programas de Ciência da Informação comportam, no final de 2003, um corpo docente de 83 docentes, 64 dos quais compoem o núcleo permanente dos mesmos (ou seja, aquilo que foi até agora denominado o NRD6). Neste sentido é possível perceber um crescimento numérico importante da área, pois no final de 2000 os 5 programas reconhecidos à época contavam 56 docentes, 39 dos quais no núcleo permanente. Assim sendo, no triênio o número de programas subiu de 5 para 7 e o número de docentes permanentes passou de 39 para 64.

No triênio os programas titularam um total de 228 mestres e 43 doutores em Ciência da Informação. Também neste aspecto ocorreu um aumento quantitativo, pois no

triênio anterior os programas formaram 206 mestres e 30 doutores. Na média, 76 mestres e 14 doutores foram formados por ano, entre 2001 e 2003, sendo que no triênio anterior estas médias se situavam entre 68 mestres e 10 doutores por ano.

II. DIAGNÓSTICO DA ÁREA

A área cresceu no triênio, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Embora os programas de Ciência da Informação reajam lentamente às sinalizações, em função de uma certa timidez que os caracteriza, a melhoria é notável, particularmente no que diz respeito a dois aspectos considerados fundamentais pela avaliação: a inserção das pesquisas no campo da Ciência da Informação e a produção bibliográfica resultante deste esforço.

Ao longo do triênio os programas implantaram algumas modificações, ou ajustes, no enunciado de suas áreas de concentração e linhas de pesquisa. O esforço para conferir consistência à organização acadêmica dos programas é palpável, causado pelo abandono de uma prática generalista de construção do conhecimento e pela adoção de um certo consenso segundo o qual esta construção do conhecimento pressupõe uma crescente especialização e verticalização na pesquisa. A partir de sugestões, feitas pelas sucessivas comissões de avaliação e de acompanhamento, acerca da coerência entre projeto de pesquisa do corpo docente e respectiva linha de pesquisa, da adequação da produção intelectual dos docentes nas respectivas linhas, bem como da sua atividade formativa (disciplinas e orientações), muitos esforços foram investidos, gerando um quadro geral muito mais harmonioso do que aquele que podia ser observado no triênio anterior (1998 a 2000). Embora este processo de ajustes nunca possa ser considerado finalizado, e tenha gerado, por momentos e circunstancialmente, desconfortos e controvérsias, o mesmo é inegável e deve ser interpretado como o maior sinal de amadurecimento da área no período. O processo de ajustes, geralmente levando a bons resultados, pode ser entendido tanto como o alcance de um certo estágio de pacificação a respeito do caráter interdisciplinar da área (os programas incorporaram o caráter interdisciplinar de seu objeto e passaram a perseguir uma construção disciplinar do mesmo, conferindo uma maior consistência às suas áreas de concentração e linhas de pesquisa), quanto também uma consciência crescente de que os programas integram o sistema nacional de pós-graduação, redundando em algumas restrições ditadas pelo sistema e em enormes ganhos acadêmico-científicos.

Conseqüência deste amadurecimento científico da área, mas também conseqüência de sucessivas sugestões e recomendações das comissões de avaliação e acompanhamento, que constatavam que o corpo docente dos programas de Ciência da Informação pouco publicava, notou-se no triênio um esforço meritório neste sentido. Contribuíram, neste sentido, três fatores:

a) a organização de várias coletâneas, empreendidas por diferentes programas, e que divulgaram sob forma de capítulos pesquisas e pensamentos até então pouco visíveis. A organização de coletâneas obviamente não pode ser considerada um objetivo “nobre” da produção intelectual de programas de pós-graduação, almejando-se a edição de livros que aprofundem discussões acadêmicas, mas para o estágio em que a área se encontra, estas coletâneas trouxeram um novo alento e uma nova dinâmica na circulação de idéias.

b) a periodicidade bastante regular dos periódicos científicos da área, editados em suporte papel – estes periódicos certamente desempenham um papel fundamental na divulgação do conhecimento gerado pelos programas de pós, notando-se uma

presença cada vez maior de co-autorias entre docentes e discentes, bem como textos de autoria de discentes.

c) A agilidade dos periódicos eletrônicos, que ajudaram a reverter um certo desânimo, sensível até alguns anos atrás, de pesquisadores que se sentiam desestimulados a publicar face ao intervalo de tempo, percebido como muito longo, entre o momento do envio do original e sua publicação.

A associação dos três fatores acima certamente explica um índice maior de publicações no triênio, embora a área ainda publique pouco (face aos parâmetros aprovados pela área de Comunicação/Ciência da Informação) e deva prosseguir neste esforço editorial.

Entretanto, há ainda aspectos a merecer a atenção da área. Ainda se observa, por exemplo, integrantes do corpo docente que não têm envolvimento com a pesquisa, o que é considerado fato grave do ponto de vista da avaliação Capes. O corpo docente permanente de um programa de Pós deve ser constituído de pesquisadores sênior, com forte presença e liderança em projetos de pesquisa. Por conseguinte, é inconcebível que qualquer desses docentes não tenha participação como membro ou responsável por um projeto de pesquisa.

Outro problema observado é o pouco, para não dizer inexistente, intercâmbio de mão dupla, ou seja, intercâmbios em que os docentes das duas instituições conveniadas têm uma participação ativa. Ou seja, os professores de cada uma das instituições têm atividade real de docência, de orientação, etc. na outra instituição.

III. SUGESTÕES PARA O FUTURO

A área vem respondendo positivamente às recomendações, mas ainda o faz de forma tímida. Assim como os programas devem continuar atentos à construção e manutenção de sua consistência interna, os mesmos devem ensejar esforços para aumentar seus corpos docentes (alguns programas se encontram no patamar mínimo) e suas publicações. Em relação à pesquisa, esta ainda merece muita atenção, pois ainda se enuncia de forma excessivamente localizada, no tempo e no espaço, raramente perseguindo objetivos generalizáveis. Embora a percentagem de “estudos de caso” venha diminuindo, a mesma ainda constitui a tônica das dissertações de mestrado e de uma parcela das pesquisas sob responsabilidade do corpo docente. Finalmente, sugere-se que, numa ação conjunta entre as associações de pós-graduação e graduação em Ciência da Informação e os diferentes programas, seja empreendido um esforço especial no sentido da organização de uma biblioteca básica de livros para o ensino de graduação, fruto das pesquisas desenvolvidas na pós-graduação.

Os programas de pós-graduação em Ciência da Informação parecem atestar o final de um ciclo, que grosso modo iniciou com o início da pós-graduação na área no Brasil (anos 70), de formação e titulação dos corpos docentes das IES. Se este objetivo ainda não foi totalmente cumprido, certamente o foi em boa parte, notando-se uma percentagem cada vez maior de egressos que não têm vínculo com os cursos de graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Neste sentido foi formulada a sugestão anterior, de inseminação da graduação através da pesquisa (processo este que é sensível nas IES que mantêm a formação em níveis de graduação e pós-graduação associados, através da atuação do mesmo corpo docente), divulgando a

produção naqueles cursos de graduação que não mantêm vínculo com um programa de pós-graduação. No mesmo sentido, faz-se necessário um amplo estudo dos egressos da pós-graduação, para verificar com maior precisão o acerto da opinião sobre o encerramento de uma primeira grande fase da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil através da análise dos perfis profissionais dos egressos e de sua atuação profissional.

4.1 – Comunicação

4.1. 1 – Diagnóstico do desempenho da área

A área de Comunicação progrediu no triênio em praticamente todos os requisitos da Pós-Graduação. Já se apontou em outra parte deste documento o considerável crescimento do número de Programas, dos cursos de Doutorado e do número de titulados por ano. Além desses aspectos, há evidência de crescimento importante em aspectos fundamentais, como o número de publicações qualificadas, publicação com inserção internacional, participação dos discentes na publicação dos Programas, cooperação e intercâmbio científicos de bom nível.

Além disso, cabe destacar os primeiros resultados das políticas adotadas na área nos últimos anos voltadas para assegurar que a produção científica e as atividades de formação realizadas pelos e nos Programas de Pós-Graduação de Comunicação se destinem de forma decisiva a produzir conhecimento e a preparar pesquisadores e docentes com inserção clara no campo da Comunicação Social. Tais políticas representaram um alto investimento em ajustes e reformulações, a que se dedicaram, sem exceção, todos os Programas da área neste triênio. O resultado está se produzindo na forma de uma virada fundamental, cuja característica mais marcante no período foi a transformação dos Programas em fecundos canteiros de obras. O retorno dos investimentos feitos com alto custo é um foco de área muito maior do que no passado, a formação de grupos e atividades de pesquisas mais centradas na Comunicação e, sobretudo, uma pesquisa muito mais voltada para produzir o conhecimento científico sobre a Comunicação de que a área e o país tanto precisam.

Os quesitos relacionados à configuração e capacitação do corpo docente, às atividades de formação (estrutura e oferta curricular e atividade de orientação) e ao corpo discente (dimensão, orientação e fluxo) mantiveram a tendência positiva registrada nas últimas avaliações e, salvo raras exceções, pode-se dizer que os Programas da área estão consolidados com relação a estes aspectos. A dimensão do corpo docente e do núcleo de professores permanentes é em geral adequada e os problemas que persistem sob este aspecto são claramente localizados. Com a generalização das políticas de orientação voltadas para acompanhar os estudantes desde o seu ingresso no curso, melhoram a qualidade das dissertações, o fluxo de discentes e a vinculação da pesquisa discente àquela docente.

Na avaliação passada se notavam quesitos em que, embora os programas alcançassem normalmente índices muito expressivos, eram consideravelmente prejudicados por problemas de pertinência à área de conhecimento. Tal era o caso de quesitos como produção intelectual e teses e dissertações, atingidos seriamente em alguns Programas pela aplicação do critério de pertinência. Nesses casos, o desempenho dos programas era prejudicado em razão da dispersão temática de parte da sua produção. Este problema diminuiu sensivelmente no triênio e se nota que uma série de medidas foi tomada (algumas que só revelarão eficácia plena na próxima avaliação) para garantir a inserção de área. Com isso, a dispersão temática perde

importância como fator de desqualificação de quesitos importantes da área e ainda atinge volumes relevantes apenas em Programas isolados, mais precisamente naqueles em que os ajustes empreendidos ainda não foram suficientes ou não foram implementados com a velocidade necessária. Por esta razão, a avaliação desses quesitos é claramente superior no triênio em análise em comparação àquele passado.

A atividade de pesquisa manteve-se por muito tempo como o quesito problemático na área de conhecimento. Mesmo aqui, contudo, houve claros progressos, embora os esforços de ajustes devam ainda prosseguir. A designação e descrição dos projetos em geral ganharam em qualidade e clareza, os projetos mesmos são mais qualificados e aumentou consideravelmente o nexo entre os temas e objetos das investigações, a estrutura de pesquisa configurada em áreas de concentração e linhas de pesquisa, e a oferta curricular ou da publicação docente. Tudo isso aponta para uma melhora considerável na cultura de pesquisa da área, resultado da adoção de políticas e de instâncias internas de controle e avaliação da pesquisa. Notam-se, como efeito, o aumento da competitividade da área (em Editais Universais, Pronex, Editais de Cooperação Internacional, etc.), o aumento de grupos de pesquisa produtivos e qualificados e a formação de especialidades mais claras e consistentes no interior dos Programas.

Neste mesmo horizonte, tornou-se praticamente coisa do passado, na área, determinadas práticas ainda muito comuns há poucos anos, como a existência de orientadores que não pesquisavam ou um número excessivo e descontrolado de projetos declarados nos relatórios anuais. Vê-se claramente que a política adotada universalmente na área transformou o corpo docente dos programas, integralmente, em um corpo de pesquisadores, de forma que é felizmente rara hoje em dia a presença de docente sem atividade de pesquisa. Ademais, houve claro controle interno na atividade de pesquisa, tendo como resultado imediato um volume mais coerente de projetos em andamento em cada Programa.

Manteve-se, com reforço, a tendência já apontada na avaliação passada, de os Programas reagirem rapidamente à avaliação e ao acompanhamento realizado pela Capes e empregarem os critérios e princípios adotados para a avaliação na área como elementos orientadores de políticas de qualificação. Verifica-se, antes de tudo, um movimento constante de atualização e melhora em praticamente todos os aspectos dos programas como reação a observações, sugestões ou recomendações apresentadas pelos comitês científicos da área. Políticas adotadas para garantir a pertinência de área, a qualidade da pesquisa e da publicação e ajustes nas estruturas de pesquisa e formação tornaram-se comuns em toda a área. No triênio, surgiram, conseqüentemente, linhas de pesquisas mais consistentes e efetivas, instâncias internas de avaliação das pesquisas, regras e instâncias para credenciamento de orientadores do núcleo docente, ajustes nas estruturas curriculares e várias outras medidas destinadas a qualificar praticamente todos os Programas. O resultado é que, em média, a área neste triênio está mais forte, mais consistente e mais competitiva do que jamais esteve.

4.1. 2 – Recomendações

A área resolveu ou, pelo menos, encaminhou-se de forma apropriada para a resolução de dificuldades que investiam contra os fundamentos de adequadas práticas de ciência e pós-graduação. Tornou-se, deste ponto de vista, mais consistente e mais competitiva. Estabelecidos os fundamentos, precisa, antes de tudo, manter o rumo e as iniciativas de ajustes, para que as práticas se sedimentem numa adequada cultura

científica. Precisar, ademais, avançar agora para patamares ainda mais qualificados, adotando princípios cada vez mais exigentes.

Os requisitos fundamentais para uma pós-graduação consistente foram rapidamente alcançados nos últimos seis anos, com destaque para o último triênio. As exigências de qualidade do sistema, entretanto, precisam colocar patamares sempre mais altos. Neste momento, a meta da área deve ser voltada para alcançar uma configuração do seu desempenho (publicação, teses e dissertações...) e da sua atuação (orientação, ensino e pesquisa) compatível com o melhor padrão internacional da área. Como parte integrante, mas não exclusiva, deste empreendimento deve a área buscar um volume maior de publicação internacional e de intercâmbios internacionais ativos e maduros. A presença da pós-graduação brasileira de Comunicação no cenário internacional mais competitivo está aquém da capacidade instalada no seu sistema de pós-graduação. Certamente, a pós-graduação de Comunicação do Brasil atingiu um patamar médio bastante superior ao da América Latina (em todo o continente há apenas mais três Doutorados em Comunicação, todos com menos de três anos) e de alguns países da Europa. Precisa, entretanto, aproximar-se mais rapidamente dos sistemas centrais da área da Comunicação no mundo, garantindo uma maior inserção da sua publicação nesses sistemas.

Por outro lado, como o melhor padrão internacional não se reduz à inserção internacional da publicação, se bem que a suponha, é preciso qualificar o “dever de casa” no melhor patamar. O aspecto mais importante a merecer a atenção e o cuidado da área no futuro diz respeito à qualidade da publicação. Alguns anos atrás, o volume de publicação docente e discente era uma preocupação da maior parte da área, porque o patamar de dois títulos anos parecia, a tantos, excessivamente exigente. Hoje são raros os casos de orientadores que não superem com folga este limite. Não se deve, a este ponto, encorajar uma política orientada pelo princípio de que em publicação científica “o mais é o melhor”. Melhor é publicar em periódicos e coletâneas de excepcional qualidade ou publicar livros de referência. Publicar não importa onde é uma péssima política científica. Campos científicos fortes só se formam se a publicação for competitiva, em poucos e excelentes veículos que todos lêem e citam. A área de Comunicação tem um excessivo número de periódicos, o que torna parte da produção intelectual publicada em condições de baixa competição (há sempre uma revista onde publicar o meu artigo) e, conseqüentemente, não lida pelos pesquisadores de ponta. Além do mais, ainda recorre ao expediente, felizmente sempre menos empregado, de coletâneas financiadas pelo Programa com o fim de desaguar produção intelectual não competitiva. Com o sistema Qualis implantado e funcionando a qualificação da publicação fica evidente e a área precisa melhorar consideravelmente sob este aspecto. Coletâneas sem rigorosa seleção editorial e periódicos com baixa competitividade (Nacional C e Local A, B e C, por exemplo) precisam ser evitados a todo custo. Deve-se buscar, por outro lado, investir com maior decisão na publicação da literatura científica de referência para a área de Comunicação Social, principalmente em livros monográficos altamente qualificados. Superar esta última barreira de qualidade deve ser uma meta comum da área no próximo triênio.

4.1.3 – Resultado da avaliação

Na avaliação passada, a cinco Programas foi atribuído o conceito 5, a seis foi atribuído o conceito 4, a dois o conceito 3 e a um o conceito 2. Neste triênio, manteve-se o mesmo número de Programas com conceito 5, os Programas de conceito 4 subiram para sete, igual número de Programas ficaram com conceito três. Não houve no triênio tanta mobilidade nas classificações quanto aquela do triênio anterior. Na verdade,

houve apenas três alterações de classe, duas delas em sentido ascendente: a UFPE saiu de 3 para 4, a PUC/RS saiu de 4 para 5 e a UFRGS caiu de 5 para 4. Desta vez, nenhum curso recebeu o conceito dois.

Em geral, os Programas completos com Mestrado e Doutorado tiveram um desempenho melhor na avaliação, o que é natural, por tratar-se de grupos mais consolidados. Com exceção do Programa da USP, que não conseguiu resolver a tempo os seus problemas de estrutura, todos os outros cursos com conceito três são novos Mestrados da área, introduzidos no sistema nos últimos quatro anos. Cinco dos sete cursos a que se atribuiu o conceito 3 foram submetidos pela primeira vez a uma avaliação neste período. No conjunto dos cursos novos, aliás, apenas o Mestrado da UFPE conseguiu rapidamente evoluir atingindo o patamar de um curso Bom. Praticamente todos os cursos 3, entretanto, demonstram que com um pouco mais de tempo de maturação, e mantidas as políticas de qualificação atuais, têm condições de evoluir no ranking da área.

O conjunto dos Programas de conceito 4 da área permaneceu relativamente estável. Isso não quer dizer que não tenham progredido, mas os seus movimentos internos de ajuste, legível nas Fichas de Avaliação, foram acompanhados pelo crescente aumento das exigências do sistema nacional de pós-graduação. A mesma estabilidade pode ser atribuída ao conjunto dos Programas com conceito 5, que atingem o patamar da excelência da área. Quatro dos cinco cursos situados neste patamar (UFBA, UFMG, Unisinos e UFF) tinham sido considerados cursos 5 na avaliação passada. Apenas o curso da UFBA vem sendo colocado neste patamar desde 1997. Os cursos de conceito 5 são notavelmente melhores neste triênio do que o foram no triênio passado em praticamente todos os quesitos sob avaliação. O que confirma o acerto da classificação passada. Em apenas um caso, um Programa considerado 5 na avaliação passada teve uma performance no triênio que o distanciou dos outros cursos 5 e o aproximou do conjunto dos cursos de conceito 4.

5. Cursos 6 e 7.

Novamente neste triênio, sete programas – cinco de Comunicação e dois de Ciência da Informação – foram distinguidos com o conceito 5 e considerados programas de excelência na área de avaliação. Nesse conjunto, apenas dois programas, um de cada área, foram promovidos neste triênio, sendo todos os outros cursos já tinha sido colocados nesta classe na avaliação passada.

Uma vez estabelecidos os cursos 5 e em conformidade com as determinações da Capes, o comitê reexaminou estes programas na perspectiva de promovê-los às classes imediatamente superiores. Os sete programas, todos com cursos de Mestrado e Doutorado, foram avaliados à luz do documento Perfil dos Cursos 6 e 7, aprovado pela área de avaliação. O comitê considerou que nenhum dos cursos 5 da área reúne ainda condições de ascender à classe dos programas 6 e 7, pois, embora atinjam a excelência na maior parte dos quesitos analisados, não possuem ainda aquele diferencial de qualidade e aquela consistência diferenciada em sua performance que autorizariam uma promoção justa e adequada. Na verdade, falta às nossas áreas ainda alguns requisitos fundamentais para que os seus Programas de excelência alcancem um patamar de desempenho compatível com o melhor padrão internacional das áreas de Comunicação ou Ciência da Informação. No caso de alguns programas das duas áreas, a passagem para tais níveis é uma questão de realização de pequenos ajustes e de implementação de certas políticas, devidamente indicadas nas

Fichas de Avaliação e neste Documento de Área, que certamente produzirão, muito brevemente, a consolidação nos patamares adequados para a promoção.

ANEXO V – Documento de Área CAPES: Educação

**DOCUMENTO DE ÁREA**

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

CONSULTORES:

Acácia Zeneida Kuenzer (UFPR)
Alice Ribeiro Casimiro Lopes (UFRJ)
Denise Balarine Cavalheiro Leite (UFRGS)
Elizabeth Fernandes de Macedo (UERJ)
Eurize Caldas Pessanha (FUFMS)
Janete Maria Lins de Azevedo (UFPE)
José Silvério Baia Horta (UFAM)
Marcus Levy Albino Bencostta (UFPR)
Maria Célia Marcondes de Moraes (UFSC) – *Representante de Área*
Maria Isabel da Cunha (UNISINOS)
Maria Manuela Soares David (UFMG)
Maria Rita Neto Sales Oliveira (CEFET/MG)
Marli Eliza Dalmazo Afonso de André (PUC/SP)– *Representante Adjunta*
Nara Maria Guazzelli Bernardes (PUC/RS)
Robert Evan Verhine (UFBA)
Rosa Helena Dias da Silva (UFAM)
Selma Garrido Pimenta (USP)
Valdemar Sguissardi (UNIMEP)

Participaram da avaliação trienal, em 2001 e/ou 2002, Eduardo Adolfo Terrazan (UFSM); Emília da Trindade Prestes (UFPB); Maria Helena Galvão Frem Dias da Silva (UNESP/Araraquara); Luiz Fernandes Dourado (UFG) e Lucídio Bianchetti (UFSC).

Brasília, setembro de 2004

1. DESCRIÇÃO DA SISTEMÁTICA DO TRABALHO DE AVALIAÇÃO

No processo de avaliação dos Programas de Pós-graduação em Educação, referente ao último ano do triênio 2001/2003, foram analisados os 69 Programas da área recomendados pela CAPES até dezembro de 2003, dos quais 28 com cursos de Mestrado e Doutorado. Foram percorridas as seguintes etapas, como se seguem:

a) Abril de 2004: início dos trabalhos de elaboração da qualis/eventos da área de Educação (Cf. documento 7, em anexo). Esta tarefa foi concluída nos meses subseqüentes com o envolvimento de todos os membros da CA-ED.



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

- b) Maio de 2004: elaboração da qualis/periódicos da área de Educação (Cf. documento 6, em anexo).
- c) Maio de 2004: elaboração dos critérios para a recomendação de editoras de livros da área de Educação (Cf. documento 4, em anexo).
- d) Julho de 2004: reunião de consultores da CA-ED, em Brasília, na CAPES, com vistas a discutir e finalizar os últimos ajustes na ficha de avaliação. Nesta ocasião, foram elaborados os pesos para a média ponderada da produção qualificada do NRD6 (Cf. Documento 8, em anexo). Ainda nesta reunião foram definidos os critérios para os Programas com conceito 6 e 7, a partir das indicações da Grande Área de Humanas.
- e) Julho de 2004: distribuição por correio, entre os consultores, dos CD-Roms contendo informações consolidadas do desempenho dos Programas de Pós -graduação *stricto sensu* da área de Educação, no triênio, bem como seus relatórios referentes ao ano base de 2003. Cada consultor foi responsável pela análise e acompanhamento de no mínimo dois e no máximo cinco Programas. Esta distribuição, para ser equitativa, levou em conta o número de docentes e alunos dos Programas.
- f) Julho e agosto de 2004: análise do material recebido e elaboração dos pareceres preliminares. Esta atividade foi realizada individualmente pelos consultores e se fez acompanhar de intensa troca de *e-mails* entre eles e a Representante de Área.
- g) Julho e agosto de 2004: os consultores responsáveis pela avaliação de cursos com possibilidade de serem classificados com o conceito 6 ou 7 informaram o fato à Representante de Área que solicitou aos referidos Programas o envio, à CAPES, dos livros integrais publicados no triênio com características de “livro integral A” (livros nacionais que apresentam discussões teóricas de alta qualidade e/ou leitura inovadora do corpus científico da área), que seriam, posteriormente, apreciados pela CA-ED, na reunião de 9 a 15 de agosto, em Brasília.
- h) Agosto de 2004: reunião da Comissão em Brasília, na FENATEC, UnB, entre os dias 9 e 15. O dia 9 foi dedicado a discutir as orientações gerais e a revisão dos quesitos da ficha de indicadores com os objetivos de conferir e ajustar os procedimentos adotados pelos consultores no processo de análise dos relatórios dos Programas. Tais ajustes demandaram o trabalho, individual ou em pequenos grupos, por todo o dia 10. Os dias 11 e 12 foram dedicados à discussão de cada uma das 69 fichas de avaliação dos Programas pelo conjunto dos consultores. Também no dia 12, os consultores que analisaram os Programas com possibilidade de indicação para os conceitos 6 e 7 discutiram os critérios à luz do documento elaborado em julho, analisaram e selecionaram os livros enviados pelos Programas previamente contatados. O dia 13 foi dedicado ao trabalho, individual ou em pequenos grupos, dos consultores em suas respectivas fichas de avaliação e a discussões acerca da avaliação dos Programas. No fim-de-semana, dias 14 e 15, um grupo menor de consultores



DOCUMENTO DE ÁREA

 Período de Avaliação: 2001/2003

 Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

permaneceu em Brasília para a última revisão e ajustes das fichas de avaliação e sua inserção no sistema de informática da CAPES.

2. CRITÉRIOS GERAIS E QUADRO DA AVALIAÇÃO

2.1 A CA-ED levou em consideração prioritariamente os aspectos qualitativos do material avaliado, com ênfase na produção intelectual, docente e discente, e na consistência e coerência da articulação entre atividades de pesquisa e formação. A ênfase atribuída aos aspectos qualitativos não ocorreu em detrimento dos patamares indispensáveis de quantificação dos dados. Estes contribuíram para a objetividade do julgamento qualitativo. Todavia, indicadores quantitativos não foram considerados apenas por si mesmos, de forma isolada ou independente dos outros fatores e variáveis relevantes, ou como condição necessária e suficiente para a classificação dos Programas (Cf. documentos 2, 3 e 5, em anexo).

2.2 Dos 68 Programas avaliados, quatro foram indicados para o conceito 6 (Cf. próximo sub-item), dezoito para o conceito 5, vinte-e-quatro para o conceito 4, vinte-e-um para o conceito 3 e um para o conceito 2. Em relação à avaliação anterior pode-se estabelecer o seguinte quadro comparativo:

AVALIAÇÃO TRIÊNIO 1998-2000

CONCEITO	PROGRAMAS	%
Conceito 2	01	1,85%
Conceito 3	17	31,48%
Conceito 4	16	29,63%
Conceito 5	17	31,48%
Conceito 6	03	5,56%
TOTAL	54	100%

AVALIAÇÃO TRIÊNIO 2001-2002

CONCEITO	PROGRAMAS	%
Conceito 2	01	1,47%
Conceito 3	21	30,88%
Conceito 4	24	35,30%
Conceito 5	18	26,47%
Conceito 6	04	5,88%
TOTAL	68	100%



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

2.3 Quatro Programas da área de Educação responderam de modo positivo aos critérios de avaliação estabelecidos pela Grande Área de Humanas e pela Área de Educação (Cf. documento 3) para Programas de excelência internacional e foram indicados para o conceito 6. Os Programas se inserem em instituições tradicionais do país, duas estaduais – USP e UERJ – e duas confessionais – PUC/RJ e UNISINOS.

Apesar de suas diferenças, os quatro Programas apresentam perfis de excelência bastante semelhantes: um corpo docente altamente qualificado e com visível presença em atividades acadêmicas no exterior; que exerce posições de liderança acadêmica na área; desfruta de reconhecimento no país e no exterior e contribui de modo substantivo na renovação da produção em Educação. São, portanto, Programas compatíveis com padrões de excelência internacionais. No âmbito nacional, cumprem papel inquestionável na formação de recursos humanos para a área.

Como orientação para sua análise, a CA-ED recorreu aos vários documentos elaborados ao longo do triênio, definidores de critérios e conceitos sobre “área de excelência”, “inserção internacional” e “padrão internacional”, todos já disponibilizados à área de Educação:

- 1) **Documento da Grande Área de Ciências Humanas**, que resume as conclusões de uma reunião realizada em Brasília em 26/6/2002 e define os critérios de excelência da Grande Área de Humanas, cujo perfil se apóia no tripé constituído por formação, corpo docente e pesquisa e produção científica com inserção internacional.
- 2) Documento **Inserção internacional e Padrão Internacional**, aprovado pelo Conselho Técnico e Científico (CTC) da CAPES em reunião de 30/07/2003, o qual definiu conceitos e critérios gerais sobre *inserção internacional* e *padrão internacional*.
- 3) Documento **Relatório da reunião da Grande Área de Humanidades (Áreas de Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Letras e Linguística, e Artes)**, que resume as conclusões do encontro realizado em Florianópolis, SC, em 3 e 4 de abril de 2003. Este texto dá destaque a uma das especificidades das Grandes Áreas de Humanidades, que é a produção de livros e de capítulos de livros, e aponta para a necessidade de as diversas comissões elaborarem classificações dessa produção bibliográfica, que deverá ser complementada pela classificação dos periódicos produzida pela Qualis. São também apresentados nesse texto alguns critérios que especificam o que é excelência nesse tipo de produção científica e artística.
- 4) Adendo ao documento anterior, emitido em reunião realizada em Brasília em 11/05/2004, que especifica os critérios para a **Qualificação de Produção Bibliográfica e Artística de Excelência**, com padrão internacional, justificadora da indicação dos conceitos 6 e 7.
- 5) Documento de **índices para a avaliação trienal de 2004**, produzido pela Grande Área de Ciências Humanas em 22 e 23 de junho de 2004, que propõe que os Programas

**DOCUMENTO DE ÁREA**

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

recomendados aos conceitos 6 e 7 sejam avaliados segundo o grupo de indicadores abaixo:

1. Publicações.
2. Inserção internacional coletiva do programa.
3. Inserção internacional individual dos docentes do NRD6.

Este último documento detalhou, também, os seguintes indicadores como representativos de inserção e padrão internacional dos Programas:

Publicações

- artigo em periódico internacional
- capítulo de livro estrangeiro
- livros integrais de livro de nível A*
- livros integrais publicados no estrangeiro
- trabalhos completos em anais de evento internacional
- organização de coletânea no exterior

* Os livros integrais de nível A serão classificados segundo os critérios de avaliação estabelecidos por cada área.

Inserção internacional coletiva do programa.

- a) Promoção de eventos científicos internacionais.
- b) Intercâmbios e convênios internacionais ativos, promovendo a circulação de professores e alunos no triênio.
- c) Envio regular de alunos de doutorado em estágio sanduíche em instituições estrangeiras.
- d) Presença regular de alunos estrangeiros no programa.
- e) Presença de professores estrangeiros no programa (palestras, bancas, cursos, atividades de pesquisa pós-doutoral).
- f) Participação de alunos em eventos internacionais (apresentação de trabalhos, organização de grupos e atividades similares) e produção discente internacional.

Inserção internacional individual dos docentes do NRD6.

- a) Apresentação de trabalhos em evento científico no exterior.
- b) Participação qualificada em eventos científicos internacionais (conferências, mesas redondas, organização de grupos de trabalho).

**DOCUMENTO DE ÁREA**

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

- c) Participação em comissões/consultorias e conselhos editoriais/comitês de avaliação científica internacional.
- d) Premiação e honrarias internacionais.
- e) Captação de financiamento e dotações internacionais.
- f) Realização de estágios e pesquisas no exterior com equipes estrangeiras.
- g) Realização de estágio pós-doutoral com apoio de agências de fomento.
- h) Organização de simpósios/congressos internacionais.
- i) Realização de cursos, palestras, seminários e participação em bancas no exterior.

O documento da Grande Área propôs, ainda, que a recomendação aos conceitos 6 e 7 se apoiasse na combinação dos grupos de indicadores 1, 2 e 3 acima, segundo a seguinte fórmula:

$$\text{Conceito} = (X * 2) + Y + Z$$

Determinou, ademais, que cada área especificasse, em relatório a ser enviado ao CTC, os procedimentos que adotou para operacionalizar a fórmula acima. A CA-ED especifica tais procedimentos em documento anexo (Cf. Documento 3).

5 TENDÊNCIAS OBSERVADAS NO ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – TRIÊNIO 2001-2003

Observa-se, de modo geral, que no triênio avaliado (2001-2003) os dados enviados pelos Programas de Pós-Graduação em Educação confirmaram a tendência de consolidação da área, já assinalada pela CA-ED em momentos anteriores. O nível de publicações qualificadas manteve-se elevado, no período, indicando a intensidade da produção e divulgação de conhecimento, em meios impressos e digitais, referentes às pesquisas desenvolvidas. Cabe destacar que a área conta com vários Programas de elevada qualidade dentro de padrões de excelência nacionais e internacionais. Não obstante tais tendências positivas, a CA-ED salienta alguns aspectos a serem considerados pelos Programas:

4.1 Publicações

A CA-ED constatou, na avaliação referente ao triênio, importantes avanços na quantidade das publicações de bom nível acadêmico. Reitera-se, porém, que a produção pode ser aprimorada, em termos de qualidade, inclusive nos Programas considerados de excelência. Como assinalado anteriormente nos documentos de área de 2001 e 2002, “apesar de em boa



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

parte dos Programas os índices de publicações alcancarem patamares adequados, essa exigência de natureza quantitativa nem sempre foi cumprida resguardando-se o aspecto qualitativo. Recomenda-se atenção para que a quantidade de produtos individuais e a produção coletiva preservem o necessário avanço na construção de uma produção consolidada e orgânica acerca dos objetos de investigação, o que, aliás, constitui um dos fatores definidores da natureza dos Programas de pós-graduação *stricto sensu*". Registre-se que a produção intelectual qualificada tende a ser o grande diferenciador entre os Programas nas próximas avaliações.

4.2 Co-autorias

Tem crescido o número de co-autorias entre o corpo docente e discente. Esta é, sem dúvida, uma tendência inequivocamente saudável e com boas repercussões para a área. Neste sentido, deve ser incentivada com a crescente participação do corpo discente nos projetos de pesquisa dos orientadores. Entretanto, foram notados alguns exageros, particularmente quando se trata de trabalhos completos em eventos, que não permitem que se possa aferir o que é resultado de investigação específica de docente, de discentes ou de efetiva co-autoria.

4.3 Estrutura dos Programas

Como em 2001 e 2002, a CA-ED distinguiu, nas informações colhidas nos relatórios, uma diversidade de "desenhos" que se configuram para além (ou em substituição) das áreas de concentração, e mesmo de linhas de pesquisa. Nessas circunstâncias foram encontrados "eixos temáticos", "núcleos", "campos de confluência", "grupos"... nem sempre claramente explicitados no que tange à organicidade das propostas.

4.4 Linhas, projetos e produtos

A CA-ED observou, pela análise dos relatórios do triênio, a tendência de constituição de linhas de pesquisa extremamente abrangentes. Tal abrangência facilita a inclusão de projetos de pesquisa das mais variadas temáticas, mas, de forma alguma, assegura a organicidade da proposta. A questão se agrava ao se perceber que muitas vezes as temáticas de teses e, sobretudo, dissertações, guardam pouca ou nenhuma relação com os projetos e mesmo com as linhas.

Nota-se a necessidade de uma maior vinculação, em alguns Programas, dos estudantes com os projetos de pesquisa. Deve-se procurar inserir todos os discentes que se encontram em fase de pesquisa nos projetos de seus respectivos orientadores os quais, por sua vez, devem estar vinculados às linhas de pesquisa do Programa.



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

4.5 NRDs

Registre-se com preocupação o significativo número de docentes pertencentes ao NRD6 ou a outro NRD em mais de um Programa, inclusive de outras IES. Este fato, de modo geral, ocasiona número excessivo de orientações e poucos resultados nas pesquisas e publicações dos referidos docentes.

Recentemente, o CTC/CAPES definiu novas normas para o corpo docente a serem seguidas na próxima avaliação trienal. Independentemente da flexibilização introduzida, a área de Educação mantém, em princípio, a convicção de que os docentes permanentes do Programa devem compor o núcleo articulador do conjunto das atividades fundamentais dos cursos *stricto sensu*, serem responsáveis pelas disciplinas básicas e específicas constitutivas da estrutura curricular, pelas orientações, pesquisa e produção acadêmica, ou seja, pela definição e consolidação da proposta do Programa, das linhas e dos projetos de pesquisa (Cf. Documento 2, quesito corpo docente).

4.6 Preenchimento do COLETA CAPES

Ainda persistem problemas no que se refere ao preenchimento do COLETA CAPES. A Comissão reitera aos Programas que:

a) devem constar no Caderno “Programa” do COLETA CAPES, pelo menos as seguintes informações:

- a proposta do Programa com destaque para os seus objetivos, a estrutura curricular (mencionar as disciplinas obrigatórias, quando houver), a sua inserção regional e/ou nacional, sua política e diretrizes quanto aos intercâmbios com outras IES no Brasil e/ou no exterior, normas para credenciamento e credenciamento de professores para mestrado e doutorado, para aceite de visitantes, pesquisadores associados e outros; atividades acadêmicas desenvolvidas para além do previsto na estrutura curricular como, por exemplo, a promoção de seminários, cursos, palestras, conferências e outras atividades similares.
- a descrição da(s) área(s) de concentração e das linhas de pesquisa – ou a organização pela qual o Programa optou – com demonstração inequívoca da organicidade, coerência e consistência da proposta;
- as normas regulamentares para a seleção, incluindo os critérios para a definição de oferta de vagas e periodicidade da seleção;
- unidades de crédito (e correspondentes número de horas-aula) necessárias para completar os cursos de mestrado e doutorado, quando for o caso, e sua distribuição;
- explicações acerca de eventuais alterações no corpo docente do Programa;



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

- descrição da infra-estrutura.

b) No COLETA CAPES de ve-se, ainda,

- assegurar informações completas acerca da composição de bancas examinadoras, registrando o nome completo dos componentes e de suas instituições de origem, evitando as abreviações. Da mesma forma, registrar o ISBN, no caso dos livros e anais de eventos; o ISSN, no de periódicos; o número de páginas dos artigos e *papers*. Mesmo quando se trata de publicações eletrônicas o registro do número de páginas do trabalho é uma exigência da avaliação (pode-se registrar “1” como a primeira página e “número total de páginas” como a última).

- explicitar as participações de discentes em projetos de pesquisa dos docentes: eventos; co-autoria; financiamento de pesquisas;

- incluir a bibliografia das disciplinas, inclusive das disciplinas do tipo seminários ou tópicos especiais;

- cuidar no registro de projetos de pesquisa, incluindo todos os detalhes e explicitando os tipos de financiamento; conferir se as ementas esclarecem suficientemente o objeto, a metodologia e a proposta teórica da pesquisa;

- explicar as razões e os objetivos de modificações eventualmente introduzidas no período;

- não incluir na produção bibliográfica livros ou artigos que ainda estão no prelo. Há espaço no “Caderno Programa” para esta indicação.

- assegurar a precisão das informações e a coerência entre elas nos diferentes Cadernos. Particularmente no tocante às informações apresentadas no Caderno “Programa”, que nem sempre coincidem com as apresentadas nos demais.

5. RECOMENDAÇÕES

5.1 A CA-ED faz as seguintes recomendações à Área:

- elevar os padrões de qualidade alcançados pelos Programas avaliados como de excelência, particularmente no que tange à sua inserção internacional, bem como encetar esforços para uma elevação continuada de qualidade de todos os Programas da área.

- constituir e manter um forte núcleo de docentes – o núcleo que garante a sustentação e fornece a direção e o sentido ao Programa por meio da assunção das responsabilidades



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

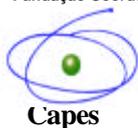
Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

fundamentais em relação às atividades de pesquisa, docência e orientação – evitando a dependência, ainda que parcial, de docentes que não preencham essas condições.

- incentivar um maior intercâmbio e debate entre os pesquisadores da área no Brasil, mediante o estímulo de atividades conjuntas entre grupos que se ocupam da investigação de sub-temáticas semelhantes, refletindo seu amadurecimento e consolidação, o que contribuirá para o crescimento qualitativo da produção acadêmica.
- estabelecer políticas de intercâmbio de teses e dissertações, para inclusão no acervo das respectivas bibliotecas, fomentando assim não apenas o conhecimento, mas também a qualificação constante da pesquisa em Educação no Brasil.
- Finalmente, a CA-ED lembra aos Programas que ainda não o fizeram, um cuidadoso preenchimento do COLETA CAPES, de forma a não haver insuficiência, incoerências e/ou inconsistência de dados. Considerando a extrema importância do COLETA para o processo avaliativo, recomenda-se atenção especial neste sentido, uma vez que seu inadequado preenchimento poderá acarretar prejuízos na avaliação.

5.2 A CA-ED sugere à CAPES:

- continuar incentivando a assinatura de periódicos on-line específicos da área de Educação e demais áreas de Humanas;
- repensar a periodicidade das avaliações. Não houve tempo suficiente para que os Programas pudessem aproveitar, em seus relatórios de 2003, as sugestões decorrentes da avaliação dos relatórios de 2002.
- alargar as faixas de classificação dos Programas. Embora formalmente os Programas possam ser distribuídos em sete faixas – conceitos 1 a 7 – as faixas 6 e 7 restringem-se à inserção internacional e, portanto, pertencem a uma outra escala de avaliação; do mesmo modo, os conceitos 1 e 2, por se situarem em uma área que retira os Programas do sistema CAPES, pertencem a uma escala diferente de avaliação, utilizável somente em caráter excepcional. Disto resulta que a grande maioria dos Programas deve ser classificada entre os conceitos 3 e 5, o que limita as possibilidades avaliativas, dificultando uma hierarquia mais nítida entre os mesmos, um dos principais objetivos da avaliação. Nessas circunstâncias, a CA-ED tem consciência de que classificou sob um mesmo conceito Programas de qualidade diferenciada.
- revisar a ficha de avaliação. Os vários quesitos já não permitem diferenciações. Note-se que a função pedagógica da avaliação levou os Programas da área de Educação a um nível de qualidade para cuja avaliação muitos dos parâmetros atuais perderam a relevância que apresentavam em momentos anteriores. O congelamento de tais parâmetros pode levar a um estado indesejável de acomodação e de nivelamento de Programas desiguais.



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

- fomentar grupos de estudo, de cada área, para repensar as fichas de avaliação e a organização de um seminário – ou vários – para a avaliação crítica do processo avaliativo do triênio.
- Finalmente, possibilitar visitas aos Programas avaliados com os conceitos 3 e 4, de modo que, ao longo do triênio, todos recebam orientação *in loco*.

Brasília, setembro de 2004.



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

CRITÉRIOS GERAIS

1) DEFINIÇÃO DOS PROGRAMAS, DE ACORDO COM OS CONCEITOS DE 1 A 5:

1) Os Programas de nível 1 ou 2 não reúnem as condições necessárias de pesquisa e produção científica para conferir graus de mestrado ou doutorado em Educação; em graus diferenciados, não apresentam estrutura curricular coerente com a proposta do Programa, não oferecem formação adequada em pesquisa, a produção docente e discente é insatisfatória e a maioria de dissertações e teses de qualidade insuficiente;

3) O Programa de nível 3 satisfaz cumulativamente as seguintes condições: possui a maioria de docentes no NRD6, bem qualificados ou em processo de qualificação; área de concentração e linhas de pesquisa bem estabelecidas, com projetos adequadamente a elas vinculados, e produção docente regular, em termos de qualidade e periodicidade. O Programa deve demonstrar perspectivas de progresso e capacidade de investimento, visando ascender a níveis mais altos.

4) O Programa de nível 4 deve apresentar todas as características de um Programa nível 3 e, além delas, estar claramente consolidado. Tal consolidação se evidencia nos seguintes aspectos: a maioria do NRD6 deve ser responsável pelas atividades de orientação, ensino e pesquisa e o Programa deve apresentar produção docente e discente de boa qualidade.

5) O Programa de nível 5 é considerado de excelência na área. Apresenta corpo docente muito bem qualificado, as atividades de orientação, ensino e pesquisa a cargo da maioria do NRD 6, tradição acadêmica, produção docente e discente de qualidade, sendo um Programa fortemente consolidado e demonstrando boas perspectivas para o futuro.

2) DEFINIÇÃO DOS PROGRAMAS, DE ACORDO COM OS CONCEITOS DE 6 e 7:

Os Programas classificados como 6 e 7 serão submetidos a um segundo crivo que levará em conta sua inserção e padrão internacionais, tal como definido no documento da área de Educação, "Critérios para a indicação de Programas aos conceitos 6 e 7 - avaliação trienal (2001-2003)", em anexo.



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

3) DIRETRIZES DA AVALIAÇÃO – FICHA DE AVALIAÇÃO (EM ANEXO)

QUESITO I - PROPOSTA DO PROGRAMA

Leva-se em consideração a organicidade entre área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa, publicações de docentes, estrutura curricular, dissertações e teses dos Programas de modo que: (a) a(s) área(s) de concentração delimite(m) de maneira clara o objeto de especialidade da produção do conhecimento e da formação realizada no Programa e por ele oferecida; (b) as linhas de pesquisa configurem a restrição temática representada pela capacidade docente instalada no Programa naquele momento; (c) os projetos de pesquisa e a estrutura curricular estejam fortemente articulados às linhas de pesquisa e à área de concentração; (d) a produção intelectual docente e discente, as teses e dissertações expressem e concretizem os projetos e linhas de pesquisa como seu produto. Leva-se também em consideração: a existência de instalações adequadas nas quais seja claramente demonstrada a existência de salas de aula, de secretaria e as destinadas a atividades de seminários; biblioteca com acervo mínimo de livros e de periódicos atualizados e afins às linhas de pesquisa; capacidade de informática atualizada, com rede intra e interinstitucional. Em caso de pesquisas experimentais, espera-se que estejam assegurados laboratórios específicos às linhas de pesquisa.

QUESITO II - CORPO DOCENTE

Considera-se o NRD6 como núcleo de referência docente para a avaliação. Compreende-se que os docentes do NRD6 compõem o núcleo articulador do conjunto das atividades fundamentais dos cursos *stricto sensu*. São eles os responsáveis pelas disciplinas básicas e específicas constitutivas da estrutura curricular, pelas orientações, pesquisa e produção acadêmica, ou seja, pela definição e consolidação da proposta do Programa, das linhas e dos projetos de pesquisa. Espera-se que a maior parte dos docentes do NRD6 tenha este vínculo em apenas um Programa, sendo este da mesma instituição. Espera-se que 75% do corpo docente possua titulação especificamente educacional, bem como coerência entre esta formação e a estrutura geral do programa.

QUESITO III - ATIVIDADES DE PESQUISA

As atividades de pesquisa são consideradas eixo básico e definidor de Programas *stricto sensu*. As linhas de pesquisa representam a especificidade de produção de conhecimento dentro de uma área de concentração e são sustentadas, fundamentalmente, por docentes/



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

pesquisadores do NRD6. Infere-se daí que as linhas de pesquisa não representam um agregado desconexo e apenas remotamente articulado de temas sob uma denominação genérica. Ao contrário, as linhas de pesquisa, além de expressar um recorte específico e bem delimitado dentro da(s) área(s) de concentração e serem em proporção adequada à dimensão do NRD6, devem: (a) agregar, garantindo uma distribuição equilibrada entre os docentes, os projetos de pesquisa do Programa; (b) assegurar a articulação de suas ementas e as temáticas de projetos e teses e dissertações; (c) garantir proporção adequada entre o número de projetos de pesquisa e a dimensão do corpo docente. Leva-se em conta que: (a) todos os docentes do NRD6 devem ser responsáveis ou estar inseridos em projetos de pesquisa; (b) cada docente do NRD6 deve estar inserido em projetos de pesquisa até o máximo de 03 (três), podendo ser responsável por no máximo 02 (dois); (c) 75% dos docentes do NRD6 devem ser responsáveis por projetos de pesquisa; (d) deve haver significativa participação do corpo discente nos projetos.

QUESITO IV - ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Leva-se em consideração a existência de: (a) estrutura curricular adequada, com oferta de um leque de disciplinas de formação teórica e metodológica compatíveis com o perfil do Programa, tal como por ele definido, e suas linhas de pesquisa, com bibliografia consistente e atualizada; (b) equilíbrio na distribuição da carga horária docente entre atividades de ensino, pesquisa e orientação; (c) uma relação entre orientando/orientador que permita um acompanhamento adequado das teses e dissertações.

QUESITO V - CORPO DISCENTE

Considera-se necessário o equilíbrio entre a dimensão do corpo discente e a dimensão do NRD6. A relação entre entradas e saídas deve indicar um fluxo sem represamento e as saídas devem ser, em sua grande maioria, por defesa. Espera-se que o corpo discente apresente produção bibliográfica como resultado da sua participação nas atividades do Programa.

QUESITO VI - TESES E DISSERTAÇÕES

Teses de doutorado e dissertações de mestrado devem ser resultantes de produção de conhecimento na área, gerando, preferencialmente, artigos de pesquisa publicáveis em periódicos da área. As bancas examinadoras devem contar com participação externa. Espera-se que teses e dissertações estejam articuladas às linhas e projetos de pesquisa, o que deve ser evidenciado nos títulos, resumos e palavras-chave. Os resumos devem



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

apresentar de maneira clara os objetivos, o quadro teórico-metodológico utilizado e os resultados encontrados.

QUESITO VII - PRODUÇÃO INTELECTUAL

Considera-se que a produção intelectual deve expressar as atividades de pesquisa do NRD6, sobretudo no que se refere a publicações, como se segue: artigos em periódicos de ampla circulação na área e áreas afins – em particular os incluídos na *qualis-CAPES* da área –, livros, capítulos de livro (em editoras de circulação nacional) e trabalhos completos em Anais dos principais eventos da área e áreas afins. Considera-se, ademais, a distribuição equilibrada da produção intelectual entre os docentes do Programa. A quantidade de produtos individuais e a produção coletiva devem preservar o aspecto qualitativo, isto é, o necessário avanço na construção de uma produção consolidada e orgânica acerca dos objetos de investigação. No caso de co-autorias, particularmente em trabalhos completos em anais, deve-se cuidar para que se possa aferir o que é resultado de investigação específica de docente, de discentes ou de efetiva co-autoria.

4) CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão de Avaliação da Área de Educação leva em consideração prioritariamente os aspectos qualitativos do material a ser avaliado, com ênfase na qualidade das dissertações e teses, da produção intelectual, docente e discente, e na consistência e coerência da articulação entre atividades de pesquisa e formação. A ênfase atribuída aos aspectos qualitativos não ocorre em detrimento dos patamares indispensáveis de quantificação dos dados, com vistas a fortalecer a objetividade do julgamento. Todavia, indicadores quantitativos não serão considerados apenas por si mesmos, independentemente de outros fatores e variáveis relevantes, como condição necessária e suficiente para classificação e promoção dos Programas.



DOCUMENTO DE ÁREA

 Período de Avaliação: 2001/2003

 Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

CRITÉRIOS PARA A INDICAÇÃO DE PROGRAMAS AOS CONCEITOS 6 E 7.

A Área de Educação, reunida no período de 05 a 07 de julho de 2004, em Brasília, estabeleceu os seguintes critérios para a recomendação de programas aos conceitos 6 e 7, tendo em vista as recomendações dos Documentos da Grande Área de Humanas, particularmente o elaborado em Brasília, em 22 e 23 de junho de 2004. Foram utilizados três grupos de indicadores de inserção internacional para a recomendação a esses conceitos¹:

4. Publicações.
5. Indicadores de participação internacional do programa.
6. Indicadores de participação internacional dos docentes do NRD6.

1. Publicações

Serão consideradas publicações em periódicos qualis/internacionais, livros de nível A (livros nacionais que apresentem discussões teóricas de alta qualidade e/ou forneçam leitura inovadora do corpus científico da área)², livros e capítulos de livros publicados no exterior e outras publicações equivalentes, produzidas por docentes do NRD6, alunos e egressos, conforme o seguinte quadro:

QUADRO 1. EQUIVALÊNCIA PARA A UNIDADE DE PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL*

TIPO DE PUBLICAÇÃO	Peso
artigo internacional	2,0
capítulo de livro estrangeiro	1,25
livros integrais de nível A	2,25
livros integrais no estrangeiro	2,5
trabalhos completos em anais de evento internacional	1,0
organização de coletânea no exterior	1,25

* Total publicação x peso / total de docentes do NRD6

2. Indicadores de participação internacional do programa.

Foram avaliados os seguintes quesitos:

¹ Os critérios gerais foram estabelecidos pela Grande Área de Humanas. Os detalhes foram elaborados pela Comissão de Avaliação da Área de Educação.

² A CA-ED solicitou, com antecedência, aos Programas que após a avaliação poderiam ser indicados para o conceito 6 ou 7, o envio dos livros de nível A, à CAPES, para análise e seleção ao longo do processo avaliativo (9 a 15 de agosto de 2004).

**DOCUMENTO DE ÁREA**

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

- g) Promoção de eventos científicos internacionais.
- h) Intercâmbios e convênios internacionais ativos, promovendo a circulação de professores e alunos no triênio.
- i) Envio regular de alunos de doutorado em estágio sanduíche em instituições estrangeiras.
- j) Presença regular de alunos estrangeiros no programa.
- k) Presença de professores estrangeiros no programa (palestras, bancas, cursos, atividades de pesquisa pós-doutoral).
- l) Participação de alunos em eventos internacionais (apresentação de trabalhos, organização de grupos e atividades similares) e produção discente internacional.

3. Indicadores de participação internacional dos docentes do NRD6.

Foi computado como participação internacional do docente do NRD6 o atendimento de pelo menos um dos quesitos abaixo:

- j) Apresentação de trabalhos em evento científico no exterior.
- k) Participação qualificada em eventos científicos internacionais (conferências, mesas redondas, organização de grupos de trabalho).
- l) Participação em comissões/consultorias e conselhos editoriais/comitês de avaliação científica internacional.
- m) Premiação e honrarias internacionais.
- n) Captação de financiamento e dotações internacionais.
- o) Realização de estágios e pesquisas no exterior com equipes estrangeiras.
- p) Realização de estágio pós-doutoral com apoio de agências de fomento.
- q) Organização de simpósios/congressos internacionais.
- r) Realização de cursos, palestras, seminários e participação em bancas no exterior.

4. Operacionalização dos indicadores

A recomendação aos conceitos 6 e 7 deu-se pela combinação dos grupos de indicadores 1, 2 e 3 acima, segundo a seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação} = (X * 2) + Y + Z$$

X = variável publicações

Y = variável participação internacional do programa

Z = variável participação internacional dos docentes do NRD6

Para o cálculo do número de docentes no NRD6 será utilizada a média do triênio.

1. Na fórmula acima, para programas com média variando de 1,5 a 1,99, a variável **X** assumirá o valor 2;
2. Para programas com média igual ou superior a dois, a variável **X** assumirá o valor 3;



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

3. Programas aptos à recomendação para conceito 6 ou 7 serão, ainda, avaliados segundo quesitos adicionais de participação internacional, listados no grupo 2 acima.
 - a. Para programas que satisfaçam a pelo menos três e no máximo quatro quesitos, a variável **Y** assumirá o valor 2;
 - b. Para programas que satisfaçam a cinco quesitos ou mais, a variável **Y** assumirá o valor 3.

4. Finalmente, a fórmula contempla quesitos adicionais de participação internacional dos docentes do NRD6, listados no grupo 3 acima, como se segue:
 - a. Para programas em que 40% a 59% dos membros tenham participação internacional, a variável **Z** assumirá o valor 1;
 - b. Para programas em que 60% a 79% dos membros tenham participação internacional, a variável **Z** assumirá o valor 2;
 - c. Para programas em que 80% dos membros tenham participação internacional, a variável **Z** assumirá o valor 3.

5. O conceito 6 será recomendado para programas que atinjam pelo menos a pontuação mínima em cada um dos três grupos de indicadores e pontuação total máxima de 9;

6. O conceito 7 será recomendado para programas que atinjam pontuação total igual ou superior a 10.



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

ORIENTAÇÕES PARA INDICAÇÃO DE EDITORAS DE LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVRO – CURSOS COM CONCEITO DE 1 A 5.

Para a avaliação de livros e capítulos de livro para os cursos com conceito de 1 a 5, a Comissão de Avaliação da Área de Educação considerou três grupos de editoras, como se seguem:

GRUPO A

- a) Editoras comerciais, que asseguram boa distribuição dos livros pelo país e publicam regularmente obras da área de Educação;
- b) Editoras de universidades de grande porte ou que publicam regularmente obras da área de Educação;
- c) Editoras de entidades nacionais e internacionais reconhecidas pela área;
- d) Editoras estrangeiras reconhecidas pela Área.

GRUPO B

- a) Editoras comerciais, que asseguram boa distribuição dos livros pelo país e não publicam regularmente obras da área de Educação;
- b) Editoras de universidades de médio e pequeno porte ou que não publicam regularmente obras da área de Educação;

GRUPO C

- a) Editoras que publicam predominantemente livros didáticos ou para-didáticos;
- b) Outras editoras de instituições de ensino superior não universitárias;
- c) Outras editoras comerciais.

Obs.

Livros subvencionados pelos autores não serão considerados na avaliação.



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

FICHA DE AVALIAÇÃO – INDICADORES

QUESITO I - PROPOSTA DO PROGRAMA

ITENS	AValiação
1. COERÊNCIA E CONSISTÊNCIA DA PROPOSTA DO PROGRAMA	Qualitativo
2. ADEQUAÇÃO E ABRANGÊNCIA DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO EM RELAÇÃO À PROPOSTA DO PROGRAMA	Qualitativo
3. ADEQUAÇÃO E ABRANGÊNCIA DAS LINHAS DE PESQUISA EM RELAÇÃO À PROPOSTA DO PROGRAMA	Qualitativo
4. PROPORÇÃO DE DOCENTES, PESQUISADORES, DISCENTES AUTORES E OUTROS PARTICIPANTES	Qualitativo
5. INFRAESTRUTURA QUE ATENDA AS NECESSIDADES DO PROGRAMA	Qualitativo

AValiação: ADEQUADO OU INADEQUADO

QUESITO II - CORPO DOCENTE

ITEM 1. COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE: VÍNCULO INSTITUCIONAL E DEDICAÇÃO

INDICADORES	PESO	CRITÉRIO
NRD4/TOTAL	50	Tabela 1
NRD3/TOTAL	50	Tabela 1

No caso de NRD6 em até dois programas da mesma instituição, só será levada em consideração a produção em um dos Programas.

ITEM 2. DIMENSÃO DO NRD6 RELATIVAMENTE AO CORPO DOCENTE. ATUAÇÃO DO NRD6 NO PROGRAMA

INDICADORES	PESO	CRITÉRIO
NRD6/TOTAL	30	Tabela 1
DOCÊNCIA NA PG – DOCENTES NRD6 QUE LECIONARAM NA PG/TOTAL DO NRD6	20	Tabela 1
ATUAÇÃO NA GRADUAÇÃO	10	Qualitativo
ORIENTAÇÃO NA PG – DOCENTES NRD6 QUE ORIENTARAM NA PG/TOTAL DO NRD6	20	Tabela 1
PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS – DOCENTES NRD6 ENVOLVIDOS EM PROJETOS DE PESQUISA/TOTAL DO NRD6	20	Tabela 3

OBS.: Leva-se em conta a dimensão do Programa no indicador docência e casos especiais, tais como suspensão de ingresso, em relação à orientação.



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

ITEM 3. ABRANGÊNCIA E ESPECIALIZAÇÃO DO NRD6 RELATIVAMENTE ÀS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA. QUALIFICAÇÃO DO NRD6

INDICADORES	PESO	CRITÉRIO
PORCENTAGEM DE DOCENTES COM DOUTORADO	Se Def., o item fica com a qualificação D. Se não, valem os pesos abaixo	Abaixo de 100% = D
DOUTORES EM EDUCAÇÃO DO NRD6/TOTAL DO NRD6	40	Tabela 4
VINCULAÇÃO DOS DOCENTES TITULADOS EM EDUCAÇÃO ÀS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA DO PROGRAMA.	30	Qualitativo
VINCULAÇÃO DOS DOCENTES NÃO TITULADOS EM EDUCAÇÃO ÀS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA DO PROGRAMA.	30	Qualitativo

OBS: quanto aos dois últimos itens, leva-se em conta, especialmente, a produção do docente no triênio.

ITEM 4. INTERCÂMBIO OU RENOVAÇÃO DO CORPO DOCENTE. PARTICIPAÇÃO DE OUTROS DOCENTES

INDICADORES	PESO	CRITÉRIO
ATIVIDADES DE INTERCÂMBIO	40	Qualitativo
PARTICIPAÇÃO DE DOCENTES E PESQUISADORES NÃO PERTECENTES AO QUADRO PERMANENTE DO PROGRAMA (NRD6)	30	Qualitativo
RELAÇÃO NOVOS DOUTORES/TOTAL DE DOCENTES (*) (*) NOVO DOUTORES = TITULAÇÃO ATÉ 5 ANOS	30	Qualitativo

ITEM 5. PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES CIENTÍFICAS, DE CONSULTORIA, DE AVALIAÇÃO

INDICADORES	PESO	CRITÉRIO
PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES NACIONAIS DE AVALIAÇÃO	25	Qualitativo
PARTICIPAÇÃO EM DIRETORIAS DE ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	25	Qualitativo
PARTICIPAÇÃO EM DIRETORIAS, COMITÊS, COMISSÕES OU CONSULTORIAS AD HOC EM AGÊNCIAS DE FOMENTO DE ÂMBITO NACIONAL OU ESTADUAL	25	Qualitativo
PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES CIENTÍFICAS DE EVENTOS DE CARÁTER INTERNACIONAL, NACIONAL OU ESTADUAL	25	Qualitativo

OBS.: o item 5 só será levado em conta no momento da definição dos programas 5

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DO QUESITO CORPO DOCENTE

ITENS	PESOS
1.COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO DO CORPO DOCENTE: VÍNCULO	20



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

INSTITUCIONAL E DEDICAÇÃO	
2.DIMENSÃO DO NRD6 RELATIVAMENTE AO CORPO DOCENTE. ATUAÇÃO DO NRD6 NO PROGRAMA	30
3.ABRANGÊNCIA, ESPECIALIZAÇÃO DO NRD6 RELATIVAMENTE ÀS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA. QUALIFICAÇÃO DO NRD6	30
4.INTERCÂMBIO OU RENOVAÇÃO DO CORPO DOCENTE. PARTICIPAÇÃO DE OUTROS DOCENTES	20
5.PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES CIENTÍFICAS, DE CONSULTORIA, DE AVALIAÇÃO	---
COMISSÃO	100

QUESITO III - ATIVIDADES DE PESQUISA

ITEM 1. ADEQUAÇÃO E ABRANGÊNCIA DOS PROJETOS E LINHAS DE PESQUISA EM RELAÇÃO ÀS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO (Quadros Atividades de Pesquisa e Corpo Docente)

INDICADORES	CRITÉRIO
RELAÇÃO ENTRE TEMÁTICAS DE LP E A PROPOSTA DO PROGRAMA	Qualitativo

ITEM 2. VÍNCULO ENTRE LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA

INDICADORES	CRITÉRIO
RELAÇÃO ENTRE TEMÁTICA DAS LINHAS E TEMÁTICA DOS PROJETOS	Qualitativo

OBS.:(1) verifica-se a coerência e os vínculos entre projetos e linhas de pesquisa. (2) Considera-se a possível presença de projetos isolados (se apontam para algo novo ou se desestabilizam a proposta do programa).

ITEM 3. ADEQUAÇÃO DA QUANTIDADE DE LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA EM ANDAMENTO EM RELAÇÃO À DIMENSÃO [QUANTIDADE] E À QUALIFICAÇÃO DO NRD6

INDICADORES	PESO	CRITÉRIO
PORCENTAGEM DE DOCENTES NRD6 EM PROJETOS DE PESQUISA	40	Abaixo de 100% = D
AVALIAÇÃO DA QUANTIDADE DE PROJETOS: CADA DOCENTE DO NRD6 DEVE INSERIR-SE EM, NO MÁXIMO, 3 PROJETOS, PODENDO SER RESPONSÁVEL POR, NO MÁXIMO, DOIS PROJETOS	20	Qualitativo
RELAÇÃO ENTRE A QUALIFICAÇÃO DO NRD6 E OS RESPECTIVOS PROJETOS DE PESQUISA	20	Qualitativo
PORCENTAGEM DE DOCENTES NRD6 RESPONSÁVEL POR PROJETO DE PESQUISA	20	Tabela 4

ITEM 4. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NOS PROJETOS DE PESQUISA



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

INDICADORES	PESO	CRITÉRIO
PORCENTAGEM DE PROJETOS DE PESQUISA COM PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO	20	Tabela 6
PORCENTAGEM DE PROJETOS DE PESQUISA COM PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS DE MESTRADO	40	Tabela 2
PORCENTAGEM DE PROJETOS DE PESQUISA COM PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS DE DOUTORADO	40	Tabela 4

ITEM 5. RELAÇÃO ENTRE PROJETOS CONCLUÍDOS E SEUS PRODUTOS

INDICADORES	PESO	CRITÉRIO
RELAÇÃO ENTRE PROJETOS CONCLUÍDOS E SEUS PRODUTOS (ARTIGOS, LIVROS, CAPÍTULOS DE LIVRO E TRABALHOS COMPLETOS) SOBRE TOTAL DE PROJETOS CONCLUÍDOS.	50	Qualitativo
RELAÇÃO ENTRE PROJETOS CONCLUÍDOS E SEUS RELATÓRIOS	50	Tabela 3

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DO QUESITO ATIVIDADES DE PESQUISA

ITENS	PESOS
1.ADEQUAÇÃO E ABRANGÊNCIA DOS PROJETOS E LINHAS DE PESQUISA EM RELAÇÃO ÀS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO	20
2.VÍNCULO ENTRE LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA	20
3.ADEQUAÇÃO DA QUANTIDADE DE LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA EM ANDAMENTO EM RELAÇÃO À DIMENSÃO E À QUALIFICAÇÃO DO NRD6	25
4.PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NOS PROJETOS DE PESQUISA	15
5.RELAÇÃO ENTRE PROJETOS CONCLUÍDOS E SEUS PRODUTOS	20
COMISSÃO	100

QUESITO IV - ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

ITEM 1. ADEQUAÇÃO E ABRANGÊNCIA DA ESTRUTURA CURRICULAR RELATIVAMENTE À PROPOSTA DO PROGRAMA E ÀS SUAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO. ADEQUAÇÃO E ABRANGÊNCIA DAS DISCIPLINAS MINISTRADAS EM RELAÇÃO ÀS LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA

**DOCUMENTO DE ÁREA**

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

INDICADORES	CRITÉRIO
ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA CURRICULAR E DAS DISCIPLINAS MINISTRADAS À PROPOSTA DO PROGRAMA E LINHAS DE PESQUISA	Qualitativo

ITEM 2. DISTRIBUIÇÃO DA CARGA LETIVA E CARGA HORÁRIA MÉDIA. PARTICIPAÇÃO DE OUTROS DOCENTES

INDICADORES	CRITÉRIO
DISCIPLINAS DE RESPONSABILIDADE DO NRD6/TOTAL DE DISCIPLINAS OFERECIDAS	Tabela 1

ITEM 3. QUANTIDADE DE ORIENTADORES DO NRD6 RELATIVAMENTE À DIMENSÃO DO CORPO DOCENTE. DISTRIBUIÇÃO DA ORIENTAÇÃO ENTRE OS DOCENTES E NÚMERO MÉDIO DE ORIENTANDOS POR DOCENTE

INDICADORES	PESO	CRITÉRIO
NÚMERO DE ORIENTANDOS DO NRD6/TOTAL DE ORIENTANDOS	40	Tabela 1
NÚMERO DE ORIENTADORES COM ATÉ 8 ORIENTANDOS/TOTAL DE ORIENTADORES	30	Tabela 3
DISTRIBUIÇÃO DE ORIENTANDOS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR DOCENTE DO NRD6	30	Qualitativo

ITEM 4. ATIVIDADES LETIVAS E DE ORIENTAÇÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

INDICADORES	PESO	CRITÉRIO
DOCENTES QUE LECIONAM NA GRADUAÇÃO/TOTAL DE DOCENTES DO PROGRAMA	50	Tabela 4
DOCENTES QUE ORIENTAM NA GRADUAÇÃO/TOTAL DE DOCENTES DO PROGRAMA	50	Tabela 2

ITEM 5. OUTRAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS PROMOVIDAS PELO PROGRAMA

INDICADORES	CRITÉRIO
REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS, CICLOS DE ESTUDOS E EQUIVALENTES E SUA ADEQUAÇÃO À PROPOSTA DO PROGRAMA	Qualitativo

OBS.: Considera-se o significado para o Programa, bem como alcance e repercussão na área.**SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DO QUESITO ATIVIDADES DE FORMAÇÃO**

ITENS	PESOS
1.ADEQUAÇÃO E ABRANGÊNCIA DA ESTRUTURA CURRICULAR	30

**DOCUMENTO DE ÁREA**

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

RELATIVAMENTE À PROPOSTA DO PROGRAMA E ÀS SUAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO. ADEQUAÇÃO E ABRANGÊNCIA DAS DISCIPLINAS MINISTRADAS EM RELAÇÃO ÀS LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA	
2.DISTRIBUIÇÃO DA CARGA LETIVA E CARGA HORÁRIA MÉDIA. PARTICIPAÇÃO DE OUTROS DOCENTES	20
3.QUANTIDADE DE ORIENTADORES DO NRD6 RELATIVAMENTE À DIMENSÃO DO CORPO DOCENTE. DISTRIBUIÇÃO DA ORIENTAÇÃO ENTRE OS DOCENTES E NÚMERO MÉDIO DE ORIENTANDOS POR DOCENTE	20
4.ATIVIDADES LETIVAS E DE ORIENTAÇÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	15
5.OUTRAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS PROMOVIDAS PELO PROGRAMA	15
COMISSÃO	100

QUESITO V - CORPO DISCENTE**ITEM 1. DIMENSÃO DO CORPO DISCENTE EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO NRD6**

INDICADORES	PROGRAMA	CRITÉRIO
CORPO DISCENTE/ NRD6		MB ≤ 12 B = 13 - 15 R = 16 - 18 F = 19 - 20 D > 20

ITEM 2. NÚMERO DE ORIENTANDOS EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO CORPO DISCENTE

INDICADORES	PROGRAMA	CRITÉRIO
NÚMERO ORIENTANDOS/DIMENSÃO DO CORPO DISCENTE		B PARA TODOS

ITEM 3. NÚMERO DE TITULADOS E PROPORÇÃO DE DESISTÊNCIAS E ABANDONOS EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO CORPO DISCENTE



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

INDICADORES	PROGRAMA	PESO	CRITÉRIO
NÚMERO DE TITULADOS/TOTAL DE SAÍDAS		50	Tabela 9
MESTRADO: TOTAL DE TITULADOS NO TRIÊNIO/TOTAL DE MATRÍCULAS NO ANO DE 2001 (INÍCIO DO ANO-BASE + NOVOS) DOUTORADO: TOTAL DE TITULADOS NO TRIÊNIO/TOTAL DE MATRÍCULAS NO INÍCIO DE 2001 (NÃO INCLUIR NOVOS)		50	<= 90=MB 89-80=B 79-70=R 69-60=F >60=D

OBS.:(1) considera-se as informações complementares, tanto no que se refere à existência de abandonos, desligamentos e reingressos, quanto no que se refere à suspensão de ingressos (total de saídas/total de discentes). (2) Atenta-se para o total de saídas/total de entradas.

ITEM 4. NÚMERO DE DISCENTES-AUTORES NA PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO CORPO DISCENTE

INDICADORES	CRITÉRIO
NÚMERO DE DISCENTES-AUTORES/TOTAL DE DISCENTES	Tabela 6

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DO QUESITO CORPO DISCENTE

ITENS	PESOS
1.DIMENSÃO DO CORPO DISCENTE EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO NRD6	30
2.NÚMERO DE ORIENTANDOS EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO CORPO DISCENTE	5
3.NÚMERO DE TITULADOS E PROPORÇÃO DE DESISTÊNCIAS E ABANDONOS EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO CORPO DISCENTE	40
4.NÚMERO DE DISCENTES-AUTORES NA PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO CORPO DISCENTE	25
COMISSÃO	100



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

QUESITO VI - TESES E DISSERTAÇÕES

ITEM 1. VÍNCULO DAS TESES E DISSERTAÇÕES COM ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E COM LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA; ADEQUAÇÃO AO NÍVEL DOS CURSOS

INDICADORES	CRITÉRIO
RELAÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES COM ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO(AC), LINHAS DE PESQUISA(LP) E PROJETOS DE PESQUISA(PP)	Qualitativo

OBS.: considera-se a proposta do programa e os resumos das dissertações.

ITEM 2. TEMPO MÉDIO DE TITULAÇÃO DE BOLSISTAS; TEMPO MÉDIO DE BOLSA. RELAÇÃO ENTRE OS TEMPOS MÉDIOS DE TITULAÇÃO DE BOLSISTAS E DE NÃO BOLSISTAS

INDICADORES	PROGRAMA	PESO	CRITÉRIO
TEMPO MÉDIO DE TITULAÇÃO DE MESTRADO		50	MB<=30MESES B = 31 - 36 R = 37 - 42 F = 43 - 48 D > 48
TEMPO MÉDIO DE TITULAÇÃO DE DOUTORADO		50	MB<=48MESES B = 49 - 57 R = 58 - 63 F = 64 - 69 D > 69

ITEM 3. NÚMERO DE TITULADOS EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO NRD6. PARTICIPAÇÃO DE OUTROS DOCENTES

INDICADORES	PESO	CRITÉRIO
NÚMERO DE TITULADOS/TOTAL DE DOCENTES	30	MB>=1 B= 0,8-0,99 R= 0,6-0,79 F= 0,4-0,59 D< 0,4
PORCENTAGEM DE TITULADOS ORIENTADOS POR DOCENTE DO NRD6 EM	70	MB>=80



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

RELAÇÃO AO TOTAL DE TITULADOS		B = 60 - 79 R = 40 - 59 F = 20 - 39 D < 20
-------------------------------	--	---

ITEM 4. QUALIFICAÇÃO DAS BANCAS EXAMINADORAS. PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS EXTERNOS

INDICADORES	PESO	CRITÉRIO
PORCENTAGEM DE DOUTORES OU NOTÓRIO SABER	Se Deficiente, o item fica com qualificação Deficiente. Se não, valem os pesos abaixo	MENOS DE 100% = D
PORCENTAGEM DE MEMBROS EXTERNOS – MESTRADO	50	MB ≥ 33 B = 25 - 32 R = 20 - 24 F < 20
PORCENTAGEM DE MEMBROS EXTERNOS – DOUTORADO	50	MB ≥ 40 B = 20 - 39 D < 20

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DO QUESITO TESES E DISSERTAÇÕES

ITENS	PESOS
1. VÍNCULO DAS TESES E DISSERTAÇÕES COM ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E COM LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA; ADEQUAÇÃO AO NÍVEL DOS CURSOS	35
2. TEMPO MÉDIO DE TITULAÇÃO DE BOLSISTAS; TEMPO MÉDIO DE BOLSAS. RELAÇÃO ENTRE OS TEMPOS MÉDIOS DE TITULAÇÃO DE	35



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

BOLSISTAS E DE NÃO BOLSISTAS	
3. NÚMERO DE TITULADOS EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO NRD6. PARTICIPAÇÃO DE OUTROS DOCENTES	20
4. QUALIFICAÇÃO DAS BANCAS EXAMINADORAS. PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS EXTERNOS	10
COMISSÃO	100

QUESITO VII - PRODUÇÃO INTELECTUAL

ITEM 1. ADEQUAÇÃO DOS TIPOS DE PRODUÇÃO À PROPOSTA DO PROGRAMA E VÍNCULO COM AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO, LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA OU TESES E DISSERTAÇÕES

INDICADORES	CRITÉRIOS
VÍNCULO DA PRODUÇÃO REGISTRADA COM A ESPECIFICIDADE DA PROPOSTA DO PROGRAMA (área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa)	Qualitativo

ITEM 2. QUALIDADE DOS VEÍCULOS OU MEIOS DE DIVULGAÇÃO

INDICADORES	PESO	CRITÉRIO
MÉDIA PONDERADA DA PRODUÇÃO QUALIFICADA DE DOCENTES DO NRD6	80	Doc. em anexo
ENDOGENIA VERSUS EXOGENIA	20	Qualita

ITEM 3. QUANTIDADE E REGULARIDADE EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO NRD6; DISTRIBUIÇÃO DA AUTORIA ENTRE OS DOCENTES

INDICADORES	PROGRAMA	PESO	CRITÉRIOS
MÉDIA DA PRODUÇÃO QUALIFICADA DOCENTE (ARTIGOS EM PERIÓDICOS Qualis/Capes/periódicos, LIVROS, CAPÍT. LIVROS – editoras de circulação nacional ou internacional -, TRABALHOS COMPLETOS EM ANAIS de eventos classificados na qualis/CAPES/eventos.)		40	Mb >= 2 B = 1,5 - 1,9 R = 1,0 - 1,4 F = 0,5 - 0,9 D < 0,5
PORCENTAGEM DE DOCENTES DO NRD6 COM PRODUÇÃO QUALIFICADA (ARTIGOS EM PERIÓDICOS Qualis/Capes/periódicos, LIVROS, CAPÍT. LIVROS – editoras de circulação nacional ou internacional -, TRABALHOS COMPLETOS EM ANAIS de eventos classificados na qualis/CAPES/eventos.)		60	Tabela 4

ITEM 4. AUTORIA E CO-AUTORIA DE DISCENTES

**DOCUMENTO DE ÁREA**

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

INDICADORES	CRITÉRIO
TOTAL PRODUÇÃO BIBLIOGR. E TÉCNICA DOS DISCENTES/TOTAL DE DISCENTES	MB >= 1 B = 0,7-0,99 R = 0,4-0,69 F = 0,2-0,39 D < 0,2

ITEM 5. QUANTIDADE DA PRODUÇÃO TÉCNICA DE DOCENTES

INDICADORES	CRITÉRIO
PRODUÇÃO TÉCNICA DE DOCENTES POR TOTAL DE DOCENTES (Considera-se os itens serviços técnicos, apresentação de trabalho, desenvolvimento de material didático e instrucional, desenvolvimento de aplicativo, editoria, organização de evento, programa de rádio e TV e relatórios de pesquisa)	MB >= 6 B = 4 - 5,9 R = 2 - 3,9 F = 1 - 1,9 D < 1

OBS.:(1) leva-se em conta a distribuição entre os docentes. (2) Leva-se em conta, também, os cursos de curta duração realizados no exterior.

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DO QUESITO PRODUÇÃO INTELECTUAL

ITENS	PESOS
1.ADEQUAÇÃO DOS TIPOS DE PRODUÇÃO À PROPOSTA DO PROGRAMA E VÍNCULO COM AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO, LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA OU TESES E DISSERTAÇÕES	25
2.QUALIDADE DOS VEÍCULOS OU MEIOS DE DIVULGAÇÃO	25
3.QUANTIDADE E REGULARIDADE EM RELAÇÃO À DIMENSÃO DO NRD6; DISTRIBUIÇÃO DA AUTORIA ENTRE OS DOCENTES	25
4.AUTORIA E CO-AUTORIA DE DISCENTES	10
5.QUANTIDADE DA PRODUÇÃO TÉCNICA DE DOCENTES	15
COMISSÃO	100

TABELAS

TABELA 1	TABELA 2	TABELA 3	TABELA 4	TABELA 5	TABELA 6	TABELA 7	TABELA 8
----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

$\geq 90 = MB$	$> 60 = MB$	$100\% = MB$	$\geq 75 = MB$	$< 5 = R$	$\geq 50 = MB$	$0 - R$	$\geq 2 = MB$
$75-89 = B$	$51-60 = B$	$90-99 = B$	$65-74 = B$	$5-14 = B$	$40-49 = B$	$1 - B$	$1,5-1,99 = B$
$60-74 = R$	$41-50 = R$	$80-89 = R$	$55-64 = R$	$15-29 = MB$	$30-39 = R$	$2 - MB$	$1,2-1,49 = R$
$50-59 = F$	$30-40 = F$	$70-79 = F$	$45-54 = F$	$30-39 = B$	$20-29 = F$	$3 - B$	$0,9-1,19 = F$
$< 50 = D$	$< 30 = D$	$< 70 = D$	$< 45 = D$	$40-49 = R$	$< 20 = D$	$4 - R$	$< 0,9 = D$
				$50-60 = F$		$5 - F$	
				$> 60 = D$		$6 - D$	

TABELA 9

MB ≥ 90

B = 70 – 89

R = 50 – 69

F = 30 – 49

D < 30

ESCALA FINAL PARA O CÁLCULO DOS CONCEITOS DOS ITENS, A PARTIR DOS SUB-ITENS

ABAIXO DE 1,75 = D

ENTRE 1,80-2,55 = F

ENTRE 2,60-3,35 = R

ENTRE 3,40-4,20 = B

ENTRE 4,25-5,0 = MB

ESCALA FINAL PARA OBTENÇÃO DO CONCEITO FINAL DE CADA QUESITO

ENTRE 1,00 a 1,79 = D

ENTRE 1,80 a 2,69 = F

ENTRE 2,70 a 3,69 = R

ENTRE 3,70 a 4,49 = B

ENTRE 4,50 a 5,00 = MB

**DOCUMENTO DE ÁREA**

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

RELATÓRIO – QUALIS PERIÓDICOS .**RELATÓRIO****Comitê:**

Maria Célia Marcondes de Moraes (UFSC - Representante da Área)
Marli André (PUC/SP – Representante Adjunta)
Elizabeth Macedo (UERJ)
Alice R. C. Lopes (UFRJ)

QUALIS – DEFINIÇÃO GERAL DA CAPES

A Qualis é o processo de classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos. Tal processo foi concebido pela Capes para atender a necessidades específicas do *sistema de avaliação* e baseia-se nas informações fornecidas pelos Programas mediante a Coleta de Dados. Esta classificação é feita ou coordenada pelo representante de cada área e passa por processo anual de atualização. Os veículos de divulgação citados pelos programas de pós-graduação são enquadradas em categorias indicativas da qualidade (A, B, ou C) e do âmbito de circulação dos mesmos – local, nacional ou internacional. As combinações dessas categorias compõem nove alternativas indicativas da importância do veículo utilizado, e, por inferência, do próprio trabalho divulgado. No entanto, não se pretende, com essa classificação, que é específica para um processo de avaliação **de área**, definir qualidade de periódicos de forma absoluta.

1 QUALIS/PERIÓDICOS E REVISTAS/ÁREA DE EDUCAÇÃO

1.1 Após o recebimento da lista de periódicos fornecida pela CAPES, com base nas informações dos Programas da área de Educação contidas no COLETA, o Comitê reuniu-se no Rio de Janeiro, em 3 e 4 de maio de 2004, por ocasião da realização da ANPEd-Sudeste, e dedicou sua agenda ao aprofundamento das discussões desenvolvidas em anos anteriores acerca dos critérios a serem estabelecidos na elaboração da Qualis/periódicos/2003. Manteve-se, como ponto de referência, a definição de “Periódicos de nível A”, definida no documento “CAPES – Reunião da Grande Área de Humanidades (Áreas de Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Letras e Linguística, e Artes)”, de 4 de abril de 2003, como segue: “periódicos que veiculem pesquisa original, contribuição teórica original, inovação tecnológica, ou proposição metodológica original, publicado em periódico brasileiro ou estrangeiro”



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

Tomou-se, como ponto de partida, o entendimento de que periódicos qualificados neste nível devem alcançar, resguardados seus níveis de circulação, os padrões de excelência esperados pela área. Com isto em vista, definiu-se, para fins de classificação, os demais níveis.

O Comitê definiu, também, indicações gerais para a classificação de editoras de livros e capítulos de livro.

1.2 No período de 3 a 11 de maio de 2004, o Comitê iniciou intenso trabalho de pesquisa, seleção e classificação dos periódicos da área, comunicando-se por e-mail e preparando a reunião que se realizaria em Brasília entre 12 e 14 de maio do mesmo ano. Foram os seguintes os procedimentos adotados:

- a) Dos mais de 1500 títulos elencados na lista de periódicos fornecida pela CAPES foram excluídos:
 - (a) os títulos repetidos (muitas vezes o mesmo periódico é apresentado em mais de uma forma) e
 - (b) os títulos que não se referem a periódicos (atas, anais, jornais, etc.).O resultado da pesquisa levou à classificação de 607 periódicos, dos quais 79 Nacional A; 84 Nacional B; 146 Nacional C; 26 Local A; 41 Local B; 71 Local C; 46 Internacional A; 53 Internacional B; 61 Internacional C.
- b) Foram verificados os ISSN dos periódicos indicados (um bom número estava incorreto, outros não existiam) e pesquisados os não informados. A pesquisa foi realizada na página do ISSN. Os periódicos que não possuíam ISSN nessa página foram pesquisados no Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) do IBICT.
- c) Realizou-se o cruzamento com as Qualis de outras áreas para verificação das publicações classificadas.
- d) Consultou-se a lista de periódicos classificados pela ANPEd.
- e) Consultou-se o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) do IBICT, o Portal da CAPES, o SciELO, as bibliotecas disponíveis na internet (especialmente USP e UNICAMP), o ERIC, o JCR (no caso de periódicos em língua inglesa) e outras bases de dados.

1.3 Reunião do Comitê Qualis/Periódicos em Brasília, entre 12 e 14 de maio, oportunidade em que efetivou novos cruzamentos com as Qualis de outras áreas (também recém concluídos) os quais resultaram em ajustes na classificação anteriormente realizada. A lista final referente ao triênio foi entregue ao setor de informática da CAPES para que fosse integralizado ao sistema a tempo de ser incluído nos cadernos de avaliação. Verificou-se, em seguida, que o sistema não havia registrado corretamente os conceitos de alguns periódicos e deixado outros de fora. Foi feita, então, a correção da lista a qual foi entregue à CAPES, distribuída à Comissão de Avaliação e à Área.

1.2 CRITÉRIOS GERAIS

1.2.1 Acolheu-se a classificação de periódicos e revistas da área de Educação efetivada pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) (Cf. www.anped.org.br/qualis2003anexo), em 2003-2004³.

³ Integraram a Comissão Nuclear de Avaliação da ANPEd os seguintes consultores: Iria Brzezinski (UCG e Secretária Geral da ANPEd), Elza Garrido (USP e Vice-Presidente da ANPEd), Walter Garcia (Instituto Paulo Freire), Alice Ribeiro Casemiro Lopes (UFRJ), Circe Maria Dynnikov (UFES), Elizabeth Macedo (UERJ), Margot Madeira (UCP). Compuseram a Comissão Ampliada os seguintes consultores ad hoc: Janete Maria Lins de Azevedo (UFPE), Júlio Romero Ferreira (UNIMEP), Luis Fernandes Dourado (UFG), Manoel Francisco Vasconcelos Motta (UFMT), Marta Maria Araújo (UFRN) e Reinaldo Mathias Fleuri (UFSC). A Secretaria Executiva dos trabalhos ficou a cargo de Daniele Graziolli (ANPEd) e Karla Kellem de Lima (UCG). Sinteticamente, foram os seguintes os passos do processo de avaliação, tendo em vista que o relatório final está em fase de elaboração. A Comissão Nuclear – Etapa 2003 – iniciou seus trabalhos em uma reunião



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

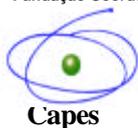
1.2.2 Conforme referido, a partir de pesquisas na Internet, em bases de dados e consultas a bibliotecas foram classificados periódicos brasileiros e estrangeiros da área de Educação na categoria Internacional. Considerou-se os seguintes critérios:

- a) periódicos Internacional A: indexação internacional, diversidade institucional e geográfica internacional da autoria, do corpo editorial e do corpo de pareceristas, circulação internacional com assinaturas e permutas; atendimento às exigências de normas e padronização.
- b) periódicos Internacional B: indexação internacional, diversidade institucional e geográfica internacional da autoria e do corpo editorial, circulação internacional com assinaturas e permutas; atendimento às exigências de normas e padronização.
- c) periódicos Internacional C: indexação internacional, diversidade institucional e geográfica internacional da autoria e do corpo editorial restrita, circulação restrita internacional com assinaturas e permutas; atendimento às exigências de normas e padronização.

1.2.3 Também referendados em de pesquisas na Internet, em bases de dados e consultas a bibliotecas foram classificados periódicos brasileiros da área de Educação categoria Nacional (não incluídos nas qualis/ANPEd). Considerou-se os seguintes critérios

- a) periódicos Nacional A: indexação nacional, diversidade institucional e geográfica nacional da autoria, do corpo editorial e do corpo de pareceristas, assinaturas e permutas; atendimento às exigências de normas e padronização.
- b) periódicos Nacional B: indexação nacional, diversidade institucional e geográfica nacional da autoria e do corpo editorial, assinaturas e permutas; atendimento às exigências de normas e padronização.
- c) periódicos Nacional C: os demais periódicos com circulação nacional por meio de assinaturas e permutas e que atenderam as exigências de normas e padronização.

realizada na sede da ANPEd, no Rio de Janeiro, em 28.10.2002, na qual contou com a colaboração dos professores Osmar Fávero (UFF), Maria Célia M. Moraes (Representante da área de Educação na Capes) e José Silvério Bahia Horta (UFF), devido sua larga e competente experiência no assunto. Desde então as atividades da Comissão Nuclear passaram a ser desenvolvidas continuamente, reunindo-se em diversas ocasiões e mantendo contato permanente com editores e interessados para recebimento das revistas/periódicos a serem avaliados. Com a participação dos consultores *ad hoc* supra citados a Comissão Ampliada procedeu a análise dos periódicos no período de 24 a 27.08.2003. Para subsidiar a avaliação da relevância e do impacto dos periódicos de maior qualidade, classificados como Nacional A, foi realizada uma consulta aos Especialistas da Área, durante os meses de setembro e outubro de 2003.



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

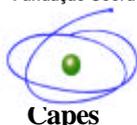
Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

1.2.4 Foram classificados periódicos em nível Local A, B e C, os periódicos com circulação restrita que atendem às exigências de normas e padronização.

1.2.5 Para os periódicos da Grande Área de Humanas, acolheu-se a classificação das áreas de origem do periódico, conforme acordo estabelecido pelos representantes de área. No caso de outras áreas, o princípio foi o mesmo, ainda que com ligeiras variações.

1.2.6 Periódicos brasileiros, não contemplados nos itens acima, foram classificados por sua presença em indexadores nacionais ou internacionais e bibliotecas;

1.2.7 Além desses periódicos, foram classificadas 06 revistas de divulgação.



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

RELATÓRIO – QUALIS EVENTOS

O Comitê “Qualis Eventos”, composto por Eurize Pessanha, Maria Célia Marcondes, Marli André, Nara Bernardes e Selma Garrido Pimenta, reuniu-se na Faculdade de Educação da USP, nos dias 22 e 23 de abril de 2004, com a finalidade de iniciar a elaboração da Qualis/Eventos da área de Educação.

A partir da lista fornecida pela CAPES, de mais de quatro mil eventos registrados pelos Programas no Coleta CAPES de 2001 e 2002, a comissão procedeu, inicialmente, à exclusão das repetições. Para completar os dados sobre os eventos, procedeu a consultas:

- a) em bases de dados: internet, bibliotecas, especialmente a da FEUSP;
- b) junto aos coordenadores de GTs da ANPED (consulta realizada em 2002);
- c) junto a pesquisadores das várias áreas e sub-áreas da educação.

A comissão adotou os seguintes critérios para classificar os eventos elencados:

- a) Periodicidade: quanto a este aspecto foram classificados os eventos que apresentam regularidade, a partir de sua 3ª edição, à exceção dos eventos promovidos por associações científicas, que foram incluídos desde sua 1ª edição.
- b) Publicação de anais (impresso ou digital) com trabalhos completos.
- c) Existência de comitê científico.
- d) Relevância para a área da Educação.
- e) Participação de pesquisadores de expressão nacional ou internacional.
- f) Público alvo.

A partir desses critérios, iniciou-se a classificação dos eventos em Nacional A, B, C e Local, trabalho que teve continuidade nos meses subsequentes com a participação de todos os demais membros da CA-ED. Neste processo, foram incluídos os dados de 2003.

Na reunião final da avaliação trienal, de 9 a 15 de agosto de 2004, tendo em vista a importância dos eventos estrangeiros elencados pela área e levando-se em conta a dificuldade dos pesquisadores em conseguir apoio das agências de fomento para a viagem, ou recursos necessários para despesas no exterior, a CA-ED considerou como internacionais todos os eventos estrangeiros que exigiram e publicaram trabalhos completos, em meio impresso ou digital, e lhes atribuiu o mesmo peso dos eventos classificados como Nacional A.



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

LISTA DE EVENTOS CLASSIFICADOS

NACIONAL

Nome Evento	Classificação
ANPAE - Simpósio Brasileiro de Política e Administração de Educação	Nacional A
ANPEd – Reunião Anual	Nacional A
ANPEd-SUDESTE – Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste	Nacional B
ANPEd-CENTRO-OESTE – Encontro de Pesquisa em Educação do Centro-Oeste	Nacional B
ANPEd-NORTE/NORDESTE – Encontro de Pesquisa da Região Norte/Nordeste	Nacional B
ANPEd-SUL - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul	Nacional B
Colóquio Internacional Paulo Freire	Nacional B
Conferência Internacional de Alfabetização de Adultos	Nacional B
Conferência Interamericana de Matemática	Nacional B
Congresso Brasileiro de Educação Ambiental	Nacional B
Congresso Brasileiro de Educação Infantil	Nacional C
Congresso Brasileiro de História da Educação	Nacional A
Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial	Nacional B
Congresso da Rede Ibero-americana de Informática Educativa	Nacional A
Congresso Estadual de Informática na Educação – COINFE	Nacional C
Congresso de Leitura do Brasil (COLE)	Nacional A
Congresso Estadual Paulista Sobre Formação de Educadores	Nacional B
Congresso Internacional de Educação	Nacional B
Congresso Internacional de Educação a Distância	Nacional B
Congresso Internacional de Educação Popular	Nacional B
Congresso Internacional de Sociologia da Educação	Nacional B
Congresso Internacional de Educação a Distância	Nacional B
Congresso Nacional de Arte Educadores do Brasil	Nacional B
Encontro da Associação Brasileira de Ciências Políticas	Nacional A
Encontro da Associação Nacional de Linguística Aplicada (AILA)	Nacional A
Encontro de Pesquisa de Ensino de Física – EPEF	Nacional A
Encontro Estadual de Política e Administração da Educação – ANPAE	Nacional C
Encontro Nacional da ANPEG	Nacional A
Encontro Nacional da ANPUR	Nacional A
Encontro Nacional da Federação das APAEs	Nacional A
Encontro Nacional de Educação Matemática – ENEM	Nacional A
Encontro Nacional de Educação para Pensar: Filosofia, Educação e	Nacional C



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

Desenvolvimento Cognitivo	
Encontro Nacional de Ensino de Química	Nacional A
Encontro Nacional de Geógrafos (AGB)	Nacional A
Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências	Nacional B
Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia	Nacional B
Encontro Perspectivas do Ensino de Biologia: Biologia e Cidadania.	Nacional B
Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação	Nacional C
ENDIPE-Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino	Nacional A
Jornada de Educação Especial	Nacional B
Jornada Internacional – Representações Sociais	Nacional C
Jornada Nacional de Educação e Multiculturalismo	Nacional C
Perspectivas do Ensino de História	Nacional B
Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química	Nacional A
Seminário Internacional de Educação da Região Sul	Nacional C
Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR)	Nacional A
Seminário Nacional de História da Ciências – SNHC	Nacional B
Seminário Nacional de História da Matemática	Nacional B
SENADEN - Seminário Nacional de Diretrizes para Educação em Enfermagem no Brasil	Nacional C
Simpósio Brasileiro de Informática na Educação: Educação a Distância Mediada por Computador	Nacional B
Simpósio Multidisciplinar: Ciência e Educação	Nacional C
Simpósio Nacional de Ensino de Física	Nacional A
Simpósio Nacional de História	Nacional A
Simpósio Nacional sobre Distúrbios da Aprendizagem	Nacional B

Serão classificados como “Nacional A” as reuniões anuais de sociedades nacionais de ensino e pesquisa de outras áreas (sempre que os trabalhos apresentados estejam listados no Caderno de Produção Acadêmica como “trabalho completo em anais”)

LOCAL

Nome Evento	Classificação
Congresso Estadual de Educação Ecológica	Local
Colóquio do LEPSI, Psicanálise, Infância e Educação	Local
Encontro de Debates sobre Ensino de Química	Local
Encontro Fluminense de Educação Física Escolar	Local
Encontro Paranaense de Educação Matemática	Local
Encontro Paulista de Educação Matemática	Local
Encontro Regional da ANPUH	Local
Jornada de Educação Especial	Local
Simpósio do Laboratório de Gestão Educacional - LAGE – UNICAMP	Local



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

PESOS PARA MÉDIA PONDERADA DA PRODUÇÃO QUALIFICADA DO NRD6.

		Pontuação 1	Pontuação 2
Artigo em periódico	Internacional A e Nacional A	24	22
	Internacional B e Nacional B	18	16
	Internacional C e Nacional C	12	10
	Local A	9	8
	Local B	6	5
	Local C	4	3
Livros Completos	Internacional	30	28
	Grupo A	26	24
	Grupo B	20	18
	Grupo C	14	12
Capítulos de livros	Internacional	15	13
	Grupo A	13	11
	Grupo B	10	9
	Grupo C	7	6
Trabalhos completos em anais	Internacional e Nacional A	12	
	Nacional B	9	
	Nacional C	8	
	Local	4	
Resumos Expandidos	Internacional	8	

Pontuação 1 deve ser aplicada em produções não-endógenas.

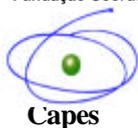
Pontuação 2 deve ser aplicado quando se trata de artigos publicados em periódicos da instituição do autor ou livros e capítulos de livros publicados por editora (s) da instituição do autor.

Reedições: 50% do peso

Critérios:

igual ou maior 34 pontos por docente ano= MB

entre 26 e 33,9 pontos por docente ano= B



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

entre 17 e 25,9 pontos por docente ano= R

entre 6 e 16,9 pontos por docente ano= F

menos de 6 pontos por docente ano= D



DOCUMENTO DE ÁREA

 Período de Avaliação: 2001/2003

 Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

SELEÇÃO DOS “LIVROS INTEGRAIS A” PARA A AVALIAÇÃO DOS CURSOS INDICADOS PARA CONCEITO SEIS

De acordo com documento da Grande Área de Ciências Humanas, a Comissão de Avaliação da Área de Educação incluiu os “livros integrais A” (livros nacionais que apresentam discussões teóricas de alta qualidade e/ou leitura inovadora do corpus científico da área) como publicação de padrão internacional na avaliação dos cursos por ela indicados para o conceito 6⁴. Após análise *in loco* pela Comissão de Avaliação⁵, foram os seguintes os “livros integrais A” selecionados como exemplares entre os textos integrais publicados por docentes do NRD6 dos referidos cursos:

BONAMINO, A. M. C. C. (Docente): Tempos de avaliação educacional. O Saeb, seus agentes, referências e tendências; 2002; Texto integral; Tempos de avaliação educacional. O Saeb, seus agentes, referências e tendências; Alicia Bonamino; 1; Quartet; Rio de Janeiro; BRASIL; 192; 1; Português; 8585696516; Impresso.

CANDAU, V. M. F. (Docente): Sociedade, Educação e cultura(s): questões e proposta; 2002; Texto integral; Sociedade, Educação e cultura(s): questões e proposta; Vera Candau; 1; Vozes; Petrópolis; BRASIL; 284; 1; Português; Impresso.

CATANI, A. M. (Docente); OLIVEIRA, J.F. (Egresso): Educação superior ao Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas; 2002; Texto integral; Educação superior ao Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas; Afrânio Catani; 1; Vozes; Petrópolis; BRASIL; 102; 1; Português; 8532627153; Impresso.

FRANCO, F.C. (Docente): Avaliação, ciclos e promoção na educação; 2001; Texto integral; Avaliação, ciclos e promoção na educação; Cresco Franco; 1; Artmed; Porto Alegre; BRASIL; 65; 1; 1; Português; Impresso.

KOHAN, W. O. (Docente): Entre educação e filosofia; 2003; Texto integral; Entre educação e filosofia; Walter Hoham; 1; Autêntica; Belo Horizonte; BRASIL; 264; 1; Português; 8575260731; Impresso.

LUDKE, M. (Docente); PUGGIAN, C. (Discente-Autor /Mest.Acadêmico); CEPPAS, Filipe (Discente-Autor /Doutorado); CAVALCANTE, Rita Laura A. (Discente-Autor /Doutorado); COELHO, Suzana Lanna B. (Discente-Autor /Doutorado): O professor e a pesquisa; 2001; Texto integral; O professor e a pesquisa; Menga Ludke; 1; Papyrus; Campinas; BRASIL; 112; 1; 1; Português; Impresso.

MIGNOT, A. V. A. C. (Docente) Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto; 2002; Texto integral; Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto; Ana Mignot; 1; EDUSF; Bragança Paulista; BRASIL.

OLIVEIRA, Z. M. R. (Docente): Educação infantil: fundamentos e métodos; 2002; Texto integral; Educação infantil: fundamentos e métodos; Z. Oliveira; 1; Cortez; São Paulo/SP; BRASIL; 255; 1; Português; Impresso.

PAIVA, E. V. (Docente): A americanização do ensino elementar no Brasil?; 2002; Texto integral; PABAAE (1956 - 1964) A americanização do ensino elementar no Brasil?; Edil Paiva; 1; Editora da Universidade Federal Fluminense; Niteroi; BRASIL; 192; 1; Português; 85-228-034; Impresso.

PARO, V.H. (Docente): Reprovação Escolar: renúncia à educação; 2001; Texto integral; Reprovação Escolar: renúncia à educação. Vitor Paro; 1; Xamã; São Paulo; BRASIL; 167; 1; Português; Impresso.

PIMENTA, S. G. (Docente): Docência no Ensino Superior; 2002; Texto integral; Docência no Ensino Superior; Selma Garrido; 1; Cortez Editora; São Paulo/SP; BRASIL; 279; 1; Português; Impresso.

⁴ A CA-ED não indicou Programas da área para conceito 7.

⁵ Com antecedência, a CA-ED solicitou aos Programas com possibilidade de indicação para os conceitos 6 e 7 que enviassem à CAPES os livros integrais publicados no triênio, com as características de “livros integrais A”, acima definidas. O pedido foi atendido prontamente, o que permitiu a análise dos textos *in loco*. Não foram considerados livros em re-edição.



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 38 - EDUCAÇÃO

SEVERINO, A. J. (Docente): Educação, sujeito e história; 2002; Texto integral; Educação, sujeito e história; Antônio Severino; 1; Olho d'Água; São Paulo; BRASIL; 171; 1; Português; 8585428686; Impresso.

STRECK, D. R. (Docente): Educação para um novo contrato social; 2003; Texto integral; Educação para um novo contrato social; Danilo Streck; 1; Vozes; Petrópolis/RJ; BRASIL; 183; 1; Português; 8532628249; Impresso.

WERLE, F. O. C. (Docente): Conselhos Escolares: implicações na gestão da Escola Básica; 2003; Texto integral; Conselhos Escolares: implicações na gestão da Escola Básica; 1; DP&A; Rio de Janeiro; BRASIL; 180; 2000; Português; 8574902438; Impresso.

ANEXO VI – Documento de Área CAPES: Engenharias IV



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 14 - ENGENHARIAS IV

ENGENHARIAS IV

Engenharia Elétrica
Engenharia Biomédica

ÍNDICE:**I – Introdução****II – Critérios e Metodologia da Avaliação.****II.1 - Conceitos de 1 a 5 e Conceitos 6 e 7****II.2 – Cursos novos****II.3 - Mestrado Profissional****II. 4 - Programas de Doutorado e de Mestrado****III - A Comissão de Avaliação 2004****IV - O Cronograma da Avaliação Continuada****V - Os Indicadores das Avaliações Continuada e Trienal.****V.1 – Corpo Docente**

Docentes Permanentes, DP

Consolidação

Titulação, DO/DP

Dedicação, TI/DP

Atuação na Graduação

V.2 - Teses

Produção de Teses e Dissertações per capita, TD/DP e TM/DP

Distribuição da Produção de Teses e Dissertações entre os Docentes, OD e OM.

Publicações Associadas a Teses, PTD e PTM.

Percentual de Sucesso de Bolsistas, PSM e PSD

Tempo Médio de Titulação de Bolsista, TMM e TMD

V.3 - Produção Científica

Publicações Relevantes, PR

Publicações Totais, PT

Distribuição da Produção Científica entre os Docentes, PI+PN.

VI – Conceitos Propostos como Resultado da Avaliação 2004.**VII – Gráficos dos Principais Indicadores da Avaliação 2004****ANEXOS****Anexo I - Critérios para os Programas Níveis 6 e 7****Anexo II - Considerações Sobre as Fichas de Avaliação da CAPES**

I - Introdução

O processo completo de *Avaliação* dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* introduzido pela CAPES a partir de 1998 compreende:

- (a) uma *Avaliação* a cada três anos. Esta *Avaliação* analisa o estado *atual* do Programa e conclui com a atribuição de um conceito classificatório a cada Programa que reflita a qualidade do mesmo naquele momento, com base nos dados dos três anos anteriores ao da *Avaliação*.
- (b) um *Acompanhamento* Anual ou *Avaliação Continuada* nos anos que constituem o triênio, sem a atribuição de conceito. O *Acompanhamento* Anual analisa não só o estado atual mas também a *evolução* de cada programa, visando inclusive identificar eventuais fragilidades no desempenho e na organização dos cursos. É centrado nos dados do ano anterior ao do *Acompanhamento*.

Este Documento de Área 2004 apresenta os critérios e os resultados gerais da *Avaliação Trienal 2004*, correspondente aos anos 2001, 2002 e 2003 dos programas de pós-graduação da área das Engenharias IV (Elétrica e Biomédica). Observações específicas sobre cada Programa são apresentadas nas respectivas Fichas de *Avaliação* (ver comentários no Anexo I deste Documento).

II – Critérios e Metodologia da Avaliação.

Na *Avaliação* é atribuído a cada programa um conceito numérico que varia de 1 a 7. Conceitos 1 e 2 “reprovam” o Programa, que não terá seus diplomas reconhecidos em nível nacional. O maior conceito que pode ser atribuído a um Programa que tenha apenas o curso de mestrado é 5.

A metodologia de *Avaliação* da CAPES estabelece que os programas sejam classificados inicialmente com conceitos de 1 a 5. Os programas de doutorado que obtiverem conceito 5 são então reexaminados e aqueles que preenchem os requisitos de excelência em nível internacional e se destacam dos demais podem ter seu conceito elevado para 6 ou mesmo 7. Os conceitos atribuídos pela Comissão serão submetidos à análise e homologação pelo CTC

Ao longo do ano de 2003, ocorreram várias Reuniões Temáticas do CTC, nas quais foram discutidos diversos aspectos pertinentes à atividade de *Avaliação* da Pós-Graduação. A partir da coleta de sugestões e críticas dos Coordenadores de Curso, foram designados grupos de trabalho para analisar instrumentos e conceitos de *avaliação*. Os principais aspectos analisados pelo CTC foram: a conceituação de Inserção Internacional, Qualis e Núcleo Docente. Os conceitos 6 e 7 significam programas de qualidade excepcional, e o conceito 7 significa qualidade excepcional mesmo em nível internacional. Todos os programas aprovados pela CAPES serão avaliados por estes critérios, inclusive os programas novos.

Grande atenção foi dada aos critérios que permitiriam a um Programa atingir os conceitos 6 e 7. O CTC e a Grande Área das Engenharias estabeleceram critérios específicos, que foram amplamente discutidos nas Reuniões Temáticas do CTC

II.2 – Cursos Novos

A Comissão 2003 considera que programas com cursos novos que ainda não produziram teses em número razoável estão ainda em fase de implantação; o conceito destes programas fica normalmente limitado superiormente, **(a)** em **3** para o caso de programas novos só com mestrado e **(b)** em **5** para o caso de programas com mestrado antigo e doutorado novo. Casos excepcionais que justifiquem conceitos mais elevados podem, evidentemente, ser considerados pela Comissão.

II.3 – Mestrado Profissional

A Comissão considera o Mestrado Profissional (MP) uma iniciativa importante, na medida que aproxima o Programa do setor industrial. Entretanto, implantar ou não o MP depende da vocação da Instituição. Não ter o MP não penaliza a Instituição.

Para a Avaliação 2004, no caso do Programa oferecer o curso de MP, os resultados deste curso serão considerados em separado daqueles dos cursos de Mestrado e Doutorado acadêmicos. Entretanto, a avaliação do MP pode, a critério da Comissão, influir na avaliação final do Programa.

II.4 – Programas de Doutorado e de Mestrado

Notam-se características e atividades distintas entre Programas que já têm o Doutorado implantado e os que estão em fase de implementação, ou que no momento oferecem apenas o Mestrado. Para simplificar a notação, neste documento, principalmente nas tabelas, entenda-se por “Programas de Doutorado” aqueles programas com Doutorado credenciado pela CAPES e que já apresentam teses de doutorado defendidas, e “Programas de Mestrado” aos demais programas credenciados – inclusive aqueles com doutorado já credenciado mas que ainda não apresentaram teses de doutorado defendidas.

III - A Comissão de Avaliação 2004

Conforme decisão da CAPES, as Comissões de Avaliação Continuada de Programas 2004 foram propostas pelos Representantes das Áreas e aprovadas em comum acordo entre estes e a Diretoria de Avaliação da CAPES. O Conselho Superior da Capes recomendou que pelo menos 50% dos membros fossem renovados. Os demais critérios para a composição das Comissões foram os mesmos já adotados tradicionalmente, a saber:

- As Comissões são coordenadas pelos Representantes de Área, que não analisam diretamente nenhum Programa. Os Representantes Suplentes integram as Comissões.
- Devem ter memória do passado, i.e., devem preservar alguns membros da(s) avaliação(ões) anterior(es), mas nenhum membro deve se eternizar nas comissões.
- Devem ter membros das diversas regiões do País.
- Devem ter membros das diversas sub-áreas.
- É recomendável que programas pequenos também estejam representados.
- Seus integrantes devem ser pesquisadores *senior* produtivos e respeitados na comunidade.
- Devem ter facilidade para trabalhar em conjunto com seus pares e não devem ter posições corporativistas em defesa de seus próprios Programas.

Com base nestas regras, a Comissão de Avaliação Continuada realizada em [2003](#) das Engenharias IV foi composta pelos seguintes nomes:

Sandoval Carneiro Jr., UFRJ, Representante da Área

José Ricardo Bergmann, PUC-Rio, Representante Adjunto

Cursino Brandão Jacobina, UFPB/Areia

João Crisóstomo Weyl Albuquerque da Costa, UFPA

João Marcos Travassos Romano, UNICAMP

José Roberto Cardoso , USP

Jurandir Nadal, UFRJ

Luis Antonio Aguirre, UFMG

Renato Carlson, UFSC

Oswaldo L. V. Costa, USP-Poli

Sérgio Santos Mühlen , UNICAMP

IV - O Cronograma da Avaliação 2004:

O processo de Avaliação 2004 foi realizado nas seguintes etapas:

- A primeira reunião da Comissão foi realizada de 28 de junho a 2 de julho em Brasília. Infelizmente ocorreu a perda de documentos da Comissão relativos ao acompanhamento anual 2001 e 2002, o que obrigou a Comissão a refazer a análise dos relatórios de todos os Programas, e não apenas aqueles que aportaram correções de informações.
- Nos dias 2 a 6 de Agosto a Comissão voltou a reunir-se na CAPES para reajuste dos critérios e fechamento da avaliação dos programas.
- Nos dias 13 e 14 de setembro a Capes convocou para uma Reunião de Grandes Áreas, com o objetivo de propiciar uma discussão no âmbito de cada Grande Área sobre os critérios adotados. Esta reunião foi importante para a etapa de Homologação da Avaliação, realizada na semana de 20 a 24 de setembro.
- A redação final deste Documento de Área 2004 ficou a cargo do Representante Adjunto e do Representante da Área, para divulgação após a homologação pelo CTC.

V - Os Indicadores da Avaliações 2004.

Tradicionalmente as Avaliações têm sido feitas a partir de diversos indicadores, a maioria dos quais obtidos a partir de índices objetivos de desempenho, descritos a seguir. O conceito final leva em conta estes indicadores mas é subjetivo, ***não é uma simples média destes indicadores*** Para a Avaliação 2004 indicadores subjetivos foram utilizados.

Para o correto enquadramento nas diretrizes de classificação da CAPES, os indicadores devem ser quantificados apenas até o limite inferior do conceito 5. Ao se definir limite superior para o conceito 5, já estaríamos automaticamente definindo o limite inferior do conceito 6 na primeira fase da avaliação, o que contraria as diretrizes da CAPES.

Um aspecto bastante relevante diz respeito à **Ficha de Avaliação**. Como é sabido, estas Fichas de Avaliação são um padrão da CAPES para todas as Áreas, e os itens e ponderações nelas mencionados e comentados, embora contenham informações úteis para o Programa, ***não representam integralmente os critérios*** efetivamente usados pela Comissão Avaliadora das Engenharias IV. Os critérios utilizados pela Comissão de Avaliação 2004 estão descritos no Anexo II. Para a presente Avaliação 2004, a Comissão deliberou proceder a alguns ajustes nos pesos de diversos quesitos e itens, conforme pode ser verificado nas próprias Fichas.

V.1 – Corpo Docente

Neste item é avaliado o Corpo Docente (CD) do Programa nos seus aspectos de formação, dedicação,

atuação e robustez.

Docentes Permanentes, DP

O número de docentes permanentes que compõem o corpo docente do Programa, DP, é denominador de todos os indicadores *per capita* utilizados e de fundamental importância para a avaliação. De 1996 em diante, corpo docente permanente (DP) caracteriza, para fins de cálculo dos indicadores, o *corpo docente que apresentou atuação significativa no Programa no período*. Por definição do núcleo docente NRD6, os docentes listados nesta categoria são automaticamente incluídos em DP. Além destes, são incluídos em DP as pessoas listadas nos demais NRDs, seja como Pesquisadores ou como Participantes, desde que tenham exercido *duas ou mais “atividades”* no Programa durante o ano. Entende-se por *uma “atividade”* lecionar uma disciplina ou orientar ou co-orientar duas teses e/ou dissertações que tenham sido defendidas no período. São incluídos ainda em DP todos os participantes que contribuíram de forma significativa para a produção científica do Programa, inclusive os docentes em pós-doutoramento ou em doutoramento fora da sede que contribuíram de forma significativa para esta produção.

Em agosto de 2004, a Presidência da Capes, a partir das discussões durante as Reuniões Temáticas do CTC, e do texto aprovado por este Conselho em maio de 2004, publicou Portaria introduzindo novos conceitos para definição do Núcleo Docente. Estes conceitos se aproximam bastante da sistemática adotada pelas Engenharias IV, e serão válidos para todas as Áreas a partir da data de sua publicação.

São utilizados quatro indicadores para caracterizar Corpo Docente:

- **Consolidação**

O indicador “Consolidação” varia de 1 a 5, é subjetivo, e exprime a “estabilidade” ou “robustez” do Programa. É função do número de doutores permanentes versus o número de áreas de concentração (reais) do Programa, da distribuição dos docentes pelas áreas, da dependência de professores em tempo parcial, visitantes e participantes, da distribuição das atividades entre docentes, etc.

- **Titulação, DO/DP**

Os docentes são classificados em doutores e não doutores. Não doutores formalmente autorizados pelo antigo CFE, CNE ou CAPES a atuarem no Programa devem ser listados como “notório saber” e contam como se fossem doutores para fins da avaliação. Cabe aos programas informar claramente estes casos, quando existirem. A escala de classificação é a seguinte:

Conceito	DO / DP
5	1,00
4	0,95 - 1,00
3	0,85 - 0,95
2	0,60 - 0,85
1	0,00 - 0,60

- **Dedicação, TI/DP**

Quanto à dedicação ao Programa, os docentes são classificados como tempo integral (TI) ou tempo parcial (TP). Os docentes classificados pelo Programa como NRD6 são classificados como (TI), os

demais são classificados como (TP). Os programas multidisciplinares podem envolver docentes de vários departamentos afins ao Programa sem prejuízo neste item. A nova escala para o indicador TI/DP é:

Conceito	TI / DP
5	0,85 - 1,00
4	0,70 - 0,85
3	0,50 - 0,70
2	0,30 - 0,50
1	0,00 - 0,30

• **Atuação na Graduação**

A atuação no ensino de graduação continua a ser considerada essencial: se reduzida, não atrai os bons alunos que deveriam ir para a pós-graduação e, se excessiva, não deixa tempo para as atividades de pesquisa, ensino e orientação na pós-graduação. A Comissão considera ideal que em média cada docente seja responsável por lecionar entre uma e duas disciplinas por ano na graduação. No caso de lecionar apenas uma disciplina por ano, espera-se que o docente desenvolva também atividades de orientação de iniciação científica, estágio supervisionado, etc. junto à graduação.

A análise deste item é subjetiva. Uma escala aproximada de conceito versus horas aula na graduação por docente por ano é apresentada abaixo, onde uma disciplina corresponde a 60 horas-aula. Note-se que as faixas começam com uma atuação excessivamente pequena (de zero a 14hs/DP, conceito 1), passando pelo considerado nível ótimo (entre 60 e 120hs/DP, conceito 5), após o qual introduz-se uma penalização por carga considerada excessiva (retornando ao conceito 1 para carga igual ou acima de 240hs/DP).

Conceito	Horas/DP	Horas/DP
5	60 - 120	60 -120
4	121 - 150	45 - 59
3	151 - 180	30 - 44
2	181 -239	15 - 29
1	>240	< 14

Completando a análise desta parte foi atribuído ao item Corpo Docente um conceito global de **1 a 5**, subjetivo e montado a partir dos indicadores acima.

As Tabelas 1 e 4 apresentam a avaliação numérica do item Corpo Docente para os programas com doutorado e apenas com o mestrado, respectivamente.

V.2 – Teses e Dissertações

Produção de Teses e Dissertações per capita, TD/DP e TM/DP

As faixas conceituais utilizadas para teses de doutorado e dissertações de mestrado por docente foram:

Conceito	TD/DP	TM/DP
5	> 0.25	> 0.8
4	0.20 - 0.25	0.6 - 0.8
3	0.10 - 0.20	0.4 - 0.6
2	0.05 - 0.10	0.2 - 0.4
1	0.0 - 0.05	0.0 - 0.2

Distribuição da Orientação de Teses e Dissertações entre os Docentes, OD e OM.

Os indicadores OM e OD são o percentual de docentes do Programa (DP) que tiveram dissertações de mestrado e de teses de doutorado, respectivamente, orientadas e defendidas no ano. Analisando os histogramas destas variáveis a Comissão definiu as escalas de conceitos para a Avaliação Continuada ou Anual e para a Avaliação Trienal. A diferenciação entre as duas escalas se justifica pelo fato do tempo de observação ser muito curto e a baixa estatística da Avaliação Anual. Já a Avaliação Trienal cobre um período maior e menos sujeito às variações imprevistas.

Avaliação Continuada (Anual)		
Conceito	OD%	OM%
5	0.3 - 1.0	0.5 - 1.0
4	0.2 - 0.3	0.4 - 0.5
3	0.15 - 0.2	0.3 - 0.4
2	0.1 - 0.15	0.2 - 0.3
1	0.0 - 0.1	0.0 - 0.2

Avaliação Trienal		
Conceito	OD%	OM%

5	0.60 - 1.0	0.8 - 1.0
4	0.45 - 0.60	0.6 - 0.8
3	0.30 - 0.45	0.4 - 0.6
2	0.15 - 0.30	0.2 - 0.4
1	0.00 - 0.15	0.0 - 0.2

Publicações Associadas a Teses e Dissertações, PTD e PTM

Os indicadores PTD e PTM estão associados com divulgação dos resultados das teses de doutorado e dissertações de mestrado concluídas no ano de avaliação, respectivamente. Para construir este indicador foi estabelecida uma hierarquia para publicações, em ordem decrescente como se segue: PI (revistas, livros, capítulos e patentes internacionais), PN (idem, nacionais), CI (congressos internacionais), e CN (congressos nacionais). A classificação das publicações está descrita no **qualis**.

Embora julgasse que o ideal seria que uma tese de doutorado gerasse ao menos uma publicação em revista de circulação internacional (PI) ou nacional (PN), a Comissão considerou que para o indicador PTD seria aceitável que a tese resultasse em ao menos uma publicação congresso Internacional (CI). Para a atribuição dos conceitos 6 e 7, que envolve programas de doutorado consolidados, será, também, utilizado o indicador PTD², o qual considera o número de teses que originassem publicações em revistas nacionais ou internacionais reconhecidas no **qualis**.

Para as dissertações de mestrado, a Comissão considera que a divulgação em nível nacional é satisfatória. Desta forma, na elaboração do item PTM, uma dissertação de mestrado é considerada satisfatória se apresenta pelo menos uma publicação associada do tipo CN ou melhor, conforme a hierarquia mencionada acima.

A Comissão definiu as seguintes escalas:

Conceito	PTD	PTD ²	PTM
5	.8 – 1.	0.5 - 1.0	.7 – 1.
4	0.6 - 0.8	0.4 - 0.5	0.5 - 0.7
3	0.4 - 0.6	0.3 - 0.4	0.4 - 0.5
2	0.2 - 0.4	0.2 - 0.3	0.3 - 0.4
1	0.0 - 0.2	0.0 - 0.2	0.0 - 0.3

Os indicadores PTM, PTD e PTD² para cada ano foram recalculados ao longo triênio, visto que alguns trabalhos associados a teses e dissertações foram publicados nos anos subsequentes à titulação do aluno. No estabelecimento das faixas para os conceitos para estes indicadores, foi considerada a dificuldade de publicação dos resultados das teses e dissertações concluídas no último ano do triênio.

Percentual de Sucesso de Bolsistas de Mestrado e de Doutorado, PSM e PSD

Os Percentuais de Sucesso de Bolsistas PSD e PSM, correspondem aos percentuais dos bolsistas que concluíram seu curso de mestrado e doutorado, respectivamente. Este indicador é calculado apenas sobre bolsas e bolsistas do sistema CAPES / CNPq, uma vez que estas são as fontes principais e que não se dispõe de dados confiáveis de outras fontes. Devido à forma de organização dos dados pela CAPES, a Comissão optou por considerar “bolsista” o aluno que recebeu mais de 12 meses de bolsa.

Conceito	PSD	PSM
5	0,8 - 1,0	0,8 - 1,0
4	0,6 - 0,8	0,6 - 0,8
3	0,4 - 0,6	0,4 - 0,6
2	0,2 - 0,4	0,2 - 0,4
1	0,0 - 0,2	0,0 - 0,2

Tempo Médio de Titulação de Bolsistas de Mestrado e Doutorado, TMM e TMD

Este indicador é calculado apenas sobre bolsas e bolsistas do sistema CAPES / CNPq. Tendo em vista a organização dos dados pela CAPES, considera-se bolsista o aluno que recebeu mais de 12 meses de bolsa.

Conceito	TMM	TMD
5	< 27	< 51
4	27- 33	51- 57
3	33 – 39	57 - 63
2	39 – 45	63 – 69
1	> 45	> 69

V.3 - Produção Científica

Foram considerados dois tipos de indicadores de produção científica em função da importância do veículo de divulgação utilizado, PR/DP e PT/DP.

Publicações Relevantes, PR

Em função da utilização da classificação Qualis para os periódicos e para os congressos científicos, os indicadores foram reformulados como se segue :

PI – Publicação Internacional é composto, primeiramente por artigos em revistas com enfoque prioritariamente científico e classificados no Qualis Internacional A e B. Serão considerados como

publicações internacionais livros e capítulos de livros *strictu senso* com enfoque prioritariamente científico. Serão consideradas, também, patentes internacionais já concedidas.

CL – Capítulos de Livros em publicações internacionais, em que os autores tenham sido convidados em reconhecimento à sua experiência na área de enfoque do livro. Eventualmente consideram-se também capítulos compostos de artigos resultantes de trabalhos apresentados em reuniões científicas e selecionados por corpo de editores reconhecidos internacionalmente. De um modo geral, os artigos apresentados em congressos, mesmo que os anais constituam livros, como por exemplo nas edições da WSEAS, são classificados como artigos em congressos científicos.

PN – Publicação Nacional é composto, primeiramente por artigos em revistas com enfoque prioritariamente científico classificadas no Qualis Nacional A e B. Serão considerados como publicações nacionais livros e capítulos de livros *strictu senso* com enfoque prioritariamente científico. Serão consideradas, também, patentes nacionais já concedidas.

Vinha sendo observado em alguns programas uma percentagem excessivamente alta de publicações em revistas (e livros, capítulos, etc.) nacionais PN em detrimento das internacionais PI. Isto não é desejável, porque as publicações em bons veículos de circulação nacional, embora importantes e merecendo serem prestigiados, não substituem as internacionais. Espera-se que os dois tipos de publicações co-existam, devendo-se buscar um equilíbrio em proporção ao número de veículos disponíveis.

O conceito de capítulos de livros tem gerado controvérsia na classificação das diversos tipos de contribuição. Neste contexto identifica-se dois grupos principais: a) Contribuições que contém material didático de importância para a formação pós-graduada e que podem ser caracterizadas pela forma, extensão e conteúdo; b) Publicações originadas de reuniões científicas em que os artigos são apresentados como capítulos de livros. Para caracterizar melhor e qualificar os diversos tipos de contribuição foi criado o indicador CL .

Para corrigir o que parecia ser uma tendência que conduziria a uma distorção, decidiu-se criar o indicador PR, “Publicações Relevantes”, definido como:

$$PR = PI + PN' + CL' \quad \text{onde} \quad PN' = \text{Min} \{ PN; 0.25 PI \} \quad , CL' = \text{Min} \{ CL; 0.20 PI \}$$

Casos em que $PI \ll PN$ ou mesmo $PI = 0$ poderão ser examinados como excepcionais, a critério da Comissão.

Publicações Totais, PT

Publicação Total (PT) inclui todos os artigos publicados em periódicos nacionais ou internacionais classificados no Qualis Nacional e Internacional A, B e C. Além destes comporão a Publicação Total todos os trabalhos completos aceitos para apresentação em congressos nacionais ou internacionais classificados no Qualis Nacional e Internacional A, B e C. Estes trabalhos completos deverão ter um mínimo de duas páginas de duas colunas, apresentarem conteúdo científico e publicados em anais de eventos com corpo de revisores conceituado.

Revistas que tenham circulação restrita ou com elevada taxa de aceitação de artigos, a critério da Comissão, serão desconsideradas. Congressos locais ou regionais ou com elevada taxa de aceitação de artigos, Jornadas de Iniciação Científica e resumos publicados em anais de congressos, entre outros, não são normalmente considerados. Congressos internacionais de grande repercussão na política da Área, mas que publicam apenas *abstracts* podem, a critério da Comissão, ser considerados, mas sempre em número muito restrito de artigos por autor, independente do número de trabalhos efetivamente apresentados pelo docente no congresso.

Os indicadores utilizados foram PR/DP e PT/DP por ano. As faixas são apresentadas abaixo:

Conceito	PR/DP	PT/DP
----------	-------	-------

5	> 0,7	>3.0
4	0,45 - 0,7	2,5 – 3,0
3	0,30 - 0,45	2. – 2,5
2	0,15 - 0,30	1.5 - 2,0
1	0,00 - 0,15	<1,5

Distribuição da Produção Científica Relevante entre os Docentes.

Considerou-se o indicador (PI+PN) mais importante para analisar a distribuição da produção científica relevante entre os docentes. Analisando o histograma desta variável a Comissão estabeleceu a escala:

Conceito	(PI+PN)% anual	(PI+PN)% trienal
5	0.5 - 1.0	0.75 - 1.00
4	0.4 - 0.5	0.60 - 0.75
3	0.3 - 0.4	0.45 - 0.60
2	0.2 - 0.3	0.30 -.0.45
1	0.0 - 0.2	0.00 - 0.30

VI. Conceitos propostos

PROGRAMAS	Triênio	Triênio
Mestrado e Doutorado	98_00	01_03
EFEI	6	5
ITA	4	5
PUC-RJ	6	6
UFMG	5	6
UFCG	6	6
UFRJ-BIO	6	6
UFRJ-ELE	6	7
UFSC	6	6
UFU	4	3
UNICAMP	7	6
USP-POLI	5	6
USP-SC	5	6
UFPA	5	4
UFES	4	3
UFRN	5	4
CEFET-PR	4	4
UNB	4	4
UFSM	4	5
UNESP-IS	4	5
Mestrado		
IME	3	4
UPMAC	3	4
PUC-MG	3	3
PUC-RS	3	3
UFBA	3	3
UFC	3	4
UFG	4	3
UFJF	3	3
UFMA	4	4
UFPE	5	4
UFRGS	3	5
UNIVAP	4	5
USP-SC-BIO	4	4
UMC	3	4
UFPR	3	3
INATEL	3	3
UEL	3	3

VII. Gráficos dos Resultados da Avaliação 2004

TABELA 1 : TESES E DISSERTAÇÕES

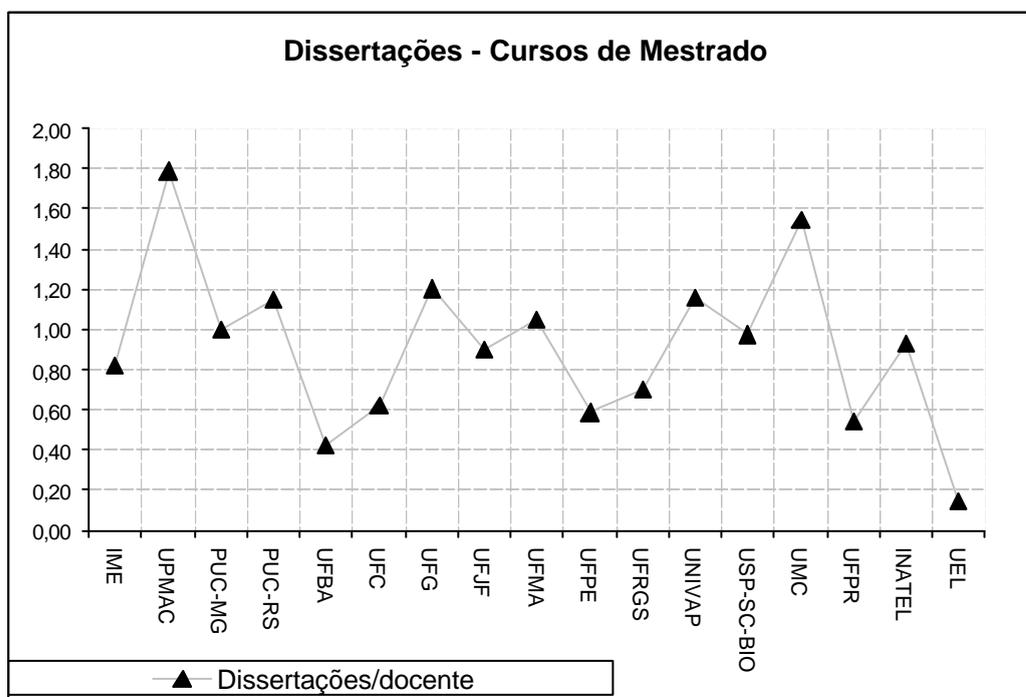
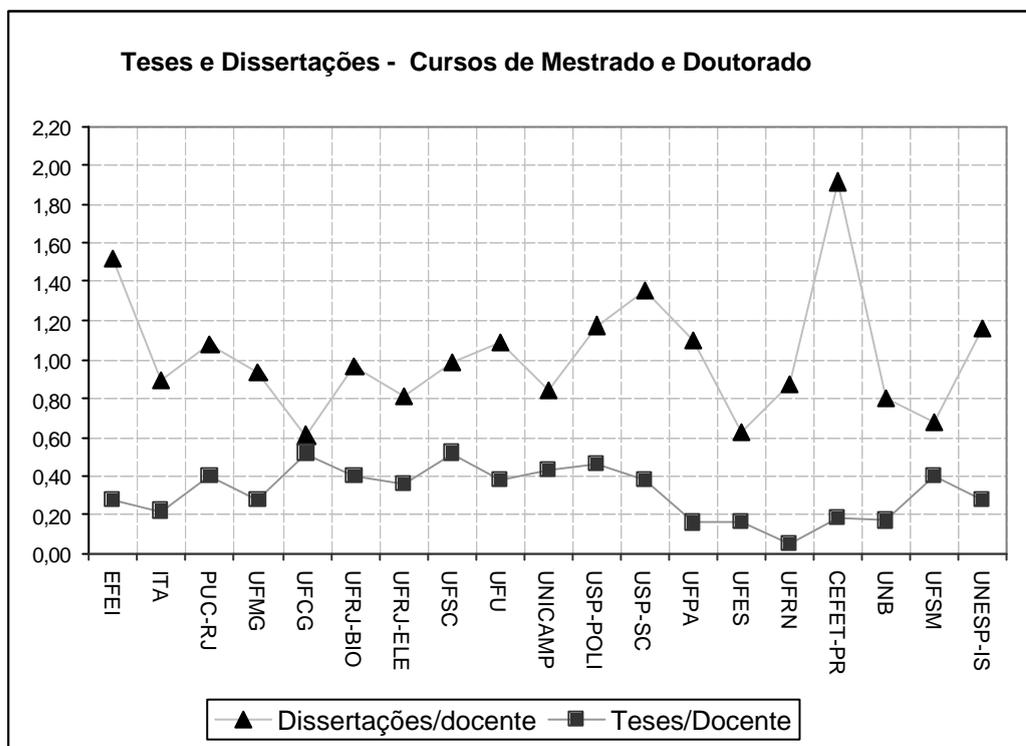


TABELA 2 : PRODUÇÃO ASSOCIADA ÀS TESES E DISSERTAÇÕES

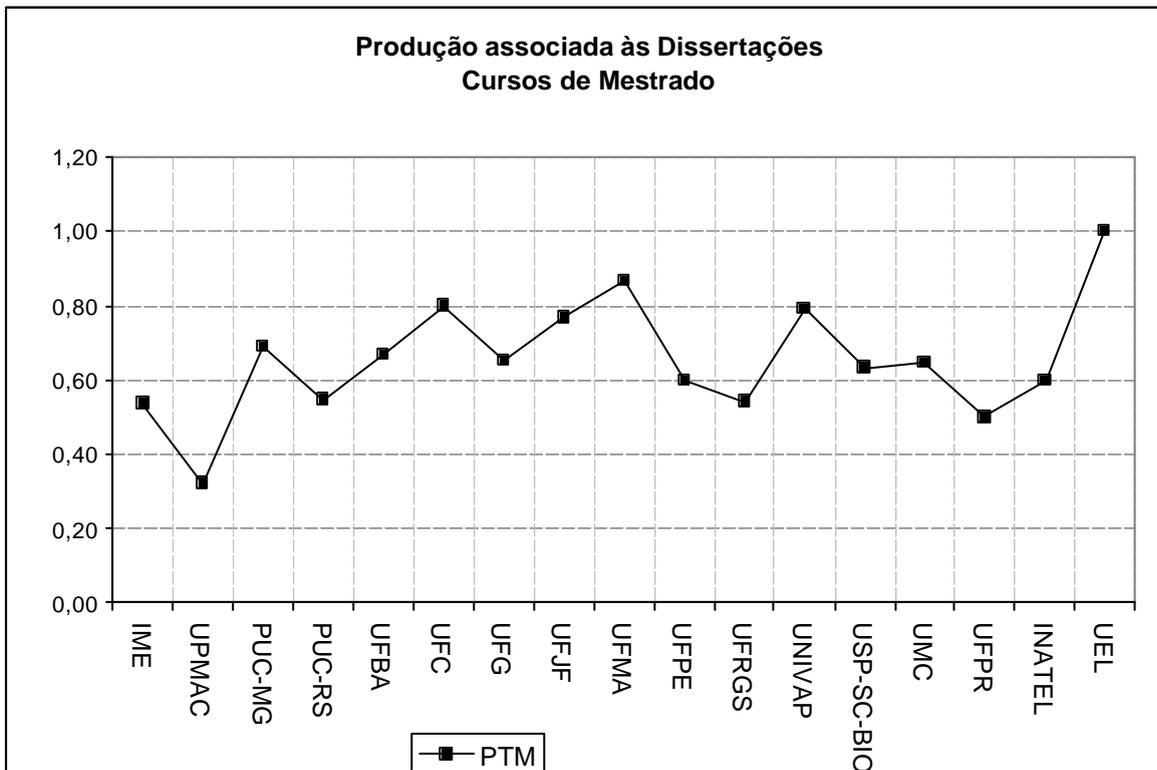
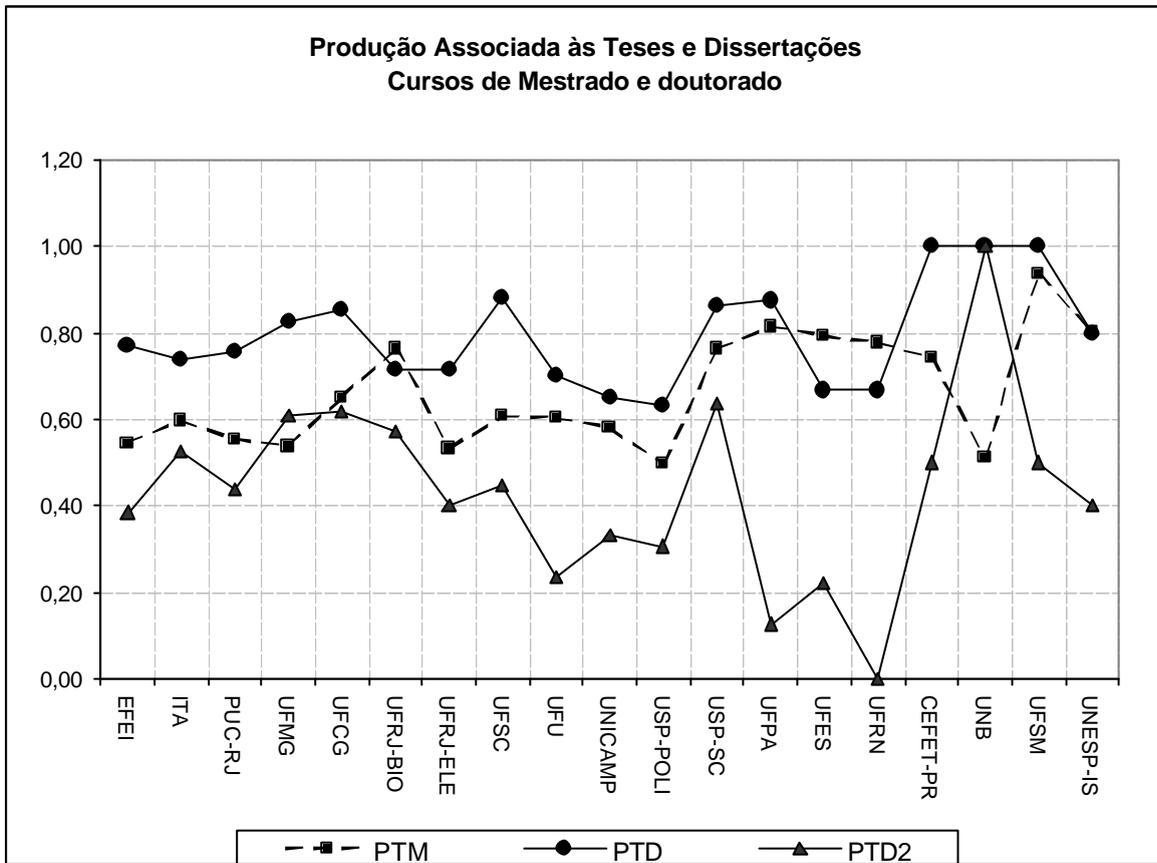


TABELA 3.1 : PRODUÇÃO INTELECTUAL RELEVANTE

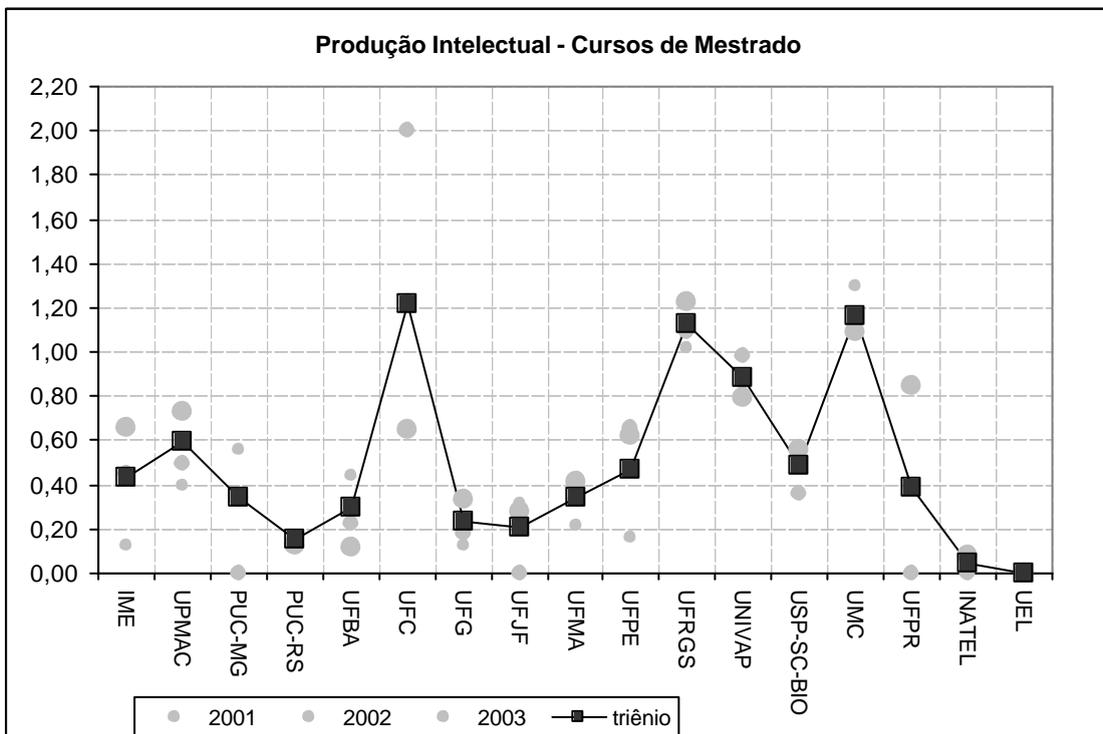
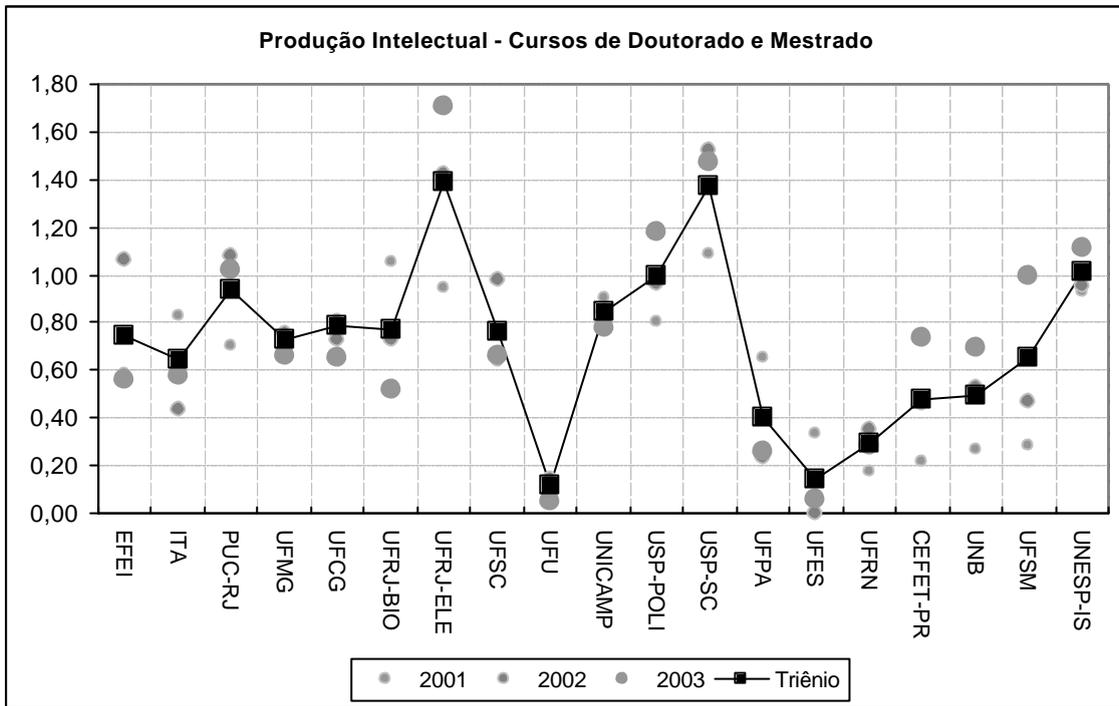
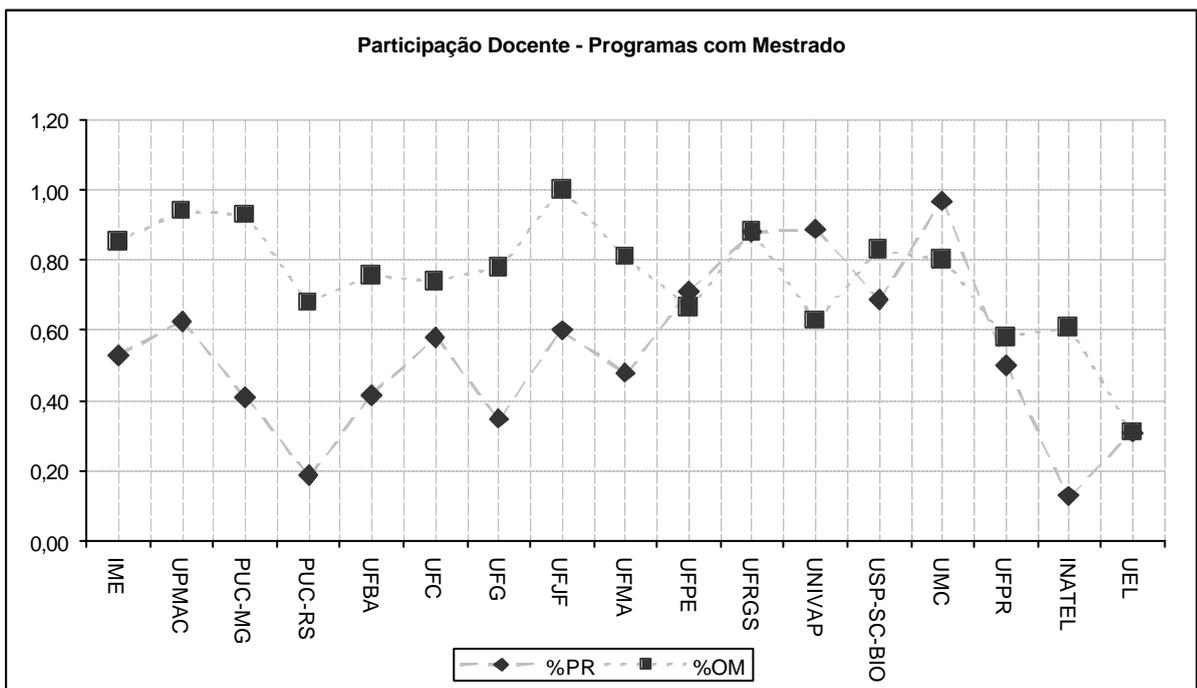
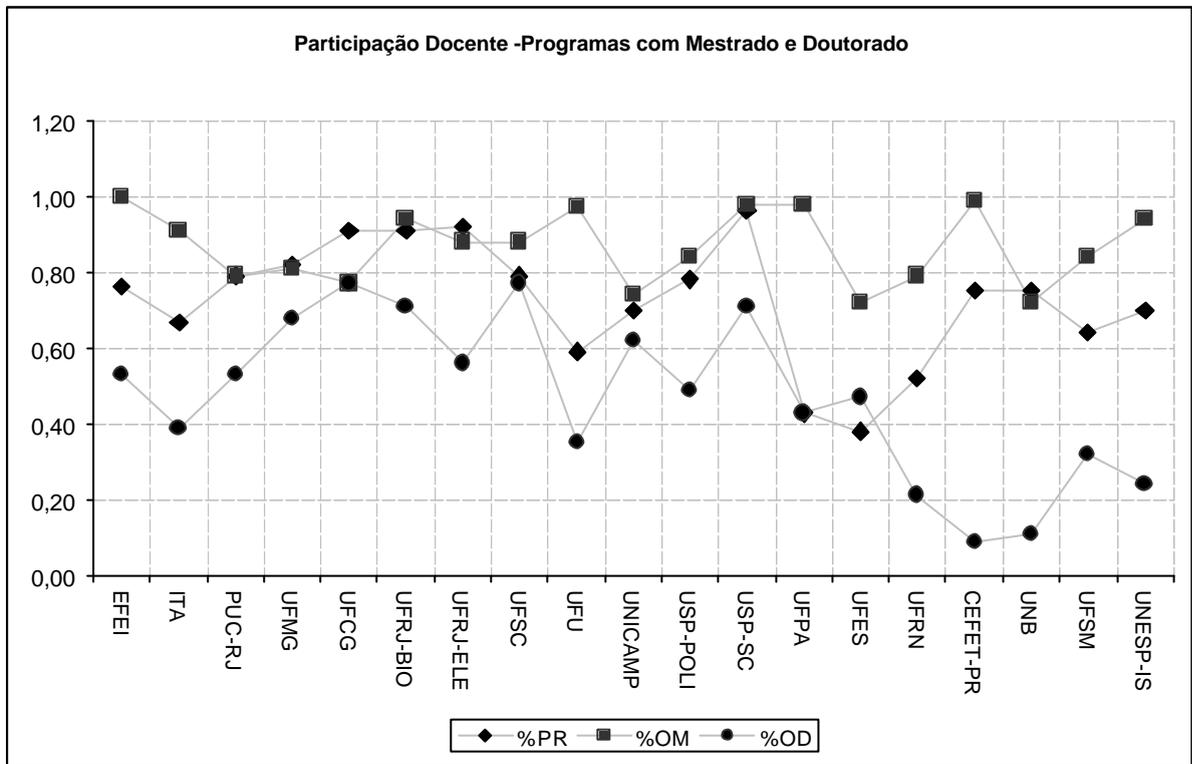


TABELA 4: PARTICIPAÇÃO DOCENTE NA ORIENTAÇÃO E PRODUÇÃO INTELLECTUAL



Anexo I

Crêterios para cursos níveis 6 e 7

Conforme comentado o CTC, através das Reuniões Temáticas realizadas ao longo de 2003, estabeleceu conceitua es e diretrizes sobre diversos parâmetros da Avalia o. Neste anexo são apresentadas a conceitua o do CTC para inser o internacional dos cursos, e os cr terios específicos adotados pelas Engenharias I,II, III e IV para Cursos níveis 6 e 7.

II.1 Conceitua o do CTC sobre a Inser o Internacional¹

São as seguintes as conceitua es gerais sobre *inser o internacional* e *padrão internacional*:

I - os temas *inser o internacional* e *padrão internacional* pertencem ao contexto da avalia o e são elementos indicativos de um perfil de excelência que poderá qualificar um programa ao conceito 6 ou 7;

II – a *inser o internacional*   entendida tanto nos seus aspectos de inser o *stricto sensu* quanto nos seus aspectos de comparabilidade, ao estabelecer indicadores de compara o dos programas, dentro de cada área, com os programas estrangeiros de excelência da área de avalia o específica (*padrão internacional*);

III – a *inser o internacional* apresenta (a) aspectos que são compartilhados por todas as áreas de avalia o e (b) aspectos que estabelecem indicadores de comparabilidade entre cada área e seus respectivos programas e sua área cong nere no exterior e seus respectivos programas;

IV – a *inser o internacional* e o *padrão internacional* n o estão desligados das evid ncias de impacto nacional das várias atividades do programa.

São os seguintes os indicadores de *inser o internacional* e de *padrão internacional*, considerando-se

- que os indicadores levam em considera o as diferenças entre as áreas de avalia o;
- que os indicadores buscam a homogeneidade possível na sua aplica o a todas as áreas de avalia o;
- que nem todos os indicadores serão utilizados por todas as áreas;
- que naquilo que concerne a produ o intelectual dos programas, esta poderá ser considerada em dois itens: (1) as publica es do período em avalia o (triênio), a representar um indicador de desempenho do programa; (2) as publica es dos dois períodos anteriores e, quando for o caso, as cita es correspondentes, a representar um indicador complementar de qualidade do corpo docente e do programa, inclusive o padrão de qualidade internacional:

I – Indicadores relativos a produ o de circula o internacional

(a) Publica es e produ o artística de circula o internacional;

(b) Distribui o da produ o intelectual/científica de forma equilibrada entre os docentes, com qualidade equivalente   de programas de destaque internacional sediados no exterior;

• _____
¹ As conceitua es gerais e os indicadores de *inser o internacional* e de *padrão internacional* acima descritos resultaram das discussões (e suas respectivas conclusões) levadas a efeito na 75^a reunião do Conselho Técnico-Científico da CAPES nos dias 29 e 30 de julho de 2003.

- (c) Publicação qualificada de livros e capítulos de livros;
- (d) Evidência de impacto da produção científica, cultural, artística e tecnológica na área de conhecimento do programa, como número de citações, impacto nacional, impacto em políticas públicas e outros indicadores específicos da área.

II – Indicadores relativos a participações internacionais

- (a) Participações internacionais, incluindo
 1. comitês e diretorias de associações, sociedades científicas e programas internacionais;
 2. participação qualificada em evento científico internacional;
 3. colaborações internacionais importantes, tais como docência, consultoria internacional e editoria de periódicos qualificados de circulação internacional;
 4. participação como convidado em eventos internacionais;
- (b) Participação em intercâmbios e convênios de cooperação internacional, que estejam ativos e que se caracterizem por reciprocidade entre as instituições brasileiras e instituições estrangeiras de reconhecimento internacional da área;
- (c) Captação de recursos nacionais e internacionais em situação de competitividade em projetos de pesquisa.

III – Indicadores discentes

- (a) Participação de alunos estrangeiros no programa;
- (b) Inserção acadêmica e profissional dos egressos do programa. [Devem constar no Caderno Proposta do Programa/Informações complementares];
- (c) Participação discente nas publicações do Programa.

IV – Indicadores diversos

- (a) Número expressivo de pesquisadores CNPq-nível 1 no programa;
- (b) Premiações nacionais e internacionais qualificadas;
- (c) Realização de eventos acadêmico-científicos internacionais.

A conceituação aqui descrita e os indicadores acima listados já serão aplicados à avaliação relativa ao triênio 2001-2003.

Anexo II

Considerações da Comissão 2004 das Engenharias IV Sobre as Fichas de Avaliação CAPES

Estas Fichas de Avaliação são um padrão CAPES para todas as Áreas, e os itens e ponderações nelas mencionados e comentados, embora contenham informações úteis para o Programa e tentem exprimir da melhor forma possível os critérios efetivamente usados pela Comissão Avaliadora das Engenharias IV, **não representam integralmente estes critérios**. Os critérios efetivamente utilizados pela Comissão de Avaliação das Engenharias IV estão descritos abaixo.

As Reuniões Temáticas do CTC em 2003 abordou esta questão, e analisou uma proposta para Nova Ficha de Avaliação preparada conjuntamente pelas Engenharias I, II, III e IV. Espera-se que uma nova ficha de avaliação seja adotada a partir do próximo ano, quando está previsto o Acompanhamento Anual 2005.

Alguns critérios gerais:

- a) Na Ficha de Avaliação a sigla NRD6 deve ser entendida, para as Eng. IV, como o Corpo Docente Permanente do Programa, DP, definido como os professores que o programa classificou como NRD6 e/ou aqueles que exerceram duas ou mais “atividades” no Programa. Entende-se por uma “atividade” lecionar uma disciplina, orientar ou co-orientar duas teses defendidas no período ou co-autorar uma publicação relevante sem que existam outros co-autores do Programa.
- b) Os itens 1 a 4 de cada quesito tem grafia fixa para todas as Áreas. Assim, em alguns casos é apresentada abaixo a interpretação de como o item foi considerado pelas Eng. IV.
- c) Cada item tem que ter ponderação entre 5 e 40% do total. Assim, no caso dos itens de 1 a 4, que são fixos, uma ponderação de 5% pode na verdade estar indicando que a Comissão considera o item completamente irrelevante ou redundante, e só não atribuiu peso zero porque o sistema não admitia isto.

Observações sobre quesitos específicos da Ficha:

Quesito I: Proposta do Programa

Neste quesito verifica-se somente a adequação da proposta do programa sem atribuição de peso aos seus 6 itens.

Quesito II: Corpo Docente

- a) O item 1 é considerado como o indicador TI/DP, Docentes em Tempo Integral / Docentes Permanentes.
- b) O item 2 é considerado como o indicador Consolidação do Corpo Docente.
- c) O item 3 é considerado como o indicador DO/DP, Doutores / DP.

Quesito III: Atividade de Pesquisa

- a) O item 1 é considerado como Atualidade e Relevância dos Projetos e Linhas de Pesquisa.

Quesito IV: Atividade de Formação

- a) O item 3 é considerado como os indicadores OD e OM, percentual de docentes DP que orientaram teses de doutorado e mestrado, respectivamente, defendidas no período.
- b) O item 4 inclui a carga horária em cursos de graduação, bem como tarefas acadêmicas administrativas ligadas à graduação, e.g. coordenação de curso, etc.

Quesito V: Corpo Docente

- a) O item 3 é considerado como os indicadores PSD e PSM, percentual de sucesso de bolsistas de doutorado e mestrado, respectivamente.
- b) O item 4 é considerado como os indicadores PTD e PTM, percentual de teses de doutorado e mestrado, respectivamente, defendidas no período, que satisfizeram os requisitos mínimos de publicações associadas.

Quesito VI: Teses e Dissertações

- a) O peso do item 2 é pequeno porque Tempo Médio de Titulação já foi considerado no item V-5.

Quesito VII: Produção Intelectual

- a) O item 2 é considerado o indicador PR/DP, número médio de publicações relevantes por docente.
- b) O item 3 é considerado o indicador (PI+PN), percentual de docentes que contribuíram para publicações relevantes.
- c) O peso do item 4 é pequeno porque o mesmo já foi considerado no item V-4.

ANEXO VII – Documento de Área CAPES: Psicologia



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 37 - PSICOLOGIA

A Comissão Avaliadora dos Programas da área de Psicologia foi composta pelos professores Alina Galvão Spinillo (UFPE), Emmanuel Zagury Tourinho (UFPA), Francisco José Batista de Albuquerque (UFPB), Hartmut Günther (UnB), Jorge Castellá Sarriera (PUC/RS), José Carlos Zanelli (UFSC), Lívia Mathias Simão (USP), Lúcia Rabello de Castro (UFRJ), Maria do Carmo Guedes (PUC-SP), Marisa Japur (USP-RP), Sebastião de Sousa Almeida (USP/RP), Sílvia Helena Koller (UFRGS), Terezinha Féres-Carneiro (PUC-Rio). A Comissão atuou sob a coordenação dos professores Paulo Rogério Meira Menandro (UFES – Representante de Área) e Oswaldo Hajime Yamamoto (UFRN – Representante Adjunto de Área).

A Comissão reuniu-se de 21 a 23 de junho de 2004, na Fundação Capes, para discussão e definição dos critérios a serem utilizados e para treinamento dos avaliadores. Além dos itens de avaliação adotados pela CAPES, nos sete quesitos que devem ser aplicados a todos os Programas de Pós-graduação, a Comissão da Área de Psicologia manteve os seguintes (já acrescentados à avaliação desde a avaliação do triênio anterior):

- Orientação de bolsistas de IC/PET, com peso 10 no quesito “Atividade de Formação”.
- Participação dos discentes em atividades dirigidas à graduação, com peso 15 no quesito “Corpo Discente”.
- Co-autoria entre docentes do Programa (peso 5) e Participação docente na disseminação do conhecimento (peso 10), no quesito “Produção Intelectual”.

Nova reunião, para realização da avaliação oficial a ser remetida à consideração do Conselho Técnico Científico (CTC) da Capes, foi realizada de 26 a 30 de julho de 2004, nas dependências da FINATEC (Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos), no Campus Universitário Darcy Ribeiro, da Universidade de Brasília (UnB).

A situação da área, para a avaliação de 2004 (referente ao triênio 2001/2002/2003), apresentava-se como se segue: 45 Programas, 18 deles apenas com nível de Mestrado e 24 com Mestrado e Doutorado, mais 2 programas com nível de Mestrado que, em consórcio mantêm um Programa de Doutorado (as universidades federais da Paraíba e do Rio Grande do Norte). A soma dos Programas atinge 45, pois esse Programa de Doutorado em consórcio (único caso desse tipo na área) é avaliado independentemente dos Mestrados com os quais está articulado. Sete (7) desses Programas foram avaliados pela primeira vez após sua recomendação, seis deles com o nível de mestrado, além do já mencionado Doutorado oferecido em consórcio pela UFPB e a UFRN.

O total de docentes atuando nos Programas de pós-graduação em Psicologia, em 2003, cresceu 11,25% no triênio – 652 docentes em 2003 em comparação com 586 em 2000. Trata-se de crescimento modesto, principalmente se considerarmos que 6 novos Programas iniciaram suas atividades no triênio. Isso pode indicar que muitos Programas não estão conseguindo renovar seus quadros em ritmo suficiente para fazer frente às aposentadorias, o que pode estar diretamente vinculado às dificuldades das universidades federais (sede da maior parte dos Programas) de obter autorização governamental para realização de concursos e de contratações. Cerca de 12% desses docentes (77 pessoas) atuam em mais de um Programa, da mesma ou de outra área.

No que concerne às atividades de ensino dos docentes, as atividades são bem distribuídas entre graduação e pós-graduação, com carga média um pouco maior na graduação. É importante ressaltar que as informações fornecidas sobre tal tema podem não refletir com precisão a realidade das instituições, em virtude de formas diferentes de computação de carga-horária em cada um desses níveis. Programas com docentes atuando exclusivamente na pós-graduação são exceções dentro da área.

**DOCUMENTO DE ÁREA**

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 37 - PSICOLOGIA

Quase não existem docentes vinculados aos Programas sem atividade de orientação, o que ocorre apenas em alguns casos de docentes que não são parte do NRD6 ou com alguns docentes cujo ingresso no Programa é muito recente.

A média de orientandos da graduação por orientador aumentou de 3,5 em 2000 para 4,0 em 2003. A média de orientandos da pós-graduação por orientador permaneceu inalterada: os mesmos 5,3 de 2000 repetiram-se em 2003. Quando essa mesma comparação é feita separando-se os alunos de mestrado e de doutorado (nesse caso considerando-se apenas os docentes de Programas com doutorado), o quadro indica pequena redução dessa proporção no caso do mestrado (de 5,0 em 2000 para 4,9 em 2003) e uma elevação substancial no caso do doutorado (de 3,4 em 2000 para 4,3 em 2003).

O tempo médio de titulação do mestrado reduziu-se bastante nos últimos anos: de 47,8 meses em 1996, atingiu 33,6 meses em 2000, e apresentou-se em 2003 com 31,8 meses. Essa pequena redução no último triênio, mesmo com todo o peso que tal variável representava na fórmula para distribuição de bolsas e recursos, parece indicar que a área está próxima de um limite mínimo para conclusão de dissertações com a necessária qualidade. O tempo médio para a conclusão do doutorado reduziu-se de 53,8 meses em 1996 para 47,7 meses em 2000, mas voltou a crescer em 2003, atingindo 52,3 meses, o que talvez possa ser atribuído às dificuldades iniciais dos novos doutorados, que começaram a titular durante o triênio. No caso do doutorado parece que a área ainda está buscando um ponto de ajuste que reflita melhor as exigências da área.

A proporção média de titulados por docente no triênio aumentou de 1,1 titulados mestre por docente em 2000 para 1,2 em 2003; e aumentou de 0,4 em 2000 para 0,6 em 2003 no caso dos titulados doutores.

A evolução dos números de titulados entre 1996 e 2003 indica com clareza a expansão que ocorreu (tanto no caso do mestrado como o do doutorado) e, por extensão, da eficiência da área. Os dados, tanto para mestrado como para doutorado, são apresentados a seguir:

ANO / TITULADOS	Mestres	Doutores	Total
1996	298	61	359
1997	374	75	449
1998	347	75	422
1999	427	122	549
2000	540	138	678
2001	687	148	835
2002	728	196	924
2003	810	218	1028
TOTAL em 7 anos	4211	1033	5244

Os dados acima, cobrindo um período de 8 anos, mostram que a taxa média de crescimento de Titulados foi de aproximadamente 16% ao ano. A taxa média de crescimento de Titulados Mestres ficou em 15% ao ano, enquanto o crescimento de Titulados Doutores foi de 20% ao ano (crescimento esse, se for considerado ano a ano, bastante irregular).

Outra clara evidência do vigor da área é o expressivo contingente de discentes autores nos relatórios, o que espelha o maior envolvimento destes no conjunto da produção dos Programas e maior volume na atividade docente de orientação.

**DOCUMENTO DE ÁREA**

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 37 - PSICOLOGIA

A situação de imprecisão no fornecimento de alguns dados por parte dos Programas forçou um cuidado especial com a computação e análise dos itens de produção. A produção da área, na forma de artigos publicados em periódicos, distribuiu-se por mais de 500 títulos nacionais e estrangeiros muitos deles vinculados, primordialmente, a outras áreas de conhecimento. Para que a produção pudesse ser avaliada levando-se em conta a qualidade de tais periódicos, foi feita uma busca em toda a base de dados do programa Qualis, verificando-se como cada periódico foi classificado pelo comitê da área mais próxima da temática coberta por tal periódico. Para os periódicos estrangeiros da área de Psicologia a classificação foi feita pela própria representação da área, levando em conta a natureza das sociedades científicas ou instituições de ensino às quais tais periódicos estão vinculados. e, no caso dos periódicos nacionais, por comissão conjunta Capes/Anpepp, com base em critérios já divulgados no Infocapes [1999, 7(3): 7-13], discutidos em Ciência da Informação [2002, 31 (2): 163-177], e atualizados na página da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia – ANPEPP (www.anpepp.org.br).

Todo o levantamento da produção de artigos publicados em periódicos, capítulos de livros, livros organizados, livros com autoria de texto integral, e trabalhos completos publicados em anais de congressos foi feito por inspeção direta do *Caderno Produção Bibliográfica*, docente por docente, tendo sido eliminados itens que não se caracterizavam como um dos tipos de produção arrolados acima, assim como itens duplicados, no mesmo ano ou em anos subseqüentes. Itens lançados nos relatórios de dois ou mais Programas dos quais o docente participa, sem qualquer justificativa em termos de co-autorias, foram divididos entre os respectivos Programas no processo de computação. Tal procedimento anulou as distorções que apareciam nas tabelas do *Caderno Programa*. Ao realizarmos esse trabalho de identificação de dados idênticos lançados por mais de um Programa, notamos que o mesmo problema ocorre de forma sistemática em outras áreas de conhecimento. Portanto, alertamos a CAPES para o fato de que existe uma probabilidade elevada de que as informações sobre a produção intelectual dos cursos de pós-graduação estejam bastante infladas em sua base de dados. Em outras palavras, uma simples soma dos artigos listados por todos os Programas não fornece um quadro preciso da produção real dos Programas.

O esforço extra despendido com essa correção minuciosa, manual e que demandou tempo da Comissão deve servir de alerta a CAPES, no sentido de melhorar substancialmente os programas informatizados que dão sustentação à coleta de dados a respeito da produção intelectual dos cursos de pós-graduação. Tal providência deve ser tomada simultaneamente com o fornecimento de informações detalhadas sobre o preenchimento do Relatório Coleta Capes, uma vez que grande parte da responsabilidade sobre os dados imprecisos deve ser imputada aos equívocos dos próprios Programas. Destacamos que, ainda que a área de Psicologia tenha um perfil de produção no qual predominam artigos, entende que será necessário desenvolver um modelo de qualificação para livros e capítulos de livros (o que já vem sendo implementado em algumas das áreas das ciências humanas) para aferição mais precisa da qualidade dessa produção adicional dos Programas.

Partindo desses novos dados corrigidos, foi possível gerar 11 índices que foram todos levados em conta na avaliação da produção intelectual dos Programas (9 desses índices já haviam sido utilizados na avaliação do triênio anterior). São os seguintes os índices:

- 1) Proporção de artigos em relação ao total de itens de produção;
- 2) Artigos por docente, por ano;

**DOCUMENTO DE ÁREA**

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 37 - PSICOLOGIA

- 3) Artigos por docente, por ano, utilizando-se como fatores de ponderação valores associados à classificação dos periódicos no Qualis – chamamos tal índice de artigos levando em conta a qualificação;
- 4) Total de itens de produção por docente, por ano;
- 5) Total de itens de produção por docente, por ano, utilizando-se como fatores de ponderação para os artigos os mesmos valores do item anterior e usando, para os demais itens de produção, valores arbitrados – chamamos tal índice de itens de produção levando em conta a qualificação.
- 6) Percentual de docentes sem artigos no período;
- 7) Concentração de artigos em um único periódico;
- 8) Percentual de artigos com autoria apenas de discentes;
- 9) Percentual de artigos em periódicos estrangeiros;
- 10) Percentual de artigos em periódicos classificados como internacionais (considerando apenas os estrangeiros assim classificados);
- 11) Total de artigos no período dividido pelo total de dissertações mais teses, o que é uma medida aproximada da capacidade do Programa transformar dissertações e teses em produção arbitrada (artigos).

Com isso foi possível ter, pelo segundo triênio consecutivo, uma base de dados corrigida sobre produção intelectual.

Foi feita, também, uma simulação alterando o peso dos artigos de diferentes classificações de periódicos (aumentando a diferença de pontuação entre locais, nacionais e internacionais) e desvalorizando um pouco mais os capítulos de livros, o que não levou a alterações muito expressivas nas classificações finais relativas à produção qualificada.

Na presente avaliação foi possível fazer comparações globais da produção intelectual do último triênio com a produção do triênio levado em conta na última avaliação (1998/1999/2000), o que foi de grande importância para algumas decisões no processo de avaliação. A produção do período agora sob avaliação apresentou volume muito expressivo e bem distribuído ao longo dos três anos. Se considerarmos apenas os dados dos 39 Programas que apresentaram relatórios referentes a todos os três anos do período, o ano de 2001 responde por 29,65% da produção de artigos do triênio, o ano de 2002 por 32,74%, e o ano de 2003 por 37,62% da produção de artigos do triênio. Fica evidente que a produção de artigos cresceu ao longo do triênio.

Destacamos aqui que adotamos os seguintes perfis para o julgamento:

O Programa de nível **7** apresenta um corpo docente altamente qualificado, uma produção docente e discente de excelência para os padrões internacionais, exerce papel de liderança acadêmica na área, demonstra competitividade em nível internacional (indicada, por exemplo, por intercâmbios, convênios, programas de cooperação acadêmica e científica, publicações, participação em eventos de relevância na área, exercício de funções editoriais, posições institucionais e reconhecimento por parte das sociedades científicas), bem como um desempenho diferenciado quanto à produção científica, oferecendo cursos de mestrado e doutorado. Este Programa deverá ser comparável a Programas de muito bom nível de outros países.

O Programa de nível **6** apresenta corpo docente altamente qualificado, uma produção docente e discente de excelência, exerce papel de liderança acadêmica na área, bem como demonstra um desempenho diferenciado quanto à produção científica, inclusive com evidências de um nível significativo de inserção internacional, ainda que em menor escala do que a recomendada para o conceito 7.



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 37 - PSICOLOGIA

O Programa de nível **5** apresenta corpo docente muito bem qualificado, tradição acadêmica na área, produção docente e discente de qualidade, sendo um Programa claramente consolidado.

O Programa de nível **4** se encontra consolidado ou em processo de consolidação, possui um corpo docente bem qualificado, área de concentração bem definida e estruturada, boa produção docente e discente.

O Programa de nível **3** conta com um número mínimo de docentes em dedicação exclusiva, bem qualificados, área de concentração bem estabelecida, atividade de pesquisa estruturada e produção intelectual regular. O Programa deve demonstrar perspectivas de progresso e capacidade de investimento, visando ascender a níveis mais altos.

O Programa de nível **2** apresenta condições insatisfatórias no que se refere à estrutura curricular, titulação de alunos, corpo docente, produção intelectual, atividade de pesquisa e infraestrutura.

O Programa de nível **1** apresenta sérias deficiências no que se refere à estrutura curricular, titulação de alunos, corpo docente, produção intelectual, atividade de pesquisa e infraestrutura.

Os conceitos atribuídos a cada Programa aparecem a seguir, em um quadro que também inclui os resultados das duas últimas avaliações:

INSTITUIÇÃO/ PROGRAMA	Início MEST	Início DOUT	94/95 MEST	94/95 DOUT	96/97	98/00	01/03
PUCAMP – Psicologia	1972	1995	B		4	4	3
PUC-Rio – Psicologia Clínica	1966	1984	B	B	5	4	5
PUC/RS - Psicologia	1972	1995	A		4	5	5
PUC/SP – Análise do Comportamento	1999					4	4
PUC/SP – Psicologia Clínica	1976	1983	A	A	5	4	4
PUC/SP – Psicologia Social	1972	1983	A	A	5	5	5
UCB – Psicologia	2000					3	3
UCDB	2002						3
UCG – Psicologia	2000					3	3
UNICAP – Psicologia Clínica	2000					3	3
UERJ – Psicanálise	1999					3	3
UERJ – Psicologia Social	1991	2000	B		4	5	5
UFBA	2002						3
UFC	2003						3
UFES – Psicologia	1992	2000	B		4	5	5
UFF – Psicologia	1999					4	4
UFMG – Psicologia	1989		A		4	4	4
UFPA – Teoria e Pesquisa do Comportamento	1987	2000	B		4	5	5
UFPB – Psicologia Social	1976		C		4	5	5
UFPB/UFRN – Doutorado em Consórcio		2003					4
UFPE – Psicologia Cognitiva	1976	1998	A		5	6	6
UFPR – Psicologia	1998					3	2
UFRGS – Psicologia	1988	1995	A		5	5	6
UFRGS – Psicologia Social e Institucional	1998				3	4	3
UFRJ – Eicos	1992		A		4	3	3



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 37 - PSICOLOGIA

UFRJ – Psicologia	1992*	1992*	B	B	4	4	4
UFRJ – Teoria Psicanalítica	1988	1994	B		4	5	5
UFRN – Psicobiologia	1985	1998	C		4	5	5
UFRN – Psicologia	1999					4	5
UFSC – Psicologia	1995				3	4	4
UFU	2003						3
UGF – Psicologia Social	1973		B		3	4	2
UMESP – Psicologia da Saúde	1978		C		3	4	4
UnB – Psicologia	1975	1989	A	A	5	5	4
UNESP/Assis - Psicologia	2000					3	4
UNIFOR	2001						3
UNIMARCO - Psicologia	2000					3	4
USF	2000	2003					4
USP – Neurociências e Comportamento	1991	1991	B	B	5	4	5
USP – Psicologia Clínica	1975	1982	B	B	3	4	4
USP – Psicologia Escolar e do Desenv Humano	1970	1974	B	A	4	4	4
USP – Psicologia Experimental	1970	1974	A	B	5	6	7
USP – Psicologia Social	1976	1989**	B		4	4	5
USP/RP – Psicobiologia	1984	1989	A	A	6	7	7
USP/RP – Psicologia	1995	1995			4	5	5

* Início das atividades na UFRJ. Antes funcionava no ISOP/FGV, com início em 1971 (Mest.) e 1977 (Dout.).

** Após alguns anos de funcionamento perdeu a recomendação, voltando a ser recomendado em 1998.

Dois Programas receberam conceito 2, muito mais em função de problemas institucionais que estão impossibilitando a continuidade das atividades do que em função de desempenho inaceitável de seus docentes e discentes. O rigor com que a área tem avaliado as propostas de criação de novos cursos e tem procedido durante as avaliações continuadas do triênio, bem como as rápidas respostas obtidas de muitos dos cursos que tiveram problemas no triênio, podem ter sido razões para o pequeno percentual de atribuição dos conceitos UM e DOIS, que levam ao descredenciamento dos Programas.

Os conceitos finais dos Programas ficaram distribuídos da seguinte maneira:

- 2 Programas (4,4%) com conceito DOIS;
- 12 Programas (26,7%) com conceito TRÊS;
- 14 Programas (31,1%) com conceito QUATRO;
- 13 Programas (28,9%) com conceito CINCO;
- 2 Programas (4,4%) com conceito SEIS e
- 2 Programas (4,4%) com conceito SETE.

Uma comparação dos conceitos anteriores com os conceitos atribuídos na presente avaliação resulta no quadro mostrado a seguir:

Conceito Anterior x Conceito Atual (novo)	Igual	Melhor	Pior	Sem conceito anterior resultante de avaliação trienal
Programas c/ conceito anterior = 3	5	2	1	5
Programas c/ conceito anterior = 4	10	4	3	1
Programas c/ conceito anterior = 5	9	1	1	



DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 37 - PSICOLOGIA

Programas c/ conceito anterior = 6	1	1		
Programas c/ conceito anterior = 7	1			
TOTAL	26	8	5	6

Assim, dentre os Programas que já haviam sido avaliados no triênio 1998/1999/2000, predominam amplamente as situações de manutenção dos conceitos (66,7%). O percentual de Programas cujo conceito aumentou (20,5%) é um pouco maior do que o percentual de Programas com conceitos alterados para baixo (12,8%). Esse quadro que revela um pequeno percentual de Programas cujas condições pioraram no triênio pode ter resultado, em parte, da estratégia de avaliação continuada introduzida pela Capes, que foi realizada pela área de Psicologia com o objetivo de estimular melhorias nos cursos e nos seus relatórios anuais, visando transformá-la num efetivo instrumento formativo.

Considerada a região geográfica em que os Programas estão sediados, a distribuição ficou como se segue:

REGIAO / CONCEITOS	Dois	Três	Quatro	Cinco	Seis	Sete	TOTAL
Norte				1			1
Nordeste		4	4	3	1		9
Sudeste	1	4	11	8		2	26
Sul	1	1	1	1	1		5
Centro-Oeste		3	1				4
TOTAL por conceito	2	12	14	13	2	2	45

Os cursos indicados para receberem os conceitos SEIS e SETE estão distribuídos em três regiões: dois no sudeste (São Paulo – capital e Ribeirão Preto), um no nordeste (Pernambuco) e um no sul (Rio Grande do Sul). Os cursos que receberam conceito geral CINCO estão em quatro regiões do país: no sul (um), no sudeste (oito), no nordeste (três), e no norte (um). Tomados globalmente, esses dados mostram que a qualidade, na área da Psicologia, não parece depender muito fortemente da região do País.

O quadro seguinte mostra uma comparação dos conceitos de 23 Programas que já contam com nível de doutorado com os conceitos dos 19 Programas que funcionam apenas com o nível de mestrado:

NÍVEL / CONCEITO	Dois	Três	Quatro	Cinco	Seis	Sete
Programas apenas com Mestrado	2	10	7			
Programas com Mestrado e Doutorado		2	6	11	2	2

Além desses existem os Programas da UFPB e da UFRN, ambos com conceito 5, que mantêm um doutorado em regime de consórcio (o doutorado, recém iniciado, foi aprovado com conceito 4, conceito esse não alterado na presente avaliação).

No quesito **Proposta do Programa**, foram apontados problemas em apenas dois casos. Um deles envolve Programa cujo descredenciamento está sendo proposto. No outro está envolvido um Programa com conceito 3, e deverá resultar em providências de reformulação. Fica evidente que a grande maioria dos Programas da área já conseguiu superar eventuais problemas relativos a sua concepção e planejamento geral.



Capes

DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 37 - PSICOLOGIA

A seguir, é feita uma análise dos dados relativos aos seis quesitos, ou conjuntos de itens, que levam à atribuição do conceito geral da avaliação do triênio: atividades de pesquisa e formação, corpos docente e discente, produção intelectual, e dissertações e teses. Cada quesito recebe avaliação numa faixa de variação de cinco níveis: deficiente, fraco, regular, bom e muito bom. Para cada quesito a avaliação é calculada pela média ponderada das avaliações atribuídas aos itens do quesito.

Na avaliação do quesito **Atividades de Pesquisa**, o conceito *Muito Bom* foi atribuído a 21 Programas (46,7%), o conceito *Bom* a 12 (26,7%), e o conceito *Regular* a outros 11 (24,4%). Em apenas um caso foram apontadas deficiências mais graves em tal quesito.

Na avaliação do quesito **Atividades de Formação**, o conceito *Muito Bom* foi atribuído a 22 Programas (48,9%), o conceito *Bom* a 14 (31,1%), e o conceito *Regular* a outros 9 Programas (20,0%). Nenhum Programa mereceu conceito inferior a esses.

Quanto ao **Corpo Docente** o conceito *Muito Bom* foi atribuído a 23 Programas (51,1%) e o conceito *Bom* a outros 20 Programas (44,4%). Nenhum Programa recebeu conceito *Regular* e apenas 2 Programas mereceram avaliação inferior, exatamente os dois que estão sendo descredenciados.

O **Corpo Discente** foi considerado *Muito Bom* em 20 Programas (44,4%), *Bom* em 16 Programas (35,5%), e *Regular* em outros 8 Programas (17,8%). Em um caso o Corpo Discente não foi avaliado (caso do doutorado em consórcio UFPB/UFRN, recentemente iniciado), com poucos alunos absorvidos na primeira seleção. É interessante destacar que a avaliação do Corpo Discente é apoiada, fundamentalmente, na participação desses discentes na produção do Programa, uma vez que é quase impossível aferir a qualidade dos discentes a partir de outras informações disponíveis nos relatórios.

No quesito **Teses e Dissertações** a avaliação predominante foi *Muito Bom* (21 casos – 46,7%), tendo sido o conceito *Bom* aplicado a 17 Programas (37,8%), e o conceito *Regular* a somente outros 3 Programas (6,7%). O quesito não foi avaliado, evidentemente, no caso de 4 Programas nos quais ainda não ocorreram defesas de dissertações ou teses.

A avaliação da **Produção Intelectual** resultou em conceito *Muito Bom* para 17 Programas (37,8%), conceito *Bom* para 13 Programas (28,9%), conceito *Regular* para 12 Programas (26,7%), e conceitos inferiores para outros 3 Programas (6,7%). A avaliação do quesito foi bastante afetada pela qualidade dos veículos de divulgação da produção científica, no volume da produção, e na questão da distribuição da produção entre os docentes. O esforço de qualificação dos periódicos e o fato de que foi dedicada especial atenção aos dados de produção científica, tendo sido analisados com muito cuidado os casos de relatos inflados (repetições de dados em mais de um ano ou em mais de um Programa), contribuíram para que este quesito acabasse sendo objeto de uma avaliação especialmente minuciosa, comparável àquela feita no triênio anterior.

De forma geral, é possível dizer que a síntese evolutiva da área como um todo aponta melhoria. É importante assinalar também uma convicção, partilhada pelos avaliadores, de que houve mais compreensão da diversidade que caracteriza a área. Foi feito um esforço para não fazer prescrições nas fichas de avaliação, deixando bem caracterizada a possibilidade dos Programas organizarem sua estrutura curricular, suas linhas de pesquisa, e seus projetos, da forma entendida como mais apropriada à sua proposta, respeitados, evidentemente, alguns padrões gerais válidos para todo o sistema de pós-graduação. Ainda assim, é preciso lembrar que a Comissão de Avaliação não pode abdicar de sua incumbência de apontar aqueles casos que foram percebidos como comportando incoerências ou impertinências (em sentido jurídico) frente às características da área.

**DOCUMENTO DE ÁREA**

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 37 - PSICOLOGIA

A expansão dos Cursos de Graduação em Psicologia, no Brasil, nos últimos seis anos, foi enorme, e isso, sem dúvida, aumenta a demanda pela formação pós-graduada. Além disso, o número de outros cursos de graduação que têm afinidades com determinados setores da Psicologia, e que graduam profissionais interessados na pós-graduação em Psicologia, também cresceu. Apenas como referência, indicamos que, em 2001, quase 13000 novos psicólogos estarão sendo diplomados. Os programas de pós-graduação *stricto sensu* na área absorvem anualmente uma modesta fração da demanda sugerida acima.

Isso quer dizer que a Pós-graduação na área de Psicologia tem espaço para crescer e precisa crescer para continuar qualificando ainda mais uma parte mais expressiva da grande demanda. No último triênio a pós-graduação na área cresceu menos do que no triênio anterior, proporcionalmente, o que dificulta a melhoria em tal atendimento. O crescimento da pós-graduação brasileira em Psicologia observado nos últimos anos, principalmente de Programas de Doutorado, tal como ocorreu no triênio 1998/1999/2000 continuou resultando do esforço acentuado, e nem sempre apoiado de forma condizente, de instituições públicas de ensino e pesquisa. No biênio 1996/1997, 11 (68,7%) de 16 Programas com Doutorado eram mantidos por instituições públicas; no triênio 1998/1999/2000, eram 16 de 21 (76,2%), e hoje temos 18 de 24 Programas com nível de Doutorado sendo mantidos por instituições públicas (75,0%). Quando o conjunto completo de Programas é considerado, a situação não é muito diferente: dos 27 Programas avaliados em relação ao biênio 1996/1997, 20 (74,1%) estavam sediados em instituições públicas; dos 38 avaliados em relação ao triênio 1998/1999/2000, eram 26 (68,4%) na mesma situação, e hoje contamos com 30 dos 45 Programas (66,7%) em instituições públicas de ensino e pesquisa. Vale destacar que 12 dos 15 Programas da área sediados em instituições não públicas são mantidos por universidades vinculadas a instituições religiosas. Apenas 3 são mantidos por instituições de natureza empresarial, e um deles está tendo seu descredenciamento recomendado.

Mantida a tendência de grande participação das instituições públicas na expansão da pós-graduação e da pesquisa em Psicologia, registramos aqui o caráter essencial do crescimento dos quadros de pessoal, da adequação da remuneração de docentes e pesquisadores à importância estratégica das atividades que desenvolvem, e do apoio financeiro dos governos estadual e federal às instituições de ensino e pesquisa. Não sendo assim será impossível fazer frente à necessidade de manter a qualidade da formação de graduação, não será satisfeita a demanda aumentada de formação pós-graduada em todos os setores da Psicologia e não será viável aumentar a participação da produção brasileira em Psicologia no cenário mundial.